

30/01/2020

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Série de fiascos desmoraliza o Enem](#)

[Ministro reclama de "boataria"](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Bolsonaro conseguiu errar até nas demissões e trocas na equipe](#)

[Conta gotas](#)

[Funcionários do MEC afirmam que resultado do Enem não é 100% confiável](#)

[Novo erro no Sisu 2020 impede candidatos de acessarem lista de espera](#)

[OLHO VIVO](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[7 a 1](#)

[MPF vê novo indício de falha no Sisu](#)

[MBL pede saída de Weintraub do MEC](#)

[Portaria do MEC limita viagens de cientistas a congressos](#)

[Não é fácil, mas há jeito](#)

[Tudo sob controle \(ou não\)](#)

[AJUDA de custo](#)

[FIES mudanças à vista](#)

[O futuro do financiamento](#)

[tchau, TCHAU, Brasil](#)

O GLOBO - RJ

[Não dá para tirar férias](#)

[REPÚBLICA DOS TOSCOS](#)

[USP](#)

[MPF vê indícios de falha em vagas para deficientes no Sisu](#)

[Inep mantém peso de questões do Enem após correção](#)

[Sim oficial, história de um casamento](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Para Rodrigo Maia, Brasil não tem futuro com Weintraub no MEC](#)

[Pressão sobre o MEC contamina federação](#)

[Educação tem queda de gasto e 'empoçamento'](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Uma reflexão sobre o Enem](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[Inconsistências no Enem frustram sonhos de milhões de brasileiros](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Universidades Federais abrem matrículas para candidatos aprovados no Sisu](#)

[Centenário aguarda aval do governo federal para se tornar hospital-escola](#)

[Aliados ignoram "Escola Digna" e vão ao Ceará conhecer escolas](#)

Agências de notícias e sites

A CRÍTICA - MS

[Senadores estudam criação de banco de dados para pesquisas agropecuárias](#)

[Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio](#)

BOL NOTÍCIAS

[Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio](#)

CATVE

[Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio](#)

CENTRAL DE NOTÍCIAS

[Capes oferece 102 vagas em curso no Canadá, com todas as despesas pagas](#)

[Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio](#)

[Na corda bamba, Abraham Weintraub permanece no cargo com apoio do clã Bolsonaro](#)

[Senadores estudam criação de rede integrada de pesquisas agropecuárias](#)

DIÁRIO DO PARÁ - PA

[Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio](#)

DIÁRIO DO POVO - PI

[Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio](#)

DINHEIRO RURAL

[Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio](#)

FOLHA - GO

[Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio](#)

FOLHA PA

[Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio](#)

GAZETA DO POVO – PR

[Fé católica e Charles Darwin: sobre um tuíte confuso do jornalista Pedro Dória](#)

GAZETA WEB

[Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio](#)

HOJE ES

[Senadores estudam criação de rede integrada de pesquisas agropecuárias](#)

ISTOÉ DINHEIRO - SP

[Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio](#)

JORNAL DE PIRACICABA

[Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio](#)

LEIA JÁ

[Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio](#)

MARANHÃO HOJE

[Senadores estudam criação de rede integrada de pesquisas agropecuárias](#)

O DOCUMENTO - MT

[Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio](#)

[Brexit pode trazer oportunidades para o Brasil, dizem autoridades](#)

POLIARQUIA

[Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio](#)

PORTAL ISTOÉ

[Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio](#)

PORTAL MT

[Senadores estudam criação de rede integrada de pesquisas agropecuárias](#)

RORAIMA HOJE

[Nova edição da Revista Norte Científico do IFRR está disponível](#)

[Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio](#)

TNH1

[Senadores estudam criação de rede integrada de pesquisas agropecuárias](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio](#)

YAHOO! NOTÍCIAS

CLIPPING



[Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio](#)

[Na corda bamba, Abraham Weintraub permanece no cargo com apoio do clã Bolsonaro](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Maia diz que Salles e Weintraub radicalizaram demais e perderam condição de interlocução](#)

CORREIO 24 HORAS

[Candidato diz ter sido aprovado no Sisu em curso que não escolheu](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[Helena pediu a demissão de Weintraub ao Presidente Bolsonaro.](#)

G1

[Psicologia, medicina e educação física são os cursos mais concorridos no PS 2020 da UFPA; confira lista](#)

[Maia critica Weintraub e diz que Salles perdeu condições de ser interlocutor](#)

[Deputados do RS aprovam mudanças no plano de carreira dos professores estaduais](#)

[Reforma tributária deve ser aprovada na Câmara até abril, diz Maia](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA SENADO

[Senadores estudam criação de rede integrada de pesquisas agropecuárias](#)

CENÁRIOMT

[UFMT abre seletivo para tutor presencial em Lucas do Rio Verde](#)

HUFFPOST NEWS

[Na corda bamba, Abraham Weintraub permanece no cargo com apoio do clã Bolsonaro](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Em Londres, Capes fala sobre cooperação na educação](#)

[Criacionista, novo presidente da Capes precisa respeitar o Estado Laico, diz ANPG](#)

[SBEnBio divulga nota sobre criacionismo e em defesa da laicidade da educação brasileira](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Novo erro no Sisu 2020 impede candidatos de acessarem lista de espera](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Enem : Inep diz que não refez cálculo sobre peso das questões após correção de erro](#)

G1

[Sisu 2020: MPF vê indícios de erro na oferta de vagas a pessoas com deficiência](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MPF diz que Sisu não teve mínimo de vagas para deficientes e questiona MEC](#)

Imprensa Estadual

ESTADO DE MINAS - MG

[STJ libera resultado do Sisu](#)

[Bolsonaro cobra investigação](#)

[Estudantes notáveis cobram melhorias](#)

WEINTRAUB ADVERTIDO

EXTRA - RJ

[Bolsonaro exonera secretário da Casa Civil que usou voo da FAB](#)

[Ministro é advertido](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[Resultados do Sisu são liberados](#)

HOJE EM DIA - MG

CLIPPING



A EDUCAÇÃO BRASILEIRA PRECISA SER LEVADA A SÉRIO

J. DO COMMERCIO - PE

Mendonça volta a ser cotado para o MEC

Unicap inscreve até amanhã

Após a tensão, as matrículas

JORNAL DE BRASÍLIA - DF

Presidente do STJ libera divulgação dos resultados

MEIO NORTE - PI

Inep divulga resultado do Sisu

Justiça havia determinado a suspensão

O perigo eleitoral

O ESTADO DO MARANHÃO - MA

Após polêmica e suspensão, STJ libera divulgação do resultado do Sisu

O ESTADO - MS

Chapéu

O LIBERAL - PA

Proposta do governo não agrada

FUNDEB - Pará recebe R\$ 888,7 mi da União

Justiça manda liberar resultado do Sisu 2020

Listões no Pará seguem sem previsão para sair

Seduc abre prazo final para novas matrículas

Semec ainda tem vagas nas escolas municipais

O POPULAR - GO

Novo piso de professores tem impacto de R\$ 286 mi

STJ libera divulgação dos resultados do Sisu

O TEMPO - MG

STJ atende governo e libera divulgação do resultado do Sisu

Bolsonaro não descarta boicote

ZERO HORA - RS

Resultado do Sisu é divulgado após a liberação da Justiça

Advertência por quebra de decoro

Aproveita, Bolsonaro

Fux autoriza corte de ponto

Agências de notícias e sites

BRASIL247

Um país que avança rumo à pré-modernidade

Jornal Nacional critica novo presidente da Capes, defensor do criacionismo

BR POLÍTICO

Mais um criacionista no governo

CENÁRIOMT

Novo presidente da Capes gera polêmica ao defender criacionismo

CONTEXTO EXATO

Moro e Guedes têm biografia anterior a Bolsonaro e não precisam de vassalagem

DCM

Padilha: Bolsonaro ignora ciência ao promover campanha pela abstinência sexual

MACAÉ NEWS

Brexit pode trazer oportunidades para o Brasil, dizem autoridades

MOSSORÓ HOJE

Nomeação do novo presidente da Capes preocupa comunidade científica

NEXO

[Qual o impacto das ideias criacionistas na produção científica](#)

PORTAL FATOR BRASIL

[Brexit pode trazer oportunidades para o Brasil, dizem autoridades](#)

REVISTA FÓRUM

[JN, da Globo, critica novo presidente da Capes, defensor do criacionismo](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Crise no Enem aumenta pressão sobre ministro Weintraub](#)

[MEC nega prejuízo em notas do Enem por falha e indica que questões não foram pré-testadas](#)

[Portaria do MEC restringe número de viagens de cientistas](#)

[Entenda a decisão que liberou a lista do Sisu](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Escola de redação tem como objetivo aprimorar a escrita para concursos e vestibular](#)

[Cursos técnicos ajudam a entrar no mercado de trabalho](#)

CONGRESSO EM FOCO

[#FicaWeintraub: Tag cresce após MBL pedir demissão do ministro](#)

G1

[Creches de Boituva têm aulas suspensas nesta quarta-feira](#)

[Projeto de universidade para idosos abre 60 novas vagas em Poços de Caldas, MG](#)

[Paraibano é primeiro lugar em medicina na USP: o principal foi entender quem eu era](#)

[Pesquisa indica farinha de besouro e barata para alimentar peixes na Amazônia](#)

[Uepa confirma que resultado do Prosel 2020 será divulgado nesta quinta-feira, 30](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC tem de ser](#)

[MEC indica que questões do Enem não foram pré-testadas](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - EDITORIAL

Série de fiascos desmoraliza o Enem

VISÃO DO CORREIO

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) não é a melhor forma de selecionar os estudantes que entrarão na universidade. A prova única, aplicada em país de dimensão continental, ignora as abissais diferenças regionais e saberes importantes que compõem a diversidade cultural brasileira.

Além de desperdiçar talentos, exige uma logística cara para ser aplicada nos 8,5 milhões de quilômetros quadrados no mesmo dia e horário para uma média de 5 milhões de candidatos que disputam uma vaga no nível superior. O gigantismo e a importância do Enem exigem administração técnica e profissional.

Não é, porém, o que se tem visto. Há uma década, o exame vem somando falhas. A balbúrdia vai desde a quebra de sigilo e a venda de provas até a anulação de questões. Em 2019, o enredo se reprisou. A correção de provas foi feita com gabarito trocado.

O erro passou despercebido ao MEC. Ao divulgar os resultados, o ministro Abraham Weintraub anunciou ter feito o melhor Enem de todos os tempos. O lapso só foi detectado graças à grita de estudantes que se deram conta da incoerência dos acertos com as notas.

Sem transparência nos procedimentos, o ministério minimizou o ocorrido. Chamou-o de “inconsistência”. O eufemismo foi insuficiente para convencer o Ministério Público e a Defensoria Pública, que recorreram à Justiça para suspender as inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e o acesso ao Programa Universidade para Todos (Prouni).

Na terça, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) autorizou o MEC a retomar o processamento dos resultados. A volta à rotina, porém, não apaga os estragos na imagem do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo exame. A seleção dos milhões de candidatos perde confiabilidade. É grave.

Mas, em vez de medidas estruturais para restabelecer a credibilidade, o MEC apaga incêndios. Conjuga o verbo remediar em vez de prevenir. O fiasco deste ano comprometeu o planejamento das universidades federais e se constituiu pesadelo para 1,8 milhão de estudantes e respectivos familiares. Não é pouco.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

Ministro reclama de "boataria"

Titular da pasta da Educação, Abraham Weintraub critica rumores sobre sua exoneração. Ministério Público Federal em Brasília encontra indícios de falha na oferta de vagas do Sisu destinadas a candidatos com deficiência física

PODER

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, negou, ontem, que esteja passando por processo de fritura junto ao presidente Jair Bolsonaro. Em uma breve conversa por telefone com o Correio, o titular do MEC demonstrou irritação ao ser questionado sobre rumores de que aliados pediram sua cabeça ao chefe do Executivo. “Essa boataria de que estou saindo já completou um ano. Não quero nem mais responder a esse tipo de conversa. Quando estava de férias, fiz uma postagem no Twitter, balança, mas não cai. Já está ridículo”, disparou.

No telefonema, o ministro também disse que não comentaria a crise no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). As inconsistências em alguns resultados de avaliações levaram à suspensão das inscrições do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e do Programa Universidade para Todos (ProUni) — elas foram liberadas na terça-feira, pela Justiça.

Ontem, Weintraub se deparou com outro problema. O Ministério Público Federal (MPF) em Brasília encontrou indícios de falha na oferta de vagas do Sisu destinadas a candidatos com deficiência física. Para a Procuradoria, há constatação de possível irregularidade na aplicação da lei que determina a reserva de lugares, por isso, foi requisitado que o ministro apresente esclarecimentos.

O MEC tem um prazo de cinco dias úteis para explicar como calculou as cotas e se houve algum erro. Caso as falhas sejam confirmadas, podem ser exigidas mudanças no preenchimento desses postos. A Procuradoria destacou que há urgência na análise do assunto.

Todas as universidades federais do país têm de oferecer uma cota para pessoas com deficiência física. As instituições de ensino federal têm de reservar 50% dos lugares

para cotas raciais e sociais — parte dessas vagas tem que ser destinada a deficientes. A legislação não estabelece uma cota fixa, mas diz que as vagas devem ser preenchidas em respeito à proporção da população de pessoas com deficiência da unidade da federação em que está a instituição de ensino.

Gestão conturbada

Weintraub passa por momentos conturbados na gestão do MEC. Não bastassem os rumores no Executivo, lideranças do Congresso dizem não saber como o ministro continua no cargo. O relatório da comissão externa da Câmara, destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do ministério, aponta uma paralisação da pasta.

No MEC, entre funcionários, o que se fala é que Weintraub não passará de março. As próprias instituições privadas de ensino superior estariam insatisfeitas com o ministro, que assumiu com um discurso de autorregulação por parte dos estabelecimentos, mas nada fez a respeito. Com a condição de não se identificar, um servidor do ministério comentou a situação. “O MEC está parado. Não sai quase nada no Diário Oficial. A regra é que, sempre que entra um novo governo, eles rapidamente se inteiram, e a coisa anda. Isso não está acontecendo”, afirmou.

Também ontem, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, afirmou que o MEC está “extremamente” contaminado por ideologias e que, por isso, precisa passar por uma descontaminação “dos dois lados”. A declaração foi feita à Rádio CBN. Apesar do puxão de orelha, o militar elogiou o Enem, que considerou “sem conotação ideológica”. (com Agência Estado)

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Bolsonaro conseguiu errar até nas demissões e trocas na equipe Máquina pública continua refém de obsessões ideológicas e desavenças particulares

Dias antes de demitir Ricardo Vélez, o presidente disse achar “bastante claro” que as coisas não estavam dando certo no Ministério da Educação. Em três meses no cargo, o professor colombiano provocou um apagão na pasta e tentou obrigar crianças a recitarem o slogan de campanha do chefe. Até Jair Bolsonaro precisou admitir que faltava ao auxiliar capacidade de gestão.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bruno-boghossian/2020/01/bolsonaro-conseguiu-errar-ate-nas-demissoes-e-trocas-na-equipe.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Conta gotas

O órgão aplicou apenas duas sanções durante o governo Bolsonaro, apesar do aumento das denúncias. Os que levaram advertência foram a ex-presidente do Iphan Kátia Bogéa —em agosto, por usar carro oficial supostamente sem amparo legal— e Abraham Weintraub (Educação) —nesta semana, por comparar Lula e Dilma Rousseff a entorpecentes. Em 2018, a comissão havia aplicado seis sanções.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2020/01/30/denuncias-de-infracoes-eticas-e-de-conflitos-de-interesse-disparam-sob-bolsonaro/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

**Funcionários do MEC afirmam que resultado do Enem não é 100% confiável
Governo dispensa cálculo para verificar itens do exame, e classificação do Sisu
pode ser afetada; Inep não respondeu à reportagem**
Brasília

Uma decisão do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) de pular uma etapa no recálculo do Enem para apressar a resposta aos erros em notas no exame de 2019 abre dúvidas sobre os resultados da prova, afirmam funcionários do instituto e do MEC (Ministério da Educação).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/01/funcionarios-do-mec-afirmam-que-resultado-do-enem-nao-e-100-confiavel.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

**Novo erro no Sisu 2020 impede candidatos de acessarem lista de espera
Problema começou na madrugada e, segundo candidatos, tem sido resolvido**
Brasília

Participantes do Enem enfrentaram um novo problema no Sisu (Sistema de Seleção Unificada) nesta quarta-feira (29). Dessa vez, a falha foi na lista de espera.

Candidatos que haviam se inscrito em apenas uma opção de curso, ao invés das duas possíveis, não conseguiam se inscrever na lista de espera. O sistema permite aos aprovados declarar interesse nas vagas não preenchidas a partir da primeira chamada.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/01/novo-erro-no-sisu-2020-impede-candidatos-de-acessarem-lista-de-espera.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MÔNICA BERGAMO OLHO VIVO

A bancada do PSOL na Câmara protocolou um projeto propondo uma ferramenta para que a comissão de Educação da Casa, com auxílio do Tribunal de Contas da União, fiscalize as iniciativas do MEC. A sigla cita as “possíveis ilegalidades cometidas” pela pasta no Enem e o “indevido uso de redes sociais pelo ministro” para justificar a iniciativa.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/01/populacao-de-rua-de-sao-paulo-cresce-60-em-quatro-anos.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

7 a 1

Após ter contrariado a cúpula da Câmara com a demissão sumária de Rodrigo Dias do FNDE, em dezembro, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, deverá ter mais um revés na Casa.

» De meu jeito. Os deputados esperam votar neste semestre o projeto que estabelece um novo modelo para o Fundeb. O ministro, no entanto, já se declarou contra a proposta, de autoria da deputada Dorinha Rezende (DEM-TO).

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MPF vê novo indício de falha no Sisu

Para Procuradoria, houve número inferior de vagas para pessoas com deficiência; MEC diz que são as universidades que definem cotas

O Ministério Público Federal (MPF) em Brasília encontrou indícios de falha na oferta de vagas do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) destinadas a candidatos com deficiência física. Para a Procuradoria, há constatação de possível irregularidade na aplicação da lei que determina as cotas. O órgão pediu ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, que apresente esclarecimentos. Ao Estado, o Ministério da Educação (MEC) informou que a reserva de vagas é definida pelas instituições.

O Sisu, sistema que reúne vagas em instituições públicas de ensino superior, foi alvo de uma série de questionamentos este ano. A divulgação de aprovados só foi liberada na noite de terça-feira, após o MEC ter sido questionado sobre a correção de falhas nas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 6 mil candidatos. Na manhã de ontem, participantes apontaram erros no sistema – segundo eles, havia problemas na lista de espera. Depois, a falha foi corrigida. Segundo o MEC, o Sisu funciona normalmente.

No novo pedido de esclarecimentos, o procurador Felipe Fritz Braga informou ter detectado indícios de falhas na reserva de vagas após receber denúncias de estudantes. Ele diz que, em uma análise preliminar da oferta para candidatos com deficiência, encontrou “expressivo número de cursos em todo o País que tiveram vagas reservadas em número inferior ao percentual de sua população com deficiência”. Em alguns casos, diz, não havia nenhuma vaga reservada para esses candidatos.

Todas as universidades federais têm, por lei, de oferecer cota para pessoas com deficiência física. As instituições devem reservar 50% das vagas para cotas raciais e sociais – e parte delas tem de ser destinada a deficientes. A legislação não estabelece cota fixa, mas diz que as vagas devem ser preenchidas em respeito à proporção da população de pessoas com deficiência da unidade da Federação.

Para o procurador, a falha “possivelmente” ocorreu pelo “método de cálculo utilizado no Sisu 2020”, que aplica o percentual de deficientes a uma cota referente a 50% das vagas ofertadas e não ao total de vagas. “Cumpra aprofundar a análise para deliberar sobre a ocorrência de possível discriminação indevida dos candidatos com deficiência em razão de falta de isonomia”, informou.

A análise foi feita nas universidades federais de Mato Grosso do Sul (UFMS), Rural da Amazônia (UFRA) e de Alfenas (Unifal), em Minas. Na primeira, das 2.045 vagas ofertadas pelo Sisu, só 2, do curso de Medicina, foram reservadas para candidatos com deficiência física.

Nas outras duas instituições, o procurador aponta que a reserva de vagas está muito abaixo da proporção da população de deficientes dos Estados. Na Unifal, das 1.077 vagas ofertadas, apenas 49 estão reservadas para esse grupo de candidatos – o

porcentual da população com deficiência física em Minas é de 8,43%. Além disso, há cursos em que não há nenhuma vaga reservada, como é o caso de Ciências Sociais. No ofício a Weintraub, o procurador pede que explique cálculos usados para a reserva das cotas, em cinco dias, e pediu urgência na análise.

Autonomia. Por meio de nota, o MEC informou que as vagas ofertadas e as modalidades de concorrência são definidas pelas instituições de ensino superior público de forma autônoma. “Cabe à universidade a destinação das vagas reservadas dentro do Sisu”, informou.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE MBL pede saída de Weintraub do MEC

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (SP) usou ontem as redes sociais para demonstrar apoio ao ministro da Educação, Abraham Weintraub. Apesar de o ministro estar sofrendo críticas por causa dos problemas no Enem, Eduardo preferiu destacar reclamações feitas contra ele pelo Movimento Brasil Livre (MBL) como prova de que “está no caminho certo”. O MBL pediu, em nota, a saída de Weintraub do comando do MEC, “em virtude do trabalho lamentável que tem exercido à frente de uma das mais importantes pastas”.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE Portaria do MEC limita viagens de cientistas a congressos Medida é criticada por pesquisadores, que veem risco de empobrecimento da produção científica brasileira

RIO

Uma portaria do Ministério da Educação (MEC) publicada no último dia de 2019 restringe o número de participantes brasileiros em congressos nacionais e internacionais, mesmo que a despesa com a viagem não seja do governo. Cientistas dizem que a medida não tem precedente em nenhum lugar do mundo democrático e “impõe uma limitação ao desenvolvimento da ciência”. Procurada pelo Estado, a pasta não se manifestou.

Carta enviada ao MEC por duas das mais importantes entidades científicas do País, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC), pede a revogação urgente da portaria, lembrando que reuniões científicas são cruciais para a troca de conhecimento e para parcerias.

“A portaria foi feita claramente por alguém que não entende como funcionam a pesquisa e os congressos internacionais”, afirmou o presidente da ABC e professor de Física da Universidade Federal do Rio (UFRJ), Luiz Davidovich.

A medida estabelece o envio de “no máximo dois representantes para eventos no País e um representante para eventos no exterior, por unidade, órgão singular ou entidade vinculada”. Caso mais pessoas queiram participar, prevê a medida, é necessário solicitar ao MEC autorização especial. E mais: o pedido só pode ser feito “em caráter excepcional e quando houver necessidade devidamente justificada, por meio de exposição de motivos dos dirigentes das unidades”.

A carta assinada pelos presidentes da ABC, Luiz Davidovich, e da SBPC, Ildeu Moreira, pede ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, que reveja a decisão.

Segundo Davidovich, a carta explica a importância dos congressos nas carreiras científicas.

Segundo o documento, por causa do “crescimento exponencial do conhecimento científico, é comum ter, em uma mesma unidade ou grupo de pesquisa, cientistas que, embora reunidos em torno de um tema, trabalham em projetos e subáreas distintas”. “Por isso mesmo, é frequente, em reuniões nacionais e internacionais, a participação de (vários) membros de uma mesma unidade ou grupo de pesquisa.”

Além disso, dizem os pesquisadores, várias áreas da ciência se valem de colaborações internacionais para o desenvolvimento de pesquisas e publicações de maior impacto. “A limitação de participação de, no máximo, dois servidores em feiras, fóruns, seminários, congressos, simpósios, grupos de trabalho e outros eventos no país, e de um representante para eventos no exterior, por unidade, órgão singular ou entidade vinculada, não é adequada à realidade do papel da universidade e das instituições de ensino, pesquisa, extensão, tecnológicas e de inovação no mundo globalizado”, aponta a carta.

O documento ainda destaca que os congressos são importantes na formação dos jovens pesquisadores. Segundo a portaria, ainda que as despesas da viagem não sejam pagas pelo governo, a restrição será mantida. “Se não é uma medida de economia, que medida é essa?”, indaga Davidovich.

O Ministério da Educação não respondeu ainda à demanda dos cientistas. O Estado também procurou a pasta, mas não obteve retorno.

Tensão. Desde o ano passado, a gestão Jair Bolsonaro tem vivido uma relação tensa com as universidades públicas. Em abril, o anúncio do bloqueio de verbas pelo governo federal levou professores, pesquisadores e alunos a protestarem nas ruas contra o MEC. Nos meses seguintes, Weintraub atacou suposto viés ideológico de docentes e estudantes.

Crítica

“A restrição contribuirá para o empobrecimento da formação do jovem cientista brasileiro, fato que não ocorre em nenhum outro país que preze pela ciência e tecnologia.”

Luiz Davidovich

PRESIDENTE DA ACADEMIA

BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Não é fácil, mas há jeito

Para bancar a faculdade mês a mês, lembre-se: os custos vão além da mensalidade

*Mensalidade dos cursos presenciais mais procurados nas instituições privadas do Brasil em 2019. Cursos listados em ordem alfabética. Fonte: Mapa do Ensino Superior 2019/Semesp

Levantamento feito em 2019 pelo Semesp – organização que representa escolas de ensino superior privado em São Paulo – mostra que medicina é o curso com mensalidade mais alta no Brasil, podendo chegar a R\$ 8.775 por mês. Porém, ao somar todas as despesas da vida estudantil, os valores mensais podem facilmente ultrapassar R\$ 10 mil. Não é à toa que pagar a mensalidade é um dos principais desafios de quem faz faculdade particular.

Mesmo em cursos que cobram valores menores (ver gráfico), para evitar frustrações e endividamentos, é preciso ter em mente os custos embutidos, desde alimentação e transporte até livros e demais materiais de estudo. É o que afirma o especialista em finanças Fábio Gallo, colunista do Estadão e professor da Fundação Getúlio Vargas. “Não existe um cálculo médio único de até quanto essa soma pode chegar, porque ela varia entre cursos e instituições”, diz. “De todo modo, a receita do estudante deve sempre contemplar cada um desses gastos.”

Gallo orienta: “O aluno precisa se organizar orçamentariamente. Entre os mais jovens, em especial, esse planejamento deve envolver toda a família, porque dificilmente o estudante terá condições de pagar todo o curso sem uma renda fixa”. O especialista explica também que, na preparação e durante o curso, é preciso ter controle maior sobre as despesas, procurar novas maneiras de juntar dinheiro e, sempre que possível, buscar diferentes fontes de renda.

Aos que precisam de algum tipo de empréstimo universitário, Gallo recomenda aproveitar o período de carência para economizar. “Os financiamentos costumam ser pagos apenas no final do curso. Dessa forma, o aluno pode utilizar essa fase para se programar, guardando o máximo que puder para pagar a dívida quando as parcelas começarem a chegar”, completa. (Leia mais sobre planejamento financeiro na página 4)

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Tudo sob controle (ou não)

Estudar, trabalhar, pagar a escola em dia. Como equilibrar as contas? A especialista em finanças Nathalia Arcuri, do canal Me Poupe!, comenta os principais desafios

Lanches na faculdade são caros. Quem leva de casa faz uma economia brutal, o suficiente para comprar uma moto ou fazer uma viagem no final do quarto ano”

Nathalia Arcuri, Fundadora do site e canal do YouTube Me Poupe!.

As estudantes Lígia Lima, de 18 anos, e Camila da Silva Pereira, de 21 anos, têm histórias bem distintas, mas enfrentam a mesma questão: como organizar as contas para conseguir pagar a faculdade. Aluna do Cursinho Popular Florestan Fernandes, em São Paulo, Lígia está usando a nota obtida na última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para tentar uma vaga em uma faculdade privada de jornalismo. Em 2019, foi aprovada, mas sem bolsa de estudo precisou adiar o projeto. Desempregada (problema que afeta 41,8% dos jovens nessa faixa etária), ela procura um emprego para seguir com os planos.

Camila, por sua vez, já está no segundo semestre da faculdade de biomedicina. Ela trabalha desde os 16 anos, mas passa por apertos ao distribuir o que recebe entre as

contas da casa – ela mora com a mãe e o filho pequeno –, os gastos pessoais e as mensalidades. “Quando se trabalha e faz faculdade, a pessoa chega exausta. Essa é a parte mais desafiadora de precisar pagar o curso”, diz Camila.

Para ajudar Lígia, Camila e tantos outros universitários brasileiros que levam o orçamento mensal na ponta do lápis, conversamos com a consultora Nathalia Arcuri. Fundadora do site e canal do YouTube Me Poupe!.

O QUE CONSIDERAR NO ORÇAMENTO ALÉM DA MENSALIDADE?

O que o estudante precisa ter em mente é: se for para outra cidade, vai precisar de moradia. Pode ser apartamento compartilhado com outros alunos, albergue, casa de família. A escolha vai depender do quanto ele pode gastar com isso. É necessário somar todos os custos de moradia: aluguel, condomínio, luz, água, telefone. Outro gasto que precisa estar na lista e muito bem planejado é a alimentação diária. Lanches na faculdade são caros. Quem leva de casa vai fazer uma economia brutal, o suficiente para comprar uma moto no final do quarto ano, ou fazer uma bela viagem. Para o material (livros, cópias, trabalho de conclusão, passeios culturais, etc.), o ideal é buscar uma média de preços com alunos do mesmo curso que pretende fazer. Colocando tudo em uma planilha e projetando os quatro anos de curso superior, as surpresas serão bem menores e as chances de sair enforcado da faculdade, também.

QUANTO DEVO SEPARAR PARA OS ESTUDOS?

Pelo menos 30% de tudo o que ganha. Infelizmente, é extremamente difícil colocar em prática, principalmente para os alunos de faculdades particulares. É por isso que muitas pessoas se endividam no período universitário e acabam carregando esse peso por vários anos. Esses 30% investidos podem ser entendidos até mesmo como a reserva de quitação para uma possível dívida estudantil. Sem dúvida será um período de esforço incansável, e é por isso que tantos estudantes encontram alternativas de renda extra, como vender quitutes, dar aulas particulares, trabalhar em eventos no fim de semana, tornar-se afiliada ou afiliado de produtos digitais, etc. Nessa fase, é primordial buscar fontes de receita que não exijam muita qualificação.

QUAIS OS CUIDADOS PARA CONTRATAR UM FINANCIAMENTO?

O primeiro alerta para quem vai buscar um financiamento estudantil é: dívida estudantil é dívida do mesmo jeito. Se não pagar, o seu nome vai sujar. Simples assim. A inadimplência com instituições de ensino, bancos e Fies pode virar o maior pesadelo. Portanto, planeje-se para pagar as parcelas e não dê um passo maior do que a perna. Eu também vejo muitos estudantes que conseguem o primeiro emprego e logo saem fazendo parcelas no cartão de crédito com tênis, roupas, celular. Parece até que a faculdade é menos importante. O que muitas vezes não se percebe é que o estudo é justamente o que vai fazer esses estudantes aumentarem o seu poder de compra. Quanto mais aprende, mais valor você tem para o mercado. Pagar as parcelas do curso em dia precisa ser a prioridade, não “o que sobrou”. Se você trata assim o seu futuro, como espera que o mercado trate você?

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL
AJUDA de custo

Nas últimas semanas, milhares de estudantes se debruçaram sobre as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e sobre os resultados de outros vestibulares para avaliar as possibilidades reais de ingressar no ensino superior. Para os que não conseguiram vaga em universidades públicas ou bolsa integral em particulares, começa um novo ciclo de análise de financiamentos e créditos a fim de custear os estudos. Saiba quais são as alternativas disponíveis.

TRÊS CAMINHOS

Como obter empréstimos para bancar a faculdade

Financiamento público

É oferecido desde 2010 pelo governo federal por meio do programa Fies. Entre 2014 e 2019, houve um declínio significativo no total de contratos (733 mil em 2014 e 84,9 mil em 2019). A estimativa para 2021 é de até 54 mil. Com possibilidade de juro zero, pode participar quem tem renda familiar per capita de até três salários mínimos. Em alguns casos, requer fiador.

Financiamento privado

É fornecido por instituições financeiras. A partir deste ano, não exige limite de renda para inscrições. A contratação é feita no Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies) mantido por fundos constitucionais e de desenvolvimento e por bancos privados, que conectam os estudantes aos agentes. Pode ter taxa de juro alta e regras mais complexas.

Crédito estudantil

Ofertado pela instituição de ensino, permite pagar entre 30% e 50% do valor da mensalidade enquanto estuda, parcelando o restante do débito num período que varia entre 8 e 12 anos após se formar. É importante frisar que faculdades e cursos não podem cobrar juros por esse crédito, já que não são instituições financeiras.

QUAL É O CENÁRIO?

56,3% nenhum tipo de financiamento

Viu os números acima? O maior destaque é o crédito estudantil: em 2019, na hora de financiar o pagamento, 28% dos estudantes procuraram a própria universidade em que pretendiam estudar. Para ter uma ideia, em 2014 essa taxa era de 14% e o Fies representava 21% dos contratos. “Diante das mudanças no sistema de financiamento público, as instituições privadas entenderam que precisavam dar condições para os alunos se manterem na faculdade e passaram a ofertar crédito próprio”, diz Sólton Caldas, secretário executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes).

As mudanças às quais Caldas se refere vêm ocorrendo desde 2015, quando o Fies deixou de financiar valores que chegassem a 100% do curso. E o sistema ainda seria revisado outras duas vezes. Na última versão, divulgada no final de dezembro de 2019, o programa passou a apresentar critérios mais rígidos na oferta pública, além de alterar também o cenário de crédito privado.

Perguntas e respostas

QUEM PODE USAR?

Financiamento público:

é preciso adequar-se às regras do Fies e atentar para os critérios que sofreram alterações no último ano. Veja detalhes dessa modalidade na página 8.

Financiamento privado:

as regras são as mesmas da maioria dos empréstimos pessoais. Quem solicita não pode ter registro negativado em instituições de crédito (“nome sujo”) e tem de comprovar renda para arcar com as parcelas.

Crédito estudantil:

o estudante aprovado no vestibular procura a instituição de ensino e conhece os critérios e as condições, que variam de uma escola para outra.

HÁ PRAZO PARA FAZER O PEDIDO?

A partir de 2020, não há mais vínculo de financiamento privado com o calendário do Fies. A solicitação, mesmo para quem já estiver estudando, pode ser feita ao longo do ano. No Fies, os interessados devem fazer o pedido de 5 a 12 de fevereiro.

A NOTA NO ENEM É EXIGIDA?

No financiamento público,

sim. São 450 pontos na nota média das provas objetivas e na redação a pontuação mínima passa a ser 400 – até 2019, bastava não zerar.

No financiamento privado, não vai mais atrelar a nota do Enem aos pré-requisitos.

No crédito estudantil,

depende. Cada universidade tem critério próprio, mas a maioria pede uma nota mínima na prova.

POSSO COMBINAR O FINANCIAMENTO COM OUTROS RECURSOS?

Pode – e deve! Busque vagas em universidades públicas e, para custear o ensino privado, a bolsa integral do Programa Universidade para Todos (ProUni) e as bolsas das faculdades. Esgotadas essas possibilidades, é preciso avaliar qual das alternativas é melhor para você: Fies, financiamento privado e crédito estudantil. Atenção: é melhor usar o financiamento privado com moderação, porque os juros costumam ser altos e as regras, mais rígidas, principalmente para estudantes de baixa renda.

OS FINANCIAMENTOS SÃO INTEGRAIS?

Não. Na maioria dos casos, a oferta abrange apenas um valor parcial e essa quantia depende de critérios que vão desde a nota no Enem – para financiamentos públicos e crédito estudantil – até a renda familiar. A nota do curso escolhido nas avaliações do MEC também pode contar. Há quem espere financiamento integral, por exemplo, e receba só 10%, 20%, 30%.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

FIES mudanças à vista

Entenda os direcionamentos mais recentes do programa e veja o que está valendo para o próximo ciclo de cadastro

No dia 5 de fevereiro começam as inscrições para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), programa do governo federal que oferece crédito para alunos do ensino superior em faculdades privadas. Ao recorrer a esse recurso, o universitário pode receber percentuais de desconto nas mensalidades, que poderão ser pagas após o término do curso e com possibilidade de juro zero.

Ao todo, serão oferecidas até 100 mil vagas e podem participar estudantes com renda familiar de até três salários mínimos por pessoa e que tiraram 450 pontos na média nas provas objetivas em qualquer uma das últimas edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), desde 2010. Além do Fies, serão abertas também as inscrições do Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies), modalidade que oferece crédito privado em instituições financeiras e bancos.

As duas categorias de financiamento sofrerão mudanças a partir do segundo semestre deste ano, quando passam a vigorar as regras anunciadas pelo Ministério da Educação (MEC) no final de 2019. As alterações serão gradativas e começarão com o P-Fies, que deixará de fazer parte do Fies. Isso significa que todos os créditos privados poderão ser solicitados pelo estudante diretamente em uma instituição financeira ou banco, além da própria instituição onde ele estuda, sem intermediação do governo federal.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

O futuro do financiamento

Redução de vagas do Fies dificulta ainda mais o acesso ao ensino superior, dizem especialistas

A queda gradativa no volume de contratos firmados no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) tem alarmado associações e especialistas de ensino superior. “As ofertas de vaga vêm numa decrescente gigante ao longo dos anos, com regras cada vez mais restritivas. É um indicativo de que o Fies caminha para o fim”, diz Rodrigo Capelato, diretor executivo do Semesp.

O programa teve um ápice em 2014, quando chegou a oferecer 733 mil vagas. Os dados mais recentes mostram que apenas 84,9 mil foram preenchidas em 2019, de um total de 100 mil disponíveis. Para Helena Sampaio, professora da Faculdade de Educação e do Laboratório de Estudos de Ensino Superior da Universidade de Campinas (Unicamp), esse cenário tende a afastar ainda mais o País dos objetivos previstos no Plano Nacional de Educação. A meta para o segmento é que em 2024 o Brasil tenha pelo menos 33% dos jovens de 18 a 24 anos matriculados – o índice atual é de 21,5%.

SOLUÇÕES POSSÍVEIS

Na análise da professora da Unicamp, uma saída para melhorar essa situação seria, além de ampliar os mecanismos de avaliação do programa, oferecer mais vagas “de caráter tecnológico e que dialoguem com as necessidades do setor produtivo, e não apenas no formato de bacharelado”.

Rodrigo Capelato, por sua vez, acredita que o Brasil poderia se inspirar em programas praticados por outros países. “Em todo o mundo há problemas relacionados ao financiamento da educação. Contudo, há países buscando políticas alternativas para garantir o acesso, a exemplo de ampliação de vagas gratuitas, mensalidades mais baixas e até programas de financiamento atrelados à renda futura.”

Vale lembrar que, no sistema adotado por países como Austrália, Estados Unidos e Portugal, todos os cursos de ensino superior são pagos, mesmo nas instituições públicas. Entretanto, os estudantes podem usar recursos de crédito e pagar os estudos após se formar, com critérios que levam em conta sua renda anual. “Na Austrália, o aluno paga o débito a partir do que ganha. Quem ganha mais paga o financiamento mais rápido; quem ganha menos pode quitar em mais parcelas ou até ser eximido do custo até se restabelecer financeiramente”, explica Capelato.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

tchau, TCHAU, Brasil

Bolsa e crédito estudantis e trabalho na universidade ajudam a pagar estudos fora do País

Fazer uma graduação nos Estados Unidos era o sonho de adolescência de Katarine Emanuela Klitzke, hoje com 18 anos. Após um percurso de sucesso no ensino médio no Brasil, com dezenas de vitórias em campeonatos nacionais e internacionais na área de exatas, ela conseguiu a tão esperada aprovação. Com a Fundação Estudar, que apoia universitários brasileiros no exterior, Katarine conseguiu pagar as taxas iniciais do Instituto de Tecnologia da Geórgia, mas não tinha dinheiro suficiente para as mensalidades.

Diferentemente do Brasil, onde há universidades gratuitas, no país norteamericano todas as graduações são pagas. Elas podem ser financiadas por meio de empréstimos estudantis ou bolsas de estudo, mas, a cada semestre letivo, é preciso quitar os valores de uma só vez.

Para alcançar a renda necessária, Katarine percorreu um caminho comum entre quem se aventura a estudar fora: ela combinou diversas fontes de financiamento no processo de inscrição. “Levantei recursos com família, amigos e gente de todo o País por meio de uma plataforma de crowdfunding [espécie de vaquinha virtual], para depositar o total do primeiro semestre. No segundo ciclo, também recorri ao apoio de empresários”, conta.

Segundo Nathalia Bustamante, coordenadora de conteúdo educacional da Fundação Estudar, além das opções citadas por Katarine, também é possível solicitar bolsas de estudo e empréstimos específicos para alunos estrangeiros. “Há universidades que oferecem crédito próprio ou facilitam o processo com os bancos. Existem ainda fundos criados por ex-alunos que ofertam empréstimos a serem pagos ao final da graduação.”

ANTES DE PARTIR

“Um dos principais equívocos do planejamento financeiro para estudar no exterior é esquecer de calcular o custo de vida”, diz Nathalia. “Para a emissão do visto de estudante, os países podem solicitar uma comprovação de renda mínima. Além do curso, é preciso mostrar que pode pagar moradia e alimentação durante todo o período.”

Uma recomendação, para compor a renda, é buscar vagas de trabalho dentro e fora das universidades. A permissão, porém, depende de cada país: na Austrália, na Nova Zelândia, no Canadá e na Irlanda, por exemplo, o aluno pode trabalhar pelo menos meio período. Já os Estados Unidos só aprovam atividades executadas dentro da instituição de ensino. Para Nathalia, contar com isso antes de embarcar pode ser um erro. “É possível que, ao chegar lá, o estudante não consiga nenhuma oportunidade ou descubra que a carga horária de aulas inviabiliza a possibilidade de trabalhar e estudar.”

Levantei recursos com família, amigos e gente de todo o País por meio de uma plataforma de crowdfunding [espécie de vaquinha virtual]

Katarine Emanuela, estudante do Instituto de Tecnologia da Geórgia, nos EUA

UTILIZE A NOTA DO ENEM

Em 2014, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) passou a ser aceito na seleção de alunos em universidades de outros países. Começou em Portugal e se expandiu para Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Escócia, Irlanda e França, totalizando 43 instituições no programa. Para usar o resultado, é realizado um procedimento de equivalência da nota. Na Universidade de Coimbra, por exemplo, a média de aceite é de 120 pontos, o que equivale a cerca de 600 pontos no exame brasileiro. “A nota no Enem não deve ser encarada como único método de seleção, tampouco como recurso de isenção na mensalidade. Para a aprovação é necessário cumprir uma série de exigências, como comprovação de proficiência no idioma, envio de cartas de recomendação e motivação e histórico escolar, entre outros documentos”, informa Nathalia Bustamante, da Fundação Estudar.

ATENÇÃO AOS PRAZOS

Nas universidades do exterior, especialmente no Hemisfério Norte, as inscrições começam no segundo semestre de cada ano, por volta de setembro, e podem se estender

até o início do ano seguinte. Assim, quem recebeu a nota do Enem em janeiro ainda tem a chance de tentar uma inscrição para vagas remanescentes. Se preferir, pode usar a mesma nota e se cadastrar no segundo semestre. A recomendação em todos os casos é ficar atento às regras e aos prazos divulgados nos sites dos estabelecimentos de ensino.

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

Não dá para tirar férias

Você imaginou que em janeiro, com aquele calorão que deixa todo mundo meio anestesiado, não iria acontecer nada, e saiu de férias. Quatro semanas depois, abismado, se deu conta de que perdeu assuntos quentíssimos que renderiam pelo menos uma dúzia de artigos e colunas. Você se esqueceu de que com o governo Bolsonaro é bom nunca relaxar. Foi da turma federal que saíram os casos mais esquisitos de janeiro, mas não se

pode ignorar as boas colaborações de Crivella, Witzel e até de Lula. Vejamos.

CARNAVAL EM JANEIRO — Para começar, o prefeito Marcelo Crivella antecipou o início do carnaval para janeiro. Mudar o calendário de Momo foi um oportunismo político em ano eleitoral do bispo que odeia o carnaval. Além de deixar Copacabana irada, a festança fora de hora acabou em caos e violência.

ABSTINÊNCIA —A inacreditável Damares Alves recomendou abstinência de sexo como forma de evitar gravidez precoce. A ministra genial não conseguiu oferecer contribuição melhor para a educação sexual de jovens.

MUITAS LETRAS — O presidente Bolsonaro reclamou que livros didáticos no Brasil “têm muita coisa escrita”. Disse que é preciso suavizar. Pode? Pode. E, pior, anunciou que vai trocar letras por imagens da bandeira do Brasil. Prato cheio para um artigo.

EX-LULINHA —E o Lula sepultou oficialmente seu alter ego Lulinha Paz e Amor. Ele rejeitou recomendação do PT para moderar o seu discurso. O sapo barbudo voltou.

CENSURA —O desembargador Benedicto Abicair censurou filme do Porta dos Fundos. Mais um alopchado julgando sem o apoio da lei. A censura foi derrubada por instância superior. Dava ou não pano para manga?

DENÚNCIA VAZIA — O Ministério Público Federal denunciou o jornalista Glenn Greenwald por cumplicidade com hackers de celulares de Moro e companhia. Pior que isso, só a censura do Benedicto.

ÁGUA PODRE — Quem diria, até a água do Rio apodreceu. Uma certa geosmina invadiu o imprevidente Guandu e a água da Cedae ficou com gosto de ovo podre. Como a empresa é estatal, o governador Witzel exonerou um diretor da empresa. E só. Dias depois descobriu-se que a Cedae também estava despejando esgoto em lagoas do Rio.

CERVEJA MATA —E teve também a cerveja contaminada por substância tóxica que matou quatro pessoas em Minas Gerais. Era mesmo só o que faltava ao verão brasileiro.

MÃO NA BOTIJA —Soube-se que empresa de publicidade que pertence ao secretário de Comunicação da Presidência recebe dinheiro de emissoras que têm contratos com o governo. Bolsonaro passou a mão na cabeça do assessor Fabio Wajngarten: “Se houve crime a gente vê lá na frente”. Pois é, o presidente que ia acabar com a corrupção deixou esse caso para depois.

O NAZISTA —Descobriu-se um nazista no governo. Não foi resultado de investigação jornalística que escavou subterrâneos. O próprio nazista se desvelou ao repetir discurso de Goebbels numa rede social. O sujeito, cujo nome não merece ser citado, acabou exonerado do cargo de secretário da Cultura. E abriu vaga para a atriz Regina Duarte.

IMPRECIONANTE —O ministro da Educação, Abraham Weintraub, cometeu outro erro ortográfico num texto que redigiu em janeiro. O desta vez foi escrever a palavra impressionante com “c”. Doía só de olhar.

IMPRECIONANTE 2 —Foram os estudantes que descobriram erros na correção das

provas do Enem. Trinta mil alunos foram prejudicados. Weintraub culpou a gráfica, e Bolsonaro disse que pode ter havido sabotagem. Francamente.

COISA DE POBRE — O ministro Paulo Guedes, que não podia ficar de fora do festival de besteira de janeiro, disse que “a maior inimiga do meio ambiente é a pobreza”. Pegou mal e ele ouviu de tudo, só faltou ser vaiado.

PECADO — Guedes anunciou também plano para criar o que ele chamou de “imposto do pecado”, cobrando taxas extras sobre tabaco, álcool e açúcar. Bolsonaro vetou a ideia dizendo que ninguém vai “aumentar imposto da cerveja”.

ANTIÉTICO — E, finalmente, o governador Witzel divulgou telefonema com Mourão e foi chamado de antiético pelo vicepresidente. Constrangimento maior não se viu em janeiro.

É dura a vida do jornalista.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS REPÚBLICA DOS TOSCOS

Roberto Alvim e, agora, Abraham Weintraub — vale também para Ernesto Araújo e Ricardo Salles — mostram que Bolsonaro escolhe alguns auxiliares pelo “viés ideológico”, sem levar em conta a capacidade profissional. Nem na ditadura militar, mesmo sob o impacto da Guerra Fria, houve isso. É “imprecionante”.

topo ↕

O GLOBO - RJ - CARTAS DOS LEITORES USP

A reportagem e o editorial publicados pelo GLOBO sobre a equiparação do teto salarial das universidades públicas estaduais ao das federais incorre em algumas imprecisões em relação às três instituições de São Paulo: a USP, a Unicamp e a Unesp. A Universidade de São Paulo, assim como as suas coirmãs, goza de autonomias financeira e administrativa, além da acadêmica. Anualmente, a USP recebe repasse do governo estadual equivalente a 5,02% do ICMS e administra os seus gastos dentro de planejamento orçamentário próprio. A decisão liminar do ministro Dias Toffoli beneficiará de imediato só uma parcela dos professores e terá um impacto de apenas 1,8% na folha salarial da universidade. A USP, na qual a progressão nas carreiras é submetida a rígidos critérios meritocráticos, convive com crescente fuga de cérebros, em função, especialmente, de questões salariais. Numa época em que, mais do que nunca, a ciência e a tecnologia são fundamentais para o desenvolvimento do país, é urgente estimular a permanência de pesquisadores no Brasil.

LUIZ ROBERTO SERRANO, SUPERINTENDENTE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
DA USP

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

**MPF vê indícios de falha em vagas para deficientes no Sisu
Procuradores investigam se total de matrículas em universidades públicas
reservadas para pessoas com deficiência estaria menor do que o previsto em lei.
Em outra falha, sistema impediu parte dos candidatos de entrar na lista de espera
BRASÍLIA E RIO**

O Ministério Público Federal (MPF) em Brasília detectou indícios de falhas na oferta de

vagas destinadas a pessoas com deficiência no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 2020, que dá acesso a universidades públicas. O MPF pediu esclarecimentos ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, e abriu uma investigação para apurar possíveis irregularidades.

A legislação prevê a reserva de 50% de todas as vagas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência que fizerem o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), com distribuição proporcional ao tamanho de cada um desses grupos na população do estado da instituição de ensino.

No entanto, despacho assinado pelo procurador Felipe Fritz Braga pede aprofundamento de investigações ao apontar que “expressivo número de cursos em todo o país tiveram vagas reservadas em número inferior ao percentual de sua população com deficiência aplicado ao número de vagas destinadas à reserva pela Lei nº 12.711 ou mesmo não tiveram nenhuma vaga reservada para esses candidatos”.

O possível erro é mais um da série de problemas que marcaram o Enem no fim de 2019 e as inscrições no Sisu neste ano. Foram registradas falhas na correção de provas e mudanças metodológicas que, na prática, inutilizaram as notas de corte como parâmetro para escolha dos cursos preferidos pelos estudantes no Sisu.

No caso das cotas, o procurador Fritz Braga analisou, por amostragem, a oferta de vagas em três instituições: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal Rural da Amazônia e Universidade Federal de Alfenas. O caso mais grave foi o da UFMS. O despacho aponta que, dentre todas as 2.054 vagas nos cursos da instituição, há apenas duas para pessoas com deficiência. Elas estão no curso de Medicina. O edital da universidade previa mais de 300.

Nas outras duas universidades, o MPF também aponta falhas nos cálculos que resultaram na oferta de vagas para pessoas com deficiência abaixo do previsto em lei. Se confirmado o erro, podem ser exigidas mudanças no preenchimento das vagas das instituições. “Cumpra aprofundar a análise para deliberar sobre a ocorrência de possível discriminação indevida dos candidatos com deficiência”, escreveu o procurador.

Após a análise, o procurador remeteu para a Procuradoria-Geral da República um ofício destinado a Weintraub solicitando esclarecimentos sobre o assunto. O documento pede explicações sobre os cálculos usados para a reserva de cotas destinadas a pessoas com deficiência e de baixa renda e que apresente os detalhes sobre a metodologia adotada pelo Ministério da Educação (MEC), além de explicar os casos específicos da oferta nas três universidades analisadas.

O GLOBO solicitou esclarecimentos ao MEC e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), mas não houve resposta.

PROBLEMA NO SISTEMA

O site do Sisu apresentou problemas ontem pela manhã para quem não foi aprovado em nenhuma instituição e tentou entrar na lista de espera por uma vaga. O erro afetou quem escolheu apenas uma opção de curso em vez de duas, como o sistema permite.

O site do Sisu dizia que o candidato já estava na lista da segunda opção, mesmo sem ter sido marcada pelo estudante. O problema foi resolvido ontem mesmo.

Em Natal, Maria Luiza Moraes, de 19 anos, tentou entrar na lista de espera ainda na madrugada, mas só conseguiu 12 horas depois.

—Liguei para o MEC, eles falaram que me responderiam por e-mail, mas até agora nada. Pelo menos o site já foi resolvido —contou.

Thayanny Braga, de 22 anos, de Niterói, também sofreu: — O Sisu sempre foi de dar problema. Mas, neste ano, eles se superaram —reclamou.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Inep mantém peso de questões do Enem após correção

Órgão diz que seria ‘inócuo’ refazer cálculos, apesar de a amostra usada incluir estudantes atingidos por erro nos gabaritos

BRASÍLIA

Em meio aos problemas apresentados na correção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2019, mais uma questão foi levantada. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação e responsável pela prova, informou à Justiça, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), que não redefiniu o peso de cada questão, após identificar que, na amostra usada para fazer esse cálculo, havia candidatos atingidos pelos erros decorrentes da troca de gabaritos das provas.

Para o Inep, essa espécie de recalibragem, seria uma medida “inócua”.

O Enem adota a chamada Teoria de Resposta ao Item (TRI) como metodologia para estabelecer pesos diferentes às questões, de acordo com o nível de dificuldade e a probabilidade de serem acertadas ao acaso, entre outros parâmetros. Algumas questões têm o peso definido em pré-testes, anteriores à prova. Outras têm o peso calculado a partir do desempenho de uma amostra de estudantes que fizeram o exame.

6 MIL COM NOTAS ERRADAS

No Enem de 2019, as notas de 100 mil participantes foram usadas nessa calibragem. No entanto, nas provas de Ciências da Natureza havia 83 alunos com erros na correção dos gabaritos. Outros 105 na mesma situação foram identificados na amostra que calibrou as questões de Matemática, segundo dados apresentados pelo Inep.

No total, quase 6 mil estudantes em algumas cidades do país tiveram notas prejudicadas pela desconexão entre prova e gabarito atribuída pelo Inep a um erro da gráfica contratada. As provas tiveram uma nova correção, mas não houve outro cálculo dos pesos das questões.

No recurso apresentado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Inep explicou que a amostra é feita com “indivíduos de alto, médio e baixo desempenho”. Segundo o órgão, o fato de um indivíduo com baixo número de acertos provocado pelo erro do gabarito estar na amostra “não afeta o processo de calibração, já que, se esse indivíduo não tivesse baixo escore, outro indivíduo com baixo escore teria sido selecionado no seu

lugar (sic)”.

Procurado, o Inep não se manifestou. Técnicos do órgão ouvidos pelo GLOBO sob a condição de anonimato disseram não poder assegurar se um novo recálculo traria ou não mudanças nas notas.

O professor Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) Ocimar Alavarse, especialista em avaliações educacionais, diz que, mesmo pequena, uma eventual variação nos parâmetros pode fazer diferença em cursos muito concorridos:

— Não se pode ter dúvidas sobre isso. A única forma de esclarecer seria a abertura dos processos para uma auditoria e a publicação com clareza de todos os protocolos adotados.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SEGUNDO CADERNO

Sim oficial, história de um casamento

De Brasília

Após 12 dias de “noivado”, a atriz Regina Duarte aceitou ontem o convite para assumir a Secretaria Especial da Cultura. Com a decisão, a pasta, vinculada ao Turismo, pode passar a ter interlocução direta com o Palácio do Planalto ou até recuperar seu status de ministério ainda este ano.

REGINA DUARTE aceita o convite de Bolsonaro para assumir Secretaria Especial da Cultura. Fontes do governo dizem que pasta pode passar a ter interlocução direta com o Planalto

Depois de alguns dias mantendo a classe artística na expectativa, período no qual declarou estar “noivando” com o governo, a atriz Regina Duarte aceitou ontem o convite feito pelo presidente Jair Bolsonaro para que assumisse a Secretaria Especial da Cultura. O sim foi oficializado numa reunião da atriz no Palácio do Planalto com Bolsonaro e Marcelo Álvaro Antonio, ministro do Turismo, a quem a pasta da Cultura está vinculada. Fontes dentro do governo acreditam que, agora, Bolsonaro considere a possibilidade de fazer a pasta voltar a ter status de ministério, ou ao menos ter uma interlocução direta com o Planalto.

O convite a Regina foi feito por Bolsonaro no último dia 17, após Roberto Alvim ser demitido do cargo por ter copiado trechos de um discurso nazista. A atriz desembarcou em Brasília por volta das 13h, e seguiu para a Secretaria da Cultura. Após o encontro que começou às 16h20 e durou meia hora, ela deu sua resposta sucinta aos jornalistas.

— Sim — declarou uma sorridente Regina, que estava acompanhada da reverenda Jane Silva, convidada por ela para o cargo de secretária-adjunta. —Só que agora vão ocorrer os proclamas antes do casamento.

Depois de deixar a reunião, Bolsonaro também afirmou que a nomeação está na “fase do proclamas”, como é chamado o documento emitido pelos cartórios quando os noivos dão entrada no casamento civil.

—Está tudo certo, está caminhando. Ela está acertando umas questões pessoais dela — disse o presidente ao chegar no Palácio da Alvorada.

Bolsonaro apresentou Regina aos ministros Paulo Guedes (Economia) e Sergio Moro (Justiça e Segurança Pública), que estavam reunidos com ele antes. O ministro Luiz Eduardo Ramos,

da Secretaria de Governo, também esteve no gabinete com Bolsonaro e Regina. Ele já conhecia a atriz, filha de um militar, quando era general da ativa e foi o responsável por entrar em contato com ela após a demissão de Alvim.

Após o encontro no gabinete, Regina foi ao encontro do ministro da Secretaria Geral da Presidência, Jorge Oliveira, para discutir a estrutura da secretaria. Ele acumula a subchefia de Assuntos

Jurídicos (SAJ) do Planalto.

Em nota, o ministro Marcelo Álvaro Antonio disse que a atriz é um reforço “do mais alto nível” ao governo e terá excelentes resultados no cargo.

“Turismo e Cultura são atividades com uma forte sinergia que mostram ao mundo o que o Brasil tem de melhor, além de terem um alto potencial de geração de emprego e renda em nosso país e é sob essa perspectiva que trabalharemos fortemente e tendo essa importante parceira em nossa equipe. Tenho certeza que ela será bem-sucedida nesse novo desafio e que teremos excelentes resultados”, diz a nota.

QUARTA TITULAR NO CARGO

Na terça-feira, Bolsonaro havia dito que Regina tem o “conhecimento do que vai fazer no cargo”, mas ressaltou que ela precisará de pessoas “com gestão” ao seu lado, e garantiu que ela terá a liberdade de “trocar quem ela quiser” na secretaria.

A atriz será a quarta titular da Cultura no governo Bolsonaro. Em agosto, o então secretário Henrique Pires deixou o cargo após polêmica envolvendo o cancelamento de um edital para TVs públicas que incluía séries com temática LGBT. Depois, o economista Ricardo Braga foi alçado ao cargo, mas acabou sendo indicado para chefiar uma secretaria do Ministério da Educação após cerca de dois meses. Foi substituído por Alvim, que caiu depois de emular um discurso do nazista Joseph Goebbels, ministro de Hitler. O interino de Alvim, José Paulo Soares Martins, foi exonerado logo depois.

O nome da atriz foi sugerido pelo próprio Bolsonaro no momento da demissão de Alvim. O presidente perguntou aos aliados o que achavam de convidá-la e lembrou da atuação dela durante a campanha presidencial de 2018. A indicação de Regina Duarte, que é amiga da primeira dama Michelle Bolsonaro, foi bem recebida de maneira geral pela classe artística, que vê nela uma potencial aliada, depois de um ano bastante turbulento na área, com diversos embates e polêmicas entre artistas e governo.

Para assumir o cargo, nos próximos dias a atriz deve se desligar da TV Globo.

QUESTÕES PARA A NOVA SECRETÁRIA

Nomeações

Bolsonaro deu carta branca para Regina Duarte mexer nos cargos de destaque abaixo da Secretaria Especial da Cultura. Entre os nomeados por Roberto Alvim está Dante Mantovani, que assumiu a Funarte e ficou conhecido por afirmar em vídeo que o rock leva às drogas e ao satanismo. Quando Rafael Nogueira assumiu a Biblioteca Nacional no lugar de Helena Severo, a atriz declarou numa rede social que havia levado um “susto” com a decisão e que sempre teve “grande respeito” por Severo.

Iphan e Palmares

As duas entidades ligadas à pasta estão acéfalas. No fim de 2019, o Iphan chegou a ter Luciana Féres nomeada por sugestão do ministro do Turismo, mas ela foi demitida do cargo horas depois por Alvim. Em janeiro, a Secretaria confirmou que Flávio Moura assumiria, mas a decisão não foi publicada no Diário Oficial. Já a Fundação Palmares chegou a ter Sérgio Camargo empossado. Mas a Justiça reverteu sua nomeação por opiniões como a de que no Brasil a escravidão foi “benéfica para os descendentes” de negros.

Prêmio Nacional das Artes

Anunciado por Roberto Alvim em uma live com Bolsonaro na véspera de sua queda, o Prêmio Nacional das Artes seria o primeiro grande projeto do secretário à frente da Cultura. O vídeo oficial publicado no mesmo dia acabou causando sua queda. O futuro do prêmio segue em aberto. Ele não chegou a ser publicado no Diário Oficial. O projeto era uma ferramenta ideal para contemplar projetos que estivessem ideologicamente de acordo com os ideais conservadores e religiosos de Alvim.

Ancine

Desde o começo do governo Bolsonaro, a Ancine tem sido um dos órgãos mais atacados pelo presidente. Primeiro, Bolsonaro aventou uma extinção, e também anunciou a intenção de transferir a sua sede do Rio para Brasília. Nenhuma dessas coisas aconteceu. Mas a Ancine segue parcialmente acéfala — recentemente secretária-executiva, Luana Maíra Rufino foi nomeada para ocupar provisoriamente uma das três vagas vazias da diretoria colegiada da agência. As outras duas cadeiras seguem vazias.

Censura

Diretamente ligada à crise da Ancine, estava o desejo de Bolsonaro de impor “filtros” à produção audiovisual. Além disso, espaços ligados a estatais, como a Caixa Cultural e o Centro Cultural Banco do Brasil, tiveram episódios de cancelamentos de espetáculos. Vale lembrar que essas propostas e atos foram anteriores à gestão de Alvim. Regina sempre demonstrou ser contra a censura. Em 2018, na campanha, ela disse: “Espero do novo governo liberdade de expressão. E censura nunca mais. A arte tem que ser livre”.

Lei Rouanet

Regina terá de se posicionar de for mamais clara sobre alei. No “Programa do Bial”, em 2019, ela disse que a Rouanet não deveria beneficiar famosos e sim novos talentos, defendendo ainda menor participação do estado no processo. Outro ponto controverso

se refere a um projeto da produtora da atriz, que teve sua prestação de contas rejeitada em 2018. A empresa deve restituir R\$ 319,6 mil aos cofres públicos. Para especialistas, isso não é um entrave para a nomeação, mas pode gerar conflito de interesses.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA

Para Rodrigo Maia, Brasil não tem futuro com Weintraub no MEC Presidente da Câmara diz que reforma tributária deve preservar Simples presumido e pode criar modelos para desoneração de folha

Em meio a graves problemas envolvendo o Enem, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que o Brasil “não tem futuro” com o ministro Abraham Weintraub no comando da Pasta. Ao falar a uma plateia de investidores, em evento promovido pelo Credit Suisse, em São Paulo, Maia afirmou que Weintraub prejudica a imagem do país e disse que tanto o ministro da Educação quanto o titular do Meio Ambiente, Ricardo Salles, atrapalham a atração dos investimentos para o Brasil.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/01/30/para-rodriogo-maia-brasil-nao-tem-futuro-com-weintraub-no-mec.ghtml>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA

Pressão sobre o MEC contamina federação Escolha do substituto de Weintraub definirá, em grande parte, se, no segundo ano de governo, Bolsonaro optará por fazer entregas ou se continuará a fazer muito barulho por nada

O desastre do Enem deu clamor nacional ao epicentro da crise que abrirá o ano legislativo. Se o país está na contagem regressiva para a saída do ministro Abraham Weintraub, é o comando do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que mais inquieta os parlamentares.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/politica/coluna/pressao-sobre-o-mec-contamina-federacao.ghtml>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Educação tem queda de gasto e ‘empocamento’ Levantamento do Tesouro aponta que área reduziu despesa discricionária em 16% em 2019

Envolto em uma crise por causa dos problemas na correção do Enem, o Ministério da Educação teve uma forte queda nos seus gastos discricionários (aqueles que podem ser livremente direcionados pelo gestor) em 2019. De acordo com os dados do Tesouro Nacional, essas despesas (cujo fluxo depende das autorizações de limite orçamentário e financeiro pelo ministério da Economia) caíram R\$ 3,2 bilhões, um recuo real (atualizado pelo IPCA) de 16%. Os valores pagos nessa área totalizaram R\$ 21,8 bilhões no ano passado, segundo o Tesouro.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/01/30/educacao-tem-queda-de-gasto-e-empocamento.ghtml>

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - EDITORIAL

Uma reflexão sobre o Enem

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) não é a melhor forma de selecionar os estudantes que entrarão na universidade. A prova única, aplicada em país de dimensão continental, ignora as abissais diferenças regionais e saberes importantes que compõem a diversidade cultural brasileira.

Além de desperdiçar talentos, exige uma logística cara para ser aplicada nos 8,5 milhões de quilômetros quadrados no mesmo dia e horário para uma média de 5 milhões de candidatos que disputam uma vaga no nível superior. O gigantismo e a importância do exame exigem administração técnica e profissional.

Não é, porém, o que se tem visto. Há uma década, o Enem vem somando falhas. A balbúrdia vai desde a quebra de sigilo e a venda de provas até a anulação de questões. Em 2019, o enredo se reprisou. A correção de provas foi feita com gabarito trocado.

O erro passou despercebido ao MEC. Ao divulgar os resultados, o ministro Abraham Weintraub anunciou ter feito o melhor Enem de todos os tempos. O lapso só foi detectado graças à grita de estudantes que se deram conta da incoerência dos acertos com as notas.

Sem transparência nos procedimentos, o ministério minimizou o ocorrido. Chamou-o de “inconsistência”. O eufemismo foi insuficiente para convencer o Ministério Público e a Defensoria Pública, que recorreram à Justiça para suspender as inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e o acesso ao Programa Universidade para Todos (Prouni).

Na terça, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) autorizou o MEC a retomar o processamento dos resultados. A volta à rotina, porém, não apaga os estragos na imagem do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo exame. A seleção dos milhões de candidatos perde confiabilidade. É grave.

Mas, em vez de medidas estruturais para restabelecer a credibilidade, o MEC apaga incêndios. Conjuga o verbo remediar em vez de prevenir. O fiasco deste ano comprometeu o planejamento das universidades federais e se constituiu pesadelo para 1,8 milhão de estudantes e respectivos familiares. Não é pouco.

topo ↕

FOLHA DE BOA VISTA - RR - OPINIÃO

Inconsistências no Enem frustram sonhos de milhões de brasileiros

O sonho de milhões de estudantes de entrar numa faculdade pública ou particular em 2020 foi adiado mais uma vez. As inconsistências nas notas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) em cerca de seis mil provas trouxeram consequências para os demais candidatos, devido à suspensão pela Justiça dos resultados do Sisu (Sistema de Seleção Unificada).

Muito embora o controverso ministro da Educação Abraham Weintraub tenha declarado repetidas vezes que o primeiro Enem sob sua gestão foi o "melhor de todos os tempos", o que vimos foi mais um desastre na organização, frustrando milhões de estudantes que esperavam o momento de ingressar numa faculdade.

O ministro chegou a culpar até mesmo integrantes de partidos de esquerda de estarem

disseminando informações erradas em redes sociais, mas, até agora, não houve uma solução definitiva para consertar as notas do Enem, liberando as inscrições no Sisu. Até mesmo o Prouni (Programa Universidade para Todos), cujas inscrições começariam na última terça-feira, 28, já teve suas inscrições suspensas pela Justiça enquanto não houver a correção final das notas do Enem. Só para lembrar, o Prouni garante vagas em faculdades particulares para aqueles que não conseguiram ingressar numa universidade pública com as notas do Enem.

O presidente Jair Bolsonaro chegou a falar até mesmo em sabotagem e afirmou que o governo vai apurar se houve um erro de gestão, falha humana ou outro problema nas notas do Enem. Até agora, o governo já responde a pelo menos 18 ações na Justiça, após o MEC assumir ter divulgado parte dos resultados com erro.

Até mesmo os dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior estão preocupados com o atraso na divulgação correta das notas do Enem e na liberação das inscrições no Sisu, visto que isso pode fazer com que as vagas não sejam preenchidas suficientemente para um começo adequado das aulas.

Mas, os maiores prejudicados nessa história toda são os quase 4 milhões de pessoas que se dedicaram a estudar e apostaram todas as suas fichas na conquista de uma das mais de 237 mil vagas em 128 instituições públicas de ensino superior do País, ou mesmo em uma faculdade particular, e estão vendo seus sonhos adiados.

Mais uma vez, o Ministério da Educação não consegue encerrar o processo do Enem dentro do seu cronograma e, mais uma vez, aparecem problemas que prejudicam os candidatos a uma vaga no ensino público superior.

Já foi anunciada para este ano a realização da primeira edição do Enem Digital. Com tantas falhas na realização das provas de forma convencional, fica a dúvida se o governo tem estrutura adequada para sua realização. É esperar para ver!

*Ex-governador de Roraima

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - ECONOMIA

Universidades Federais abrem matrículas para candidatos aprovados no Sisu

Candidatos classificados no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 2020 têm até o dia 4 de fevereiro para encaminhar às instituições de ensino a documentação necessária para se matricular no curso para o qual foram aprovados. O período de matrículas começou ontem, um dia depois de o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ter liberado a divulgação do resultado do Sisu, que havia sido temporariamente suspensa, devido a problemas de correção nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Na última semana, o Ministério da Educação (MEC) reconheceu que cerca de 6 mil candidatos que participaram do Enem haviam sido prejudicados com erros na atribuição das notas. De lá para cá, ao menos 10 ações chegaram à justiça federal contestando a continuação do processo seletivo e solicitando a revisão das notas.

Em meio a esse imbróglio jurídico, as inscrições do Sisu se encerraram no dia 26 de janeiro, contabilizando mais de 3,4 milhões de candidatos. A região com o maior número de inscritos, segundo o MEC, foi a Nordeste, com 1.375.758 candidatos,

seguida pelo Sudeste, com 1.088.094; pela Sul, com 368.751; pela Norte, com 322.954 e pelo Centro-Oeste, com 302.801. Conforme o balanço realizado pelo MEC, os cursos com maior número de inscritos foram Medicina (247.190 candidatos), Administração (190.454) e Direito (175.413).

Os candidatos aprovados podem conferir a listagem regular do processo seletivo no próprio site do Sisu (<https://sisu.mec.gov.br/selecionados>). O período das matrículas nas universidades federais não deve sofrer alterações. No Rio Grande do Sul, candidatos às universidades federais do Rio Grande do Sul (Ufrgs), de Pelotas (Ufpel) e de Santa Maria (UFSM) iniciaram ontem e seguem até o dia 4 de fevereiro. Na Universidade Federal de Rio Grande (Furg), os candidatos devem comparecer aos campi nos dias 30 e 31 de janeiro, e 3 e 4 de fevereiro para realizarem matrícula. Na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), o cronograma para matrícula regular segue nos dias 31 de janeiro, 3 e 4 de fevereiro.

Questionada sobre a possibilidade de judicializações que contestem os resultados do Sisu, a UFCSPA informou, por meio de nota, que "a universidade segue as orientações do Inep e do MEC, sendo que provavelmente em possível ação seja o ministério acionado junto com a universidade. Mas hoje não podemos afirmar que teremos. É um risco que corremos, porém a universidade, nesse caso, é polo passivo".

Os candidatos que não conseguiram vagas via Sisu, podem tentar ainda pelo Programa Universidade Para Todos (ProUni). Com inscrições abertas desde terça-feira, o programa oferta bolsas integrais e parciais (50%) em universidades privadas para estudantes que tenham cursado todo o Ensino Médio na rede pública, ou na rede particular, na condição de bolsista integral. As inscrições para essa modalidade se encerram no dia 1º de fevereiro.

Para concorrer às bolsas integrais, o estudante deve comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até um salário-mínimo e meio. Para as bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários-mínimos por pessoa.

topo 

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - JORNAL CIDADES

Centenário aguarda aval do governo federal para se tornar hospital-escola

O gabinete da prefeitura de São Leopoldo foi palco da primeira reunião do Conselho Administrativo do Hospital Centenário em 2020. Na pauta, a formação do conselho, o calendário de reuniões e a busca por financiamento da instituição.

O presidente da comissão e secretário municipal da Saúde, Ricardo Charão, confirmou o andamento do pedido feito junto ao Ministério da Educação (MEC), ainda em janeiro de 2019, para que o Centenário se torne hospital-escola. O processo segue em avaliação enquanto a prefeitura cumpre requisitos como: implantação de comissões, adequação de estrutura e plano de atividades para alunos. "A certificação está prevista no contrato de parceria entre a Unisinos e a prefeitura. O processo foi encaminhado, nossa solicitação está lá", ressaltou Charão.

Em 2018, foi assinada pelo prefeito Ary Vanazzi e pelo reitor Padre Marcelo Fernandes de Aquino a implantação do Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde. O acordo estipula as regras, contrapartidas e compromissos pactuados entre as instituições de ensino e os gestores municipais do Sistema Único de Saúde (SUS). Além da

certificação junto ao governo federal, a parceria prevê melhorias na rede pública de saúde, em que os estudantes realizam a parte prática da graduação. Foram beneficiadas com ampliação e reforma quatro Unidades de Saúde.

A presidente do Centenário, Lilian Silva, lembra que o processo para tornar o Centenário hospital de ensino é necessário para o reconhecimento do curso de medicina. "Por isso trabalhamos em conjunto e aguardamos o desenvolvimento da análise por parte do Ministério da Educação", reforçou. Atualmente, o curso de Medicina conta com 230 matriculados. A meta é chegar a 500 estudantes. Todos os graduandos passariam a realizar as atividades no hospital.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - POLÍTICA

Aliados ignoram "Escola Digna" e vão ao Ceará conhecer escolas

Visita de deputados governistas à cidade de Sobral chamou atenção de parlamentares da oposição que consideram contrassenso devido as insistentes propagandas do governo com a Educação do MA

Visita de deputados governistas à cidade de Sobral chamou atenção de parlamentares da oposição que consideram contrassenso devido as insistentes propagandas do governo com a Educação do MA

Uma comitiva de deputados estaduais maranhenses, liderada pelo presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto (PCdoB), provocou uma saia justa ao governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), ao desembarcar na cidade de Sobral, no Ceará, para conhecer o modelo de política educacional do município.

Os parlamentares foram recebidos pelo prefeito Ivo Gomes, de quem ouviram relatos sobre o sistema implantado nas escolas públicas locais, "referência em todo o país há mais de 20 anos", segundo nota publicada no site oficial do Legislativo maranhense.

Acompanharam o presidente da Casa os deputados Neto Evangelista (DEM), Rafael Leitoa (PDT), Fernando Pessoa (SD), Marco Aurélio (PCdoB) e Glalbert Cutrim (PDT).

A agenda dos governistas chamou atenção da oposição. Em contato com O Estado, o deputado estadual Wellington do Curso (PSDB) questionou o motivo da viagem. Segundo ele, com tanta propaganda sobre o programa Escola Digna, era o Governo do Maranhão quem deveria repassar aos outros estados dados sobre sua experiência em educação.

"Cadê o Escola Digna? Cadê a experiência de educação do Maranhão? É um contrassenso que aliados do governo, que tanto gasta para fazer propaganda do seu sistema educacional, precisem ir ao Ceará conhecer um modelo de educação", disse.

O tucano é um dos principais críticos do Escola Digna na Assembleia Legislativa. Desde o lançamento do programa, ele tem denunciado que o plano trata-se tão somente de pequenos reparos em unidades e construção de minúsculas escolas, e pontuado que não há preocupação efetiva com a qualidade do ensino.

No ano passado, por exemplo, ele visitou o Centro de Ensino Joaquim Soeiro de Carvalho - Anexo III, no povoado Mamede, localizado a 50 km de Barreirinhas, e revelou, ainda, a possibilidade de irregularidade na execução de obra.

“Visitei a escola e constatei a precariedade. A escola consta na lista que foi encaminhada pelo Governo e, de acordo com o documento, já sofreu reforma do tipo manutenção, no valor de R\$ 18.753,40. Já é a quarta vez que cobro, pelo menos, uma justificativa e ninguém sabe explicar o motivo para mais essa mentira. Governador Flávio Dino, Vossa Excelência precisa aprender, no mínimo, a respeitar os estudantes e professores do Maranhão”, destacou Wellington, na ocasião.

Experiência

Apesar do alardeado sucesso do programa educacional do Maranhão, apresentado na propaganda oficial como um dos melhores do país, os deputados da base dinista reconheceram que o estado ainda precisa avançar e propuseram até a adoção do modelo sobralense em cidades maranhenses.

“Foi uma experiência importante. É bom ver esta comitiva de deputados em Sobral conhecendo os avanços em diversas áreas da gestão, principalmente no que diz respeito ao sistema educacional. Fico muito feliz em poder acompanhar e conhecer de perto esses avanços. Meu desejo é que muitas dessas iniciativas exitosas daqui possam ser aplicadas nas cidades do Maranhão”, disse Othelino Neto, após a visita.

Prefeito fala em satisfação ao receber

dinistas

O prefeito Ivo Gomes falou da satisfação de receber os deputados maranhenses interessados em conhecer a gestão aplicada na educação local.

“Fico honrado com a visita. Temos alegria em compartilhar nossas experiências e ficamos felizes com a empolgação dos legisladores, porque não há nenhuma chance da educação melhorar que não seja pelas mãos de políticos”, ressaltou.

Com 9.1, o ensino fundamental do município de Sobral teve a maior nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do Brasil em 2017, último ano da avaliação do indicador de desempenho da educação brasileira. A média nacional foi de 5,8. De acordo com o senador Cid Gomes, que também participou do encontro, o segredo é promover a alfabetização na idade certa. Cid Gomes é responsável pelo modelo educacional adotado na cidade, implementado quando fora prefeito do município.

Integrante da comitiva, o deputado Glalbert Cutrim parabenizou o grupo político que atualmente comanda Sobral. “Parabéns por estarem sempre buscando o crescimento. A gente sabe que é difícil estar à frente do Executivo, mas com a força de vontade e priorizando a educação é possível ter a evolução de uma cidade”, disse.

topo ↕

A CRÍTICA - MS - TEMPO REAL

Senadores estudam criação de banco de dados para pesquisas agropecuárias

De acordo com os senadores Styvenson Valentim, Luis Carlos Heinze e Soraya Thronicke, autores da proposta, a ideia é integrar a produção de instituições (Imagem: Geraldo Magela/Agência Senado)

O Senado deve estudar a criação de um amplo sistema de informações sobre pesquisa agropecuária.

Essa rede digital seria abastecida por universidades (públicas ou privadas), instituições públicas e empresas privadas de pesquisa agropecuária, além de organizações de trabalhadores rurais.

O projeto (PL 6.417/2019) que cria a rede — batizada de Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA) — espera atualmente a escolha do relator na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). De lá, seguirá para decisão terminativa da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

De acordo com os senadores Styvenson Valentim (Podemos-RN), Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Soraya Thronicke (PSL-MS), autores da proposta, a ideia é integrar a produção de instituições, processos e instrumentos necessários para inovar a agropecuária brasileira.

Podem participar de forma voluntária, colaborativa e cooperativa, instituições científicas, tecnológicas e de inovação, públicas e privadas, que desenvolvam pesquisa agropecuária.

Quer ficar por dentro de tudo que acontece no mercado financeiro?

Receba de segunda a sexta as principais notícias e análises. É grátis!

Patentes

Os senadores ressaltam que caberá ao governo gerenciar o SNPA. Um dos atributos do sistema vai ser concentrar informações sobre invenções patenteadas no Brasil e no mundo.

“Em 2017 foram registradas mais de 3 milhões de patentes no mundo, e o SNPA, assim como o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, não poderá prescindir do acesso a essas informações, sob o risco de desperdiçar recursos no desenvolvimento de tecnologias já existentes”, destacam os autores.

Na justificativa do projeto, os parlamentares classificam o SNPA como “extremamente importante e estratégico para o desenvolvimento do setor agropecuário”, além de poder provocar uma influência positiva no agronegócio brasileiro “face aos desafios presentes e futuros de sustentabilidade e competitividade”.

A proposta altera parte da Lei Agrícola (Lei 8171, de 1991).

Para chegar ao texto, os senadores fizeram uma série de debates com entidades como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Embrapa, o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi), a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento (Mapa), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

topo ↕

A CRÍTICA - MS - TEMPO REAL

Capex busca maior qualidade em programas de intercâmbio

Incentivar a chamada internacionalização em casa no ensino superior brasileiro e a busca por financiamento privado e de instituições de ensino estrangeiras são estratégias da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** para fazer com que as universidades estejam mais conectadas ao cenário internacional. O objetivo da **Capex** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização, de acordo com o Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho.

“Internacionalização em casa são ações que as universidades podem fazer para criar um ambiente internacional sem necessariamente ter que mandar gente para fora, o que é uma questão que até economicamente complica as coisas porque envolve necessidade de recursos maiores”, diz Marinho.

Internacionalização em casa envolve aulas e cursos com professores de outros países, correspondência com pesquisadores estrangeiros e desenvolvimento de parcerias com esses pesquisadores e professores, além de outras ações na própria universidade.

A **Capex** busca ainda parcerias diretas com instituições de ensino estrangeiras, propondo que elas ajudem no custeio dos estudos de brasileiros e incentiva que instituições de ensino se aproximem do setor privado para obter financiamento. Para isso, a **Capex** tem oferecido capacitações e workshops. “A ideia é criar capacidades e competências nas instituições para elas irem atrás de identificarem fontes de recursos que faça elas ficarem, de certa forma, independentes do fomento público. Porque muitas vezes é imprevisível quando vai sair o próximo edital”, diz.

Ajuste financeiro

As estratégias pretendem driblar um cenário de ajuste financeiro. No ano passado, a **Capex**, que é responsável pela oferta de bolsas da pós-graduação brasileira e também pela formação de pessoal, chegou a bloquear bolsas de ensino do mestrado, doutorado e pós-doutorado nacionais. As bolsas posteriormente foram liberadas, mas a coordenação anunciou que reformularia a forma como as novas bolsas seriam distribuídas.

O impacto econômico chega também às bolsas internacionais. A **Capex** era uma das responsáveis pelo Ciência sem Fronteiras, programa que oferecia bolsas de estudo para estudantes de graduação e pós-graduação fazerem intercâmbio. A meta do governo era enviar 100 mil estudantes para o exterior. O programa sofreu uma série de críticas, entre elas, a falta de controle da qualidade desses intercâmbios, mas foi responsável, segundo Marinho, por “colocar o Brasil no mapa”.

Agora, o Projeto Institucional de Internacionalização (Print), que seleciona instituições de ensino e oferece bolsas de estudo e recursos para internacionalização, é um dos principais programas voltados para esse propósito. De acordo com Marinho, a seleção ficou mais rigorosa e busca qualificar melhor a internacionalização brasileira. O edital foi aberto para 40 instituições, mas selecionou 36, que cumpriram os requisitos necessários.

“Muito do que a gente está trabalhando é em incentivar as universidades a se olharem, se entenderem e saberem para onde querem ir. Porque a internacionalização em si não é um fim, ela é um meio, conforme as necessidades que essa universidade tem”, defende. British Council

O Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho, disse que o objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização - Frank Noon/ British Council
Abertura para o mundo

O fomento à internacionalização foi assunto discutido no seminário UK-BR sobre internacionalização e políticas linguísticas na educação superior, organizado pelo British Council, em Londres.

“Se o Brasil quiser ser relevante para a produção de sua pesquisa e com retorno para a própria sociedade, tem que dialogar. O país não está isolado no mundo. Tem que dialogar com o que acontece no mundo inteiro”, defendeu a presidente da Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), Maria Leonor Alves da Maia.

Maria disse que o governo federal é estruturador das políticas públicas no país. “É fundamental a gente ter diretrizes nacionais e incentivos nacionais”, disse. Ela ressaltou que 63% dos pesquisadores não tiveram nenhuma experiência internacional.

Para a presidente, a tecnologia pode ajudar muito nesse cenário: “As novas tecnologias da informação podem fazer com que esses mundos se aproximem. Não necessariamente precisa de mobilidade física para que a relação entre instituições de ensino aconteça. As tecnologias podem permitir troca de conhecimento e de experiência”, diz.
Mais trocas

O Brasil tem avançado. De acordo com dados compilados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), os índices de colaboração internacional passaram de 25% para 38%, entre 2008 e 2018, para o Brasil como um todo. Em 2018, foram publicados, 56.396 trabalhos científicos com autores sediados no Brasil. Desses, 21.506, o equivalente a 38%, incluíam coautores de outros países. Os dados são referentes às universidades líderes em pesquisa no Brasil.

“O Brasil não tem política de globalização, ele sofre a globalização”, diz o presidente da Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Evaldo Ferreira Vilela. “A internacionalização, na verdade, não tem caráter de prioridade nas agendas de governo, isso atrapalha tremendamente, porque fica na vontade de professores, de reitores, de fundações de alocar recurso para isso”.

Segundo Vilela, as dificuldades nos estados são principalmente duas, a redução dos repasses dos governos estaduais para esse tipo de iniciativa e a falta de qualificação de estudantes. “As fundações de amparo à pesquisa têm um papel fundamental no aproveitamento dos talentos que temos na graduação e na pós-graduação, principalmente dos doutorandos. A maior dificuldade que a gente encontra para apoiar esses talentos é a questão da língua. A maior parte deles não tem proficiência em inglês ou outra língua e isso é uma barreira difícil de romper”, diz.

O seminário, que ocorreu nos dias 27 e 28, foi uma iniciativa do programa Universidades para o Mundo, criado para favorecer a cooperação entre instituições brasileiras e britânicas. O programa enfoca temas com os quais o setor de educação superior tem se confrontado enquanto avança no processo de internacionalização no Brasil. O Universidades para o Mundo é uma iniciativa do British Council, organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Capex busca maior qualidade em programas de intercâmbio

Objetivo é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam

Incentivar a chamada internacionalização em casa no ensino superior brasileiro e a busca por financiamento privado e de instituições de ensino estrangeiras são estratégias da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** para fazer com que as universidades estejam mais conectadas ao cenário internacional. O objetivo da **Capex** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização, de acordo com o Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho.

“Internacionalização em casa são ações que as universidades podem fazer para criar um ambiente internacional sem necessariamente ter que mandar gente para fora, o que é uma questão que até economicamente complica as coisas porque envolve necessidade de recursos maiores”, diz Marinho.

Internacionalização em casa envolve aulas e cursos com professores de outros países, correspondência com pesquisadores estrangeiros e desenvolvimento de parcerias com esses pesquisadores e professores, além de outras ações na própria universidade.

A **Capex** busca ainda parcerias diretas com instituições de ensino estrangeiras, propondo que elas ajudem no custeio dos estudos de brasileiros e incentiva que instituições de ensino se aproximem do setor privado para obter financiamento. Para isso, a **Capex** tem oferecido capacitações e workshops. “A ideia é criar capacidades e competências nas instituições para elas irem atrás de identificarem fontes de recursos que faça elas ficarem, de certa forma, independentes do fomento público. Porque muitas vezes é imprevisível quando vai sair o próximo edital”, diz.

Ajuste financeiro

As estratégias pretendem driblar um cenário de ajuste financeiro. No ano passado, a **Capex**, que é responsável pela oferta de bolsas da pós-graduação brasileira e também pela formação de pessoal, chegou a bloquear bolsas de ensino do mestrado, doutorado e pós-doutorado nacionais. As bolsas posteriormente foram liberadas, mas a coordenação anunciou que reformularia a forma como as novas bolsas seriam distribuídas.

O impacto econômico chega também às bolsas internacionais. A **Capex** era uma das responsáveis pelo Ciência sem Fronteiras, programa que oferecia bolsas de estudo para estudantes de graduação e pós-graduação fazerem intercâmbio. A meta do governo era enviar 100 mil estudantes para o exterior. O programa sofreu uma série de críticas, entre elas, a falta de controle da qualidade desses intercâmbios, mas foi responsável, segundo Marinho, por “colocar o Brasil no mapa”.

Agora, o Projeto Institucional de Internacionalização (Print), que seleciona instituições

de ensino e oferece bolsas de estudo e recursos para internacionalização, é um dos principais programas voltados para esse propósito. De acordo com Marinho, a seleção ficou mais rigorosa e busca qualificar melhor a internacionalização brasileira. O edital foi aberto para 40 instituições, mas selecionou 36, que cumpriram os requisitos necessários.

“Muito do que a gente está trabalhando é em incentivar as universidades a se olharem, se entenderem e saberem para onde querem ir. Porque a internacionalização em si não é um fim, ela é um meio, conforme as necessidades que essa universidade tem”, defende. British Council

O Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho, disse que o objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização - Frank Noon/ British Council
Abertura para o mundo

O fomento à internacionalização foi assunto discutido no seminário UK-BR sobre internacionalização e políticas linguísticas na educação superior, organizado pelo British Council, em Londres.

“Se o Brasil quiser ser relevante para a produção de sua pesquisa e com retorno para a própria sociedade, tem que dialogar. O país não está isolado no mundo. Tem que dialogar com o que acontece no mundo inteiro”, defendeu a presidente da Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), Maria Leonor Alves da Maia.

Maria disse que o governo federal é estruturador das políticas públicas no país. “É fundamental a gente ter diretrizes nacionais e incentivos nacionais”, disse. Ela ressaltou que 63% dos pesquisadores não tiveram nenhuma experiência internacional.

Para a presidente, a tecnologia pode ajudar muito nesse cenário: “As novas tecnologias da informação podem fazer com que esses mundos se aproximem. Não necessariamente precisa de mobilidade física para que a relação entre instituições de ensino aconteça. As tecnologias podem permitir troca de conhecimento e de experiência”, diz.

Mais trocas

O Brasil tem avançado. De acordo com dados compilados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), os índices de colaboração internacional passaram de 25% para 38%, entre 2008 e 2018, para o Brasil como um todo. Em 2018, foram publicados, 56.396 trabalhos científicos com autores sediados no Brasil. Desses, 21.506, o equivalente a 38%, incluíam coautores de outros países. Os dados são referentes às universidades líderes em pesquisa no Brasil.

“O Brasil não tem política de globalização, ele sofre a globalização”, diz o presidente da Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Evaldo Ferreira Vilela. “A internacionalização, na verdade, não tem caráter de prioridade nas agendas de governo, isso atrapalha tremendamente, porque fica na vontade de professores, de reitores, de fundações de alocar recurso para isso”.

Segundo Vilela, as dificuldades nos estados são principalmente duas, a redução dos repasses dos governos estaduais para esse tipo de iniciativa e a falta de qualificação de estudantes. “As fundações de amparo à pesquisa têm um papel fundamental no

aproveitamento dos talentos que temos na graduação e na pós-graduação, principalmente dos doutorandos. A maior dificuldade que a gente encontra para apoiar esses talentos é a questão da língua. A maior parte deles não tem proficiência em inglês ou outra língua e isso é uma barreira difícil de romper”, diz.

O seminário, que ocorreu nos dias 27 e 28, foi uma iniciativa do programa Universidades para o Mundo, criado para favorecer a cooperação entre instituições brasileiras e britânicas. O programa enfoca temas com os quais o setor de educação superior tem se confrontado enquanto avança no processo de internacionalização no Brasil. O Universidades para o Mundo é uma iniciativa do British Council, organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais.

* A repórter viajou a convite do British Council

topo ↕

BOL NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio

Incentivar a chamada internacionalização em casa no ensino superior brasileiro e a busca por financiamento privado e de instituições de ensino estrangeiras são estratégias da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para fazer com que as universidades estejam mais conectadas ao cenário internacional. O objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização, de acordo com o Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho.

"Internacionalização em casa são ações que as universidades podem fazer para criar um ambiente internacional sem necessariamente ter que mandar gente para fora, o que é uma questão que até economicamente complica as coisas porque envolve necessidade de recursos maiores", diz Marinho.

Internacionalização em casa envolve aulas e cursos com professores de outros países, correspondência com pesquisadores estrangeiros e desenvolvimento de parcerias com esses pesquisadores e professores, além de outras ações na própria universidade.

A **Capes** busca ainda parcerias diretas com instituições de ensino estrangeiras, propondo que elas ajudem no custeio dos estudos de brasileiros e incentiva que instituições de ensino se aproximem do setor privado para obter financiamento. Para isso, a **Capes** tem oferecido capacitações e workshops. "A ideia é criar capacidades e competências nas instituições para elas irem atrás de identificarem fontes de recursos que faça elas ficarem, de certa forma, independentes do fomento público. Porque muitas vezes é imprevisível quando vai sair o próximo edital", diz.

Ajuste financeiro

As estratégias pretendem driblar um cenário de ajuste financeiro. No ano passado, a **Capes**, que é responsável pela oferta de bolsas da pós-graduação brasileira e também pela formação de pessoal, chegou a bloquear bolsas de ensino do mestrado, doutorado e pós-doutorado nacionais. As bolsas posteriormente foram liberadas, mas a coordenação anunciou que reformularia a forma como as novas bolsas seriam distribuídas.

O impacto econômico chega também às bolsas internacionais. A **Capes** era uma das responsáveis pela Ciência sem Fronteiras, programa que oferecia bolsas de estudo para estudantes de graduação e pós-graduação fazerem intercâmbio. A meta do governo era enviar 100 mil estudantes para o exterior. O programa sofreu uma série de críticas, entre elas, a falta de controle da qualidade desses intercâmbios, mas foi responsável, segundo Marinho, por "colocar o Brasil no mapa".

Agora, o Projeto Institucional de Internacionalização (Print), que seleciona instituições de ensino e oferece bolsas de estudo e recursos para internacionalização, é um dos principais programas voltados para esse propósito. De acordo com Marinho, a seleção ficou mais rigorosa e busca qualificar melhor a internacionalização brasileira. O edital foi aberto para 40 instituições, mas selecionou 36, que cumpriram os requisitos necessários.

"Muito do que a gente está trabalhando é em incentivar as universidades a se olharem, se entenderem e saberem para onde querem ir. Porque a internacionalização em si não é um fim, ela é um meio, conforme as necessidades que essa universidade tem", defende.

Abertura para o mundo

O fomento à internacionalização foi assunto discutido no seminário UK-BR sobre internacionalização e políticas linguísticas na educação superior, organizado pelo British Council, em Londres.

"Se o Brasil quiser ser relevante para a produção de sua pesquisa e com retorno para a própria sociedade, tem que dialogar. O país não está isolado no mundo. Tem que dialogar com o que acontece no mundo inteiro", defendeu a presidente da Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), Maria Leonor Alves da Maia.

Maria disse que o governo federal é estruturador das políticas públicas no país. "É fundamental a gente ter diretrizes nacionais e incentivos nacionais", disse. Ela ressaltou que 63% dos pesquisadores não tiveram nenhuma experiência internacional.

Para a presidente, a tecnologia pode ajudar muito nesse cenário: "As novas tecnologias da informação podem fazer com que esses mundos se aproximem. Não necessariamente precisa de mobilidade física para que a relação entre instituições de ensino aconteça. As tecnologias podem permitir troca de conhecimento e de experiência", diz.

Mais trocas

O Brasil tem avançado. De acordo com dados compilados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), os índices de colaboração internacional passaram de 25% para 38%, entre 2008 e 2018, para o Brasil como um todo. Em 2018, foram publicados, 56.396 trabalhos científicos com autores sediados no Brasil. Desses, 21.506, o equivalente a 38%, incluíam coautores de outros países. Os dados são referentes às universidades líderes em pesquisa no Brasil.

"O Brasil não tem política de globalização, ele sofre a globalização", diz o presidente da Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Evaldo Ferreira Vilela. "A internacionalização, na verdade, não tem caráter de prioridade nas

agendas de governo, isso atrapalha tremendamente, porque fica na vontade de professores, de reitores, de fundações de alocar recurso para isso".

Segundo Vilela, as dificuldades nos estados são principalmente duas, a redução dos repasses dos governos estaduais para esse tipo de iniciativa e a falta de qualificação de estudantes. "As fundações de amparo à pesquisa têm um papel fundamental no aproveitamento dos talentos que temos na graduação e na pós-graduação, principalmente dos doutorandos. A maior dificuldade que a gente encontra para apoiar esses talentos é a questão da língua. A maior parte deles não tem proficiência em inglês ou outra língua e isso é uma barreira difícil de romper", diz.

O seminário, que ocorreu nos dias 27 e 28, foi uma iniciativa do programa Universidades para o Mundo, criado para favorecer a cooperação entre instituições brasileiras e britânicas. O programa enfoca temas com os quais o setor de educação superior tem se confrontado enquanto avança no processo de internacionalização no Brasil. O Universidades para o Mundo é uma iniciativa do British Council, organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais.

* A repórter viajou a convite do British Council

topo ↕

CATVE - NOTÍCIAS

Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio

Objetivo é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam

Incentivar a chamada internacionalização em casa no ensino superior brasileiro e a busca por financiamento privado e de instituições de ensino estrangeiras são estratégias da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para fazer com que as universidades estejam mais conectadas ao cenário internacional. O objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização, de acordo com o Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho.

"Internacionalização em casa são ações que as universidades podem fazer para criar um ambiente internacional sem necessariamente ter que mandar gente para fora, o que é uma questão que até economicamente complica as coisas porque envolve necessidade de recursos maiores", diz Marinho.

Internacionalização em casa envolve aulas e cursos com professores de outros países, correspondência com pesquisadores estrangeiros e desenvolvimento de parcerias com esses pesquisadores e professores, além de outras ações na própria universidade.

A **Capes** busca ainda parcerias diretas com instituições de ensino estrangeiras, propondo que elas ajudem no custeio dos estudos de brasileiros e incentiva que instituições de ensino se aproximem do setor privado para obter financiamento. Para isso, a **Capes** tem oferecido capacitações e workshops. "A ideia é criar capacidades e competências nas instituições para elas irem atrás de identificarem fontes de recursos que faça elas ficarem, de certa forma, independentes do fomento público. Porque muitas vezes é imprevisível quando vai sair o próximo edital?", diz.

Ajuste financeiro

As estratégias pretendem driblar um cenário de ajuste financeiro. No ano passado,

a **Capes**, que é responsável pela oferta de bolsas da pós-graduação brasileira e também pela formação de pessoal, chegou a bloquear bolsas de ensino do mestrado, doutorado e pós-doutorado nacionais. As bolsas posteriormente foram liberadas, mas a coordenação anunciou que reformularia a forma como as novas bolsas seriam distribuídas.

O impacto econômico chega também às bolsas internacionais. A **Capes** era uma das responsáveis pelo Ciência sem Fronteiras, programa que oferecia bolsas de estudo para estudantes de graduação e pós-graduação fazerem intercâmbio. A meta do governo era enviar 100 mil estudantes para o exterior. O programa sofreu uma série de críticas, entre elas, a falta de controle da qualidade desses intercâmbios, mas foi responsável, segundo Marinho, por "colocar o Brasil no mapa".

Agora, o Projeto Institucional de Internacionalização (Print), que seleciona instituições de ensino e oferece bolsas de estudo e recursos para internacionalização, é um dos principais programas voltados para esse propósito. De acordo com Marinho, a seleção ficou mais rigorosa e busca qualificar melhor a internacionalização brasileira. O edital foi aberto para 40 instituições, mas selecionou 36, que cumpriram os requisitos necessários.

"Muito do que a gente está trabalhando é em incentivar as universidades a se olharem, se entenderem e saberem para onde querem ir. Porque a internacionalização em si não é um fim, ela é um meio, conforme as necessidades que essa universidade tem?", defende.

Abertura para o mundo

O fomento à internacionalização foi assunto discutido no seminário UK-BR sobre internacionalização e políticas linguísticas na educação superior, organizado pelo British Council, em Londres.

"Se o Brasil quiser ser relevante para a produção de sua pesquisa e com retorno para a própria sociedade, tem que dialogar. O país não está isolado no mundo. Tem que dialogar com o que acontece no mundo inteiro?", defendeu a presidente da Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), Maria Leonor Alves da Maia.

Maria disse que o governo federal é estruturador das políticas públicas no país. "É fundamental a gente ter diretrizes nacionais e incentivos nacionais?", disse. Ela ressaltou que 63% dos pesquisadores não tiveram nenhuma experiência internacional.

Para a presidente, a tecnologia pode ajudar muito nesse cenário: "As novas tecnologias da informação podem fazer com que esses mundos se aproximem. Não necessariamente precisa de mobilidade física para que a relação entre instituições de ensino aconteça. As tecnologias podem permitir troca de conhecimento e de experiência?", diz.

Mais trocas

O Brasil tem avançado. De acordo com dados compilados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), os índices de colaboração internacional passaram de 25% para 38%, entre 2008 e 2018, para o Brasil como um todo. Em 2018, foram publicados, 56.396 trabalhos científicos com autores sediados no Brasil. Desses, 21.506, o equivalente a 38%, incluíam coautores de outros países. Os dados são referentes às universidades líderes em pesquisa no Brasil.

“O Brasil não tem política de globalização, ele sofre a globalização”, diz o presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Evaldo Ferreira Vilela. “A internacionalização, na verdade, não tem caráter de prioridade nas agendas de governo, isso atrapalha tremendamente, porque fica na vontade de professores, de reitores, de fundações de alocar recurso para isso”.

Segundo Vilela, as dificuldades nos estados são principalmente duas, a redução dos repasses dos governos estaduais para esse tipo de iniciativa e a falta de qualificação de estudantes. “As fundações de amparo à pesquisa têm um papel fundamental no aproveitamento dos talentos que temos na graduação e na pós-graduação, principalmente dos doutorandos. A maior dificuldade que a gente encontra para apoiar esses talentos é a questão da língua. A maior parte deles não tem proficiência em inglês ou outra língua e isso é uma barreira difícil de romper”, diz.

O seminário, que ocorreu nos dias 27 e 28, foi uma iniciativa do programa Universidades para o Mundo, criado para favorecer a cooperação entre instituições brasileiras e britânicas. O programa enfoca temas com os quais o setor de educação superior tem se confrontado enquanto avança no processo de internacionalização no Brasil. O Universidades para o Mundo é uma iniciativa do British Council, organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais.

topo ↕

CENTRAL DE NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

Capex oferece 102 vagas em curso no Canadá, com todas as despesas pagas
A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** está selecionando professores, para realizarem um curso no Canadá com tudo pago. Serão disponibilizadas até 102 vagas

O objetivo é promover a capacitação de professores em efetivo exercício nas escolas públicas de educação básica. O curso será ministrado no Colleges and Institutes Canada – CICan e tem duração de 8 semanas.

Requisitos para concorrer às vagas da **Capex** para o curso no Canadá

- Exercer o cargo de professor em escola da rede pública de educação básica;
- Ser concursado e estar com o estágio probatório concluído até o último dia do período de inscrição previsto no Cronograma deste edital;
- Atuar como docente em sala de aula;
- Não estar de licença ou afastado de suas atividades laborais;
- Possuir diploma de licenciatura;
- Não possuir formação/titulação em nível de pós-graduação stricto sensu;
- Comprovar conhecimento em nível básico da língua inglesa;
- Ser brasileiro ou estrangeiro residente no Brasil com visto permanente;
- Cadastrar seu currículo na Plataforma **Capex** de Educação Básica, disponível em eb.capes.gov.br, com todas as informações referentes à sua formação acadêmica e à sua atuação profissional na educação básica;
- Elaborar um projeto de intervenção pedagógica a partir da sua própria experiência profissional, a ser desenvolvido em sua escola após o retorno ao Brasil;
- Assumir o compromisso de realizar atividade de disseminação dos conhecimentos, bem como participar como multiplicador, quando solicitado pela **Capex** ou pela secretaria de educação à qual está vinculado;
- Não receber ou ter recebido bolsa ou benefício financeiro de outras entidades para

objetivos similares ao deste edital, sob pena de cancelamento do benefício e de ressarcimento dos valores pagos, conforme legislação aplicável à matéria; e Não ter participado do Programa SETEC-CAPES/NOVA ou de Programa de Aperfeiçoamento para Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI/CAPL/Certificate) ou de edições anteriores do Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores da Educação Básica no Canadá.

O que a **Capes** oferece?

Os professores selecionados vão ter direito a:

Passagem aérea internacional de ida e volta em classe econômica promocional;
Ajuda de custo, no valor de \$600.00 (seiscentos dólares canadenses) a serem pagos no Canadá;
Seguro-saúde;
Deslocamento no Canadá: aeroporto/college/aeroporto;
Alojamento, em casa de família canadense (homestay), incluindo 3 refeições;
Curso de formação e material didático;
Passagens aérea nacionais e hospedagem para participação na orientação pré-partida.

Inscrições para as vagas em curso no Canadá

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas online. Cabe ressaltar que é preciso enviar documentos, de acordo com o estabelecido no edital.

Interessados podem se inscrever até as 18h do dia 19/02/2020. O embarque para o Canadá está previsto para 04/06/2020.

[topo](#)

CENTRAL DE NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

Capex busca maior qualidade em programas de intercâmbio

Incentivar a chamada internacionalização em casa no ensino superior brasileiro e a busca por financiamento privado e de instituições de ensino estrangeiras são estratégias da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** para fazer com que as universidades estejam mais conectadas ao cenário internacional. O objetivo da **Capex** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização, de acordo com o Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho.

“Internacionalização em casa são ações que as universidades podem fazer para criar um ambiente internacional sem necessariamente ter que mandar gente para fora, o que é uma questão que até economicamente complica as coisas porque envolve necessidade de recursos maiores”, diz Marinho.

Internacionalização em casa envolve aulas e cursos com professores de outros países,

correspondência com pesquisadores estrangeiros e desenvolvimento de parcerias com esses pesquisadores e professores, além de outras ações na própria universidade.

A **Capes** busca ainda parcerias diretas com instituições de ensino estrangeiras, propondo que elas ajudem no custeio dos estudos de brasileiros e incentiva que instituições de ensino se aproximem do setor privado para obter financiamento. Para isso, a **Capes** tem oferecido capacitações e workshops. “A ideia é criar capacidades e competências nas instituições para elas irem atrás de identificarem fontes de recursos que faça elas ficarem, de certa forma, independentes do fomento público. Porque muitas vezes é imprevisível quando vai sair o próximo edital”, diz.

Ajuste financeiro

As estratégias pretendem driblar um cenário de ajuste financeiro. No ano passado, a **Capes**, que é responsável pela oferta de bolsas da pós-graduação brasileira e também pela formação de pessoal, chegou a bloquear bolsas de ensino do mestrado, doutorado e pós-doutorado nacionais. As bolsas posteriormente foram liberadas, mas a coordenação anunciou que reformularia a forma como as novas bolsas seriam distribuídas.

O impacto econômico chega também às bolsas internacionais. A **Capes** era uma das responsáveis pelo Ciência sem Fronteiras, programa que oferecia bolsas de estudo para estudantes de graduação e pós-graduação fazerem intercâmbio. A meta do governo era enviar 100 mil estudantes para o exterior. O programa sofreu uma série de críticas, entre elas, a falta de controle da qualidade desses intercâmbios, mas foi responsável, segundo Marinho, por “colocar o Brasil no mapa”.

Agora, o Projeto Institucional de Internacionalização (Print), que seleciona instituições de ensino e oferece bolsas de estudo e recursos para internacionalização, é um dos principais programas voltados para esse propósito. De acordo com Marinho, a seleção ficou mais rigorosa e busca qualificar melhor a internacionalização brasileira. O edital foi aberto para 40 instituições, mas selecionou 36, que cumpriram os requisitos necessários.

“Muito do que a gente está trabalhando é em incentivar as universidades a se olharem, se entenderem e saberem para onde querem ir. Porque a internacionalização em si não é um fim, ela é um meio, conforme as necessidades que essa universidade tem”, defende.

O Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho, disse que o objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização – Frank Noon/ British Council Abertura para o mundo

O fomento à internacionalização foi assunto discutido no seminário UK-BR sobre internacionalização e políticas linguísticas na educação superior, organizado pelo British Council, em Londres.

“Se o Brasil quiser ser relevante para a produção de sua pesquisa e com retorno para a própria sociedade, tem que dialogar. O país não está isolado no mundo. Tem que dialogar com o que acontece no mundo inteiro”, defendeu a presidente da Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), Maria Leonor Alves da Maia.

Maria disse que o governo federal é estruturador das políticas públicas no país. “É fundamental a gente ter diretrizes nacionais e incentivos nacionais”, disse. Ela ressaltou que 63% dos pesquisadores não tiveram nenhuma experiência internacional.

Para a presidente, a tecnologia pode ajudar muito nesse cenário: “As novas tecnologias da informação podem fazer com que esses mundos se aproximem. Não necessariamente precisa de mobilidade física para que a relação entre instituições de ensino aconteça. As tecnologias podem permitir troca de conhecimento e de experiência”, diz.

Mais trocas

O Brasil tem avançado. De acordo com dados compilados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), os índices de colaboração internacional passaram de 25% para 38%, entre 2008 e 2018, para o Brasil como um todo. Em 2018, foram publicados, 56.396 trabalhos científicos com autores sediados no Brasil. Desses, 21.506, o equivalente a 38%, incluíam coautores de outros países. Os dados são referentes às universidades líderes em pesquisa no Brasil.

“O Brasil não tem política de globalização, ele sofre a globalização”, diz o presidente da Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Evaldo Ferreira Vilela. “A internacionalização, na verdade, não tem caráter de prioridade nas agendas de governo, isso atrapalha tremendamente, porque fica na vontade de professores, de reitores, de fundações de alocar recurso para isso”.

Segundo Vilela, as dificuldades nos estados são principalmente duas, a redução dos repasses dos governos estaduais para esse tipo de iniciativa e a falta de qualificação de estudantes. “As fundações de amparo à pesquisa têm um papel fundamental no aproveitamento dos talentos que temos na graduação e na pós-graduação, principalmente dos doutorandos. A maior dificuldade que a gente encontra para apoiar esses talentos é a questão da língua. A maior parte deles não tem proficiência em inglês ou outra língua e isso é uma barreira difícil de romper”, diz.

O seminário, que ocorreu nos dias 27 e 28, foi uma iniciativa do programa Universidades para o Mundo, criado para favorecer a cooperação entre instituições brasileiras e britânicas. O programa enfoca temas com os quais o setor de educação superior tem se confrontado enquanto avança no processo de internacionalização no Brasil. O Universidades para o Mundo é uma iniciativa do British Council, organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais.

* A repórter viajou a convite do British Council

topo ↕

CENTRAL DE NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

Na corda bamba, Abraham Weintraub permanece no cargo com apoio do clã Bolsonaro

Em um momento em que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, enfrenta uma das maiores crises na pasta por conta de erros na correção do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), que afetaram o Sisu (Sistema de Seleção Unificada), a pressão sobre o presidente Jair Bolsonaro, vinda das redes sociais, do Congresso e da ala não ideológica do governo, para demiti-lo é grande. O chefe da pasta, contudo, conta com uma rede de apoio aparentemente mais forte junto ao presidente: bolsonaristas estratégicos, em

especial os filhos do mandatário.

Só Eduardo Bolsonaro fez três posts desde terça (28) favoráveis ao ministro.

O vereador Carlos Bolsonaro, o 03, segue com as postagens em tom institucional que vem adotando desde, especialmente, o início do ano, como informativo de ações do governo. Em uma mensagem sequencial, falou de **Capes**, creches, piso salarial, escolas cívico-militares e ideologia no ensino.

Desde o início da manhã desta quarta-feira (29), a hashtag #FicaWeintraub está entre as mais tuitadas, impulsionada por bolsonaristas. O irmão do ministro, Arthur Weintraub, assessor especial de Jair Bolsonaro, é um dos entusiastas, como também o empresário Luciano Hang, um aliado bastante próximo do presidente.

Continue a ler no HuffPost

topo ↕

CENTRAL DE NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

Senadores estudam criação de rede integrada de pesquisas agropecuárias

Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza reunião com 15 itens. Na pauta, o PL 1.928/2019, que cria o visto temporário de trabalho simplificado para jovens. Bancada: senadora Soraya Thronicke (PSL-MS); senador Luis Carlos Heinze (PP-RS); senador Styvenson Valentim (Podemos-RN). Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

O Senado deve estudar a criação de um amplo sistema de informações sobre pesquisa agropecuária. Essa rede digital seria abastecida por universidades (públicas ou privadas), instituições públicas e empresas privadas de pesquisa agropecuária, além de organizações de trabalhadores rurais.

O projeto (PL 6.417/2019) que cria a rede — batizada de Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA) — espera atualmente a escolha do relator na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). De lá, seguirá para decisão terminativa da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

De acordo com os senadores Styvenson Valentim (Podemos-RN), Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Soraya Thronicke (PSL-MS), autores da proposta, a ideia é integrar a produção de instituições, processos e instrumentos necessários para inovar a agropecuária brasileira. Podem participar de forma voluntária, colaborativa e cooperativa, instituições científicas, tecnológicas e de inovação, públicas e privadas, que desenvolvam pesquisa agropecuária.

Patentes

Os senadores ressaltam que caberá ao governo gerenciar o SNPA. Um dos atributos do sistema vai ser concentrar informações sobre invenções patenteadas no Brasil e no mundo.

“Em 2017 foram registradas mais de 3 milhões de patentes no mundo, e o SNPA, assim como o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, não poderá prescindir do acesso a essas informações, sob o risco de desperdiçar recursos no desenvolvimento de tecnologias já existentes”, destacam os autores.

Na justificativa do projeto, os parlamentares classificam o SNPA como “extremamente importante e estratégico para o desenvolvimento do setor agropecuário”, além de poder provocar uma influência positiva no agronegócio brasileiro “face aos desafios presentes e futuros de sustentabilidade e competitividade”.

A proposta altera parte da Lei Agrícola (Lei 8171, de 1991). Para chegar ao texto, os senadores fizeram uma série de debates com entidades como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Embrapa, o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi), a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

topo ↕

DIÁRIO DO PARÁ - PA - TEMPO REAL

Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio

Incentivar a chamada internacionalização em casa no ensino superior brasileiro e a busca por financiamento privado e de instituições de ensino estrangeiras são estratégias da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para fazer com que as universidades estejam mais conectadas ao cenário internacional.

O objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização, de acordo com o Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho. “Internacionalização em casa são ações que as universidades podem fazer para criar um ambiente internacional sem necessariamente ter que mandar gente para fora, o que é uma questão que até economicamente complica as coisas porque envolve necessidade de recursos maiores”, diz Marinho.

Internacionalização em casa envolve aulas e cursos com professores de outros países, correspondência com pesquisadores estrangeiros e desenvolvimento de parcerias com esses pesquisadores e professores, além de outras ações na própria universidade.

A **Capes** busca ainda parcerias diretas com instituições de ensino estrangeiras, propondo que elas ajudem no custeio dos estudos de brasileiros e incentiva que instituições de ensino se aproximem do setor privado para obter financiamento. Para isso, a **Capes** tem oferecido capacitações e workshops. “A ideia é criar capacidades e competências nas instituições para elas irem atrás de identificarem fontes de recursos que faça elas ficarem, de certa forma, independentes do fomento público. Porque muitas vezes é imprevisível quando vai sair o próximo edital”, diz.

Ajuste financeiro

As estratégias pretendem driblar um cenário de ajuste financeiro. No ano passado, a **Capes**, que é responsável pela oferta de bolsas da pós-graduação brasileira e também pela formação de pessoal, chegou a bloquear bolsas de ensino do mestrado, doutorado e pós-doutorado nacionais. As bolsas posteriormente foram liberadas, mas a coordenação anunciou que reformularia a forma como as novas bolsas seriam distribuídas.

O impacto econômico chega também às bolsas internacionais. A **Capes** era uma das responsáveis pelo Ciência sem Fronteiras, programa que oferecia bolsas de estudo para

estudantes de graduação e pós-graduação fazerem intercâmbio. A meta do governo era enviar 100 mil estudantes para o exterior. O programa sofreu uma série de críticas, entre elas, a falta de controle da qualidade desses intercâmbios, mas foi responsável, segundo Marinho, por “colocar o Brasil no mapa”.

Agora, o Projeto Institucional de Internacionalização (Print), que seleciona instituições de ensino e oferece bolsas de estudo e recursos para internacionalização, é um dos principais programas voltados para esse propósito. De acordo com Marinho, a seleção ficou mais rigorosa e busca qualificar melhor a internacionalização brasileira. O edital foi aberto para 40 instituições, mas selecionou 36, que cumpriram os requisitos necessários.

“Muito do que a gente está trabalhando é em incentivar as universidades a se olharem, se entenderem e saberem para onde querem ir. Porque a internacionalização em si não é um fim, ela é um meio, conforme as necessidades que essa universidade tem”, defende.

O Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho, disse que o objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização

O Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho, disse que o objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização Frank Noo/British Council

Abertura para o mundo

O fomento à internacionalização foi assunto discutido no seminário UK-BR sobre internacionalização e políticas linguísticas na educação superior, organizado pelo British Council, em Londres.

“Se o Brasil quiser ser relevante para a produção de sua pesquisa e com retorno para a própria sociedade, tem que dialogar. O país não está isolado no mundo. Tem que dialogar com o que acontece no mundo inteiro”, defendeu a presidente da Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), Maria Leonor Alves da Maia.

Maria disse que o governo federal é estruturador das políticas públicas no país. “É fundamental a gente ter diretrizes nacionais e incentivos nacionais”, disse. Ela ressaltou que 63% dos pesquisadores não tiveram nenhuma experiência internacional.

Para a presidente, a tecnologia pode ajudar muito nesse cenário: “As novas tecnologias da informação podem fazer com que esses mundos se aproximem. Não necessariamente precisa de mobilidade física para que a relação entre instituições de ensino aconteça. As tecnologias podem permitir troca de conhecimento e de experiência”, diz.

Mais trocas

O Brasil tem avançado. De acordo com dados compilados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), os índices de colaboração internacional passaram de 25% para 38%, entre 2008 e 2018, para o Brasil como um todo. Em 2018, foram publicados, 56.396 trabalhos científicos com autores sediados no Brasil. Desses,

21.506, o equivalente a 38%, incluíam coautores de outros países. Os dados são referentes às universidades líderes em pesquisa no Brasil.

“O Brasil não tem política de globalização, ele sofre a globalização”, diz o presidente da Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Evaldo Ferreira Vilela. “A internacionalização, na verdade, não tem caráter de prioridade nas agendas de governo, isso atrapalha tremendamente, porque fica na vontade de professores, de reitores, de fundações de alocar recurso para isso”.

Segundo Vilela, as dificuldades nos estados são principalmente duas, a redução dos repasses dos governos estaduais para esse tipo de iniciativa e a falta de qualificação de estudantes. “As fundações de amparo à pesquisa têm um papel fundamental no aproveitamento dos talentos que temos na graduação e na pós-graduação, principalmente dos doutorandos. A maior dificuldade que a gente encontra para apoiar esses talentos é a questão da língua. A maior parte deles não tem proficiência em inglês ou outra língua e isso é uma barreira difícil de romper”, diz.

O seminário, que ocorreu nos dias 27 e 28, foi uma iniciativa do programa Universidades para o Mundo, criado para favorecer a cooperação entre instituições brasileiras e britânicas. O programa enfoca temas com os quais o setor de educação superior tem se confrontado enquanto avança no processo de internacionalização no Brasil. O Universidades para o Mundo é uma iniciativa do British Council, organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais.

topo ↕

DIÁRIO DO POVO - PI - TEMPO REAL

Capex busca maior qualidade em programas de intercâmbio

Incentivar a chamada internacionalização em casa no ensino superior brasileiro e a busca por financiamento privado e de instituições de ensino estrangeiras são estratégias da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** para fazer com que as universidades estejam mais conectadas ao cenário internacional. O objetivo da **Capex** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização, de acordo com o Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho.

“Internacionalização em casa são ações que as universidades podem fazer para criar um ambiente internacional sem necessariamente ter que mandar gente para fora, o que é uma questão que até economicamente complica as coisas porque envolve necessidade de recursos maiores”, diz Marinho.

Internacionalização em casa envolve aulas e cursos com professores de outros países, correspondência com pesquisadores estrangeiros e desenvolvimento de parcerias com esses pesquisadores e professores, além de outras ações na própria universidade.

A **Capex** busca ainda parcerias diretas com instituições de ensino estrangeiras, propondo que elas ajudem no custeio dos estudos de brasileiros e incentiva que instituições de ensino se aproximem do setor privado para obter financiamento. Para isso, a **Capex** tem oferecido capacitações e workshops. “A ideia é criar capacidades e competências nas instituições para elas irem atrás de identificarem fontes de recursos que faça elas ficarem, de certa forma, independentes do fomento público. Porque muitas vezes é imprevisível quando vai sair o próximo edital”, diz.

Ajuste financeiro

As estratégias pretendem driblar um cenário de ajuste financeiro. No ano passado, a **Capes**, que é responsável pela oferta de bolsas da pós-graduação brasileira e também pela formação de pessoal, chegou a bloquear bolsas de ensino do mestrado, doutorado e pós-doutorado nacionais. As bolsas posteriormente foram liberadas, mas a coordenação anunciou que reformularia a forma como as novas bolsas seriam distribuídas.

O impacto econômico chega também às bolsas internacionais. A **Capes** era uma das responsáveis pelo Ciência sem Fronteiras, programa que oferecia bolsas de estudo para estudantes de graduação e pós-graduação fazerem intercâmbio. A meta do governo era enviar 100 mil estudantes para o exterior. O programa sofreu uma série de críticas, entre elas, a falta de controle da qualidade desses intercâmbios, mas foi responsável, segundo Marinho, por “colocar o Brasil no mapa”.

Agora, o Projeto Institucional de Internacionalização (Print), que seleciona instituições de ensino e oferece bolsas de estudo e recursos para internacionalização, é um dos principais programas voltados para esse propósito. De acordo com Marinho, a seleção ficou mais rigorosa e busca qualificar melhor a internacionalização brasileira. O edital foi aberto para 40 instituições, mas selecionou 36, que cumpriram os requisitos necessários.

“Muito do que a gente está trabalhando é em incentivar as universidades a se olharem, se entenderem e saberem para onde querem ir. Porque a internacionalização em si não é um fim, ela é um meio, conforme as necessidades que essa universidade tem”, defende.

O Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho, disse que o objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização – Frank Noon/ British Council

Abertura para o mundo

O fomento à internacionalização foi assunto discutido no seminário UK-BR sobre internacionalização e políticas linguísticas na educação superior, organizado pelo British Council, em Londres.

“Se o Brasil quiser ser relevante para a produção de sua pesquisa e com retorno para a própria sociedade, tem que dialogar. O país não está isolado no mundo. Tem que dialogar com o que acontece no mundo inteiro”, defendeu a presidente da Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), Maria Leonor Alves da Maia.

Maria disse que o governo federal é estruturador das políticas públicas no país. “É fundamental a gente ter diretrizes nacionais e incentivos nacionais”, disse. Ela ressaltou que 63% dos pesquisadores não tiveram nenhuma experiência internacional.

Para a presidente, a tecnologia pode ajudar muito nesse cenário: “As novas tecnologias da informação podem fazer com que esses mundos se aproximem. Não necessariamente precisa de mobilidade física para que a relação entre instituições de ensino aconteça. As tecnologias podem permitir troca de conhecimento e de experiência”, diz.

Mais trocas

O Brasil tem avançado. De acordo com dados compilados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), os índices de colaboração internacional passaram de 25% para 38%, entre 2008 e 2018, para o Brasil como um todo. Em 2018, foram publicados, 56.396 trabalhos científicos com autores sediados no Brasil. Desses, 21.506, o equivalente a 38%, incluíam coautores de outros países. Os dados são referentes às universidades líderes em pesquisa no Brasil.

“O Brasil não tem política de globalização, ele sofre a globalização”, diz o presidente da Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Evaldo Ferreira Vilela. “A internacionalização, na verdade, não tem caráter de prioridade nas agendas de governo, isso atrapalha tremendamente, porque fica na vontade de professores, de reitores, de fundações de alocar recurso para isso”.

Segundo Vilela, as dificuldades nos estados são principalmente duas, a redução dos repasses dos governos estaduais para esse tipo de iniciativa e a falta de qualificação de estudantes. “As fundações de amparo à pesquisa têm um papel fundamental no aproveitamento dos talentos que temos na graduação e na pós-graduação, principalmente dos doutorandos. A maior dificuldade que a gente encontra para apoiar esses talentos é a questão da língua. A maior parte deles não tem proficiência em inglês ou outra língua e isso é uma barreira difícil de romper”, diz.

O seminário, que ocorreu nos dias 27 e 28, foi uma iniciativa do programa Universidades para o Mundo, criado para favorecer a cooperação entre instituições brasileiras e britânicas. O programa enfoca temas com os quais o setor de educação superior tem se confrontado enquanto avança no processo de internacionalização no Brasil. O Universidades para o Mundo é uma iniciativa do British Council, organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais.

* A repórter viajou a convite do British Council

topo 

DINHEIRO RURAL - TEMPO REAL

Capex busca maior qualidade em programas de intercâmbio

Incentivar a chamada internacionalização em casa no ensino superior brasileiro e a busca por financiamento privado e de instituições de ensino estrangeiras são estratégias da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** para fazer com que as universidades estejam mais conectadas ao cenário internacional. O objetivo da **Capex** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização, de acordo com o Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho.

“Internacionalização em casa são ações que as universidades podem fazer para criar um ambiente internacional sem necessariamente ter que mandar gente para fora, o que é uma questão que até economicamente complica as coisas porque envolve necessidade de recursos maiores”, diz Marinho.

Internacionalização em casa envolve aulas e cursos com professores de outros países, correspondência com pesquisadores estrangeiros e desenvolvimento de parcerias com esses pesquisadores e professores, além de outras ações na própria universidade.

A **Capes** busca ainda parcerias diretas com instituições de ensino estrangeiras, propondo que elas ajudem no custeio dos estudos de brasileiros e incentiva que instituições de ensino se aproximem do setor privado para obter financiamento. Para isso, a **Capes** tem oferecido capacitações e workshops. “A ideia é criar capacidades e competências nas instituições para elas irem atrás de identificarem fontes de recursos que faça elas ficarem, de certa forma, independentes do fomento público. Porque muitas vezes é imprevisível quando vai sair o próximo edital”, diz.

Ajuste financeiro

As estratégias pretendem driblar um cenário de ajuste financeiro. No ano passado, a **Capes**, que é responsável pela oferta de bolsas da pós-graduação brasileira e também pela formação de pessoal, chegou a bloquear bolsas de ensino do mestrado, doutorado e pós-doutorado nacionais. As bolsas posteriormente foram liberadas, mas a coordenação anunciou que reformularia a forma como as novas bolsas seriam distribuídas.

O impacto econômico chega também às bolsas internacionais. A **Capes** era uma das responsáveis pelo Ciência sem Fronteiras, programa que oferecia bolsas de estudo para estudantes de graduação e pós-graduação fazerem intercâmbio. A meta do governo era enviar 100 mil estudantes para o exterior. O programa sofreu uma série de críticas, entre elas, a falta de controle da qualidade desses intercâmbios, mas foi responsável, segundo Marinho, por “colocar o Brasil no mapa”.

Agora, o Projeto Institucional de Internacionalização (Print), que seleciona instituições de ensino e oferece bolsas de estudo e recursos para internacionalização, é um dos principais programas voltados para esse propósito. De acordo com Marinho, a seleção ficou mais rigorosa e busca qualificar melhor a internacionalização brasileira. O edital foi aberto para 40 instituições, mas selecionou 36, que cumpriram os requisitos necessários.

“Muito do que a gente está trabalhando é em incentivar as universidades a se olharem, se entenderem e saberem para onde querem ir. Porque a internacionalização em si não é um fim, ela é um meio, conforme as necessidades que essa universidade tem”, defende.

Abertura para o mundo

O fomento à internacionalização foi assunto discutido no seminário UK-BR sobre internacionalização e políticas linguísticas na educação superior, organizado pelo British Council, em Londres.

“Se o Brasil quiser ser relevante para a produção de sua pesquisa e com retorno para a própria sociedade, tem que dialogar. O país não está isolado no mundo. Tem que dialogar com o que acontece no mundo inteiro”, defendeu a presidente da Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), Maria Leonor Alves da Maia.

Maria disse que o governo federal é estruturador das políticas públicas no país. “É fundamental a gente ter diretrizes nacionais e incentivos nacionais”, disse. Ela ressaltou que 63% dos pesquisadores não tiveram nenhuma experiência internacional.

Para a presidente, a tecnologia pode ajudar muito nesse cenário: “As novas tecnologias

da informação podem fazer com que esses mundos se aproximem. Não necessariamente precisa de mobilidade física para que a relação entre instituições de ensino aconteça. As tecnologias podem permitir troca de conhecimento e de experiência”, diz.

Mais trocas

O Brasil tem avançado. De acordo com dados compilados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), os índices de colaboração internacional passaram de 25% para 38%, entre 2008 e 2018, para o Brasil como um todo. Em 2018, foram publicados, 56.396 trabalhos científicos com autores sediados no Brasil. Desses, 21.506, o equivalente a 38%, incluíam coautores de outros países. Os dados são referentes às universidades líderes em pesquisa no Brasil.

“O Brasil não tem política de globalização, ele sofre a globalização”, diz o presidente da Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Evaldo Ferreira Vilela. “A internacionalização, na verdade, não tem caráter de prioridade nas agendas de governo, isso atrapalha tremendamente, porque fica na vontade de professores, de reitores, de fundações de alocar recurso para isso”.

Segundo Vilela, as dificuldades nos estados são principalmente duas, a redução dos repasses dos governos estaduais para esse tipo de iniciativa e a falta de qualificação de estudantes. “As fundações de amparo à pesquisa têm um papel fundamental no aproveitamento dos talentos que temos na graduação e na pós-graduação, principalmente dos doutorandos. A maior dificuldade que a gente encontra para apoiar esses talentos é a questão da língua. A maior parte deles não tem proficiência em inglês ou outra língua e isso é uma barreira difícil de romper”, diz.

O seminário, que ocorreu nos dias 27 e 28, foi uma iniciativa do programa Universidades para o Mundo, criado para favorecer a cooperação entre instituições brasileiras e britânicas. O programa enfoca temas com os quais o setor de educação superior tem se confrontado enquanto avança no processo de internacionalização no Brasil. O Universidades para o Mundo é uma iniciativa do British Council, organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais.

* A repórter viajou a convite do British Council

Capex busca maior qualidade em programas de intercâmbio

topo ↕

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

Capex busca maior qualidade em programas de intercâmbio

Objetivo é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam

Incentivar a chamada internacionalização em casa no ensino superior brasileiro e a busca por financiamento privado e de instituições de ensino estrangeiras são estratégias da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** para fazer com que as universidades estejam mais conectadas ao cenário internacional. O objetivo da **Capex** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização, de acordo com o Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho.

“Internacionalização em casa são ações que as universidades podem fazer para criar um

ambiente internacional sem necessariamente ter que mandar gente para fora, o que é uma questão que até economicamente complica as coisas porque envolve necessidade de recursos maiores”, diz Marinho.

Internacionalização em casa envolve aulas e cursos com professores de outros países, correspondência com pesquisadores estrangeiros e desenvolvimento de parcerias com esses pesquisadores e professores, além de outras ações na própria universidade.

Leia também:

Presidente da **Capes** aponta mudança em modelo de avaliação dos projetos
Capes seleciona professores de inglês para capacitação nos EUA

A **Capes** busca ainda parcerias diretas com instituições de ensino estrangeiras, propondo que elas ajudem no custeio dos estudos de brasileiros e incentiva que instituições de ensino se aproximem do setor privado para obter financiamento. Para isso, a **Capes** tem oferecido capacitações e workshops. “A ideia é criar capacidades e competências nas instituições para elas irem atrás de identificarem fontes de recursos que faça elas ficarem, de certa forma, independentes do fomento público. Porque muitas vezes é imprevisível quando vai sair o próximo edital”, diz.

Ajuste financeiro

As estratégias pretendem driblar um cenário de ajuste financeiro. No ano passado, a **Capes**, que é responsável pela oferta de bolsas da pós-graduação brasileira e também pela formação de pessoal, chegou a bloquear bolsas de ensino do mestrado, doutorado e pós-doutorado nacionais. As bolsas posteriormente foram liberadas, mas a coordenação anunciou que reformularia a forma como as novas bolsas seriam distribuídas.

O impacto econômico chega também às bolsas internacionais. A **Capes** era uma das responsáveis pelo Ciência sem Fronteiras, programa que oferecia bolsas de estudo para estudantes de graduação e pós-graduação fazerem intercâmbio. A meta do governo era enviar 100 mil estudantes para o exterior. O programa sofreu uma série de críticas, entre elas, a falta de controle da qualidade desses intercâmbios, mas foi responsável, segundo Marinho, por “colocar o Brasil no mapa”.

Agora, o Projeto Institucional de Internacionalização (Print), que seleciona instituições de ensino e oferece bolsas de estudo e recursos para internacionalização, é um dos principais programas voltados para esse propósito. De acordo com Marinho, a seleção ficou mais rigorosa e busca qualificar melhor a internacionalização brasileira. O edital foi aberto para 40 instituições, mas selecionou 36, que cumpriram os requisitos necessários.

“Muito do que a gente está trabalhando é em incentivar as universidades a se olharem, se entenderem e saberem para onde querem ir. Porque a internacionalização em si não é um fim, ela é um meio, conforme as necessidades que essa universidade tem”, defende.

Abertura para o mundo

O fomento à internacionalização foi assunto discutido no seminário UK-BR sobre internacionalização e políticas linguísticas na educação superior, organizado pelo British Council, em Londres.

“Se o Brasil quiser ser relevante para a produção de sua pesquisa e com retorno para a própria sociedade, tem que dialogar. O país não está isolado no mundo. Tem que dialogar com o que acontece no mundo inteiro”, defendeu a presidente da Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), Maria Leonor Alves da Maia.

Maria disse que o governo federal é estruturador das políticas públicas no país. “É fundamental a gente ter diretrizes nacionais e incentivos nacionais”, disse. Ela ressaltou que 63% dos pesquisadores não tiveram nenhuma experiência internacional.

Para a presidente, a tecnologia pode ajudar muito nesse cenário: “As novas tecnologias da informação podem fazer com que esses mundos se aproximem. Não necessariamente precisa de mobilidade física para que a relação entre instituições de ensino aconteça. As tecnologias podem permitir troca de conhecimento e de experiência”, diz.

Mais trocas

O Brasil tem avançado. De acordo com dados compilados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), os índices de colaboração internacional passaram de 25% para 38%, entre 2008 e 2018, para o Brasil como um todo. Em 2018, foram publicados, 56.396 trabalhos científicos com autores sediados no Brasil. Desses, 21.506, o equivalente a 38%, incluíam coautores de outros países. Os dados são referentes às universidades líderes em pesquisa no Brasil.

“O Brasil não tem política de globalização, ele sofre a globalização”, diz o presidente da Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Evaldo Ferreira Vilela. “A internacionalização, na verdade, não tem caráter de prioridade nas agendas de governo, isso atrapalha tremendamente, porque fica na vontade de professores, de reitores, de fundações de alocar recurso para isso”.

Segundo Vilela, as dificuldades nos estados são principalmente duas, a redução dos repasses dos governos estaduais para esse tipo de iniciativa e a falta de qualificação de estudantes. “As fundações de amparo à pesquisa têm um papel fundamental no aproveitamento dos talentos que temos na graduação e na pós-graduação, principalmente dos doutorandos. A maior dificuldade que a gente encontra para apoiar esses talentos é a questão da língua. A maior parte deles não tem proficiência em inglês ou outra língua e isso é uma barreira difícil de romper”, diz.

O seminário, que ocorreu nos dias 27 e 28, foi uma iniciativa do programa Universidades para o Mundo, criado para favorecer a cooperação entre instituições brasileiras e britânicas. O programa enfoca temas com os quais o setor de educação superior tem se confrontado enquanto avança no processo de internacionalização no Brasil. O Universidades para o Mundo é uma iniciativa do British Council, organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais.

topo ↕

FOLHA - GO - TEMPO REAL

Capex busca maior qualidade em programas de intercâmbio

Incentivar a chamada internacionalização em casa no ensino superior brasileiro e a busca por financiamento privado e de instituições de ensino estrangeiras são estratégias da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** para fazer com que as universidades estejam mais conectadas ao cenário internacional. O objetivo da **Capex** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos

consistentes de internacionalização, de acordo com o Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho.

“Internacionalização em casa são ações que as universidades podem fazer para criar um ambiente internacional sem necessariamente ter que mandar gente para fora, o que é uma questão que até economicamente complica as coisas porque envolve necessidade de recursos maiores”, diz Marinho.

Internacionalização em casa envolve aulas e cursos com professores de outros países, correspondência com pesquisadores estrangeiros e desenvolvimento de parcerias com esses pesquisadores e professores, além de outras ações na própria universidade.

A **Capes** busca ainda parcerias diretas com instituições de ensino estrangeiras, propondo que elas ajudem no custeio dos estudos de brasileiros e incentiva que instituições de ensino se aproximem do setor privado para obter financiamento. Para isso, a **Capes** tem oferecido capacitações e workshops. “A ideia é criar capacidades e competências nas instituições para elas irem atrás de identificarem fontes de recursos que faça elas ficarem, de certa forma, independentes do fomento público. Porque muitas vezes é imprevisível quando vai sair o próximo edital”, diz.

Ajuste financeiro

As estratégias pretendem driblar um cenário de ajuste financeiro. No ano passado, a **Capes**, que é responsável pela oferta de bolsas da pós-graduação brasileira e também pela formação de pessoal, chegou a bloquear bolsas de ensino do mestrado, doutorado e pós-doutorado nacionais. As bolsas posteriormente foram liberadas, mas a coordenação anunciou que reformularia a forma como as novas bolsas seriam distribuídas.

O impacto econômico chega também às bolsas internacionais. A **Capes** era uma das responsáveis pelo Ciência sem Fronteiras, programa que oferecia bolsas de estudo para estudantes de graduação e pós-graduação fazerem intercâmbio. A meta do governo era enviar 100 mil estudantes para o exterior. O programa sofreu uma série de críticas, entre elas, a falta de controle da qualidade desses intercâmbios, mas foi responsável, segundo Marinho, por “colocar o Brasil no mapa”.

Agora, o Projeto Institucional de Internacionalização (Print), que seleciona instituições de ensino e oferece bolsas de estudo e recursos para internacionalização, é um dos principais programas voltados para esse propósito. De acordo com Marinho, a seleção ficou mais rigorosa e busca qualificar melhor a internacionalização brasileira. O edital foi aberto para 40 instituições, mas selecionou 36, que cumpriram os requisitos necessários.

“Muito do que a gente está trabalhando é em incentivar as universidades a se olharem, se entenderem e saberem para onde querem ir. Porque a internacionalização em si não é um fim, ela é um meio, conforme as necessidades que essa universidade tem”, defende.

British Council

O Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho, disse que o objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização - Frank Noon/ British Council

Abertura para o mundo

O fomento à internacionalização foi assunto discutido no seminário UK-BR sobre internacionalização e políticas linguísticas na educação superior, organizado pelo British Council, em Londres.

“Se o Brasil quiser ser relevante para a produção de sua pesquisa e com retorno para a própria sociedade, tem que dialogar. O país não está isolado no mundo. Tem que dialogar com o que acontece no mundo inteiro”, defendeu a presidente da Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), Maria Leonor Alves da Maia.

Maria disse que o governo federal é estruturador das políticas públicas no país. “É fundamental a gente ter diretrizes nacionais e incentivos nacionais”, disse. Ela ressaltou que 63% dos pesquisadores não tiveram nenhuma experiência internacional.

Para a presidente, a tecnologia pode ajudar muito nesse cenário: “As novas tecnologias da informação podem fazer com que esses mundos se aproximem. Não necessariamente precisa de mobilidade física para que a relação entre instituições de ensino aconteça. As tecnologias podem permitir troca de conhecimento e de experiência”, diz.

Mais trocas

O Brasil tem avançado. De acordo com dados compilados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), os índices de colaboração internacional passaram de 25% para 38%, entre 2008 e 2018, para o Brasil como um todo. Em 2018, foram publicados, 56.396 trabalhos científicos com autores sediados no Brasil. Desses, 21.506, o equivalente a 38%, incluíam coautores de outros países. Os dados são referentes às universidades líderes em pesquisa no Brasil.

“O Brasil não tem política de globalização, ele sofre a globalização”, diz o presidente da Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Evaldo Ferreira Vilela. “A internacionalização, na verdade, não tem caráter de prioridade nas agendas de governo, isso atrapalha tremendamente, porque fica na vontade de professores, de reitores, de fundações de alocar recurso para isso”.

Segundo Vilela, as dificuldades nos estados são principalmente duas, a redução dos repasses dos governos estaduais para esse tipo de iniciativa e a falta de qualificação de estudantes. “As fundações de amparo à pesquisa têm um papel fundamental no aproveitamento dos talentos que temos na graduação e na pós-graduação, principalmente dos doutorandos. A maior dificuldade que a gente encontra para apoiar esses talentos é a questão da língua. A maior parte deles não tem proficiência em inglês ou outra língua e isso é uma barreira difícil de romper”, diz.

O seminário, que ocorreu nos dias 27 e 28, foi uma iniciativa do programa Universidades para o Mundo, criado para favorecer a cooperação entre instituições brasileiras e britânicas. O programa enfoca temas com os quais o setor de educação superior tem se confrontado enquanto avança no processo de internacionalização no Brasil. O Universidades para o Mundo é uma iniciativa do British Council, organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais.

topo ↕

FOLHA PA - TEMPO REAL

Capex busca maior qualidade em programas de intercâmbio

Incentivar a chamada internacionalização em casa no ensino superior brasileiro e a busca por financiamento privado e de instituições de ensino estrangeiras são estratégias da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para fazer com que as universidades estejam mais conectadas ao cenário internacional. O objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização, de acordo com o Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho.

“Internacionalização em casa são ações que as universidades podem fazer para criar um ambiente internacional sem necessariamente ter que mandar gente para fora, o que é uma questão que até economicamente complica as coisas porque envolve necessidade de recursos maiores”, diz Marinho.

Internacionalização em casa envolve aulas e cursos com professores de outros países, correspondência com pesquisadores estrangeiros e desenvolvimento de parcerias com esses pesquisadores e professores, além de outras ações na própria universidade.

A **Capes** busca ainda parcerias diretas com instituições de ensino estrangeiras, propondo que elas ajudem no custeio dos estudos de brasileiros e incentiva que instituições de ensino se aproximem do setor privado para obter financiamento. Para isso, a **Capes** tem oferecido capacitações e workshops. “A ideia é criar capacidades e competências nas instituições para elas irem atrás de identificarem fontes de recursos que faça elas ficarem, de certa forma, independentes do fomento público. Porque muitas vezes é imprevisível quando vai sair o próximo edital”, diz.

Ajuste financeiro

As estratégias pretendem driblar um cenário de ajuste financeiro. No ano passado, a **Capes**, que é responsável pela oferta de bolsas da pós-graduação brasileira e também pela formação de pessoal, chegou a bloquear bolsas de ensino do mestrado, doutorado e pós-doutorado nacionais. As bolsas posteriormente foram liberadas, mas a coordenação anunciou que reformularia a forma como as novas bolsas seriam distribuídas.

O impacto econômico chega também às bolsas internacionais. A **Capes** era uma das responsáveis pelo Ciência sem Fronteiras, programa que oferecia bolsas de estudo para estudantes de graduação e pós-graduação fazerem intercâmbio. A meta do governo era enviar 100 mil estudantes para o exterior. O programa sofreu uma série de críticas, entre elas, a falta de controle da qualidade desses intercâmbios, mas foi responsável, segundo Marinho, por “colocar o Brasil no mapa”.

Agora, o Projeto Institucional de Internacionalização (Print), que seleciona instituições de ensino e oferece bolsas de estudo e recursos para internacionalização, é um dos principais programas voltados para esse propósito. De acordo com Marinho, a seleção ficou mais rigorosa e busca qualificar melhor a internacionalização brasileira. O edital foi aberto para 40 instituições, mas selecionou 36, que cumpriram os requisitos necessários.

“Muito do que a gente está trabalhando é em incentivar as universidades a se olharem, se entenderem e saberem para onde querem ir. Porque a internacionalização em si não é um fim, ela é um meio, conforme as necessidades que essa universidade tem”, defende.

British Council

O Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho, disse que o objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização - Frank Noon/ British Council

Abertura para o mundo

O fomento à internacionalização foi assunto discutido no seminário UK-BR sobre internacionalização e políticas linguísticas na educação superior, organizado pelo British Council, em Londres.

“Se o Brasil quiser ser relevante para a produção de sua pesquisa e com retorno para a própria sociedade, tem que dialogar. O país não está isolado no mundo. Tem que dialogar com o que acontece no mundo inteiro”, defendeu a presidente da Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), Maria Leonor Alves da Maia.

Maria disse que o governo federal é estruturador das políticas públicas no país. “É fundamental a gente ter diretrizes nacionais e incentivos nacionais”, disse. Ela ressaltou que 63% dos pesquisadores não tiveram nenhuma experiência internacional.

Para a presidente, a tecnologia pode ajudar muito nesse cenário: “As novas tecnologias da informação podem fazer com que esses mundos se aproximem. Não necessariamente precisa de mobilidade física para que a relação entre instituições de ensino aconteça. As tecnologias podem permitir troca de conhecimento e de experiência”, diz.

Mais trocas

O Brasil tem avançado. De acordo com dados compilados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), os índices de colaboração internacional passaram de 25% para 38%, entre 2008 e 2018, para o Brasil como um todo. Em 2018, foram publicados, 56.396 trabalhos científicos com autores sediados no Brasil. Desses, 21.506, o equivalente a 38%, incluíam coautores de outros países. Os dados são referentes às universidades líderes em pesquisa no Brasil.

“O Brasil não tem política de globalização, ele sofre a globalização”, diz o presidente da Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Evaldo Ferreira Vilela. “A internacionalização, na verdade, não tem caráter de prioridade nas agendas de governo, isso atrapalha tremendamente, porque fica na vontade de professores, de reitores, de fundações de alocar recurso para isso”.

Segundo Vilela, as dificuldades nos estados são principalmente duas, a redução dos repasses dos governos estaduais para esse tipo de iniciativa e a falta de qualificação de estudantes. “As fundações de amparo à pesquisa têm um papel fundamental no aproveitamento dos talentos que temos na graduação e na pós-graduação, principalmente dos doutorandos. A maior dificuldade que a gente encontra para apoiar esses talentos é a questão da língua. A maior parte deles não tem proficiência em inglês ou outra língua e isso é uma barreira difícil de romper”, diz.

O seminário, que ocorreu nos dias 27 e 28, foi uma iniciativa do programa Universidades para o Mundo, criado para favorecer a cooperação entre instituições brasileiras e britânicas. O programa enfoca temas com os quais o setor de educação superior tem se confrontado enquanto avança no processo de internacionalização no Brasil. O Universidades para o Mundo é uma iniciativa do British Council, organização

* A repórter viajou a convite do British Council

topo ↕

GAZETA DO POVO – PR - TEMPO REAL

Fé católica e Charles Darwin: sobre um tuíte confuso do jornalista Pedro Dória

Dia desses, em provável referência ao criacionismo do novo presidente da **Capes** (que é evangélico), o jornalista Pedro Dória comentou em sua conta no Twitter: “Amigos católicos, percebo que alguns de vocês estão desatualizados. Desde Pio XVII (sic), em 1950, que a Igreja considera que não há incompatibilidade entre fé e Darwin. A Igreja Católica não é criacionista faz muito tempo. Não é anticientificista. Foi. Não mais e faz tempo”.

Deparando-me com o tuíte, só consegui lembrar do que disse certa vez o físico alemão Wolfgang Pauli ao receber de um jovem aluno o esboço de um artigo sofrível: “Não é apenas que não esteja certo. Não está nem mesmo errado”.

De fato. Para chegar a estar errado, o comentário de Pedro Dória teria de melhorar um bocado.

Há, logo de cara, a curiosa referência ao papa “Pio XVII” – pontífice que talvez venha a surgir no futuro, mas que, por enquanto, não existe. O jornalista decerto estava pensando em Pio XII e na sua encíclica *Humani Generis*. Mas até aí, nada de grave. Trata-se de um lapso desculpável em se tratando de redes sociais.

A Igreja é anticientificista – ou seja, contrária à transformação da ciência em ideologia. Mas não é (nem nunca foi) contrária à ciência enquanto tal

O que já não dá para desculpar é a falta de jeito no manejo de termos como “criacionista” e “anticientificista”, que requerem do leitor grande esforço para imaginar o que, sem ser plenamente capaz de fazê-lo, o jornalista estava tentando dizer. No jargão do futebol, dir-se-ia que o rapaz não tem muita intimidade com a pelota.

Só podemos especular que, por “anticientificista”, ele quisesse dizer, na verdade, anticientífica. Ora, o cientificismo é uma ideologia que toma a ciência apenas como pretexto e, a despeito da relação morfológica entre as palavras, conceitualmente tem tanto a ver com a ciência quanto o vegetarianismo tem a ver com os vegetais.

Portanto, como é de se esperar de todo sujeito racional (incluindo qualquer cientista digno do nome), a Igreja continua, sim, sendo anticientificista – ou seja, contrária à transformação da ciência em ideologia. Mas não, a Igreja não é (nem nunca foi, ao contrário do que diz o jornalista) contrária à ciência enquanto tal. E só mesmo uma inteligência moldada por fábulas anticlericais infantis para continuar acreditando nisso.

Cientificismo à parte, todavia, Pedro Dória também se atrapalha com o criacionismo, ao dizer que “a Igreja Católica não é criacionista faz muito tempo”.

Veja Também:

Os ambientalistas não estão nem aí para você

A fé ateuista ofendida

Neoteísmo e gnosticismo

Tecnicamente, o termo “criacionismo” aplica-se a um contexto religioso bastante específico, que pouco tem a ver com o catolicismo, a não ser quando empregado em sentido vago e artificialmente ampliado. A palavra designa o modo fundamentalista e literalista com que uma parte do protestantismo norte-americano lida com a Bíblia, acreditando que o universo foi criado por Deus exatamente da forma como descreve o livro do Gênesis, ou seja, em sete dias contados, cada qual com 24 horas de duração.

Acomodando-se mal fora do contexto norte-americano, o termo diz respeito, mais especificamente, ao movimento antievolucionista surgido nos Estados Unidos nos anos 1920, cujo episódio mais célebre, romantizado na Broadway e em Hollywood, foi o “Julgamento do Macaco” (também conhecido como “Caso Scopes”) – no qual o professor de ciências John T. Scopes foi levado a julgamento por ensinar a Teoria da Evolução em uma escola secundária na cidade de Dayton (Tennessee).

Depois de um período de certo esgotamento, houve nos anos 1960 uma espécie de renouveau do criacionismo, sobretudo após a publicação do livro *The Genesis Flood*, de John C. Whitcomb e Henry M. Morris, quando o movimento passou definitivamente a reivindicar o estatuto de científico, lutando para que os currículos escolares incorporassem a “ciência criacionista” como alternativa à Teoria da Evolução das espécies.

Também refém da ideologia científicista, o criacionismo é uma tentativa de provar cientificamente (ou, se preferirem, materialisticamente) as verdades reveladas, quase como se a Bíblia pudesse ser lida à moda de uma apostila de história natural. E, nesse sentido particular, não é que a Igreja Católica tenha deixado de ser criacionista nos anos 1950, como pretende o jornalista do Estadão. Na verdade, ela nunca o foi.

A Igreja Católica jamais esposou o tipo de literalismo bíblico característico do criacionismo

A insistência católica na importância da tradição consagrada pelo magistério da Igreja vem justamente da percepção desse risco de leituras descuidadas e literalistas das Sagradas Escrituras, que, na ausência de um conhecimento especializado em filologia e hermenêutica, acabam distorcendo gravemente o sentido do texto. Há muitas camadas interpretativas na Bíblia, que exibe uma estonteante variedade estilística e simbólica, bem como o recurso frequente à linguagem figurada.

Daí que, por exemplo, a constituição dogmática *Dei Verbum* recomende: “O intérprete da Sagrada Escritura, para saber o que Ele [Deus] quis comunicar-nos, deve investigar com atenção o que os hagiógrafos realmente quiseram significar e que aprova a Deus manifestar por meio das suas palavras. Para descobrir a intenção dos hagiógrafos, devem ser tidos também em conta, entre outras coisas, os ‘gêneros literários’. Com efeito, a verdade é proposta e expressa de modos diversos, segundo se trata de gêneros históricos, proféticos, poéticos ou outros. Importa, além disso, que o intérprete busque o sentido que o hagiógrafo em determinadas circunstâncias, segundo as condições do seu tempo e da sua cultura, pretendeu exprimir e de fato exprimiu servindo-se dos gêneros literários então usados. Com efeito, para entender retamente o que o autor sagrado quis

afirmar, deve atender-se convenientemente, quer aos modos nativos de sentir, dizer ou narrar em uso nos tempos do hagiógrafo, quer àqueles que costumavam empregar-se frequentemente nas relações entre os homens de então”.

O uso bíblico dos numerais, por exemplo, é sabidamente complexo e prene de simbolismo. Já no século 5.º, Santo Agostinho condenava a interpretação literalista que os quiliastas faziam do número mil na passagem “reinariam com Jesus durante mil anos”, do livro do Apocalipse (20,6). Em A Cidade de Deus, tendo em conta a tradição bíblica de simbolizar a ideia de totalidade por um número inteiro, o bispo de Hipona explica que os “mil anos” devem ser compreendidos figuradamente, representando a totalidade do tempo histórico. Ao falar em “mil anos”, portanto, o apóstolo João estaria se referindo ao reino de Cristo em sua Igreja no presente saeculum, cuja consumação no Juízo Final ninguém (“senão o Pai”) sabe quando irá ocorrer.

Veja Também:

Estado laaico, Estado laaico

A guerra pela universidade

Nossa Senhora de Paris

O fato é que a Igreja Católica jamais esposou o tipo de literalismo bíblico característico do criacionismo. Nem, muito menos, a sua visão cientificista da religião. E, já que Pedro Dória optou por referências veladas e encíclicas papais, talvez devesse ter consultado a Providentissimus Deus (1893), de Leão XIII, que, embora reconhecendo a legitimidade da ciência enquanto domínio específico do saber, instrui expressamente os católicos a jamais buscar informações científicas na Bíblia, seguindo nisso, aliás, uma longa tradição teológica.

Já na Alta Idade Média, havia uma divisão clara no seio da teologia católica entre uma teologia da revelação – que lidava diretamente com as Sagradas Escrituras e com a doutrina da salvação – e aquilo que se convencionou chamar de “teologia natural”, segundo a qual Deus não havia simplesmente criado a natureza, fazendo também com que ela se criasse a si própria por meio de leis naturais. Como explica o historiador da ciência John H. Brooke: “A teologia natural é um tipo de discurso teológico no qual a existência e os atributos da divindade são discutidos em termos do que pode ser conhecido via razão natural, em contraste (embora não necessariamente em oposição) com o conhecimento adquirido por revelação especial”.

Essa divisão no campo teológico remonta ao pensamento dos Padres da Igreja Clemente e Orígenes, conhecidos como “os platonistas cristãos de Alexandria”. No segundo século da era cristã, ambos propuseram a noção de que Deus manifesta a sua essência por meio de dois “livros”: o livro da natureza e o das Sagradas Escrituras. Mais tarde, essa doutrina viria a ser desenvolvida por Agostinho, que terminou por consagrar a distinção entre os ensinamentos bíblicos sobre assuntos espirituais e a descrição do mundo natural.

Antes que inimigo da ciência moderna, o catolicismo foi, ao contrário, a sua condição de possibilidade

Ecos dessa concepção, conquanto gradualmente deformados e amputados de sua dimensão transcendente original, permaneceram audíveis no decorrer da história da ciência moderna, inclusive nos primórdios da cosmovisão evolucionista.

Em 1794, por exemplo, ninguém menos que Erasmus Darwin, avô de Charles, escreveu em seu Zoonomia: “O mundo mesmo deve ter sido gerado antes que criado; ou seja, deve ter sido gradualmente produzido a partir de pequenos começos, desenvolvendo-se pela ação de seus princípios inerentes mais do que através de uma súbita evolução total vinda do fiat do Todo-Poderoso. Que ideia magnífica do poder infinito do grande arquiteto! A Causa das causas! O Pai dos pais! Ens Entium! Pois, se nos for permitido comparar infinitos, pareceria requerer uma maior infinidade de poder causar a causa dos efeitos do que os efeitos eles próprios”.

PUBLICIDADE

Sendo assim, antes que inimigo da ciência moderna (segundo Dória o imagina antes dos anos 1950), o catolicismo foi, ao contrário, a sua condição de possibilidade. A noção de que o mundo natural pode ser compreendido independentemente do mistério da revelação decorre de uma concepção racionalista de Deus, desenvolvida inicialmente por teólogos como Santo Anselmo, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Portanto, como afirma o filósofo Alfred Whitehead em *Science and the Modern World* (1925): “A fé na possibilidade da ciência é uma derivação inconsciente da teologia medieval”.

Quanto à relação entre a Igreja e a Teoria da Evolução, por sua vez, as coisas são um pouco mais complexas do que Pedro Dória quer nos fazer crer. Quando, portanto, ele sugere um endosso simples e inequívoco do papa Pio XII ao darwinismo, parece estar falando de orelhada. Pois, caso tivesse lido com atenção a encíclica à qual se refere – a *Humani Generis* –, decerto não ignoraria os trechos em que o pontífice alerta para a necessidade de extrema cautela no tratamento do tema, manifestando, ademais, preocupação com as extrapolações metafísicas e ideológicas da teoria. Prosseguiremos daí no artigo da semana que vem.

topo ↕

GAZETA WEB - TEMPO REAL

Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio

Objetivo é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam

Incentivar a chamada internacionalização em casa no ensino superior brasileiro e a busca por financiamento privado e de instituições de ensino estrangeiras são estratégias da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para fazer com que as universidades estejam mais conectadas ao cenário internacional. O objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização, de acordo com o Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho.

"Internacionalização em casa são ações que as universidades podem fazer para criar um ambiente internacional sem necessariamente ter que mandar gente para fora, o que é uma questão que até economicamente complica as coisas porque envolve necessidade de recursos maiores", diz Marinho.

Internacionalização em casa envolve aulas e cursos com professores de outros países, correspondência com pesquisadores estrangeiros e desenvolvimento de parcerias com esses pesquisadores e professores, além de outras ações na própria universidade.

A **Capes** busca ainda parcerias diretas com instituições de ensino estrangeiras, propondo que elas ajudem no custeio dos estudos de brasileiros e incentiva que

instituições de ensino se aproximem do setor privado para obter financiamento. Para isso, a **Capes** tem oferecido capacitações e workshops. "A ideia é criar capacidades e competências nas instituições para elas irem atrás de identificarem fontes de recursos que faça elas ficarem, de certa forma, independentes do fomento público. Porque muitas vezes é imprevisível quando vai sair o próximo edital", diz.

Ajuste financeiro

As estratégias pretendem driblar um cenário de ajuste financeiro. No ano passado, a **Capes**, que é responsável pela oferta de bolsas da pós-graduação brasileira e também pela formação de pessoal, chegou a bloquear bolsas de ensino do mestrado, doutorado e pós-doutorado nacionais. As bolsas posteriormente foram liberadas, mas a coordenação anunciou que reformularia a forma como as novas bolsas seriam distribuídas.

O impacto econômico chega também às bolsas internacionais. A **Capes** era uma das responsáveis pelo Ciência sem Fronteiras, programa que oferecia bolsas de estudo para estudantes de graduação e pós-graduação fazerem intercâmbio. A meta do governo era enviar 100 mil estudantes para o exterior. O programa sofreu uma série de críticas, entre elas, a falta de controle da qualidade desses intercâmbios, mas foi responsável, segundo Marinho, por "colocar o Brasil no mapa".

Agora, o Projeto Institucional de Internacionalização (Print), que seleciona instituições de ensino e oferece bolsas de estudo e recursos para internacionalização, é um dos principais programas voltados para esse propósito. De acordo com Marinho, a seleção ficou mais rigorosa e busca qualificar melhor a internacionalização brasileira. O edital foi aberto para 40 instituições, mas selecionou 36, que cumpriram os requisitos necessários.

"Muito do que a gente está trabalhando é em incentivar as universidades a se olharem, se entenderem e saberem para onde querem ir. Porque a internacionalização em si não é um fim, ela é um meio, conforme as necessidades que essa universidade tem", defende.

Abertura para o mundo

O fomento à internacionalização foi assunto discutido no seminário UK-BR sobre internacionalização e políticas linguísticas na educação superior, organizado pelo British Council, em Londres.

"Se o Brasil quiser ser relevante para a produção de sua pesquisa e com retorno para a própria sociedade, tem que dialogar. O país não está isolado no mundo. Tem que dialogar com o que acontece no mundo inteiro", defendeu a presidente da Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), Maria Leonor Alves da Maia.

Maria disse que o governo federal é estruturador das políticas públicas no país. "É fundamental a gente ter diretrizes nacionais e incentivos nacionais", disse. Ela ressaltou que 63% dos pesquisadores não tiveram nenhuma experiência internacional.

Para a presidente, a tecnologia pode ajudar muito nesse cenário: "As novas tecnologias da informação podem fazer com que esses mundos se aproximem. Não necessariamente precisa de mobilidade física para que a relação entre instituições de ensino aconteça. As

tecnologias podem permitir troca de conhecimento e de experiência", diz.

Mais trocas

O Brasil tem avançado. De acordo com dados compilados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), os índices de colaboração internacional passaram de 25% para 38%, entre 2008 e 2018, para o Brasil como um todo. Em 2018, foram publicados, 56.396 trabalhos científicos com autores sediados no Brasil. Desses, 21.506, o equivalente a 38%, incluíam coautores de outros países. Os dados são referentes às universidades líderes em pesquisa no Brasil.

"O Brasil não tem política de globalização, ele sofre a globalização", diz o presidente da Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Evaldo Ferreira Vilela. "A internacionalização, na verdade, não tem caráter de prioridade nas agendas de governo, isso atrapalha tremendamente, porque fica na vontade de professores, de reitores, de fundações de alocar recurso para isso".

Segundo Vilela, as dificuldades nos estados são principalmente duas, a redução dos repasses dos governos estaduais para esse tipo de iniciativa e a falta de qualificação de estudantes. "As fundações de amparo à pesquisa têm um papel fundamental no aproveitamento dos talentos que temos na graduação e na pós-graduação, principalmente dos doutorandos. A maior dificuldade que a gente encontra para apoiar esses talentos é a questão da língua. A maior parte deles não tem proficiência em inglês ou outra língua e isso é uma barreira difícil de romper", diz.

O seminário, que ocorreu nos dias 27 e 28, foi uma iniciativa do programa Universidades para o Mundo, criado para favorecer a cooperação entre instituições brasileiras e britânicas. O programa enfoca temas com os quais o setor de educação superior tem se confrontado enquanto avança no processo de internacionalização no Brasil. O Universidades para o Mundo é uma iniciativa do British Council, organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais.

topo 

HOJE ES - TEMPO REAL

Senadores estudam criação de rede integrada de pesquisas agropecuárias

O Senado deve estudar a criação de um amplo sistema de informações sobre pesquisa agropecuária. Essa rede digital seria abastecida por universidades (públicas ou privadas), instituições públicas e empresas privadas de pesquisa agropecuária, além de organizações de trabalhadores rurais.

O projeto (PL 6.417/2019) que cria a rede — batizada de Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA) — espera atualmente a escolha do relator na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). De lá, seguirá para decisão terminativa da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

De acordo com os senadores Styvenson Valentim (Podemos-RN), Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Soraya Thronicke (PSL-MS), autores da proposta, a ideia é integrar a produção de instituições, processos e instrumentos necessários para inovar a agropecuária brasileira. Podem participar de forma voluntária, colaborativa e cooperativa, instituições científicas, tecnológicas e de inovação, públicas e privadas, que desenvolvam pesquisa agropecuária.

Patentes

Os senadores ressaltam que caberá ao governo gerenciar o SNPA. Um dos atributos do sistema vai ser concentrar informações sobre invenções patenteadas no Brasil e no mundo.

Leia mais: Sancionada lei que proíbe o título de patrono a pessoas vivas

“Em 2017 foram registradas mais de 3 milhões de patentes no mundo, e o SNPA, assim como o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, não poderá prescindir do acesso a essas informações, sob o risco de desperdiçar recursos no desenvolvimento de tecnologias já existentes”, destacam os autores.

Na justificativa do projeto, os parlamentares classificam o SNPA como “extremamente importante e estratégico para o desenvolvimento do setor agropecuário”, além de poder provocar uma influência positiva no agronegócio brasileiro “face aos desafios presentes e futuros de sustentabilidade e competitividade”.

A proposta altera parte da Lei Agrícola (Lei 8171, de 1991). Para chegar ao texto, os senadores fizeram uma série de debates com entidades como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Embrapa, o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi), a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

topo ↕

ISTOÉ DINHEIRO - SP - TEMPO REAL

Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio

Incentivar a chamada internacionalização em casa no ensino superior brasileiro e a busca por financiamento privado e de instituições de ensino estrangeiras são estratégias da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para fazer com que as universidades estejam mais conectadas ao cenário internacional. O objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização, de acordo com o Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho.

“Internacionalização em casa são ações que as universidades podem fazer para criar um ambiente internacional sem necessariamente ter que mandar gente para fora, o que é uma questão que até economicamente complica as coisas porque envolve necessidade de recursos maiores”, diz Marinho.

Internacionalização em casa envolve aulas e cursos com professores de outros países, correspondência com pesquisadores estrangeiros e desenvolvimento de parcerias com esses pesquisadores e professores, além de outras ações na própria universidade.

A **Capes** busca ainda parcerias diretas com instituições de ensino estrangeiras, propondo que elas ajudem no custeio dos estudos de brasileiros e incentiva que instituições de ensino se aproximem do setor privado para obter financiamento. Para

isso, a **Capes** tem oferecido capacitações e workshops. “A ideia é criar capacidades e competências nas instituições para elas irem atrás de identificarem fontes de recursos que faça elas ficarem, de certa forma, independentes do fomento público. Porque muitas vezes é imprevisível quando vai sair o próximo edital”, diz.

Ajuste financeiro

As estratégias pretendem driblar um cenário de ajuste financeiro. No ano passado, a **Capes**, que é responsável pela oferta de bolsas da pós-graduação brasileira e também pela formação de pessoal, chegou a bloquear bolsas de ensino do mestrado, doutorado e pós-doutorado nacionais. As bolsas posteriormente foram liberadas, mas a coordenação anunciou que reformularia a forma como as novas bolsas seriam distribuídas.

O impacto econômico chega também às bolsas internacionais. A **Capes** era uma das responsáveis pelo Ciência sem Fronteiras, programa que oferecia bolsas de estudo para estudantes de graduação e pós-graduação fazerem intercâmbio. A meta do governo era enviar 100 mil estudantes para o exterior. O programa sofreu uma série de críticas, entre elas, a falta de controle da qualidade desses intercâmbios, mas foi responsável, segundo Marinho, por “colocar o Brasil no mapa”.

Agora, o Projeto Institucional de Internacionalização (Print), que seleciona instituições de ensino e oferece bolsas de estudo e recursos para internacionalização, é um dos principais programas voltados para esse propósito. De acordo com Marinho, a seleção ficou mais rigorosa e busca qualificar melhor a internacionalização brasileira. O edital foi aberto para 40 instituições, mas selecionou 36, que cumpriram os requisitos necessários.

“Muito do que a gente está trabalhando é em incentivar as universidades a se olharem, se entenderem e saberem para onde querem ir. Porque a internacionalização em si não é um fim, ela é um meio, conforme as necessidades que essa universidade tem”, defende.

Abertura para o mundo

O fomento à internacionalização foi assunto discutido no seminário UK-BR sobre internacionalização e políticas linguísticas na educação superior, organizado pelo British Council, em Londres.

“Se o Brasil quiser ser relevante para a produção de sua pesquisa e com retorno para a própria sociedade, tem que dialogar. O país não está isolado no mundo. Tem que dialogar com o que acontece no mundo inteiro”, defendeu a presidente da Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), Maria Leonor Alves da Maia.

Maria disse que o governo federal é estruturador das políticas públicas no país. “É fundamental a gente ter diretrizes nacionais e incentivos nacionais”, disse. Ela ressaltou que 63% dos pesquisadores não tiveram nenhuma experiência internacional.

Para a presidente, a tecnologia pode ajudar muito nesse cenário: “As novas tecnologias da informação podem fazer com que esses mundos se aproximem. Não necessariamente precisa de mobilidade física para que a relação entre instituições de ensino aconteça. As tecnologias podem permitir troca de conhecimento e de experiência”, diz.

Mais trocas

O Brasil tem avançado. De acordo com dados compilados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), os índices de colaboração internacional passaram de 25% para 38%, entre 2008 e 2018, para o Brasil como um todo. Em 2018, foram publicados, 56.396 trabalhos científicos com autores sediados no Brasil. Desses, 21.506, o equivalente a 38%, incluíam coautores de outros países. Os dados são referentes às universidades líderes em pesquisa no Brasil.

“O Brasil não tem política de globalização, ele sofre a globalização”, diz o presidente da Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Evaldo Ferreira Vilela. “A internacionalização, na verdade, não tem caráter de prioridade nas agendas de governo, isso atrapalha tremendamente, porque fica na vontade de professores, de reitores, de fundações de alocar recurso para isso”.

Segundo Vilela, as dificuldades nos estados são principalmente duas, a redução dos repasses dos governos estaduais para esse tipo de iniciativa e a falta de qualificação de estudantes. “As fundações de amparo à pesquisa têm um papel fundamental no aproveitamento dos talentos que temos na graduação e na pós-graduação, principalmente dos doutorandos. A maior dificuldade que a gente encontra para apoiar esses talentos é a questão da língua. A maior parte deles não tem proficiência em inglês ou outra língua e isso é uma barreira difícil de romper”, diz.

O seminário, que ocorreu nos dias 27 e 28, foi uma iniciativa do programa Universidades para o Mundo, criado para favorecer a cooperação entre instituições brasileiras e britânicas. O programa enfoca temas com os quais o setor de educação superior tem se confrontado enquanto avança no processo de internacionalização no Brasil. O Universidades para o Mundo é uma iniciativa do British Council, organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais.

* A repórter viajou a convite do British Council

topo ↕

JORNAL DE PIRACICABA - TEMPO REAL

Capex busca maior qualidade em programas de intercâmbio

Incentivar a chamada internacionalização em casa no ensino superior brasileiro e a busca por financiamento privado e de instituições de ensino estrangeiras são estratégias da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** para fazer com que as universidades estejam mais conectadas ao cenário internacional. O objetivo da **Capex** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização, de acordo com o Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho.

“Internacionalização em casa são ações que as universidades podem fazer para criar um ambiente internacional sem necessariamente ter que mandar gente para fora, o que é uma questão que até economicamente complica as coisas porque envolve necessidade de recursos maiores”, diz Marinho.

Internacionalização em casa envolve aulas e cursos com professores de outros países, correspondência com pesquisadores estrangeiros e desenvolvimento de parcerias com

esses pesquisadores e professores, além de outras ações na própria universidade.

A **Capes** busca ainda parcerias diretas com instituições de ensino estrangeiras, propondo que elas ajudem no custeio dos estudos de brasileiros e incentiva que instituições de ensino se aproximem do setor privado para obter financiamento. Para isso, a **Capes** tem oferecido capacitações e workshops. “A ideia é criar capacidades e competências nas instituições para elas irem atrás de identificarem fontes de recursos que faça elas ficarem, de certa forma, independentes do fomento público. Porque muitas vezes é imprevisível quando vai sair o próximo edital”, diz.

Ajuste financeiro

As estratégias pretendem driblar um cenário de ajuste financeiro. No ano passado, a **Capes**, que é responsável pela oferta de bolsas da pós-graduação brasileira e também pela formação de pessoal, chegou a bloquear bolsas de ensino do mestrado, doutorado e pós-doutorado nacionais. As bolsas posteriormente foram liberadas, mas a coordenação anunciou que reformularia a forma como as novas bolsas seriam distribuídas.

O impacto econômico chega também às bolsas internacionais. A **Capes** era uma das responsáveis pelo Ciência sem Fronteiras, programa que oferecia bolsas de estudo para estudantes de graduação e pós-graduação fazerem intercâmbio. A meta do governo era enviar 100 mil estudantes para o exterior. O programa sofreu uma série de críticas, entre elas, a falta de controle da qualidade desses intercâmbios, mas foi responsável, segundo Marinho, por “colocar o Brasil no mapa”.

Agora, o Projeto Institucional de Internacionalização (Print), que seleciona instituições de ensino e oferece bolsas de estudo e recursos para internacionalização, é um dos principais programas voltados para esse propósito. De acordo com Marinho, a seleção ficou mais rigorosa e busca qualificar melhor a internacionalização brasileira. O edital foi aberto para 40 instituições, mas selecionou 36, que cumpriram os requisitos necessários.

“Muito do que a gente está trabalhando é em incentivar as universidades a se olharem, se entenderem e saberem para onde querem ir. Porque a internacionalização em si não é um fim, ela é um meio, conforme as necessidades que essa universidade tem”, defende.

British Council

O Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho, disse que o objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização – Frank Noon/ British Council

Abertura para o mundo

O fomento à internacionalização foi assunto discutido no seminário UK-BR sobre internacionalização e políticas linguísticas na educação superior, organizado pelo British Council, em Londres.

“Se o Brasil quiser ser relevante para a produção de sua pesquisa e com retorno para a própria sociedade, tem que dialogar. O país não está isolado no mundo. Tem que dialogar com o que acontece no mundo inteiro”, defendeu a presidente da Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), Maria Leonor Alves da Maia.

Maria disse que o governo federal é estruturador das políticas públicas no país. “É fundamental a gente ter diretrizes nacionais e incentivos nacionais”, disse. Ela ressaltou que 63% dos pesquisadores não tiveram nenhuma experiência internacional.

Para a presidente, a tecnologia pode ajudar muito nesse cenário: “As novas tecnologias da informação podem fazer com que esses mundos se aproximem. Não necessariamente precisa de mobilidade física para que a relação entre instituições de ensino aconteça. As tecnologias podem permitir troca de conhecimento e de experiência”, diz.

Mais trocas

O Brasil tem avançado. De acordo com dados compilados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), os índices de colaboração internacional passaram de 25% para 38%, entre 2008 e 2018, para o Brasil como um todo. Em 2018, foram publicados, 56.396 trabalhos científicos com autores sediados no Brasil. Desses, 21.506, o equivalente a 38%, incluíam coautores de outros países. Os dados são referentes às universidades líderes em pesquisa no Brasil.

“O Brasil não tem política de globalização, ele sofre a globalização”, diz o presidente da Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Evaldo Ferreira Vilela. “A internacionalização, na verdade, não tem caráter de prioridade nas agendas de governo, isso atrapalha tremendamente, porque fica na vontade de professores, de reitores, de fundações de alocar recurso para isso”.

Segundo Vilela, as dificuldades nos estados são principalmente duas, a redução dos repasses dos governos estaduais para esse tipo de iniciativa e a falta de qualificação de estudantes. “As fundações de amparo à pesquisa têm um papel fundamental no aproveitamento dos talentos que temos na graduação e na pós-graduação, principalmente dos doutorandos. A maior dificuldade que a gente encontra para apoiar esses talentos é a questão da língua. A maior parte deles não tem proficiência em inglês ou outra língua e isso é uma barreira difícil de romper”, diz.

O seminário, que ocorreu nos dias 27 e 28, foi uma iniciativa do programa Universidades para o Mundo, criado para favorecer a cooperação entre instituições brasileiras e britânicas. O programa enfoca temas com os quais o setor de educação superior tem se confrontado enquanto avança no processo de internacionalização no Brasil. O Universidades para o Mundo é uma iniciativa do British Council, organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais.

* A repórter viajou a convite do British Council

topo ↕

LEIA JÁ - NOTÍCIAS

Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio

Objetivo é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização

Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa, Evaldo Ferreira Vilela, Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa, Evaldo Ferreira Vilela, (fotos: Valter Campanato/Agência Brasil)

Incentivar a chamada internacionalização em casa no ensino superior brasileiro e a busca por financiamento privado e de instituições de ensino estrangeiras são estratégias

da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para fazer com que as universidades estejam mais conectadas ao cenário internacional. O objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização, de acordo com o Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho.

“Internacionalização em casa são ações que as universidades podem fazer para criar um ambiente internacional sem necessariamente ter que mandar gente para fora, o que é uma questão que até economicamente complica as coisas porque envolve necessidade de recursos maiores”, diz Marinho.

Internacionalização em casa envolve aulas e cursos com professores de outros países, correspondência com pesquisadores estrangeiros e desenvolvimento de parcerias com esses pesquisadores e professores, além de outras ações na própria universidade.

A **Capes** busca ainda parcerias diretas com instituições de ensino estrangeiras, propondo que elas ajudem no custeio dos estudos de brasileiros e incentiva que instituições de ensino se aproximem do setor privado para obter financiamento. Para isso, a **Capes** tem oferecido capacitações e workshops. “A ideia é criar capacidades e competências nas instituições para elas irem atrás de identificarem fontes de recursos que faça elas ficarem, de certa forma, independentes do fomento público. Porque muitas vezes é imprevisível quando vai sair o próximo edital”, diz.

Ajuste financeiro

As estratégias pretendem driblar um cenário de ajuste financeiro. No ano passado, a **Capes**, que é responsável pela oferta de bolsas da pós-graduação brasileira e também pela formação de pessoal, chegou a bloquear bolsas de ensino do mestrado, doutorado e pós-doutorado nacionais. As bolsas posteriormente foram liberadas, mas a coordenação anunciou que reformularia a forma como as novas bolsas seriam distribuídas.

O impacto econômico chega também às bolsas internacionais. A **Capes** era uma das responsáveis pelo Ciência sem Fronteiras, programa que oferecia bolsas de estudo para estudantes de graduação e pós-graduação fazerem intercâmbio. A meta do governo era enviar 100 mil estudantes para o exterior. O programa sofreu uma série de críticas, entre elas, a falta de controle da qualidade desses intercâmbios, mas foi responsável, segundo Marinho, por “colocar o Brasil no mapa”.

Agora, o Projeto Institucional de Internacionalização (Print), que seleciona instituições de ensino e oferece bolsas de estudo e recursos para internacionalização, é um dos principais programas voltados para esse propósito. De acordo com Marinho, a seleção ficou mais rigorosa e busca qualificar melhor a internacionalização brasileira. O edital foi aberto para 40 instituições, mas selecionou 36, que cumpriram os requisitos necessários.

“Muito do que a gente está trabalhando é em incentivar as universidades a se olharem, se entenderem e saberem para onde querem ir. Porque a internacionalização em si não é um fim, ela é um meio, conforme as necessidades que essa universidade tem”, defende.

Abertura para o mundo

O fomento à internacionalização foi assunto discutido no seminário UK-BR sobre internacionalização e políticas linguísticas na educação superior, organizado pelo British Council, em Londres.

“Se o Brasil quiser ser relevante para a produção de sua pesquisa e com retorno para a própria sociedade, tem que dialogar. O país não está isolado no mundo. Tem que dialogar com o que acontece no mundo inteiro”, defendeu a presidente da Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), Maria Leonor Alves da Maia.

Maria disse que o governo federal é estruturador das políticas públicas no país. “É fundamental a gente ter diretrizes nacionais e incentivos nacionais”, disse. Ela ressaltou que 63% dos pesquisadores não tiveram nenhuma experiência internacional.

Para a presidente, a tecnologia pode ajudar muito nesse cenário: “As novas tecnologias da informação podem fazer com que esses mundos se aproximem. Não necessariamente precisa de mobilidade física para que a relação entre instituições de ensino aconteça. As tecnologias podem permitir troca de conhecimento e de experiência”, diz.

Mais trocas

O Brasil tem avançado. De acordo com dados compilados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), os índices de colaboração internacional passaram de 25% para 38%, entre 2008 e 2018, para o Brasil como um todo. Em 2018, foram publicados, 56.396 trabalhos científicos com autores sediados no Brasil. Desses, 21.506, o equivalente a 38%, incluíam coautores de outros países. Os dados são referentes às universidades líderes em pesquisa no Brasil.

“O Brasil não tem política de globalização, ele sofre a globalização”, diz o presidente da Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Evaldo Ferreira Vilela. “A internacionalização, na verdade, não tem caráter de prioridade nas agendas de governo, isso atrapalha tremendamente, porque fica na vontade de professores, de reitores, de fundações de alocar recurso para isso”.

Segundo Vilela, as dificuldades nos estados são principalmente duas, a redução dos repasses dos governos estaduais para esse tipo de iniciativa e a falta de qualificação de estudantes. “As fundações de amparo à pesquisa têm um papel fundamental no aproveitamento dos talentos que temos na graduação e na pós-graduação, principalmente dos doutorandos. A maior dificuldade que a gente encontra para apoiar esses talentos é a questão da língua. A maior parte deles não tem proficiência em inglês ou outra língua e isso é uma barreira difícil de romper”, diz.

O seminário, que ocorreu nos dias 27 e 28, foi uma iniciativa do programa Universidades para o Mundo, criado para favorecer a cooperação entre instituições brasileiras e britânicas. O programa enfoca temas com os quais o setor de educação superior tem se confrontado enquanto avança no processo de internacionalização no Brasil. O Universidades para o Mundo é uma iniciativa do British Council, organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais.

topo ↕

MARANHÃO HOJE - TEMPO REAL

Senadores estudam criação de rede integrada de pesquisas agropecuárias

O Senado deve estudar a criação de um amplo sistema de informações sobre pesquisa agropecuária. Essa rede digital seria abastecida por universidades (públicas ou privadas), instituições públicas e empresas privadas de pesquisa agropecuária, além de organizações de trabalhadores rurais.

O projeto (PL 6.417/2019) que cria a rede — batizada de Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA) — espera atualmente a escolha do relator na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). De lá, seguirá para decisão terminativa da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

De acordo com os senadores Styvenson Valentim (Podemos-RN), Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Soraya Thronicke (PSL-MS), autores da proposta, a ideia é integrar a produção de instituições, processos e instrumentos necessários para inovar a agropecuária brasileira. Podem participar de forma voluntária, colaborativa e cooperativa, instituições científicas, tecnológicas e de inovação, públicas e privadas, que desenvolvam pesquisa agropecuária.

Patentes – Os senadores ressaltam que caberá ao governo gerenciar o SNPA. Um dos atributos do sistema vai ser concentrar informações sobre invenções patenteadas no Brasil e no mundo.

“Em 2017 foram registradas mais de 3 milhões de patentes no mundo, e o SNPA, assim como o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, não poderá prescindir do acesso a essas informações, sob o risco de desperdiçar recursos no desenvolvimento de tecnologias já existentes”, destacam os autores.

Na justificativa do projeto, os parlamentares classificam o SNPA como “extremamente importante e estratégico para o desenvolvimento do setor agropecuário”, além de poder provocar uma influência positiva no agronegócio brasileiro “face aos desafios presentes e futuros de sustentabilidade e competitividade”.

A proposta altera parte da Lei Agrícola (Lei 8171, de 1991). Para chegar ao texto, os senadores fizeram uma série de debates com entidades como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Embrapa, o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi), a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

topo ↕

O DOCUMENTO - MT - TEMPO REAL

Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio

Incentivar a chamada internacionalização em casa no ensino superior brasileiro e a busca por financiamento privado e de instituições de ensino estrangeiras são estratégias da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para fazer com que as universidades estejam mais conectadas ao cenário internacional. O objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização, de acordo com o Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho.

“Internacionalização em casa são ações que as universidades podem fazer para criar um ambiente internacional sem necessariamente ter que mandar gente para fora, o que é uma questão que até economicamente complica as coisas porque envolve necessidade de recursos maiores”, diz Marinho.

Internacionalização em casa envolve aulas e cursos com professores de outros países, correspondência com pesquisadores estrangeiros e desenvolvimento de parcerias com esses pesquisadores e professores, além de outras ações na própria universidade.

A **Capes** busca ainda parcerias diretas com instituições de ensino estrangeiras, propondo que elas ajudem no custeio dos estudos de brasileiros e incentiva que instituições de ensino se aproximem do setor privado para obter financiamento. Para isso, a **Capes** tem oferecido capacitações e workshops. “A ideia é criar capacidades e competências nas instituições para elas irem atrás de identificarem fontes de recursos que faça elas ficarem, de certa forma, independentes do fomento público. Porque muitas vezes é imprevisível quando vai sair o próximo edital”, diz.

Ajuste financeiro

As estratégias pretendem driblar um cenário de ajuste financeiro. No ano passado, a **Capes**, que é responsável pela oferta de bolsas da pós-graduação brasileira e também pela formação de pessoal, chegou a bloquear bolsas de ensino do mestrado, doutorado e pós-doutorado nacionais. As bolsas posteriormente foram liberadas, mas a coordenação anunciou que reformularia a forma como as novas bolsas seriam distribuídas.

O impacto econômico chega também às bolsas internacionais. A **Capes** era uma das responsáveis pelo Ciência sem Fronteiras, programa que oferecia bolsas de estudo para estudantes de graduação e pós-graduação fazerem intercâmbio. A meta do governo era enviar 100 mil estudantes para o exterior. O programa sofreu uma série de críticas, entre elas, a falta de controle da qualidade desses intercâmbios, mas foi responsável, segundo Marinho, por “colocar o Brasil no mapa”.

Leia Também: **Capes** abre 66 mil bolsas para licenciatura e formação de professores

Agora, o Projeto Institucional de Internacionalização (Print), que seleciona instituições de ensino e oferece bolsas de estudo e recursos para internacionalização, é um dos principais programas voltados para esse propósito. De acordo com Marinho, a seleção ficou mais rigorosa e busca qualificar melhor a internacionalização brasileira. O edital foi aberto para 40 instituições, mas selecionou 36, que cumpriram os requisitos necessários.

“Muito do que a gente está trabalhando é em incentivar as universidades a se olharem, se entenderem e saberem para onde querem ir. Porque a internacionalização em si não é um fim, ela é um meio, conforme as necessidades que essa universidade tem”, defende.

British Council

O Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho, disse que o objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização – Frank Noon/ British Council

Abertura para o mundo

O fomento à internacionalização foi assunto discutido no seminário UK-BR sobre internacionalização e políticas linguísticas na educação superior, organizado pelo British Council, em Londres.

“Se o Brasil quiser ser relevante para a produção de sua pesquisa e com retorno para a própria sociedade, tem que dialogar. O país não está isolado no mundo. Tem que dialogar com o que acontece no mundo inteiro”, defendeu a presidente da Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), Maria Leonor Alves da Maia.

Maria disse que o governo federal é estruturador das políticas públicas no país. “É fundamental a gente ter diretrizes nacionais e incentivos nacionais”, disse. Ela ressaltou que 63% dos pesquisadores não tiveram nenhuma experiência internacional.

Para a presidente, a tecnologia pode ajudar muito nesse cenário: “As novas tecnologias da informação podem fazer com que esses mundos se aproximem. Não necessariamente precisa de mobilidade física para que a relação entre instituições de ensino aconteça. As tecnologias podem permitir troca de conhecimento e de experiência”, diz.

Mais trocas

O Brasil tem avançado. De acordo com dados compilados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), os índices de colaboração internacional passaram de 25% para 38%, entre 2008 e 2018, para o Brasil como um todo. Em 2018, foram publicados, 56.396 trabalhos científicos com autores sediados no Brasil. Desses, 21.506, o equivalente a 38%, incluíam coautores de outros países. Os dados são referentes às universidades líderes em pesquisa no Brasil.

“O Brasil não tem política de globalização, ele sofre a globalização”, diz o presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Evaldo Ferreira Vilela. “A internacionalização, na verdade, não tem caráter de prioridade nas agendas de governo, isso atrapalha tremendamente, porque fica na vontade de professores, de reitores, de fundações de alocar recurso para isso”.

Segundo Vilela, as dificuldades nos estados são principalmente duas, a redução dos repasses dos governos estaduais para esse tipo de iniciativa e a falta de qualificação de estudantes. “As fundações de amparo à pesquisa têm um papel fundamental no aproveitamento dos talentos que temos na graduação e na pós-graduação, principalmente dos doutorandos. A maior dificuldade que a gente encontra para apoiar esses talentos é a questão da língua. A maior parte deles não tem proficiência em inglês ou outra língua e isso é uma barreira difícil de romper”, diz.

O seminário, que ocorreu nos dias 27 e 28, foi uma iniciativa do programa Universidades para o Mundo, criado para favorecer a cooperação entre instituições brasileiras e britânicas. O programa enfoca temas com os quais o setor de educação superior tem se confrontado enquanto avança no processo de internacionalização no Brasil. O Universidades para o Mundo é uma iniciativa do British Council, organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais.

* A repórter viajou a convite do British Council

topo ↕

O DOCUMENTO - MT - TEMPO REAL

Brexit pode trazer oportunidades para o Brasil, dizem autoridades

O Reino Unido deixará oficialmente a União Europeia no dia 31. A expectativa de autoridades brasileiras é que o chamado Brexit possa trazer oportunidades para o Brasil. Com o fim de benefícios para países europeus, outros mercados podem, de acordo com autoridades entrevistadas pela Agência Brasil, ganhar espaço na região.

“O Brexit tem riscos porque mudam as regras alfandegárias, mudam as regras tarifárias, mas tem também oportunidades potenciais porque se abrem espaços em áreas como a agrícola, na qual somos competitivos”, diz o ministro-conselheiro da Embaixada do Brasil no Reino Unido, Roberto Doring.

Apesar da saída da União Europeia, o Reino Unido passará por um período de transição até o final de 2020, no qual seguirão valendo as atuais regras de viagens, negócios e relações comerciais. Durante esse período, as duas regiões vão firmar novos acordos que passarão a reger a relação entre eles em diversos setores.

“O Reino Unido importa, para que se tenha ideia, 50% de tudo que consome em termos de alimentos e bebidas. Do que importam, 60% vêm da União Europeia. Um Brexit que signifique de fato uma redução dos fluxos de comércio entre União Europeia e Reino Unido abre espaços que podem ser ocupados por países como o Brasil, que são competitivos juntamente nessa área de alimentos e bebidas, no agronegócio em geral”, destaca.

De acordo com dados de 2018 do governo britânico, cerca de 4% dos alimentos consumidos pelo Reino Unido vieram da América do Sul. Os desafios de ampliar esse mercado, de acordo com Doring, são grandes e, em cenário pós-Brexit, exigirão o conhecimento de novos formulários, novas regras alfandegárias, entre outras questões logísticas.

Leia Também: Nobel de Química é de 3 cientistas que criaram bateria para celular

Para ajudar o setor privado brasileiro, a embaixada lançou a plataforma Brazil Brexit Watch, em português, Observatório Brasileiro do Brexit que consolida informações sobre possíveis mudanças que possam afetar o setor privado brasileiro, especialmente os segmentos exportadores.

Educação

No ensino superior, o Brasil também pode ganhar espaço no Reino Unido, de acordo com o representante da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Patricio Marinho. “Acho que o Brexit fez com que as universidades britânicas olhassem para outros mercados, por assim dizer, além da Europa. Acho que abriu bastante os olhos das instituições do Reino Unido para a América Latina, para outros parceiros em potencial”, diz.

Marinho, que é coordenador de Parcerias Estratégicas no Norte Global e Oceania da Diretoria de Relações Internacionais da **Capes**, diz que o Brexit deve ser encarado como oportunidade. “Percebo que tem tendência muito forte de serem criadas novas parcerias graças ao Brexit, e o Brasil pode se beneficiar dessa abertura que o Reino Unido está

dando além da Europa.”

No Reino Unido – que é formado por Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte – estão importantes universidades, como a Universidade de Oxford, Universidade de Cambridge e Universidade de Londres. A região é a segunda que mais recebe estudantes no mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, de acordo com o Universities UK, organização que representa 137 universidades.

Cooperação em pesquisas

O chefe de Educação Transnacional do Universities UK, Eduardo Ramos, disse que a internacionalização é o coração das universidades britânicas. “As universidades têm relações internacionais com quase todos os países do mundo, em termos de pesquisa e educação. Na maior parte das vezes, a pesquisa é feita em colaboração com parceiros internacionais”, disse Ramos.

Leia Também: Proibição do uso de máscaras em Hong Kong é declarada inconstitucional

Segundo o Universities UK, dentre os países da América do Sul, o Brasil é líder em cooperação com as universidades britânicas. Entre 2015 e 2018 foram mais de 13 mil publicações assinadas em conjunto por pesquisadores do Reino Unido e brasileiros. A região é o sexto destino mais procurado por brasileiros que querem estudar fora, atrás de Estados Unidos, Argentina, Portugal, França e Alemanha.

Ramos destaca que os pesquisadores brasileiros são bem preparados e têm um alto nível acadêmico. “Brasileiros têm um lugar-chave para ajudar as universidades a diversificarem os cursos e os estudos. As universidades estão interessadas em colaborar com instituições brasileiras porque elas são chave em endereçar alguns desafios mais urgentes no mundo como mudança climática, pobreza, sustentabilidade. Brasileiros estão à frente em pesquisas desse tipo de desafio”.

Em relação aos estudantes europeus, Ramos diz que eles são importantes para as instituições de ensino e que espera que os acordos firmados entre Reino Unido e União Europeia mantenham a participação em programas de educação. “É interessante para ambas as partes chegar a um acordo em que haverá continuação na participação nos programas de pesquisa e de educação, como o Erasmus.”

A União Europeia é formada por 28 Estados-Membros. Fazer parte do grupo implica a existência de uma economia de mercado livre, de uma democracia estável e de um Estado de Direito, bem como a aceitação da legislação e regulamentação europeias.

topo ↕

POLIARQUIA - TEMPO REAL

Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio

Incentivar a chamada internacionalização em casa no ensino superior brasileiro e a busca por financiamento privado e de instituições de ensino estrangeiras são estratégias da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para fazer com que as universidades estejam mais conectadas ao cenário internacional. O objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização, de acordo com o Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho.

“Internacionalização em casa são ações que as universidades podem fazer para criar um ambiente internacional sem necessariamente ter que mandar gente para fora, o que é uma questão que até economicamente complica as coisas porque envolve necessidade de recursos maiores”, diz Marinho.

Internacionalização em casa envolve aulas e cursos com professores de outros países, correspondência com pesquisadores estrangeiros e desenvolvimento de parcerias com esses pesquisadores e professores, além de outras ações na própria universidade.

A **Capes** busca ainda parcerias diretas com instituições de ensino estrangeiras, propondo que elas ajudem no custeio dos estudos de brasileiros e incentiva que instituições de ensino se aproximem do setor privado para obter financiamento. Para isso, a **Capes** tem oferecido capacitações e workshops. “A ideia é criar capacidades e competências nas instituições para elas irem atrás de identificarem fontes de recursos que faça elas ficarem, de certa forma, independentes do fomento público. Porque muitas vezes é imprevisível quando vai sair o próximo edital”, diz.

Ajuste financeiro

As estratégias pretendem driblar um cenário de ajuste financeiro. No ano passado, a **Capes**, que é responsável pela oferta de bolsas da pós-graduação brasileira e também pela formação de pessoal, chegou a bloquear bolsas de ensino do mestrado, doutorado e pós-doutorado nacionais. As bolsas posteriormente foram liberadas, mas a coordenação anunciou que reformularia a forma como as novas bolsas seriam distribuídas.

O impacto econômico chega também às bolsas internacionais. A **Capes** era uma das responsáveis pelo Ciência sem Fronteiras, programa que oferecia bolsas de estudo para estudantes de graduação e pós-graduação fazerem intercâmbio. A meta do governo era enviar 100 mil estudantes para o exterior. O programa sofreu uma série de críticas, entre elas, a falta de controle da qualidade desses intercâmbios, mas foi responsável, segundo Marinho, por “colocar o Brasil no mapa”.

Agora, o Projeto Institucional de Internacionalização (Print), que seleciona instituições de ensino e oferece bolsas de estudo e recursos para internacionalização, é um dos principais programas voltados para esse propósito. De acordo com Marinho, a seleção ficou mais rigorosa e busca qualificar melhor a internacionalização brasileira. O edital foi aberto para 40 instituições, mas selecionou 36, que cumpriram os requisitos necessários.

“Muito do que a gente está trabalhando é em incentivar as universidades a se olharem, se entenderem e saberem para onde querem ir. Porque a internacionalização em si não é um fim, ela é um meio, conforme as necessidades que essa universidade tem”, defende.

O Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho, disse que o objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização – Frank Noon/ British Council Abertura para o mundo

O fomento à internacionalização foi assunto discutido no seminário UK-BR sobre internacionalização e políticas linguísticas na educação superior, organizado pelo British Council, em Londres.

“Se o Brasil quiser ser relevante para a produção de sua pesquisa e com retorno para a própria sociedade, tem que dialogar. O país não está isolado no mundo. Tem que dialogar com o que acontece no mundo inteiro”, defendeu a presidente da Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), Maria Leonor Alves da Maia.

Maria disse que o governo federal é estruturador das políticas públicas no país. “É fundamental a gente ter diretrizes nacionais e incentivos nacionais”, disse. Ela ressaltou que 63% dos pesquisadores não tiveram nenhuma experiência internacional.

Para a presidente, a tecnologia pode ajudar muito nesse cenário: “As novas tecnologias da informação podem fazer com que esses mundos se aproximem. Não necessariamente precisa de mobilidade física para que a relação entre instituições de ensino aconteça. As tecnologias podem permitir troca de conhecimento e de experiência”, diz.

Mais trocas

O Brasil tem avançado. De acordo com dados compilados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), os índices de colaboração internacional passaram de 25% para 38%, entre 2008 e 2018, para o Brasil como um todo. Em 2018, foram publicados, 56.396 trabalhos científicos com autores sediados no Brasil. Desses, 21.506, o equivalente a 38%, incluíam coautores de outros países. Os dados são referentes às universidades líderes em pesquisa no Brasil.

“O Brasil não tem política de globalização, ele sofre a globalização”, diz o presidente da Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Evaldo Ferreira Vilela. “A internacionalização, na verdade, não tem caráter de prioridade nas agendas de governo, isso atrapalha tremendamente, porque fica na vontade de professores, de reitores, de fundações de alocar recurso para isso”.

Segundo Vilela, as dificuldades nos estados são principalmente duas, a redução dos repasses dos governos estaduais para esse tipo de iniciativa e a falta de qualificação de estudantes. “As fundações de amparo à pesquisa têm um papel fundamental no aproveitamento dos talentos que temos na graduação e na pós-graduação, principalmente dos doutorandos. A maior dificuldade que a gente encontra para apoiar esses talentos é a questão da língua. A maior parte deles não tem proficiência em inglês ou outra língua e isso é uma barreira difícil de romper”, diz.

O seminário, que ocorreu nos dias 27 e 28, foi uma iniciativa do programa Universidades para o Mundo, criado para favorecer a cooperação entre instituições brasileiras e britânicas. O programa enfoca temas com os quais o setor de educação superior tem se confrontado enquanto avança no processo de internacionalização no Brasil. O Universidades para o Mundo é uma iniciativa do British Council, organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais.

* A repórter viajou a convite do British Council

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio

Incentivar a chamada internacionalização em casa no ensino superior brasileiro e a busca por financiamento privado e de instituições de ensino estrangeiras são estratégias da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para fazer com que as universidades estejam mais conectadas ao cenário internacional. O objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização, de acordo com o Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho.

“Internacionalização em casa são ações que as universidades podem fazer para criar um ambiente internacional sem necessariamente ter que mandar gente para fora, o que é uma questão que até economicamente complica as coisas porque envolve necessidade de recursos maiores”, diz Marinho.

Internacionalização em casa envolve aulas e cursos com professores de outros países, correspondência com pesquisadores estrangeiros e desenvolvimento de parcerias com esses pesquisadores e professores, além de outras ações na própria universidade.

A **Capes** busca ainda parcerias diretas com instituições de ensino estrangeiras, propondo que elas ajudem no custeio dos estudos de brasileiros e incentiva que instituições de ensino se aproximem do setor privado para obter financiamento. Para isso, a **Capes** tem oferecido capacitações e workshops. “A ideia é criar capacidades e competências nas instituições para elas irem atrás de identificarem fontes de recursos que faça elas ficarem, de certa forma, independentes do fomento público. Porque muitas vezes é imprevisível quando vai sair o próximo edital”, diz.

Ajuste financeiro

As estratégias pretendem driblar um cenário de ajuste financeiro. No ano passado, a **Capes**, que é responsável pela oferta de bolsas da pós-graduação brasileira e também pela formação de pessoal, chegou a bloquear bolsas de ensino do mestrado, doutorado e pós-doutorado nacionais. As bolsas posteriormente foram liberadas, mas a coordenação anunciou que reformularia a forma como as novas bolsas seriam distribuídas.

O impacto econômico chega também às bolsas internacionais. A **Capes** era uma das responsáveis pelo Ciência sem Fronteiras, programa que oferecia bolsas de estudo para estudantes de graduação e pós-graduação fazerem intercâmbio. A meta do governo era enviar 100 mil estudantes para o exterior. O programa sofreu uma série de críticas, entre elas, a falta de controle da qualidade desses intercâmbios, mas foi responsável, segundo Marinho, por “colocar o Brasil no mapa”.

Agora, o Projeto Institucional de Internacionalização (Print), que seleciona instituições de ensino e oferece bolsas de estudo e recursos para internacionalização, é um dos principais programas voltados para esse propósito. De acordo com Marinho, a seleção ficou mais rigorosa e busca qualificar melhor a internacionalização brasileira. O edital foi aberto para 40 instituições, mas selecionou 36, que cumpriram os requisitos necessários.

“Muito do que a gente está trabalhando é em incentivar as universidades a se olharem, se entenderem e saberem para onde querem ir. Porque a internacionalização em si não é um fim, ela é um meio, conforme as necessidades que essa universidade tem”, defende.

Abertura para o mundo

O fomento à internacionalização foi assunto discutido no seminário UK-BR sobre internacionalização e políticas linguísticas na educação superior, organizado pelo British Council, em Londres.

“Se o Brasil quiser ser relevante para a produção de sua pesquisa e com retorno para a própria sociedade, tem que dialogar. O país não está isolado no mundo. Tem que dialogar com o que acontece no mundo inteiro”, defendeu a presidente da Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), Maria Leonor Alves da Maia.

Maria disse que o governo federal é estruturador das políticas públicas no país. “É fundamental a gente ter diretrizes nacionais e incentivos nacionais”, disse. Ela ressaltou que 63% dos pesquisadores não tiveram nenhuma experiência internacional.

Para a presidente, a tecnologia pode ajudar muito nesse cenário: “As novas tecnologias da informação podem fazer com que esses mundos se aproximem. Não necessariamente precisa de mobilidade física para que a relação entre instituições de ensino aconteça. As tecnologias podem permitir troca de conhecimento e de experiência”, diz.

Mais trocas

O Brasil tem avançado. De acordo com dados compilados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), os índices de colaboração internacional passaram de 25% para 38%, entre 2008 e 2018, para o Brasil como um todo. Em 2018, foram publicados, 56.396 trabalhos científicos com autores sediados no Brasil. Desses, 21.506, o equivalente a 38%, incluíam coautores de outros países. Os dados são referentes às universidades líderes em pesquisa no Brasil.

“O Brasil não tem política de globalização, ele sofre a globalização”, diz o presidente da Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Evaldo Ferreira Vilela. “A internacionalização, na verdade, não tem caráter de prioridade nas agendas de governo, isso atrapalha tremendamente, porque fica na vontade de professores, de reitores, de fundações de alocar recurso para isso”.

Segundo Vilela, as dificuldades nos estados são principalmente duas, a redução dos repasses dos governos estaduais para esse tipo de iniciativa e a falta de qualificação de estudantes. “As fundações de amparo à pesquisa têm um papel fundamental no aproveitamento dos talentos que temos na graduação e na pós-graduação, principalmente dos doutorandos. A maior dificuldade que a gente encontra para apoiar esses talentos é a questão da língua. A maior parte deles não tem proficiência em inglês ou outra língua e isso é uma barreira difícil de romper”, diz.

O seminário, que ocorreu nos dias 27 e 28, foi uma iniciativa do programa Universidades para o Mundo, criado para favorecer a cooperação entre instituições brasileiras e britânicas. O programa enfoca temas com os quais o setor de educação superior tem se confrontado enquanto avança no processo de internacionalização no Brasil. O Universidades para o Mundo é uma iniciativa do British Council, organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais.

* A repórter viajou a convite do British Council

topo ↕

PORTAL MT - TEMPO REAL

Senadores estudam criação de rede integrada de pesquisas agropecuárias

O Senado deve estudar a criação de um amplo sistema de informações sobre pesquisa agropecuária. Essa rede digital seria abastecida por universidades (públicas ou privadas), instituições públicas e empresas privadas de pesquisa agropecuária, além de organizações de trabalhadores rurais.

O projeto (PL 6.417/2019) que cria a rede — batizada de Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA) — espera atualmente a escolha do relator na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). De lá, seguirá para decisão terminativa da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

De acordo com os senadores Styvenson Valentim (Podemos-RN), Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Soraya Thronicke (PSL-MS), autores da proposta, a ideia é integrar a produção de instituições, processos e instrumentos necessários para inovar a agropecuária brasileira. Podem participar de forma voluntária, colaborativa e cooperativa, instituições científicas, tecnológicas e de inovação, públicas e privadas, que desenvolvam pesquisa agropecuária.

Patentes

Os senadores ressaltam que caberá ao governo gerenciar o SNPA. Um dos atributos do sistema vai ser concentrar informações sobre invenções patenteadas no Brasil e no mundo.

“Em 2017 foram registradas mais de 3 milhões de patentes no mundo, e o SNPA, assim como o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, não poderá prescindir do acesso a essas informações, sob o risco de desperdiçar recursos no desenvolvimento de tecnologias já existentes”, destacam os autores.

Na justificativa do projeto, os parlamentares classificam o SNPA como “extremamente importante e estratégico para o desenvolvimento do setor agropecuário”, além de poder provocar uma influência positiva no agronegócio brasileiro “face aos desafios presentes e futuros de sustentabilidade e competitividade”.

Veja Mais: PM coloca cano de arma no peito de aluna durante protesto em escola de Guarulhos

A proposta altera parte da Lei Agrícola (Lei 8171, de 1991). Para chegar ao texto, os senadores fizeram uma série de debates com entidades como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Embrapa, o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi), a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

topo ↕

RORAIMA HOJE - TEMPO REAL

Nova edição da Revista Norte Científico do IFRR está disponível

A mais nova edição da Revista Norte Científico do Instituto Federal de Roraima foi disponibilizada pela Coordenação de Editoração e Divulgação Científica. Trata-se número 2, do volume 14, referente ao ano 2019, disponível no endereço https://periodicos.ifrr.edu.br/index.php/norte_cientifico.

Neste segundo volume de 2019, são cinco artigos publicados. Além de textos de pesquisadores do IFRR, há contribuições científicas elaboradas por pesquisadores e colaboradores de várias instituições.

Com periodicidade anual, a revista é multidisciplinar e vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Propesq), com a finalidade de publicar trabalhos originais que contribuam com o desenvolvimento das ciências, apresentando temas relevantes nas diversas áreas do conhecimento.

De acordo com a editora-chefe da revista, Daniele Fujita Ferreira, no ano passado a novidade foi a coordenação conseguir organizar e publicar de dois números da revista. "Para nós foi uma grande satisfação receber produções científicas de nossos servidores e demais pesquisadores, suficientes para um novo número em 2019", disse.

Além de docentes, técnicos administrativos, estudantes de cursos de graduação e pós-graduação, e bolsistas de programas de ensino, pesquisa e extensão do IFRR, podem publicar trabalhos pesquisadores do instituto e de outras instituições (nacionais e internacionais).

A revista tem classificação Qualis B3 em Sociologia. O Qualis-Periódicos é um sistema usado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação, no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos. Ele é dividido em oito estratos, em ordem decrescente de valor: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C.

topo 

RORAIMA HOJE - TEMPO REAL

Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio

Incentivar a chamada internacionalização em casa no ensino superior brasileiro e a busca por financiamento privado e de instituições de ensino estrangeiras são estratégias da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para fazer com que as universidades estejam mais conectadas ao cenário internacional. O objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização, de acordo com o Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho.

“Internacionalização em casa são ações que as universidades podem fazer para criar um ambiente internacional sem necessariamente ter que mandar gente para fora, o que é uma questão que até economicamente complica as coisas porque envolve necessidade de recursos maiores”, diz Marinho.

Internacionalização em casa envolve aulas e cursos com professores de outros países, correspondência com pesquisadores estrangeiros e desenvolvimento de parcerias com esses pesquisadores e professores, além de outras ações na própria universidade.

A **Capes** busca ainda parcerias diretas com instituições de ensino estrangeiras, propondo que elas ajudem no custeio dos estudos de brasileiros e incentiva que instituições de ensino se aproximem do setor privado para obter financiamento. Para isso, a **Capes** tem oferecido capacitações e workshops. “A ideia é criar capacidades e competências nas instituições para elas irem atrás de identificarem fontes de recursos que faça elas ficarem, de certa forma, independentes do fomento público. Porque muitas vezes é imprevisível quando vai sair o próximo edital”, diz.

Ajuste financeiro

As estratégias pretendem driblar um cenário de ajuste financeiro. No ano passado, a **Capes**, que é responsável pela oferta de bolsas da pós-graduação brasileira e também pela formação de pessoal, chegou a bloquear bolsas de ensino do mestrado, doutorado e pós-doutorado nacionais. As bolsas posteriormente foram liberadas, mas a coordenação anunciou que reformularia a forma como as novas bolsas seriam distribuídas.

O impacto econômico chega também às bolsas internacionais. A **Capes** era uma das responsáveis pelo Ciência sem Fronteiras, programa que oferecia bolsas de estudo para estudantes de graduação e pós-graduação fazerem intercâmbio. A meta do governo era enviar 100 mil estudantes para o exterior. O programa sofreu uma série de críticas, entre elas, a falta de controle da qualidade desses intercâmbios, mas foi responsável, segundo Marinho, por “colocar o Brasil no mapa”.

Agora, o Projeto Institucional de Internacionalização (Print), que seleciona instituições de ensino e oferece bolsas de estudo e recursos para internacionalização, é um dos principais programas voltados para esse propósito. De acordo com Marinho, a seleção ficou mais rigorosa e busca qualificar melhor a internacionalização brasileira. O edital foi aberto para 40 instituições, mas selecionou 36, que cumpriram os requisitos necessários.

“Muito do que a gente está trabalhando é em incentivar as universidades a se olharem, se entenderem e saberem para onde querem ir. Porque a internacionalização em si não é um fim, ela é um meio, conforme as necessidades que essa universidade tem”, defende.

British Council

O Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho, disse que o objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização - Frank Noon/ British Council

Abertura para o mundo

O fomento à internacionalização foi assunto discutido no seminário UK-BR sobre internacionalização e políticas linguísticas na educação superior, organizado pelo British Council, em Londres.

“Se o Brasil quiser ser relevante para a produção de sua pesquisa e com retorno para a própria sociedade, tem que dialogar. O país não está isolado no mundo. Tem que dialogar com o que acontece no mundo inteiro”, defendeu a presidente da Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), Maria Leonor Alves da Maia.

Maria disse que o governo federal é estruturador das políticas públicas no país. “É fundamental a gente ter diretrizes nacionais e incentivos nacionais”, disse. Ela ressaltou

que 63% dos pesquisadores não tiveram nenhuma experiência internacional.

Para a presidente, a tecnologia pode ajudar muito nesse cenário: “As novas tecnologias da informação podem fazer com que esses mundos se aproximem. Não necessariamente precisa de mobilidade física para que a relação entre instituições de ensino aconteça. As tecnologias podem permitir troca de conhecimento e de experiência”, diz.

Mais trocas

O Brasil tem avançado. De acordo com dados compilados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), os índices de colaboração internacional passaram de 25% para 38%, entre 2008 e 2018, para o Brasil como um todo. Em 2018, foram publicados, 56.396 trabalhos científicos com autores sediados no Brasil. Desses, 21.506, o equivalente a 38%, incluíam coautores de outros países. Os dados são referentes às universidades líderes em pesquisa no Brasil.

“O Brasil não tem política de globalização, ele sofre a globalização”, diz o presidente da Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Evaldo Ferreira Vilela. “A internacionalização, na verdade, não tem caráter de prioridade nas agendas de governo, isso atrapalha tremendamente, porque fica na vontade de professores, de reitores, de fundações de alocar recurso para isso”.

Segundo Vilela, as dificuldades nos estados são principalmente duas, a redução dos repasses dos governos estaduais para esse tipo de iniciativa e a falta de qualificação de estudantes. “As fundações de amparo à pesquisa têm um papel fundamental no aproveitamento dos talentos que temos na graduação e na pós-graduação, principalmente dos doutorandos. A maior dificuldade que a gente encontra para apoiar esses talentos é a questão da língua. A maior parte deles não tem proficiência em inglês ou outra língua e isso é uma barreira difícil de romper”, diz.

O seminário, que ocorreu nos dias 27 e 28, foi uma iniciativa do programa Universidades para o Mundo, criado para favorecer a cooperação entre instituições brasileiras e britânicas. O programa enfoca temas com os quais o setor de educação superior tem se confrontado enquanto avança no processo de internacionalização no Brasil. O Universidades para o Mundo é uma iniciativa do British Council, organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais.

[topo](#)

TNH1 - TEMPO REAL

Senadores estudam criação de rede integrada de pesquisas agropecuárias

O Senado deve estudar a criação de um amplo sistema de informações sobre pesquisa agropecuária. Essa rede digital seria abastecida por universidades (públicas ou privadas), instituições públicas e empresas privadas de pesquisa agropecuária, além de organizações de trabalhadores rurais.

O projeto (PL 6.417/2019) que cria a rede — batizada de Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA) — espera atualmente a escolha do relator na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). De lá, seguirá para decisão terminativa da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

De acordo com os senadores Styvenson Valentim (Podemos-RN), Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Soraya Thronicke (PSL-MS), autores da proposta, a ideia é integrar a

produção de instituições, processos e instrumentos necessários para inovar a agropecuária brasileira. Podem participar de forma voluntária, colaborativa e cooperativa, instituições científicas, tecnológicas e de inovação, públicas e privadas, que desenvolvam pesquisa agropecuária.

Patentes

Os senadores ressaltam que caberá ao governo gerenciar o SNPA. Um dos atributos do sistema vai ser concentrar informações sobre invenções patenteadas no Brasil e no mundo.

“Em 2017 foram registradas mais de 3 milhões de patentes no mundo, e o SNPA, assim como o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, não poderá prescindir do acesso a essas informações, sob o risco de desperdiçar recursos no desenvolvimento de tecnologias já existentes”, destacam os autores.

Na justificativa do projeto, os parlamentares classificam o SNPA como “extremamente importante e estratégico para o desenvolvimento do setor agropecuário”, além de poder provocar uma influência positiva no agronegócio brasileiro “face aos desafios presentes e futuros de sustentabilidade e competitividade”.

A proposta altera parte da Lei Agrícola (Lei 8171, de 1991). Para chegar ao texto, os senadores fizeram uma série de debates com entidades como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Embrapa, o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi), a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Capes busca maior qualidade em programas de intercâmbio

Incentivar a chamada internacionalização em casa no ensino superior brasileiro e a busca por financiamento privado e de instituições de ensino estrangeiras são estratégias da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para fazer com que as universidades estejam mais conectadas ao cenário internacional. O objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização, de acordo com o Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho.

"Internacionalização em casa são ações que as universidades podem fazer para criar um ambiente internacional sem necessariamente ter que mandar gente para fora, o que é uma questão que até economicamente complica as coisas porque envolve necessidade de recursos maiores", diz Marinho.

Internacionalização em casa envolve aulas e cursos com professores de outros países, correspondência com pesquisadores estrangeiros e desenvolvimento de parcerias com esses pesquisadores e professores, além de outras ações na própria universidade.

A **Capes** busca ainda parcerias diretas com instituições de ensino estrangeiras,

propondo que elas ajudem no custeio dos estudos de brasileiros e incentiva que instituições de ensino se aproximem do setor privado para obter financiamento. Para isso, a **Capes** tem oferecido capacitações e workshops. "A ideia é criar capacidades e competências nas instituições para elas irem atrás de identificarem fontes de recursos que faça elas ficarem, de certa forma, independentes do fomento público. Porque muitas vezes é imprevisível quando vai sair o próximo edital", diz.

Ajuste financeiro

As estratégias pretendem driblar um cenário de ajuste financeiro. No ano passado, a **Capes**, que é responsável pela oferta de bolsas da pós-graduação brasileira e também pela formação de pessoal, chegou a bloquear bolsas de ensino do mestrado, doutorado e pós-doutorado nacionais. As bolsas posteriormente foram liberadas, mas a coordenação anunciou que reformularia a forma como as novas bolsas seriam distribuídas.

O impacto econômico chega também às bolsas internacionais. A **Capes** era uma das responsáveis pelo Ciência sem Fronteiras, programa que oferecia bolsas de estudo para estudantes de graduação e pós-graduação fazerem intercâmbio. A meta do governo era enviar 100 mil estudantes para o exterior. O programa sofreu uma série de críticas, entre elas, a falta de controle da qualidade desses intercâmbios, mas foi responsável, segundo Marinho, por "colocar o Brasil no mapa".

Agora, o Projeto Institucional de Internacionalização (Print), que seleciona instituições de ensino e oferece bolsas de estudo e recursos para internacionalização, é um dos principais programas voltados para esse propósito. De acordo com Marinho, a seleção ficou mais rigorosa e busca qualificar melhor a internacionalização brasileira. O edital foi aberto para 40 instituições, mas selecionou 36, que cumpriram os requisitos necessários.

"Muito do que a gente está trabalhando é em incentivar as universidades a se olharem, se entenderem e saberem para onde querem ir. Porque a internacionalização em si não é um fim, ela é um meio, conforme as necessidades que essa universidade tem", defende.

Abertura para o mundo

O fomento à internacionalização foi assunto discutido no seminário UK-BR sobre internacionalização e políticas linguísticas na educação superior, organizado pelo British Council, em Londres.

"Se o Brasil quiser ser relevante para a produção de sua pesquisa e com retorno para a própria sociedade, tem que dialogar. O país não está isolado no mundo. Tem que dialogar com o que acontece no mundo inteiro", defendeu a presidente da Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), Maria Leonor Alves da Maia.

Maria disse que o governo federal é estruturador das políticas públicas no país. "É fundamental a gente ter diretrizes nacionais e incentivos nacionais", disse. Ela ressaltou que 63% dos pesquisadores não tiveram nenhuma experiência internacional.

Para a presidente, a tecnologia pode ajudar muito nesse cenário: "As novas tecnologias da informação podem fazer com que esses mundos se aproximem. Não necessariamente

precisa de mobilidade física para que a relação entre instituições de ensino aconteça. As tecnologias podem permitir troca de conhecimento e de experiência", diz.

Mais trocas

O Brasil tem avançado. De acordo com dados compilados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), os índices de colaboração internacional passaram de 25% para 38%, entre 2008 e 2018, para o Brasil como um todo. Em 2018, foram publicados, 56.396 trabalhos científicos com autores sediados no Brasil. Desses, 21.506, o equivalente a 38%, incluíam coautores de outros países. Os dados são referentes às universidades líderes em pesquisa no Brasil.

"O Brasil não tem política de globalização, ele sofre a globalização", diz o presidente da Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Evaldo Ferreira Vilela. "A internacionalização, na verdade, não tem caráter de prioridade nas agendas de governo, isso atrapalha tremendamente, porque fica na vontade de professores, de reitores, de fundações de alocar recurso para isso".

Segundo Vilela, as dificuldades nos estados são principalmente duas, a redução dos repasses dos governos estaduais para esse tipo de iniciativa e a falta de qualificação de estudantes. "As fundações de amparo à pesquisa têm um papel fundamental no aproveitamento dos talentos que temos na graduação e na pós-graduação, principalmente dos doutorandos. A maior dificuldade que a gente encontra para apoiar esses talentos é a questão da língua. A maior parte deles não tem proficiência em inglês ou outra língua e isso é uma barreira difícil de romper", diz.

O seminário, que ocorreu nos dias 27 e 28, foi uma iniciativa do programa Universidades para o Mundo, criado para favorecer a cooperação entre instituições brasileiras e britânicas. O programa enfoca temas com os quais o setor de educação superior tem se confrontado enquanto avança no processo de internacionalização no Brasil. O Universidades para o Mundo é uma iniciativa do British Council, organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais.

* A repórter viajou a convite do British Council

topo ↕

YAHOO! NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Capex busca maior qualidade em programas de intercâmbio

Incentivar a chamada internacionalização em casa no ensino superior brasileiro e a busca por financiamento privado e de instituições de ensino estrangeiras são estratégias da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para fazer com que as universidades estejam mais conectadas ao cenário internacional. O objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização, de acordo com o Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho.

"Internacionalização em casa são ações que as universidades podem fazer para criar um ambiente internacional sem necessariamente ter que mandar gente para fora, o que é uma questão que até economicamente complica as coisas porque envolve necessidade de recursos maiores", diz Marinho.

Internacionalização em casa envolve aulas e cursos com professores de outros países, correspondência com pesquisadores estrangeiros e desenvolvimento de parcerias com esses pesquisadores e professores, além de outras ações na própria universidade.

A **Capes** busca ainda parcerias diretas com instituições de ensino estrangeiras, propondo que elas ajudem no custeio dos estudos de brasileiros e incentiva que instituições de ensino se aproximem do setor privado para obter financiamento. Para isso, a **Capes** tem oferecido capacitações e workshops. “A ideia é criar capacidades e competências nas instituições para elas irem atrás de identificarem fontes de recursos que faça elas ficarem, de certa forma, independentes do fomento público. Porque muitas vezes é imprevisível quando vai sair o próximo edital”, diz.

Ajuste financeiro

As estratégias pretendem driblar um cenário de ajuste financeiro. No ano passado, a **Capes**, que é responsável pela oferta de bolsas da pós-graduação brasileira e também pela formação de pessoal, chegou a bloquear bolsas de ensino do mestrado, doutorado e pós-doutorado nacionais. As bolsas posteriormente foram liberadas, mas a coordenação anunciou que reformularia a forma como as novas bolsas seriam distribuídas.

O impacto econômico chega também às bolsas internacionais. A **Capes** era uma das responsáveis pelo Ciência sem Fronteiras, programa que oferecia bolsas de estudo para estudantes de graduação e pós-graduação fazerem intercâmbio. A meta do governo era enviar 100 mil estudantes para o exterior. O programa sofreu uma série de críticas, entre elas, a falta de controle da qualidade desses intercâmbios, mas foi responsável, segundo Marinho, por “colocar o Brasil no mapa”.

Agora, o Projeto Institucional de Internacionalização (Print), que seleciona instituições de ensino e oferece bolsas de estudo e recursos para internacionalização, é um dos principais programas voltados para esse propósito. De acordo com Marinho, a seleção ficou mais rigorosa e busca qualificar melhor a internacionalização brasileira. O edital foi aberto para 40 instituições, mas selecionou 36, que cumpriram os requisitos necessários.

“Muito do que a gente está trabalhando é em incentivar as universidades a se olharem, se entenderem e saberem para onde querem ir. Porque a internacionalização em si não é um fim, ela é um meio, conforme as necessidades que essa universidade tem”, defende.

O Coordenador de Parcerias Estratégicas, Patricio Marinho, disse que o objetivo da **Capes** é que as instituições de ensino brasileiras desenvolvam projetos consistentes de internacionalização - Frank Noon/ British Council Abertura para o mundo

O fomento à internacionalização foi assunto discutido no seminário UK-BR sobre internacionalização e políticas linguísticas na educação superior, organizado pelo British Council, em Londres.

“Se o Brasil quiser ser relevante para a produção de sua pesquisa e com retorno para a própria sociedade, tem que dialogar. O país não está isolado no mundo. Tem que dialogar com o que acontece no mundo inteiro”, defendeu a presidente da Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), Maria Leonor Alves da Maia.

Maria disse que o governo federal é estruturador das políticas públicas no país. “É fundamental a gente ter diretrizes nacionais e incentivos nacionais”, disse. Ela ressaltou que 63% dos pesquisadores não tiveram nenhuma experiência internacional.

Para a presidente, a tecnologia pode ajudar muito nesse cenário: “As novas tecnologias da informação podem fazer com que esses mundos se aproximem. Não necessariamente precisa de mobilidade física para que a relação entre instituições de ensino aconteça. As tecnologias podem permitir troca de conhecimento e de experiência”, diz.

Mais trocas

O Brasil tem avançado. De acordo com dados compilados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), os índices de colaboração internacional passaram de 25% para 38%, entre 2008 e 2018, para o Brasil como um todo. Em 2018, foram publicados, 56.396 trabalhos científicos com autores sediados no Brasil. Desses, 21.506, o equivalente a 38%, incluíam coautores de outros países. Os dados são referentes às universidades líderes em pesquisa no Brasil.

“O Brasil não tem política de globalização, ele sofre a globalização”, diz o presidente da Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Evaldo Ferreira Vilela. “A internacionalização, na verdade, não tem caráter de prioridade nas agendas de governo, isso atrapalha tremendamente, porque fica na vontade de professores, de reitores, de fundações de alocar recurso para isso”.

Segundo Vilela, as dificuldades nos estados são principalmente duas, a redução dos repasses dos governos estaduais para esse tipo de iniciativa e a falta de qualificação de estudantes. “As fundações de amparo à pesquisa têm um papel fundamental no aproveitamento dos talentos que temos na graduação e na pós-graduação, principalmente dos doutorandos. A maior dificuldade que a gente encontra para apoiar esses talentos é a questão da língua. A maior parte deles não tem proficiência em inglês ou outra língua e isso é uma barreira difícil de romper”, diz.

O seminário, que ocorreu nos dias 27 e 28, foi uma iniciativa do programa Universidades para o Mundo, criado para favorecer a cooperação entre instituições brasileiras e britânicas. O programa enfoca temas com os quais o setor de educação superior tem se confrontado enquanto avança no processo de internacionalização no Brasil. O Universidades para o Mundo é uma iniciativa do British Council, organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais.

* A repórter viajou a convite do British Council

topo ↕

YAHOO! NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Na corda bamba, Abraham Weintraub permanece no cargo com apoio do clã Bolsonaro

Ministro tem apoio dos filhos do presidente e de pessoas próximas a Jair Bolsonaro. Em um momento em que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, enfrenta uma das maiores crises na pasta por conta de erros na correção do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), que afetaram o Sisu (Sistema de Seleção Unificada), a pressão sobre o presidente Jair Bolsonaro, vinda das redes sociais, do Congresso e da ala não ideológica

do governo, para demiti-lo é grande. O chefe da pasta, contudo, conta com uma rede de apoio aparentemente mais forte junto ao presidente: bolsonaristas estratégicos, em especial os filhos do mandatário.

Só Eduardo Bolsonaro fez três posts desde terça (28) favoráveis ao ministro.

Mais um indicativo que o Ministro @AbrahamWeint está no caminho certo.

Ou será que brechando ideologia de gênero, avançando com escolas cívicos militares, liberando 100% do orçamento contingenciado (e não cortado) não sofreria resistência desses grupelhos da New Left? <https://t.co/0z1oceMIHI>

O vereador Carlos Bolsonaro, o 03, segue com as postagens em tom institucional que vem adotando desde, especialmente, o início do ano, como informativo de ações do governo. Em uma mensagem sequencial, falou de **Capes**, creches, piso salarial, escolas cívico-militares e ideologia no ensino.

2019, @CAPES_Oficial normalizado mesmo c/fakenews diárias. Em 2020, aumento de 9,1%, **CAPES** sobe para R\$4,19bi e também apoiará 10 pesquisas com outros países. @MEC_Comunicacao vai capacitar 588 professores da educação básica com cursos gratuitos de inglês nos US ,CA e muito mais! <pic.twitter.com/kHWEzBVXLf>

Desde o início da manhã desta quarta-feira (29), a hashtag #FicaWeintraub está entre as mais tuitadas, impulsionada por bolsonaristas. O irmão do ministro, Arthur Weintraub, assessor especial de Jair Bolsonaro, é um dos entusiastas, como também o empresário Luciano Hang, um aliado bastante próximo do presidente.

Continue a ler no HuffPost

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Maia diz que Salles e Weintraub radicalizaram demais e perderam condição de interlocução

Não sei como o governo vai fazer com o seu ministro do Meio Ambiente. A mesma coisa com o Ministério da Educação, disse Maia a investidores em São Paulo

SÃO PAULO — O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse nesta quarta-feira que os ministros do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e da Educação, Abraham Weintraub, radicalizaram demais e perderam a condição de interlocução, fragilizando a posição do governo do presidente Jair Bolsonaro em duas áreas que avalia como fundamentais.

Em evento do banco Credit Suisse em São Paulo, Maia afirmou que o crescimento econômico pode ser menor que o esperado neste ano por causa da questão ambiental e que a atuação de Weintraub no MEC manda um sinal ruim para investidores.

Leia mais: Comissão de Ética da Presidência pune Weintraub com advertência por fala contra petistas

— Eu não sei como o governo vai fazer com o seu ministro do Meio Ambiente. Acho que, de alguma forma, ele perdeu as condições de ser o interlocutor. Acho que ele radicalizou demais, não sei se combinado com o presidente ou não. A mesma coisa com

o Ministério da Educação — disse Maia.

Veja também: Bolsonaro se omitiu diante de desmatamento na Amazônia e perseguiu ONGs, diz relatório

O presidente da Câmara afirmou, ainda, que Weintraub pode desestimular investidores que desejam apostar no Brasil.

— Como é que faz para o investidor olhar que o Brasil tem um ministro da Educação desse? Então esse país não tem futuro. E parece que tem um passado ruim, porque conseguiu fazer um cara desse ministro da Educação. Que construção que nós tivemos — disparou.

Maia disse que tem escutado tanto de investidores quanto de representantes de Parlamentos estrangeiros com quem tem conversado preocupação com a questão ambiental no Brasil. Ele, no entanto, centrou fogo principalmente em Weintraub.

— Ele ainda critica o PT de forma injusta, porque como ele trabalhava no banco que o Banco do Brasil comprou 49% quando ia quebrar, o Votorantim, quem garantiu o emprego dele em 2009 foi o PT — ironizou o presidente da Câmara.

topo ↕

CORREIO 24 HORAS - TEMPO REAL

Candidato diz ter sido aprovado no Sisu em curso que não escolheu

Cearense Lucas Alessandro teme que erro impeça que ele faça curso que deseja
Inscrito para uma vaga regular para a graduação de Engenharia da Computação, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e na Universidade Federal do Ceará (UFC), ambos em Fortaleza, o estudante Lucas Alessandro diz ter sido aprovado no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) em um curso que não escolheu, a 150 km de distância de onde mora. As informações são do portal G1.

Ele acabou sendo aprovado para Engenharia de Aquicultura no campus do IFCE em Aracati, no interior do Ceará. O candidato afirma que não selecionou o curso.

Todo candidato inscrito no Sisu escolhe dois cursos no qual deseja ingressar. Caso não obtenha pontuação suficiente para a aprovação na opção preferencial, ele tem a chance de ser classificado na segunda escolha.

Lucas Alessandro garante que sempre manteve Engenharia de Computação no IFCE como a primeira opção de curso e o mesmo curso na UFC como segunda opção.

A aprovação em Engenharia da Aquicultura, curso que o estudante não optou, apareceu como sendo aprovação da primeira escolha.

Durante o período de inscrição, o candidato afirma que fez poucas modificações na seleção dos cursos. "Eu fiz alguns testes para ver a nota em outros cursos, mas somente na segunda opção e nunca na primeira", contou ao G1.

Caso o curso não tivesse sido trocado, o estudante estaria apto a ingressar na graduação escolhida. "Eu tinha nota para passar em Engenharia de Computação no IFCE. Tirei 879,54, maior que a nota mínima", observou, temendo que não possa ingressar no curso

que deseja.

O erro comprometeu ainda a possibilidade de Lucas utilizar a segunda opção de curso. Como ele passou na primeira opção, que não escolheu, não conseguiu ser selecionado para a segunda opção, mesmo com nota suficiente. A família já registrou reclamação para tentar resolver o problema.

O Ministério da Educação (MEC) ainda não se posicionou sobre o caso.

Durante a manhã desta quarta-feira (29), estudantes de todo o país encontraram dificuldades na inscrição do Sisu, desta vez relacionadas à lista de espera.

Candidatos que deixaram a segunda opção de curso em branco, não conseguiram indicar interesse na lista de espera da primeira opção.

Os resultados do Sisu foram liberados no começo da noite dessa terça (28).

‘Não é 100% confiável’

Ao jornal Folha de S.Paulo, funcionários do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), responsável pela aplicação do Enem, e do Ministério da Educação (MEC) afirmaram que não é possível ter 100% de confiança nos resultados do Enem 2019.

De acordo com a publicação, após identificar erros nas notas do exame, o Inep refez a conferência dos desempenhos dos participantes, mas não recalculou os parâmetros dos itens usados nas provas. O cálculo levaria mais tempo para ser concluído, mas traria maior segurança para os resultados.

No entanto, o governo Bolsonaro preferiu abrir mão dessa análise para dar uma resposta rápida aos erros e manter o cronograma do Sisu.

Técnicos ouvidos pela Folha avaliaram que o recálculo dos parâmetros poderia reduzir o erro padrão do exame e indicar variações nas notas.

A mudança pode ser pequena, mas suficiente para alterar, por exemplo, a lista de aprovados em cursos concorridos.

Ainda de acordo com o jornal, os técnicos afirmaram que o recálculo só será feito caso haja determinação da Justiça.

topo ↕

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - ÚLTIMAS

Heleno pediu a demissão de Weintraub ao Presidente Bolsonaro.

Weintraub respira em aparelhos e se agarra nos "apoiadores" do Twitter para conseguir se manter no cargo. É certa a saída do ministro!

Presidente Bolsonaro recebeu ligação do seu ex-professor e uma das pessoas que exerce influência direta no presidente, o General Augusto Heleno que atualmente exerce a chefia do GSI. Heleno teria permanecido por 15 minutos com o presidente e o assunto foi a saída de Weintraub e o nome a ser consturado para o MEC. A saída do ministro da educação Weintraub é questão de horas, afirma uma fonte ligada ao Palácio do Planalto que assessora o MEC.

Heleno reclama.

O general Augusto Heleno, ministro-chefe do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), disse hoje que o MEC (Ministério da Educação) acabou “extremamente contaminado” por diferentes “ideologias” e, por isso, precisa agora ser “descontaminado dos dois lados”. As declarações foram dadas em entrevista à rádio CBN.

Questionado sobre os erros no Enem(Exame Nacional do Ensino Médio) e a disputa judicial que chegou a impedir a divulgação dos resultados do Sisu (Sistema de Seleção Unificada), Heleno disse que a prova foi “impecável, sem conotação ideológica”, mas afirmou que “inegavelmente, o Ministério da Educação foi um ministério extremamente contaminado [ideologicamente]”.

“Agora, tem que ser descontaminado dos dois lados. Não pode ter conotação ideológica na educação”. Augusto Heleno, ministro-chefe do GSI.

Weintraub: A queda.

Heleno defendeu, ainda, que a educação deve ser “neutra ideologicamente” para “tratar dos assuntos que realmente significam a formação da mão-de-obra brasileira”.

O ministro classificou como “lamentável” a disputa judicial sobre a liberação dos resultados do Sisu por afetar “uma juventude que se esforça para vencer todos os problemas”.

“Se houver nomes responsáveis pelo erro, é óbvio que tem que ter punição. Por enquanto, está tendo uma investigação e há indícios de que tenha sido uma falha mecânica”, disse.

Ministro Abraaham Weintraub faz sátira com o guarda-chuva – @AbrahamWeint no Twitter.

O texto acima foi construído com as informações publicadas por Cris Lobo e Gerson Camarote em Globo News.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Psicologia, medicina e educação física são os cursos mais concorridos no PS 2020 da UFPA; confira lista

A demanda de candidatos por turma foi divulgada nesta quarta, 29. O listão sai na quinta, 30, a partir das 14h.

Foi divulgada nesta quarta (29) a demanda de candidatos por turma no Processo Seletivo 2020 (PS2020) da Universidade Federal do Pará. O listão é divulgado nesta quinta (30), a partir das 14h.

Foram 93.759 candidatos inscritos, sendo 74.674 de cotistas e 18.934 para demanda aberta, além de 151 pessoas com deficiência. A lista completa está disponível no site do Centro de Processos Seletivos (Ceps).

A UFPA está ofertando 7.143 vagas, sendo 3.449 para ampla concorrência; 3.503 pelo

sistema de cotas e 191 vagas extras para PCD.

Cotas

O curso de psicologia matutino é, pelo segundo ano consecutivo, o mais procurado entre cotistas, com concorrência de 132,60 por vaga.

O segundo lugar ficou com educação física vespertino em Belém, com 119,85 candidatos por vaga.

Em terceiro, fisioterapia com 106,56 candidatos por vaga. Ao todo, 1.989 candidatos inscritos pelo sistema de cotas.

Demanda aberta

Já na demanda aberta, medicina com ingresso no segundo semestre (52,81 candidatos por vaga) e primeiro semestre (42,68 candidatos por vaga) são, respectivamente, os mais concorridos. Ambos em Belém.

Em terceiro, ficou psicologia matutino, com 41,87 candidatos por vaga.

PCD

Para os candidatos PCD, os mais concorridos são medicina no segundo semestre, com 13 inscritos; seguido de medicina no primeiro semestre com 12 concorrentes; e direito vespertino no segundo semestre, com 10 inscritos por vaga. Todos em Belém.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Maia critica Weintraub e diz que Salles perdeu condições de ser interlocutor
Presidente da Câmara participou nesta quarta-feira (29) de evento internacional
em São Paulo que reuniu investidores e economistas.**

Por G1 SP e GloboNews — São Paulo

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse nesta quarta-feira (29) que o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, perdeu "as condições de ser o interlocutor" do governo na área. Maia criticou ainda o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

A declaração foi dada em evento organizado pelo banco Credit Suisse, que reuniu economistas, investidores e representantes do poder público para discutir uma agenda de investimentos no Brasil.

Maia disse que 2020 corre o risco de não ser um ano "tão bom se a gente não resolver a questão do meio ambiente" e "não dar uma sinalização um pouco mais dura". "Acho que o governo começou a entender isso e tomou decisão com aquele comitê comandado pelo vice-presidente [Hamilton] Mourão. Acho que é um passo, mas outros passos a gente precisa dar."

Foi então que Maia citou Salles: "Eu não sei como é que o governo vai fazer com o seu ministro do Meio Ambiente. Eu acho que, de alguma forma, ele [Salles] perdeu as condições de ser o interlocutor. Acho que ele radicalizou demais, não sei se combinado

com o presidente ou não."

O G1 procurou o Planalto e a assessoria de Ricardo Salles para que comentassem as declarações e aguarda resposta.

O Comitê da Amazônia foi criado para que o governo tenha uma atitude "mais proativa" em relação ao meio ambiente, disse Mourão em 21 de janeiro.

Em relação a Weintraub, Maia disse:

"A mesma coisa do Ministério da Educação. Como que faz para o investidor olhar que o Brasil tem um ministro da Educação desse? Nosso país não tem futuro, né? Não tem futuro. Parece um passado ruim, porque conseguiu fazer de um cara desse o ministro da Educação... que construção que nós tivemos".

O G1 procurou também a assessoria de Weintraub e aguarda resposta.

Cronologia de erros no Enem

O ministro da Educação enfrenta críticas em razão de erros na realização do Enem e no Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

No dia 17 de janeiro, depois que as notas individuais do Enem 2019 foram divulgadas, estudantes divulgaram relatos de avaliações diferentes entre candidatos que tiveram o mesmo número de acertos ou notas próximas a zero mesmo com número alto de acertos.

Um dia depois, no sábado (18), Weintraub e Alexandre Lopes afirmaram que houve falhas na correção das provas do segundo dia, o que atingia "um grupo muito pequeno". No domingo (19), o Inep informou que estava revisando as notas dos dois dias de provas do Enem 2019.

Ao fim da revisão das notas, foram identificados problemas em 5.974 provas – 96,7% estavam concentrados em 4 cidades: Alagoinhas (BA); Viçosa (MG); Ituiutaba (MG) e Iturama (MG).

Em entrevista na segunda, o presidente do Inep, Alexandre Lopes, afirmou que o erro ocorreu na gráfica Valid Soluções S.A.

Lopes explicou que a gráfica imprime o caderno de questões do candidato, que é identificado com um código de barras do aluno. Depois, imprime o cartão de respostas (gabarito), que também tem um código. Outra máquina une estes dois documentos. O erro ocorreu nesta união e na geração do código de barras.

Após ação da Defensoria Pública da União (DPU), a Justiça chegou a suspender a divulgação do resultado do Sisu, mas o STJ derrubou a decisão --a pedido da Advocacia Geral da União (AGU). Os resultados foram liberados no começo da noite de terça-feira (28).

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Deputados do RS aprovam mudanças no plano de carreira dos professores estaduais

Projeto teve 32 votos favoráveis e 19 contrários. Sessão extraordinária foi convocada pelo Executivo para votar projetos que alteram as regras do funcionalismo.

A alteração no estatuto e no plano de carreira dos professores estaduais foi aprovada pela Assembleia Legislativa do RS nesta quarta-feira (29). O projeto integra o pacote de reformas no funcionalismo, proposto pelo Executivo, e apreciado pelos deputados durante sessões extraordinárias convocadas no período de recesso.

Veja como foi a votação no segundo dia de sessão extraordinária

O projeto de lei aprovado nesta quarta é o PL 3/2020, que tem algumas alterações em relação à proposição original, o 507/2019. As mudanças foram fruto de negociação com a base e os professores.

Entre as mudanças da lei estão:

remuneração dos professores na modalidade de subsídio;
novo plano de carreira, com estrutura de níveis de acordo com a formação de cada um;
aumento no vale-refeição;
estabelecimento de adicionais relacionados ao local de exercício ou das circunstâncias em que desempenham as suas atribuições.

O novo cálculo contempla o reajuste de 12,84% do piso nacional do magistério. A proposta também propõe remunerações diferentes para os professores que têm especialização, mestrado ou doutorado.

Uma emenda aprovada garante que, quando for concedido reajuste salarial, o valor não seja descontado da parcela autônoma.

O novo estatuto do magistério foi o terceiro projeto a ser apreciado pelos parlamentares na quarta-feira. Pela manhã, os deputados aprovaram a quitação de dívidas públicas pela doação de imóveis do Estado.

Em nota, o sindicato da categoria, CPERS enfatizou que "trabalhou sem medir esforços" contra as medidas. Mas que, diante da mobilização de maioria dos deputados pelo governo, os professores optaram pela "redução de danos".

"Evitou-se, assim, o congelamento dos salários da categoria, criando condições para aumentos reais a partir de 2021. Sem esta articulação, aposentados poderiam ficar até 11 anos com os proventos paralisados". A categoria chegou a entrar em greve contra as mudanças no fim do ano passado por quase dois meses. Leia a nota na íntegra abaixo.

O governador do RS, Eduardo Leite (PSDB), comentou após o fim da sessão a aprovação do projeto do Executivo.

Durante a tarde, deputados aprovaram em segundo turno o projeto que instituiu novas regras para a aposentadoria dos servidores, que já havia passado em primeiro turno na terça. E o novo estatuto dos funcionários públicos, por fim, também foi aprovado.

Uma nova sessão extraordinária terá início às 10h desta quinta-feira (30).

Nota do CPERS

Desde a primeira apresentação do pacote de Eduardo Leite (PSDB), ainda em outubro, o CPERS trabalhou sem medir esforços para denunciar as graves consequências das medidas.

Nossa base compreendeu de pronto o conteúdo das propostas e protagonizou uma greve de proporções históricas, sensibilizando milhões de gaúchos e os mais diversos atores políticos.

Enviamos ao governo e a todos os deputados(as) análises detalhadas dos projetos, destacando os ataques que poderiam ferir de morte a escola pública.

Em momento algum o governo se mostrou aberto ao diálogo com o Sindicato ou os educadores(as). Sem diálogo, não houve e não há qualquer possibilidade de acordo.

Além do apoio incondicional de bancadas que sempre estiveram ao lado dos educadores(as) (PDT, PSOL e PT), outros partidos começaram a trabalhar em propostas que dialogavam com os anseios da categoria. Em especial, o MDB, maior bancada da base aliada.

Jamais aceitaremos negociar direitos. Mas não é possível brigar com a realidade. Eduardo Leite tem a mais ampla base governista na AL desde a redemocratização.

Diante da convocação extraordinária – sinal de que o governo já tinha o apoio necessário para aprovar o pacote – nos vimos diante de uma encruzilhada histórica.

Optamos, com a responsabilidade que nos cabe enquanto lideranças, pela via da redução de danos até o limite possível, com a mediação do MDB.

Evitou-se, assim, o congelamento dos salários da categoria, criando condições para aumentos reais a partir de 2021. Sem esta articulação, aposentados poderiam ficar até 11 anos com os proventos paralisados.

Amenizamos o achatamento da carreira e impedimos que, em poucos anos, o piso virasse teto. Asseguramos, ainda, regras de transição para a incorporação de vantagens temporais e gratificações, entre outras medidas.

É preciso frisar: nada disso seria possível sem a luta heróica da categoria. Foi a grandeza dos educadores(as) que abriu caminho para o que parecia impossível diante da correlação de forças.

Seguimos na luta, trabalhando para dirimir outros ataques em curso, reconquistar direitos retirados e honrar a bravura desta categoria.

Avante educadores(as), de pé!

Oito projetos na pauta

Ainda restam quatro projetos propostos pelo governo a serem apreciados pelos deputados. Confira abaixo quais são

PLC 509 2019, que dispõe sobre aposentadoria especial de que trata o §4º-B do art. 40 da Constituição Federal para os policiais civis integrantes do órgão a que se refere o inciso IV do caput do art. 144 da Constituição Federal e agentes penitenciários a que se refere o art. 5º da Lei Complementar nº 13.259, de 20 de outubro de 2009.

PLC 4 2020, que fixa o subsídio mensal para o Quadro de Cargos de Provedimento Efetivo do Instituto-Geral de Perícias.

PLC 5 2020, que altera a Lei Complementar nº 13.757, de 15 de julho de 2011, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Militares do Estado do Rio Grande do Sul, institui o Fundo Previdenciário dos Servidores Militares – Fundoprev/Militar, e dá outras providências.

PLC 6 2020, que fixa o subsídio mensal dos Militares Estaduais, altera a Lei Complementar nº 10.990, de 18 de agosto de 1997, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares Estaduais, e a Lei Complementar nº 10.992, de 18 de agosto de 1997, que dispõe sobre a carreira dos Servidores Militares do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Reforma tributária deve ser aprovada na Câmara até abril, diz Maia
Presidente da Câmara dos Deputados avalia que eleições municipais deste ano não devem atrapalhar o andamento da proposta no Congresso. Maia também sinalizou que deve dar celeridade para a reforma administrativa.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, disse nesta quarta-feira (29) que a reforma tributária deve ser aprovada no plenário da casa até abril deste ano.

“É uma matéria que não é simples, estou bem otimista mesmo. Eu acho que está na hora de a gente avançar na tributária”, afirmou Maia durante evento do banco Credit Suisse, em São Paulo.

Na terça-feira, o relator da reforma tributária na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), defendeu um esforço conjunto de deputados e senadores para que a proposta passe por todo o Congresso até junho.

A tentativa de aprovar a reforma ainda na primeira metade do ano se dá por causa das eleições municipais, em outubro. Nesse período, tradicionalmente, votações têm mais dificuldade em avançar.

Na leitura de Maia, no entanto, as eleições deste ano não devem atrapalhar o andamento da reforma. “Qualquer candidato a prefeito que [enquanto deputado] conseguiu votar uma reforma tributária, como é que vai perder uma eleição para prefeito? É impossível”, afirmou Maia.

No último ano, a existência de várias propostas de uma reforma tributária dificultou um consenso e tornou ainda mais difícil a aprovação da medida. Havia propostas de emenda à Constituição (PECs) concorrentes da Câmara, do Senado e da própria equipe econômica, que chegou a cogitar um imposto sobre pagamentos parecido com a CPMF.

Para tentar destravar a reforma tributária, a saída foi criar uma comissão mista que deverá unificar os textos e acolher sugestões do governo federal. A comissão, ainda não instalada, será formada por deputados e senadores. Em linhas gerais, o eixo da proposta é unificar tributos para simplificar a cobrança.

Além da tributária, Maia destacou que a Câmara deve priorizar neste ano a reforma administrativa, que ainda será enviada pela equipe econômica.

“A administrativa também é muito importante para os novos servidores, Nós temos um estado que não tem tantos servidores, mas eles custam muito, O salário médio dos servidores do governo federal, dos três poderes, na média, é o dobro dos seus equivalentes do setor privado”, disse.

Segundo Maia, a Câmara dos Deputados deve aproveitar a proposta do governo federal para também enviar um projeto de reforma administrativa.

Privatização da Eletrobras

Maia se mostrou pessimista quanto à possibilidade de privatizar a Eletrobras ainda neste ano, como planeja o governo. Para ele, nesse caso, as eleições municipais podem atrapalhar que o tema seja em colocado em pauta tanto na Câmara, quanto no Senado.

Mais cedo, no mesmo evento, o presidente da estatal, Wilson Ferreira, disse que confia que o projeto de capitalização da empresa será aprovado nas duas casas ainda no primeiro semestre, e que a venda deve ocorrer no segundo.

“A Eletrobras, a eleição municipal tem influência na sua privatização”, afirmou, emendando que Furnas, subsidiária da elétrica em Minas Gerais, tem muitos funcionários e uma eventual privatização pode prejudicar o capital de político de possíveis candidatos junto a esses eleitores.

Para ele, o ideal seria que o projeto tivesse sido votado na Câmara no fim do ano passado, o que não aconteceu porque não houve sinalização de que ele seria bem recebido no Senado.

“Se não tiver solução rapidamente, eu acredito que precise se montar um cronograma de votação a partir do final do ano”, disse. “Nem acho que perde a votação, mesmo num ano eleitoral, mas acho que alguns deputados não vão querer que a matéria tramite e alguns senadores também”.

Privatização da Caixa

Maia ironizou a decisão do governo de não privatizar a Caixa e as pretensões do banco público de expandir sua atuação.

“É sempre um problema. Todo mundo quer privatizar até sentar na cadeira. Sentou na cadeira, a empresa é eficiente. A Caixa Econômica era pra fazer um downsizing (redução) dela e daqui a pouco ela vai virar o maior banco do Brasil. Está corajoso o presidente da Caixa, não está?”

Críticas a ministros

Durante a sua fala no evento, o presidente da Câmara dos Deputados também criticou os ministros dos Meio Ambiente, Ricardo Salles, e da Educação, Abraham Weintraub.

Para Maia, Salles “perdeu as condições de ser interlocutor” do governo junto à comunidade internacional. “Acho que ele radicalizou demais”.

“A mesma coisa com o ministério da Educação. Como é que faz? Como é que faz para o investidor olhar pro Brasil com um ministro da Educação desse? Esse país não tem futuro”, disse.

AGÊNCIA SENADO - TEMPO REAL

Senadores estudam criação de rede integrada de pesquisas agropecuárias

O Senado deve estudar a criação de um amplo sistema de informações sobre pesquisa agropecuária. Essa rede digital seria abastecida por universidades (públicas ou privadas), instituições públicas e empresas privadas de pesquisa agropecuária, além de organizações de trabalhadores rurais.

O projeto (PL 6.417/2019) que cria a rede — batizada de Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA) — espera atualmente a escolha do relator na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). De lá, seguirá para decisão terminativa da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

De acordo com os senadores Styvenson Valentim (Podemos-RN), Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Soraya Thronicke (PSL-MS), autores da proposta, a ideia é integrar a produção de instituições, processos e instrumentos necessários para inovar a agropecuária brasileira. Podem participar de forma voluntária, colaborativa e cooperativa, instituições científicas, tecnológicas e de inovação, públicas e privadas, que desenvolvam pesquisa agropecuária.

Patentes

Os senadores ressaltam que caberá ao governo gerenciar o SNPA. Um dos atributos do sistema vai ser concentrar informações sobre invenções patenteadas no Brasil e no mundo.

“Em 2017 foram registradas mais de 3 milhões de patentes no mundo, e o SNPA, assim como o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, não poderá prescindir do acesso a essas informações, sob o risco de desperdiçar recursos no desenvolvimento de tecnologias já existentes”, destacam os autores.

Na justificativa do projeto, os parlamentares classificam o SNPA como “extremamente importante e estratégico para o desenvolvimento do setor agropecuário”, além de poder provocar uma influência positiva no agronegócio brasileiro “face aos desafios presentes e futuros de sustentabilidade e competitividade”.

A proposta altera parte da Lei Agrícola (Lei 8171, de 1991). Para chegar ao texto, os senadores fizeram uma série de debates com entidades como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Embrapa, o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi), a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

Superior (Capes), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

topo ↕

CENÁRIO MT - TEMPO REAL

UFMT abre seletivo para tutor presencial em Lucas do Rio Verde

A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) abriu edital de processo seletivo para tutor que atuará no curso Licenciatura em Matemática do sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Está disponível uma vaga presencial para Lucas do Rio Verde, além de vagas para os municípios de Aripuanã, Alto Araguaia, Primavera do Leste, Ribeirão Cascalheira e Cuiabá.

O candidato deverá fazer a sua inscrição de 17 a 27 de fevereiro por meio do e-mail: sergioaw.uab.matematica.ufmt@gmail.com, colocando no assunto: seleção de tutor 2020. No e-mail deverão ser anexados o Curriculum Vitae ou Curriculum Lattes documentado conforme os critérios de pontuação para classificação previsto no edital e a ficha de inscrição.

O processo seletivo tem como objetivo selecionar bolsistas, para atuar no Curso de Licenciatura em Matemática da UFMT, na modalidade de educação a distância, no contexto de programas e projetos do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), com gestão efetivada por meio do Sistema de Gestão de Bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**.

O tutor deverá ter disponibilidade de 20 horas semanais, inclusive aos finais de semana, para atuar no polo. O valor da bolsa concedida é de R\$ 765,00.

Edital: <https://setec.ufmt.br/processosseletivos/90>

topo ↕

HUFFPOST NEWS - TEMPO REAL

Na corda bamba, Abraham Weintraub permanece no cargo com apoio do clã Bolsonaro

Apesar de erros no Enem, atuação controversa nas redes e da insatisfação do presidente, ministro conta com rede de apoio, que inclui Eduardo e Carlos Bolsonaro.

Em um momento em que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, enfrenta uma das maiores crises na pasta por conta de erros na correção do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), que afetaram o Sisu (Sistema de Seleção Unificada), a pressão sobre o presidente Jair Bolsonaro, vinda das redes sociais, do Congresso e da ala não ideológica do governo, para demiti-lo é grande. O chefe da pasta, contudo, conta com uma rede de apoio aparentemente mais forte junto ao presidente: bolsonaristas estratégicos, em especial os filhos do mandatário.

Só Eduardo Bolsonaro fez três posts desde terça (28) favoráveis ao ministro.

Eduardo BolsonaroBR



@BolsonaroSP

Mais um indicativo que o Ministro @AbrahamWeint está no caminho certo.

Ou será que brecando ideologia de gênero, avançando com escolas cívicos militares, liberando 100% do orçamento contingenciado (e não cortado) não sofreria resistência desses grupelhos da New Left?

<https://twitter.com/arthurweint/status/1222480421528776704> ...

Arthur Weintraub



@ArthurWeint

Ministro da Educação tocou no assunto doria e gastos gigantes do Estado de SP com rádios. Coincidentemente, críticas do mbl contra o Ministro. □

Ver imagem no TwitterVer imagem no Twitter

10,9 mil

08:33 - 29 de jan de 2020 · Brasília, Brazil

Informações e privacidade no Twitter Ads

3.492 pessoas estão falando sobre isso

O vereador Carlos Bolsonaro, o 03, segue com as postagens em tom institucional que vem adotando desde, especialmente, o início do ano, como informativo de ações do governo. Em uma mensagem sequencial, falou de **Capes**, creches, piso salarial, escolas cívico-militares e ideologia no ensino.

Carlos Bolsonaro



@CarlosBolsonaro

2019, @CAPES_Oficial normalizado mesmo c/fakenews diárias. Em 2020, aumento de 9,1%, **CAPES** sobe para R\$4,19bi e também apoiará 10 pesquisas com outros países.

@MEC_Comunicacao vai capacitar 588 professores da educação básica com cursos gratuitos de inglês nos US ,CA e muito mais!

Ver imagem no Twitter

7.415

19:07 - 28 de jan de 2020

Informações e privacidade no Twitter Ads

1.901 pessoas estão falando sobre isso

Desde o início da manhã desta quarta-feira (29), a hashtag #FicaWeintraub está entre as mais tuitadas, impulsionada por bolsonaristas. O irmão do ministro, Arthur Weintraub, assessor especial de Jair Bolsonaro, é um dos entusiastas, como também o empresário Luciano Hang, um aliado bastante próximo do presidente.

Luciano Hang

@luciano_hang

Apoio total ao ministro @abrahamweintraub, que está desintoxicando a educação. Essa

é a principal batalha do país. Foram anos de aparelhamento da esquerda, com um plano de doutrinação que começou nas universidades e continuou nos concursos públicos. Eu sou #FicaWeintraub, e você?

Vídeo incorporado

5.034

12:37 - 29 de jan de 2020

Informações e privacidade no Twitter Ads

1.900 pessoas estão falando sobre isso

Mais que hashtags ou simples postagens diárias, as mensagens em bloco desta quarta-feira são encaradas como um recado de que, apesar dos pesares, Weintraub deve seguir à frente da Educação.

O presidente não anda satisfeito com Weintraub há algum tempo. Reclama em seu núcleo mais próximo que ele ainda não mostrou efetividade em uma de suas principais bandeiras na educação, as escolas cívico-militares.

No fim do ano, quando o ministro elevou o tom contra as universidades e insistiu na retórica de que havia plantação de maconha nas federais, a pressão sobre o mandatário para demiti-lo cresceu. Chegou-se a falar em uma reforma ministerial. Com o noticiário quente sobre o assunto, Bolsonaro mandou Weintraub sair de férias e manear nas redes sociais. O retorno, contudo, não tem sido tranquilo como se gostaria.

Erros no Enem

Após anunciar que 2019 teria o melhor Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) de todos os tempos, o ministro da Educação foi obrigado a admitir, no último dia 18, que houve falhas no gabarito das provas de cerca de 6 mil candidatos.

Ele fez uma publicação em seu Twitter horas após candidatos começarem a reportar problemas na contagem de pontos. A questão afetou a divulgação do resultado do Sisu (Sistema de Seleção Unificada), que chegou a ser impedido pela Justiça, mas depois foi liberado.

Na terça (28), o Bolsonaro afirmou que conversaria com Weintraub para entender o que ocorreu com o exame, mas chegou a sugerir a hipótese de “sabotagem”. “O Enem está complicado. Eu estou conversando com ele [Weintraub] para ver se foi alguma falha nossa, falha humana, sabotagem, seja lá o que for. Temos que chegar no final da linha, apurar isso”.

Nesta quarta (29), a Folha de S.Paulo publicou que, segundo funcionários do MEC, os resultados do Enem 2019 não são 100% confiáveis. A matéria explica que o “Inep refez a conferência dos desempenhos dos participantes, mas não recalculou a proficiência dos itens usados nas provas do exame”. De acordo com o jornal, a pasta preferiu manter o cronograma do Sisu a dar andamento a este procedimento, que demandaria mais tempo.

Não bastasse as explicações que ainda precisa dar sobre o Enem, o ministro ainda se envolveu em outra polêmica no fim de semana nas redes sociais. Após ser marcado no post de um seguidor, que reclamou da nota da filha no Enem após a correção da prova, Weintraub mandou que o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) verificasse o exame da candidata.

Carlos Santanna

@carsantanna

· 25 de jan de 2020

Respondendo a @AbrahamWeint @lookoolcine

@ArthurWeint Ministro, minha filha tem certeza que a prova do Enem dela não teve a correção adequada e que ela foi prejudicada. E agora? A Inês é morta? O Sisu termina amanhã. Inscrição nº 191036902663

Abraham Weintraub

✓

@AbrahamWeint

Caro Carlos, vou passar seu caso diretamente para o presidente do INEP. Qual foi o problema que ela acha que ocorreu? Abraço

329

18:45 - 25 de jan de 2020

Informações e privacidade no Twitter Ads

66 pessoas estão falando sobre isso

“Ministro, minha filha tem certeza que a prova do Enem dela não teve a correção adequada e que ela foi prejudicada. E agora? A inês é morta? O Sisu termina amanhã”, escreveu um homem chamado Carlos Santanna, colocando ainda o número da inscrição da prova da filha.

O caso chegou a ser apresentado pela Defensoria Pública da União à Justiça. O defensor João Paulo Dorini afirmou que o ministro cometeu “seríssima ofensa ao princípio da impessoalidade”.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Em Londres, Capes fala sobre cooperação na educação

Acadêmicos e membros do governo articulam acordos de cooperação e pesquisa entre universidades brasileiras e inglesas

A **Capes** participa nesta semana do seminário UK-BR, do programa Universidades para o Mundo, que trata de internacionalização e políticas linguísticas na educação superior. Reunidos em Londres, Inglaterra, desde domingo, 26, acadêmicos e membros do governo articulam acordos de cooperação e pesquisa entre universidades brasileiras e inglesas.

Nos últimos cinco anos o Brasil se desenvolveu, em termos de internacionalização, a partir das experiências internacionais promovidas pelas próprias universidades e também pelas agências de fomento.

Patrício Marinho, coordenador de Parcerias Estratégicas da Diretoria de Relações Institucionais da **Capes**, explicou que o envolvimento das pesquisas com as necessidades da sociedade, e a busca por parcerias entre a academia e o meio produtivo “podem desenvolver, de forma sustentável, a manutenção das universidades, e atender às necessidades dos estudantes, como um mercado de trabalho mais receptivo”.

Iniciativas

Em 2019, a **Capes** assinou 21 acordos internacionais para o desenvolvimento da educação superior. Esses acordos tratam de cooperação internacional entre universidades brasileiras e estrangeiras. Por meio do Programa Institucional de Internacionalização (PrInt), a **CAPES** orienta as instituições e aprova os programas de pós-graduação aptos a participarem desses acordos com outros países. Atualmente, 36 instituições de ensino e pesquisa participam do PrInt.

Capex

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Criacionista, novo presidente da Capes precisa respeitar o Estado Laico, diz ANPG

Benedito Guimarães Aguiar Neto será o responsável pelo programa que oferece bolsas para pesquisas científicas

O professor Benedito Guimarães Aguiar Neto foi nomeado novo presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (**Capex**), na última sexta-feira (23). Defensor da teoria criacionista, de que foi que Deus quem criou a vida, ele será o responsável pelo programa que oferece bolsas para pesquisas científicas.

Flávia Calé, presidenta da Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), diz que um dos passos importantes será a manutenção do Estado democrático e o respeito aos métodos científicos e ao Estado Laico, além de continuar lutando pelo financiamento para pesquisas.

Só neste ano, o MEC decidiu cortar pela metade o orçamento da **Capex**, onde foram reservados R\$ 2,2 bilhões para a instituição frente os R\$ 4,25 bilhões previstos neste ano. A **Capex** ainda teve R\$ 300 milhões contingenciados neste ano e impactou em 11 mil bolsas no orçamento de 2019.

Apesar do temor de que a **Capex** financie linhas de pesquisa que abordem essa questão do criacionismo, Flávia lembra que a instituição tem professores preparados para filtrar o que é de interesse público ou não. “Temos que ficar atentos, já que o projeto do governo Bolsonaro é desmonte nacional, antidemocrático e ataca todas as áreas. A ciência e tecnologia, apesar de ter o Marcos Pontes como ministro, é um espaço de diálogo, mas ainda sem repostas por parte do governo”, disse, em entrevista ao jornalista Glauco Faria, da Rádio Brasil Atual.

Na virada do ano, o Ministério da Educação (MEC) publicou a Portaria 2.227, que estabelece novas regras para viagens a serviço de servidores da educação. O artigo 55, por exemplo, limita o número de participantes em congressos nacionais e internacionais. O texto estabelece o máximo de “dois representantes para eventos no país e um representante para eventos no exterior, por unidade, órgão singular ou entidade vinculada”.

A presidenta da ANPG criticou a medida e afirma que a portaria atinge a autonomia universitária. “Essa medida impacta nas universidades que fomentam e organizam essa agenda. Assim como foi visto com o Future-se, o governo comete um ato de ingerência com medidas que atingem as universidades dessa maneira. A pós-graduação brasileira está vinculada às universidades, então é um prejuízo”, lamentou.

Ouçã a entrevista: <https://soundcloud.com/redebrasilatual>

Rede Brasil Atual

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

SBEnBio divulga nota sobre criacionismo e em defesa da laicidade da educação brasileira

Entidade divulga documento, assinado por 19 instituições, no qual afirmam que “o Criacionismo e o Design Inteligente (DI) não podem ser entendidos como alternativas científicas às teorias evolutivas, nem devem ser lecionados nas aulas de Ciências e de Biologia”

A Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBENBIO) e as demais Associações Científicas abaixo assinadas vêm por nota reiterar seu posicionamento em defesa da laicidade da educação brasileira, princípio constitucional e entendida como requisito indispensável para uma educação pública, plural, inclusiva, democrática e de qualidade.

É com preocupação que verificamos a circulação em meio a representantes de órgãos educacionais oficiais do governo federal, exemplo da recém-nomeação do presidente da **Capes**, quem manifesta posicionamentos que equiparam ideias de cunho religioso a conhecimentos científicos, quando se trata de explicar a origem e diversificação da vida e do universo. Por isso, vimos reafirmar que o Criacionismo e o Design Inteligente (DI) não podem ser entendidos como alternativas científicas às teorias evolutivas, nem devem ser lecionados nas aulas de Ciências e de Biologia. Tais explicações não são científicas, pois, além de não serem resultado de investigações pautadas em atitudes, procedimentos, técnicas e métodos da Ciência, ainda abordam dimensões relacionadas a fenômenos sobrenaturais – o que a ciência não comporta com objeto de estudo.

O Criacionismo e o Design Inteligente são interpretações dogmáticas, uma vez que seus problemas e incoerências não originam novas questões para pesquisa que possam ser investigadas e discutidas pela comunidade científica. Além disso, essas visões religiosas para explicar o surgimento e as mudanças da vida já contam com espaços de divulgação e discussão nos diferentes locais de culto ou templos religiosos e não cabe à instituição escolar apresentá-las.

Também convém observar que, embora nos posicionemos veementemente contrários aos discursos que afirmam que as explicações criacionistas deteriam o mesmo status epistemológico que os conhecimentos científicos das teorias evolutivas, compreendemos que o cotidiano escolar é vivo e valorizamos sua diversidade.

Sendo assim, diferentes atores, praticantes ou não de religiões, circulam pelos espaços escolares e devem ter respeitado o direito de expressarem suas crenças, inclusive em aulas de Ciências e de Biologia. Afinal, em um Estado laico e democrático não cabe censura ou violência a nenhuma religião ou à falta dela. Por outro lado, também não é aceitável a promoção de determinadas crenças religiosas em detrimento de outras, nem que elas sejam lecionadas como se equivalessem a conhecimentos científicos.

Associação Brasileira de Ensino de Biologia, 25 de janeiro de 2020.

Além da SBEnBio a nota é subscrita pelas seguintes entidades:

Observatório da Laicidade da Educação – OLÉ

Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências – ABRAPEC

Sociedade Brasileira de Ensino de Química – SBEnQ

Associação Brasileira de História das Religiões – ABHR

Associação Nacional de História – ANPUH

Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia – ANPOF

Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED

Associação Brasileira de Currículo – ABdC

Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação – FINEDUCA

Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Pibid e Residência Pedagógica – FORPIBID RP

Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras – FORUMDIR

Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES

Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio

Associação de Mães e Pais pela Democracia

Fórum Nacional dos Coordenadores do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – FORPARFOR

Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE

Anped

[topo](#)

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Novo erro no Sisu 2020 impede candidatos de acessarem lista de espera

Problema começou na madrugada e, segundo candidatos, tem sido resolvido

Participantes do Enem enfrentaram um novo problema no Sisu (Sistema de Seleção Unificada) nesta quarta-feira (29). Dessa vez, a falha foi na lista de espera.

Candidatos que haviam se inscrito em apenas uma opção de curso, ao invés das duas possíveis, não conseguiam se inscrever na lista de espera. O sistema permite aos aprovados declarar interesse nas vagas não preenchidas a partir da primeira chamada.

Segundo estudantes, o problema tem sido resolvido pelo MEC (Ministério da Educação). A pasta comandada por Abraham Weintraub informou, no início da tarde, que recebeu reclamações de candidatos e que o sistema roda normalmente.

O Sisu reúne as vagas de instituições públicas de ensino superior que usam o Enem para selecionar os alunos.

Esses participantes recebiam as mensagens "opção não considerada na lista de espera" e "você indicou interesse em participar da lista de espera na outra opção".

O assunto permaneceu entre os mais comentados no Twitter na manhã desta quarta. Internautas criaram a hashtag #erronalistadeespera para falar dos erros.

A vestibulanda mineira Aline Dório, 18, identificou o erro logo após a meia noite, quando tentou se inscrever. Ela só havia anotado uma opção de curso, de Ciência da Computação na Ufes (Universidade Federal do Espírito Santo).

"Quando vi, entrei em desespero, porque estou em primeiro na lista", diz ela, que mora em Ipatinga (MG). "Pensei não vai dar certo, vou ter que fazer pré-vestibular".

Aline conta que o sistema liberou o acesso à lista de espera no meio da manhã. A Folha também identificou essa falha em cursos da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)

As inscrições do Sisu abriram na terça-feira (21) já com falhas. Além de lentidão, candidatos recebiam mensagens equivocadas do sistema informando que o prazo havia terminado.

No meio da semana passada, candidatos reclamaram que o Sisu apresentava participantes aptos nas suas duas opções de curso e, com isso, as notas de corte parciais estariam elevadas de modo exagerado.

Em edições anteriores, o sistema informava que a nota do participante não era considerada no cálculo da nota de corte da segunda opção. Depois de negar que havia erros, o MEC divulgou comunicado em que defendeu o novo formato.

A divulgação da lista de aprovados chegou a ser barrada pela Justiça por causa da divulgação de notas do Enem com erros. O governo Bolsonaro, entretanto, conseguiu reverter a decisão na terça (28) e os resultados foram liberados.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Enem : Inep diz que não refez cálculo sobre peso das questões após correção de erro

Segundo Instituto, mesmo com alunos atingidos por falhas na amostra usada, medida seria inócua

BRÁSÍLIA - Em meio à confusão em torno dos problemas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), mais uma questão foi levantada por especialistas e técnicos nos bastidores do governo. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) afirmou à Justiça, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), que não fez o recálculo dos parâmetros que definem o peso de cada item da

prova, mesmo após identificar que na amostra usada há candidatos atingidos pelos erros de correção. Segundo o órgão, a medida seria "inócua".

A informação provocou questionamentos sobre a necessidade de se recalcularem os parâmetros e, a partir disso, corrigir a nota de todos os participantes. Somente assim, seria possível assegurar que a proficiência obtida por todos os estudantes estaria correta, de acordo com os críticos do protocolo usado pelo Inep.

O Enem usa a Teoria de Resposta ao Item (TRI), que permite a comparação de notas de indivíduos submetidos a provas diferentes. Para isso, atribui pesos a cada item para qualificar a dificuldade da questão, a probabilidade de ser acertada ao acaso, entre outros parâmetros.

No Enem de 2019, uma amostra de 100 mil participantes foi selecionada para se fazer essa mensuração que baseia a TRI. Esse grupo incluiu, na prova de Ciências da Natureza, 83 alunos que foram atingidos pelo erro de troca de gabaritos. No caso da prova de Matemática, foram 105, segundo dados apresentados pelo próprio Inep no recurso judicial. Não houve casos de atingidos pela falha na amostra de Ciências Humanas e Linguagens, de acordo com o instituto.

No total, quase 6 mil participantes tiveram a prova corrigida devido a falha atribuída pelo governo à gráfica, de desconexão entre a prova e o gabarito correto. O governo afirmou que conferiu a correção de todos os participantes para chegar ao grupo atingido. No restante dos casos, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), não houve problemas na nota.

A divulgação dos resultados do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que usa a nota do Enem para acesso a universidades públicas, chegou a ser suspensa pela Justiça, diante dos problemas e da falta de respostas claras. Mas a Advocacia-Geral da União conseguiu derrubar a liminar para prosseguir o processo.

No recurso apresentado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Inep explicou que a amostra é feita com "indivíduos de alto, médio e baixo desempenho", usando-se o "escore (número de acertos) que possui uma forte correlação com a proficiência do aluno gerada pela TRI".

"Caso um indivíduo que teve baixo escore devido a erro na identificação da prova, tenha sido selecionado na amostra, isso não afeta o processo de calibração, já que, se esse indivíduo não tivesse baixo escore, outro indivíduo com baixo escore teria sido selecionado no seu lugar (sic)", afirma o Inep em nota usada na Justiça. "Em suma, a proporcionalidade de indivíduos com baixo, médio e alto desempenho foi mantida independentemente da troca de gabarito", completa.

"Desta forma, a proposta de selecionar nova amostra, recalibrar os itens e recalcularem as proficiências, se apresentaria como medida inócua, já que conforme apresentado na Nota Técnica 1 (0478914), as proficiências dos participantes continuam sendo estimadas com a mesma precisão e mantendo a escala construída a partir de 2009, utilizada em todas as edições do ENEM desde então", diz a AGU no recurso ao STJ.

O professor Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) Ocimar

Alavarse, especialista em avaliações educacionais, afirma que pode haver distorções nas notas de todos os participantes por conta de o Inep não ter recalculado os parâmetros dos itens. Ele aponta que o impacto, ainda que pequeno, pode significar a conquista ou não de uma vaga em cursos muito concorridos.

- Se fosse uma prova para avaliar a qualidade do ensino médio, não teria problema. Mas estamos falando de vestibular, de concorrência de vagas. Não se pode ter dúvidas sobre isso. A única forma de esclarecer seria a abertura dos processos para uma auditoria e a publicação com clareza de todos os protocolos adotados - afirma Alavarse.

Técnicos do Inep ouvidos pelo GLOBO também têm dúvidas sobre a medida adotada pelo órgão e dizem não poder assegurar se um novo recálculo traria ou não mudanças nas notas dos participantes. O GLOBO questionou o Inep se a amostra usada para calibrar os itens tinha participantes atingidos pelos erros de gabarito e o que foi feito desde ontem, mas não obteve resposta.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Sisu 2020: MPF vê indícios de erro na oferta de vagas a pessoas com deficiência
Ministério Público Federal encaminhou questionamentos ao Ministério da Educação (MEC). Documento relata casos de universidades que não ofereceram vaga para pessoas com deficiência.

O Ministério Público Federal (MPF) de Brasília solicitou ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, esclarecimentos sobre alguns indícios de falha no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). O questionamento ao ministro recai na oferta de vagas destinadas a pessoas com deficiência.

Resultado do Sisu 2020 é liberado após STJ atender recurso do MEC em ação sobre erro no Enem

Após ser adiado, Prouni tem inscrição aberta

Segundo o documento, há vários cursos, em todo o Brasil que tiveram um número inferior de vagas destinadas ao percentual da população com deficiência. Em alguns casos, não houve oferta de vaga, o que é obrigatório de acordo com a Lei nº 12.711.

O Ministério Público detectou os indícios de falhas depois de analisar relatórios com detalhamento das vagas ofertadas no Sisu e receber denúncias de representações de estudantes

"Expressivo número de cursos em todo o País tiveram vagas reservadas em número inferior ao percentual de sua população com deficiência aplicado ao número de vagas destinadas à reserva pela Lei nº 12.711 ou mesmo não tiveram nenhuma vaga reservada para esses candidatos", diz o documento.

O documento explica que não é possível uma instituição não ofertar vagas à pessoas com deficiência pois o arredondamento do cálculo "sempre deverá ser para o número inteiro imediatamente superior". e que "o número de vagas reservadas para candidatos com deficiência sempre deveria ser pelo menos 1.

O G1 questionou o ministério da Educação sobre o questionamento do MPF e aguarda retorno.

Balanço do Sisu 2020

Segundo a nota divulgada pelo MEC o novo portal do Sisu ficou disponível 91,6% do tempo em que as inscrições estavam abertas. Cerca de 66% dos acessos foram feitos por celulares ou tablets - este foi o primeiro ano que a inscrição do Sisu pôde ser feita por estes dispositivos.

O MEC divulgou que a região do país com o maior número de inscrições foi a Nordeste, com 1.375.758, seguida por Sudeste (1.088.094), Sul (368.751), Norte (322.954) e Centro-Oeste (302.801).

Por curso, o MEC afirma que Medicina foi o curso com maior número de inscritos, com 274.190. Administração e Direito, seguem a lista com 190.454 e 175.413, respectivamente.

Os cursos mais concorridos - com maior número de inscrições por vaga ofertada - foram: ciências biomédicas, com 145 inscrições por vaga; educação física, com 106 inscrições por vaga, e têxtil e moda, com 94 inscrições por vaga.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MPF diz que Sisu não teve mínimo de vagas para deficientes e questiona MEC

O MPF (Ministério Público Federal) em Brasília diz ter verificado redução no número de vagas reservadas a candidatos com deficiência no Sisu (Sistema de Seleção Unificada), o que é irregular, e solicitou esclarecimentos ao ministro da Educação, Abraham Weintraub.

O pedido, do último domingo (26) foi feito após a Procuradoria receber representações de alunos e também após ter feito uma análise dos termos de adesão das universidades ao Sisu e ao relatório que detalha as vagas ofertadas pelo sistema.

Em despacho em que solicita o pedido de esclarecimentos junto ao MEC, o procurador Felipe Fritz Braga diz que "expressivo número de cursos em todo o País tiveram vagas reservadas em número inferior ao percentual de sua população com deficiência aplicado ao número de vagas destinadas à reserva pela Lei nº 12.711, ou mesmo não tiveram NENHUMA vaga reservada para esses candidatos".

No documento, Braga cita que a UFMS (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul) ofereceu ao todo 2.054 vagas pelo Sisu e reservou apenas duas para candidatos deficientes. Essas vagas foram reservadas para o curso de medicina em Campo Grande.

O procurador cita ainda possíveis erros no cálculo da reserva de vagas na UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia) e na Unifal (Universidade Federal de Alfenas).

"Possivelmente, o baixo número de vagas reservadas se dá em razão do método de cálculo utilizado no SiSU 2020, ou mesmo em razão do método estabelecido pela Portaria Normativa MEC nº 18/2012, que aplica o percentual de deficientes utilizado pela IES a cotas parcelares dos 50% reservados pela Lei nº 12.711, e não a todo o número de vagas reservadas", escreveu o procurador.

"Caso se confirme essa hipótese, cumpre aprofundar a análise para deliberar sobre a

ocorrência de possível discriminação indevida dos candidatos com deficiência em razão de falta de isonomia", completou.

O pedido de esclarecimentos foi encaminhado ao MEC por meio da PFDC (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão), órgão do MPF que pode oficiar ministros. No ofício enviado à PFDC, Braga solicita, entre outros pontos, que seja esclarecido o cálculo feito para a reserva de vagas de cada uma das cotas previstas em lei e por que alguns cursos de diferentes instituições não tiveram nenhuma vaga reservada a candidatos com deficiência.

Segundo o MPF, trata-se de uma etapa inicial de investigação —isto é, ainda não foi aberto um procedimento sobre o caso. Weintraub tem um prazo de cinco dias para enviar os esclarecimentos solicitados.

O MEC foi procurado pela reportagem para comentar o tema, e suas considerações, se enviadas, serão incorporadas a este texto.

ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA

STJ libera resultado do Sisu

Superior Tribunal de Justiça suspendeu decisão que determinava ao governo federal dar posicionamento

Brasília- O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, decidiu ontem liberar a divulgação do resultado das inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). A divulgação pelo Ministério da Educação (MEC) estava prevista para ontem, mas foi suspensa por uma liminar da Justiça de São Paulo, que também impediu o início das inscrições no Programa Universidade para Todos (Prouni).

A decisão do presidente foi motivada por um recurso protocolado na noite de segunda-feira pela Advocacia-Geral da União para derrubar a liminar proferida pela desembargadora Therezinha Cazerta, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), que decidiu manter em vigor outra liminar concedida pela primeira instância da Justiça Federal para suspender a divulgação, sob alegação de que o governo ainda precisa dar um posicionamento "seguro e transparente" sobre a correção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019. As notas no exame são usadas pelos estudantes para fazer inscrição no Sisu e concorrer a vagas em universidades públicas em todo o país.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão responsável pelo Enem, foram identificados problemas em cerca de seis mil provas. Na segunda-feira, o MEC divulgou ter identificado erro na correção de 5.974 provas, entre 3,9 milhões participantes da última edição da prova. O ministro Abraham Weintraub garantiu que, após essa análise, todos os candidatos estavam com as notas corretas e, por isso, abriria as inscrições no Sisu. No entanto, não foi apresentado nenhum documento ou estudo técnico sobre o procedimento.

Na sexta-feira, a Justiça Federal de São Paulo havia determinado a suspensão da divulgação dos resultados do Sisu até que o governo federal demonstrasse a correção das provas do Enem que foram apontadas com problemas por estudantes de todo o país. O tribunal deu prazo de cinco dias para o cumprimento da decisão, sob multa diária de R\$ 10 mil. A decisão foi motivada por um pedido da Defensoria Pública da União (DPU).

Na semana passada, o MEC informou que houve erros na atribuição de notas para cerca de 6 mil alunos. A falha teria ocorrido na impressão das provas aplicadas em algumas cidades, sendo responsabilidade de uma gráfica. O MEC acrescentou que corrigiu o problema e não houve prejuízos para os estudantes.

Na decisão, o STJ diz ainda que os erros, não justificam a paralisação do todo o calendário universitário. "Se erros pontuais e individuais houve, certamente que devem ser sanados pelas vias próprias. Contudo, a simples possibilidade de rever nota específica não pode servir de substrato para impossibilitar o acesso de milhares a vagas já ofertadas", afirmou.

Ontem, antes da decisão do presidente do STJ, candidatos se manifestaram, pelas redes sociais, informando que tinham tido acesso a uma lista de resultados do Sisu, no site do MEC. Em seguida, o ministério divulgou nota informando que as listas publicadas por alguns minutos em seu portal "não representam resultado oficial" e que, em razão de decisão judicial, a divulgação do resultado final "continuava suspensa". "

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA

Bolsonaro cobra investigação

Brasília — O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que vai apurar se a falha no Enem foi erro do governo, "falha humana" ou sabotagem. Na manhã do sábado, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que foram encontradas "inconsistências na contabilização e correção da segunda prova do Enem do ano passado", referindo-se ao Enem 2019. Segundo Weintraub, o erro atingiu "alguma coisa como 0,1%" dos candidatos que prestaram o exame.

A gráfica responsável pela impressão das provas, segundo o ministério, descasou, em alguns casos, o cartão de respostas com o tipo da prova a que o documento deveria corresponder. O MEC informou que os alunos afetados já tiveram as provas corrigidas corretamente. Por causa da falha, a Justiça mandou suspender a divulgação do resultado do Sisu, sistema em que o estudante concorre a vagas em universidades públicas com a nota do Enem.

Bolsonaro disse que esse tipo de falha na correção do Enem não pode acontecer. O presidente falou com jornalistas na chegada à residência oficial do Palácio da Alvorada, ao voltar da viagem oficial à Índia.

"Enem, está complicado. Eu estou conversando com ele [ministro da Educação, Abraham Weintraub], para ver se foi alguma falha nossa, falha humana, sabotagem, seja lá o que for. Temos que chegar no final da linha e apurar isso. Não pode acontecer isso. E nós sabemos que tudo está na mesa. Eu não quero me precipitar dizendo o que deve ter acontecido com o Enem", disse o presidente.

Bolsonaro afirmou ainda que o governo vai assumir a responsabilidade, caso fique comprovado que a falha foi da equipe que organiza o Enem.

"Acho que todas as cartas estão na mesa. Não quero dizer que é isso, para querer se eximir, talvez, de uma responsabilidade que seja nossa. Não sou dessa linha. Eu quero realmente é apurar e chegar no final da linha para falar com propriedade. Se for nossa, assume. Se for de outros, mostrar com provas o que houve", completou.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA

Estudantes notáveis cobram melhorias

Em meio a uma batalha judicial a nota do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), responsável pelo ingresso nas faculdades federais, ficou indisponível. O resultado estava embargado por uma decisão liminar da Justiça de São Paulo. No fim da tarde, as notas foram liberadas pelo MEC, após decisão do STJ. Apesar de apreensivos depois de toda a confusão, jovens mineiros tomaram espaço na última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e foram destaque no Brasil.

Leonardo Kamino Barros, de 18 anos, foi o estudante com a maior nota do país na prova de matemática. O jovem conseguiu acumular 985,5 pontos na matéria. Em conversa com o Estado de Minas, ele contou que não ficou tão preocupado com o resultado do Sisu por já ter vaga garantida na Universidade de São Paulo (USP). Apesar disso, Kamino disse ter achado a situação um "descaso com os estudantes". "Eles marcam uma data, cometem um erro na prova e depois os estudantes saem prejudicados", disse.

Estudante do Colégio Santo Antônio, unidade de Belo Horizonte localizada na Savassi, Kamino sonha em cursar engenharia da computação. O jovem garante que o segredo para uma boa nota está na execução de vários exercícios. "Para matemática é importante fazer muitas atividades. Você pode ser craque em fazer fórmula, o que for... mas se não treinar não consegue entender. É treinando que aprende", afirmou. Kamino também contou que diminuiu a quantidade de exercícios gradativamente até o grande dia. "Eu treinei o ano todo, mas quando foi chegando outubro resolvi desacelerar. Cheguei até mesmo a viajar no feriado do Dia das Crianças para poder relaxar", disse.

Destaque no país, Minas Gerais foi o estado com mais notas mil na redação, foram 13 em 53. A maioria dos estudantes que recebeu esta nota foram mulheres, 32 ou seja 60% do total. O tema da edição foi "Democratização do Cinema no Brasil".

O aluno do Colégio Colegiado Lucas Silva, de 18, foi um dos jovens nota mil. Esta foi a segunda vez que o estudante conquistou a nota. Ele conta que o segredo está no equilíbrio. "A minha dica é justamente encontrar a motivação para poder fazer e achar o equilíbrio entre lazer e estudar. Cada um tem que encontrar seu ponto", disse.

Camila Sales, de 18, não conseguiu o mil, mas chegou bem perto. A jovem acumulou 960 pontos na redação. "Eu preparei-me principalmente na minha escola, fiz cursinho no colégio com aulas todos os sábados", disse. Quando questionada sobre a nota do Sisu, a estudante disse estar apreensiva. "A gente fica nervosa sem saber o que vai fazer, fica se perguntando se vai estar na faculdade ou vai ter que fazer a inscrição no cursinho de novo:

Camila ainda fez um apelo para o MEC. "Espero que eles não desistam da gente. Melhorem o sistema. Façam algo melhor para os próximos estudantes", afirma. Para ela o segredo de uma boa nota está no conhecimento de assuntos gerais. "A maior dica é aprender muito sobre atualidades. Desde pequena gostei muito de escrever, mas as aulas de atualidades foram as mais importantes", contou. "Eu prestei muita atenção nas dicas dos meus professores, isso foi um ponto chave:

Além de Minas as redações com nota máxima são de Alagoas (1), Bahia (1), Ceará (6), Distrito Federal (2), Goiás (4), Maranhão (1), Mato Grosso do Sul (1), Paraíba (1), Pará

(2), Pernambuco (1), Piauí (2), Rio Grande do Norte (3), Rio Grande do Sul (3), Rio de Janeiro (6) e São Paulo (4).

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA

WEINTRAUB ADVERTIDO

Comissão de Ética da Presidência da República diz ao ministro da Educação que ele

No mesmo dia em que recebeu advertência da Comissão de Ética da Presidência da República por ter faltado com o decoro no cargo, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, ouviu do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) que erros no Enem deste ano não poderiam ocorrer. Após afirmar que o exame foi o "melhor da história", o Ministério da Educação viu surgirem sucessivos problemas com a divulgação do resultado e a inscrição no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) acabou se tornando imbróglio judicial que afeta quatro milhões de estudantes.

Alvo de parlamentares da oposição desde que assumiu a pasta, o ministro passou a receber também críticas de outros grupos políticos, como do MBL, que apoiou a eleição de Bolsonaro.

Ontem, por unanimidade, a Comissão de Ética Pública da Presidência decidiu advertir Weintraub e recomendou que ele "se atente aos padrões éticos em vigor". Ele virou alvo do colegiada em setembro, quando, a pedido dos deputados do PT Paulo Pimenta e Gleisi Hoffmann, foi aberto procedimento para apurar se houve desvio de conduta por publicações em que o ministro citou de forma ofensiva os ex-presidentes petistas Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Os ataques de Weintraub ocorreram após o episódio em que um militar brasileiro foi flagrado com 39 quilos de cocaína em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) ao desembarcar na Espanha. O ministro da Educação relacionou os ex-presidentes às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), consideradas organizações terroristas por alguns países.

"Tranquilizo os guerreiros do PT e de seus acepipes (sic): o responsável pelos 39kg de cocaína nada tem a ver com o governo Bolsonaro. Ele irá para a cadeia e ninguém de nosso lado defenderá o criminoso. Vocês continuam com a exclusividade de ser amigos de traficantes como as Farc", escreveu Weintraub. Ele continuou em outra postagem: "No passado, o avião presidencial já transportou drogas em maior quantidade. Alguém sabe o peso do Lula ou da Dilma?"

Para o conselheiro Erick Vidigal, relatar de caso na Comissão de Ética, não é esperado de um ministro da Educação o papel de autoridade "impulsiva, destemperada, que ofende quem quer que o critique" ou que "use o cargo público para ampliar a divisão existente atualmente na sociedade brasileira e incitar o ódio, a agressividade, a desarmonia". As punições impostas pelo colegiada têm caráter administrativo, como advertência e censura ética. No entanto, dependendo da gravidade, a comissão pode sugerir a demissão do cargo, que pode ou não ser acatada pelo governo.

Em sua resposta, Weintraub afirmou que caberiam "qualificações ainda mais contundentes" aos ex-presidentes, como "bandido, criminoso, presidiário e marginal, entre outros (a Lula) e à outra (Dilma) O ministro pediu arquivamento do caso e citou a

"audácia e falta de vergonha dos subscritores da denúncia", referindo-se aos deputados petistas. "Quem comete crime pode tranquilamente ser chamado de uma droga, afinal, o crime é algo que merece supremo repúdio legal e social", justificou.

BOLSO NARO Ontem, ao chegar ao Palácio da Alvorada após viagem à Índia, o presidente Bolsonaro reconheceu que a situação do Enem está "complicada" e disse que entre as possibilidades para os erros na correção da prova está uma suposta sabotagem. "Está complicado, eu tenho conversado com ele (Weintraub) para ver o que está acontecendo. Se realmente foi uma falha nossa, se tem uma falha humana, sabotagem, seja lá o quê for, temos que chegar no final da linha e apurar isso aí. Não pode acontecer isso", afirmou o presidente. Ele disse ainda que não conhece os detalhes da investigação sobre os erros no Enem.

Questionado sobre possível exoneração do ministro, Bolsonaro disse que Weintraub continua no cargo. "Por enquanto continua, sem problema nenhum. Sempre falo por enquanto para todo mundo. O único que não é por enquanto é o Mourão (vice-presidente). O resto é todo mundo por enquanto-, avaliou.

A reportagem do EM entrou em contato com o MEC para saber detalhes sobre as apurações das irregularidades no Enem e sobre o que levou à hipótese de sabotagem, mas a pasta informou que era preciso contatar o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep). Já o Inep informou que os problemas estão sendo tratados pela Advocacia-Geral da União (AGU). A AGU por sua vez, não se manifestou sobre a hipótese de sabotagem no Enem.

[topo](#)

EXTRA - RJ - POLÍTICA

Bolsonaro exonera secretário da Casa Civil que usou voo da FAB Antes da exoneração, Santini cumprimenta o presidente na Índia

O secretário-executivo da Casa Civil, José Vicente Santini, foi exonerado publicamente do cargo ontem pelo presidente Jair Bolsonaro. Ao retornar pela manhã da viagem à Índia, Bolsonaro se antecipou a perguntas dos jornalistas no Palácio da Alvorada, e anunciou a decisão, que não havia sido publicada no Diário Oficial.

No sábado, o presidente já havia dado uma bronca no funcionário ao descobrir que ele usou um voo da Força Aérea Brasileira (FAB) para sair de Davos e ir para a Índia, enquanto outros ministros haviam feito o deslocamento em voo comercial. A informação foi antecipada na coluna de Bela Megale, em O Globo. Santini era o interino do então chefe, Onyx Lorenzoni, que está de férias.

— Inadmissível o que aconteceu. Já está destituído da função de executivo do Onyx. Decido por mim. Vou conversar com o Onyx para ver quais outras medidas vão ser tomadas contra ele. É inadmissível o que aconteceu. Ponto final — disse Bolsonaro na chegada ao Brasil, completando: — O que ele fez não é ilegal, mas é completamente imoral. Ministros antigos foram de avião comercial, classe econômica. Eu mesmo já viajei no passado, não era presidente, para a Ásia toda de classe econômica.

Santini é irmão do vereador de Campinas Tenente Santini (PSD). Ele chegou ao governo Bolsonaro em 3 de janeiro, quando foi nomeado subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil. Em 9 de abril, Santini foi promovido a secretário-executivo da pasta, substituindo Abraham Weintraub, que virou ministro da Educação do atual governo.

topo ↕

EXTRA - RJ - POLÍTICA

Ministro é advertido

A Comissão de Ética Pública (CEP) da Presidência da República decidiu ontem, por unanimidade, punir o ministro da Educação Abraham Weintraub com uma advertência, penalidade prevista para quem violar normas do Código de Conduta da Alta Administração Federal.

Ele foi alvo de representação dos deputados petistas Paulo Pimenta (RS) e Gleisi Hoffmann (PR) por ter declarado, no Twitter, que o avião presidencial “já transportou drogas em maior quantidade”, referindo-se aos ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff, ambos do PT. A postagem ocorreu após a prisão de um militar e a apreensão de 39kg de cocaína dentro de um avião da comitiva do presidente Jair Bolsonaro na Espanha, em junho passado.

“Tranquilizo os ‘guerreiros’ do PT e seus acepipes: o responsável pelos 39kg de cocaína NADA tem a ver com o Governo Bolsonaro. Ele irá para a cadeia (...) Vocês continuam com a exclusividade de serem amigos de traficantes (...) No passado o avião presidencial já transportou drogas em maior quantidade. Alguém sabe o peso do Lula ou da Dilma?”, escreveu Weintraub na época.

O Ministério da Educação informou que Abraham Weintraub não se manifestará sobre a penalidade porque o processo é sigiloso.

topo ↕

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - ÚLTIMAS

Resultados do Sisu são liberados

Superior Tribunal de Justiça (STJ) atendeu a um pedido do governo Bolsonaro e liberou a divulgação do resultado do Sisu. Processo estava suspenso em função dos erros encontrados no resultado das notas do Enem

BRASÍLIA (Folhapress) - O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, atendeu a um pedido do governo Bolsonaro e liberou, ontem, a divulgação do resultado do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Na última segunda, a Advocacia-Geral da União (AGU) protocolou um recurso no tribunal para garantir a manutenção do calendário de divulgação da lista de aprovados.

O governo pediu a suspensão de uma decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) que havia mantido a determinação da Justiça Federal em São Paulo, da última sexta, de não permitir a divulgação da lista devido a problemas em correções de provas do Enem.

O cronograma oficial previa a liberação dos aprovados ontem, mas a divulgação foi barrada. Com a nova decisão judicial, o Ministério da Educação (MEC) pode divulgar as listas de aprovados nas instituições que usam o Enem como vestibular. Além disso, abriu as inscrições para o Programa Universidade para Todos (ProUni).

Para o ministro Noronha, a possibilidade de notas específicas do Enem serem revistas não pode impossibilitar o acesso às vagas oferecidas e prejudicar o início das atividades acadêmicas nas instituições públicas e privadas do país. "Já são milhares os estudantes apreensivos, sem saber para qual curso foram selecionados e em qual instituição de ensino ingressarão. Suas famílias, obviamente, também estão ansiosas sem saber para

onde seus filhos irão", afirmou. O governo alegou ao STJ que as notas do Enem são utilizadas em outros programas, gerando impacto.

topo ↕

HOJE EM DIA - MG - OPINIÃO

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA PRECISA SER LEVADA A SÉRIO

Nas últimas semanas, assistimos a mais uma novela protagonizada pelo Ministério da Educação. No último dia 17, data da divulgação das notas do Enem de 2019, o ministro Abraham Weintraub disse em entrevista que havia realizado "o melhor Enem de todos os tempos". No fim do mesmo dia, porém, após a divulgação dos resultados da prova, inúmeros alunos começaram a contestar os resultados do exame.

O I nep, órgão responsável pela aplicação do exame, admitiu o erro no dia seguinte, garantindo que a falha havia afetado apenas 0,15% dos 3,9 milhões de estudantes que prestaram o exame, correspondendo a 5.974 alunos prejudicados. Também foi dito que os erros já haviam sido sanados.

Na semana seguinte, porém, a credibilidade do exame foi novamente abalada, após possíveis inconsistências serem apontadas no Sisu, o Sistema de Seleção Unificada do MEC. Desta vez, o Ministério negou a existência de tais problemas.

Tal ambiente de incerteza, levou o Ministério Público Federal a solicitar suspensão do Sisu até que as dúvidas que pairavam sobre o exame fossem solucionadas, decisão que foi acatada pela Justiça Federal. No início da noite de terça, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu atender o recurso do governo federal contrário à decisão anterior e permitiu a divulgação do resultado.

De roubo de provas até falhas na impressão de provas, os problemas no Enem são, infelizmente, recorrentes, o que nos leva a repensar se a forma de aplicação atual é a mais adequada. O próprio MEC, inclusive, já anunciou planos de iniciar uma transição para a aplicação digital da prova, o que é uma decisão acertada se bem executada.

O erro deste ano, porém, vem acompanhado de um elemento diferente dos anos anteriores: a falta de credibilidade e confiança de parte relevante da sociedade no próprio ministro da Educação.

A arrogância demonstrada por Abraham Weintraub ao cantar vitória poucas horas antes de graves erros serem apontados no ENEM de 2019 não foi um fato isolado. Desde que assumiu o Ministério, em abril de 2019, o ministro não conseguiu passar uma semana sequer sem protagonizar alguma polêmica ou adotar alguma postura que se mostra distante do que se espera de um ministro de Estado.

De ataques à imprensa e a parlamentares a uma presença irresponsável em redes sociais, que acabam de lhe render uma advertência da Comissão de Ética da Presidência, as ações de Weintraub demonstram sucessivamente que ele não tem as qualidades esperadas de um ministro, muito menos da Educação. Somadas aos erros técnicos e de gestão graves incorridos, como os do ENEM, os poucos meses da gestão de Weintraub constroem uma já longa lista de razões para que ele não esteja mais à frente do MEC.

Se Bolsonaro deseja que a Educação deixe de ser uma pedra em seu sapato e passe a fazer parte das pastas de seu governo que estão funcionando, como a da Economia, o ministro precisa ser substituído com urgência. A educação brasileira precisa ser levada a sério. E certamente não será com um ministro cujas ações mais se aproximam da infantilidade que chegaremos a este objetivo. Weintraub precisa sair.

A educação brasileira agradecerá.

Administrador e deputado federal pelo Novo/MG. É líder do RenovaBR e dirigiu a Fundação Estudar. Escreve neste espaço às quartas-feiras

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - POLÍTICA

Mendonça volta a ser cotado para o MEC

GOVERNO Segundo aliados do presidente Bolsonaro, nome do pernambucano é o mais forte

As falhas em parte das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019 e, conseqüentemente, a suspensão da divulgação dos resultados do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 2020 – que foi liberada nesta terça-feira (28) pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha (leia mais em Cidades) – tem colocado em xeque a permanência do ministro da Educação, Abraham Weintraub, no cargo. Com esse cenário de crise, nomes começam a ganhar força no gabinete do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Entre eles, o do ex-ministro da pasta na gestão de Michel Temer (MDB) Mendonça Filho (DEM).

De acordo com informações do correspondente da Rádio Jornal em Brasília, Romoaldo de Souza, fontes próximas do Palácio do Planalto afirmam que o grande impasse que pesa sobre a definição de Mendonça, é o seu partido, o DEM. A sigla já ocupa três ministério no governo Bolsonaro: Onyx Lorenzoni (Casa Civil), Luiz Henrique Mandetta (Saúde) e Tereza Cristina (Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Além disso, o Democratas também detém as presidências da Câmara dos Deputados, com o deputado federal Rodrigo Maia (RJ), e do Senado Federal, com o senador Davi Alcolumbre (AP)

Na manhã desta terça, após retornar de sua primeira viagem oficial à Índia, o presidente afirmou que as falhas na correção das provas do Enem “não podem acontecer”. “Eu quero realmente é apurar e chegar no final da linha para falar com propriedade. Se for nossa (culpa), assume. Se for de outros, mostrar com provas o que houve”, declarou Bolsonaro a jornalistas que estavam na entrada do Palácio da Alvorada, sua residência oficial. Sobre a possível demissão do ministro Abraham Weintraub, ele também disse que “todas as cartas estão na mesa” para a investigação, e que por enquanto, o ministro será mantido no cargo.

Com seu nome colocado na disputa à Prefeitura do Recife, Mendonça Filho foi procurado pela reportagem do JC para comentar as especulações, mas afirmou que não iria comentar o assunto. Na noite de ontem, o Movimento Brasil Livre (MBL) divulgou nota pedindo a saída de Weintraub. “Em virtude do trabalho lamentável que ele tem exercido à frente de uma das mais importantes pastas ministeriais”, diz o MBL na nota para justificar o pedido.

O MBL, que tem o deputado Kim Katagiri (DEM-RJ) como seu representante na Câmara, pede que Weintraub seja substituído por alguém “competente, técnico e responsável, à altura do importante cargo que ocupa”. A nota, contudo, não cita nomes. Essa não é a primeira vez que o ex-ministro tem seu nome cotado para retornar ao Ministério da Educação. No período de transição do governo, ele participou

ativamente desse processo para auxiliar a equipe de Bolsonaro. No entanto, o escolhido sob argumento de ser um quadro técnico foi Ricardo Vélez Rodríguez – exonerado no dia 8 de abril, com menos de três meses de governo.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - CIDADES

Unicap inscreve até amanhã

Curso de Engenharia da Complexidade, em parceria com o Instituto de Artes e Ofício da França, aceita nota do Enem de 2016 a 2019

Uma formação ampla, com profissionais preparados para atuar no mercado dentro e fora do Brasil. E assim que a graduação em Engenharia da Complexidade - que está com suas inscrições abertas até amanhã (30/01) - é oferecida pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), em parceria com o Instituto Católico de Artes e Ofício (Icam), na França.

O curso marca o pioneirismo da instituição pernambucana, com uma graduação pensada e estruturada para desenvolver os potenciais de cada aluno e promover soluções criativas e experiências inovadoras para as mais diversas áreas da engenharia. Além disso, o curso possibilita uma integração internacional de pelo menos um ano, devido ao intercâmbio em outros países com, campus do Icam - na França, Índia ou Camarões.

De acordo com Fernando Nogueira, coordenador do curso, a graduação vai além das formações tradicionais. "Ele é um curso de engenharia baseado em competências. De uma maneira geral, os cursos são baseados em conteúdo e ele é baseado em desenvolvimento de competências, utilizando metodologias ativas de aprendizagem, como a PBL (Problem Based Learning), que é o Aprendizado Baseado em Problema. Ele é um curso estruturado para ter um projeto desenvolvido a cada ano pelos estudantes, seja um projeto de um barco, uma casa de tecnologia de baixo impacto ambiental e assim vai", explica o professor.

Para receber os alunos e essa nova metodologia, a Unicap, em parceria com o Icam, inaugurou um novo espaço dentro do campus da Universidade, o Pavilhão Maker. O ambiente traz o conceito de tecnologia e modernidade que o curso proporciona dentro e fora da sala de aula. Impressoras 3D, drones e internet de alta velocidade são algumas das inovações que a estrutura traz.

"O Pavilhão Maker é um espaço de inovação que transforma a relação de ensino em uma aprendizagem lúdica e agradável. As aulas do curso são em horário integral, com oito horas por dia, mas não quer dizer que são oito horas dentro de sala de aula. Esse curso inverte a lógica das graduações e essas horas não serão apenas com o professor dando aula e o aluno assistindo. Eles terão trabalhos e atividades pedagógicas para fazer que, na maior parte das vezes, não serão em sala de aula e sim no laboratório, na biblioteca, em grupo de estudos ou em uma empresa parceira. O estudante vai ver a teoria e pode automaticamente ver, num laboratório perto dele, a prática", complementa o coordenador.

Por ser um curso que alia teoria e prática, os estudantes têm contato com diferentes áreas de atuação na engenharia, o que pode refletir em como eles irão atuar no mercado de trabalho, após a formação.

"Nós formamos um engenheiro chamado engenheiro da complexidade e essa complexidade não significa complicação. A complexidade é a visão complexa de

mundo, uma maneira de você ver um sistema, um produto, como um todo e a sua interação junto ao meio ambiente. Esse engenheiro vai ter uma visão global da atuação dele e do impacto que a atuação dele tem no ambiente em que ele vai trabalhar", ressalta o coordenador, que também sinaliza o valor da internacionalização que o curso oferece.

"Os estudantes vão ser tornar profissionais com uma excelente formação técnica em diversos campos da engenharia. Vão falar duas línguas com proficiência do nível B1 ou B2. Serão profissionais que não estarão sendo formados somente para o mercado local, ele é um profissional formado para o mundo. Ele vai ter habilidades técnicas qualificadas, por causa das duas instituições envolvidas, e vai ter uma experiência no exterior de pelo menos um ano, o que muda e alarga a rede de possibilidades profissionais dele", complementa.

ÚLTIMOS DIAS

Para se inscrever na graduação de Engenharia da Complexidade, os interessados podem acessar o site unicap.br/icam e participar do processo seletivo. É possível conferir também mais informações sobre o curso, sua metodologia e experiência internacional.

A seleção, que encerra inscrições amanhã (30/01), aceita a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) dos anos de 2016 a 2019. O resultado dos selecionados sai no dia 5 de fevereiro. No dia 17 do mesmo mês começam as aulas. O curso tem duração de cinco anos.

topo 

J. DO COMMERCIO - PE - CIDADES

Após a tensão, as matrículas

Depois de um dia de muita expectativa e vazamento do resultado, os quase 1,8 milhão de candidatos que se inscreveram no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) puderam conferir, no início da noite de ontem, o listão dos aprovados. Na disputa estavam 237.128 vagas em 128 instituições públicas de ensino superior. A divulgação foi autorizada pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha. A liberação das listas, prevista para ontem mesmo, estava suspensa por ordem judicial desde sexta-feira (24).

Cinco das seis instituições de Pernambuco que integram o Sisu - UFPE, UFRPE, UPE, Univasf e IFPE - informaram que o cronograma de matrícula divulgados antes do impasse judicial está mantidos. O JC não conseguiu contactar o IF do Sertão. Quem não foi aprovado tem de hoje até terça-feira (4) para se inscrever na lista de espera.

Também após a anuência do ministro, começaram ontem as inscrições no Programa Universidade para Todos (Prouni), que neste semestre oferece 251.139 bolsas parciais (500/0 do valor da mensalidade) e integrais (1000/0) em faculdades privadas. O MEC prorrogou o término das inscrições em um dia. Agora, o prazo final para se candidatar às vagas é sábado (1). Já o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) permanecerá com as datas oficialmente divulgadas, entre 5 e 12 de fevereiro.

Para conseguir autorização para divulgar o listão, a Advocacia-Geral da União (AGU) ingressou com recurso anteontem à noite. A Justiça havia exigido que o MEC se posicionasse em relação às notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019. O governo tinha identificado erro na correção das provas de cerca de 6 mil candidatos. Só com o desempenho no Enem os estudantes podem se inscrever no Sisu.

Na avaliação do ministro do STJ João Noronha, a revisão das notas não poderia servir de justificativa "para impossibilitar o acesso de milhares de pessoas a vagas já oferecidas e prejudicar o início das atividades acadêmicas nas instituições públicas e privadas no País".

SABOTAGEM

Pela manhã, antes da decisão do STJ, candidatos conseguiram acessar o resultado do Sisu, apesar da proibição da Justiça ainda estar valendo. Uma lista de aprovados em medicina, campus Caruaru, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), circulou entre alunos e professores. Também pela manhã o presidente Jair Bolsonaro disse, em Brasília, que pode ter havido sabotagem no Enem.

A estudante Juliana Loiola, 18 anos, foi uma das que souberam da aprovação logo cedo. Ela ficou em 24º lugar em medicina, na UFPE, no Recife. "Recebi uma lista que tinha meu nome. Fiquei sem acreditar. Só comemorei mesmo quando o MEC divulgou o resultado no site do Sisu. Estou muito feliz pois passei no curso e na universidade que eu queria", contou Juliana, que concluiu o ensino médio no Colégio Santa Maria. André Gustavo Barbosa, 19, também vai estudar medicina, mas na Universidade de Pernambuco (UPE). Ele já faz o curso em Garanhuns, no Agreste. "Minha vontade era mesmo cursar no Recife. Agora vou voltar para casa e ficar perto da minha família."

topo ↕

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - BRASIL

Presidente do STJ libera divulgação dos resultados

Ministro considerou dano grave deixar candidatos sem saber para onde irão

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, atendeu a um pedido do governo Bolsonaro e liberou, na tarde de ontem, a divulgação do resultado do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Na segunda-feira (27), a Advocacia-Geral da União (AGU) protocolou um recurso no tribunal para garantir a manutenção do calendário de divulgação da lista de aprovados.

O governo pediu a suspensão de uma decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF) que havia mantido a determinação da Justiça Federal em São Paulo, da última sexta, de não permitir a divulgação da lista devido a problemas em correções de provas do Enem.

O cronograma oficial previa a liberação dos aprovados nesta terça-feira, mas a divulgação foi barrada. Com a decisão do STJ, o Ministério da Educação divulgou na noite de ontem mesmo o resultado do Sisu. Os candidatos às 237 mil vagas podem acessar os resultados no portal oficial do sistema. Também foram abertas nesta terça-feira à noite as inscrições para o Programa Universidade para Todos (ProUni). O cronograma desse programa também havia sido suspenso pelo MEC em função do veto à divulgação dos resultados.

No cronograma inicial, o término para concorrer às bolsas para faculdades particulares seria na próxima sexta-feira. O MEC decidiu prorrogar o prazo por mais um dia, sábado, 1º de fevereiro, para que os candidatos tenham tempo suficiente de se inscreverem.

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) permanece com o cronograma atual, com inscrições de 4 a 12 de fevereiro.

Para o presidente do STJ, João Otávio de Noronha, a possibilidade de notas específicas do Enem serem revistas não pode impossibilitar o acesso às vagas oferecidas e prejudicar o início das atividades acadêmicas nas instituições públicas e privadas do país.

"Já são milhares os estudantes apreensivos, sem saber para qual curso foram selecionados e em qual instituição de ensino ingressarão. Suas famílias, obviamente, também estão ansiosas sem saber para onde seus filhos irão", afirmou.

O governo alegou ao STJ que as notas do Enem são utilizadas em outros programas do Ministério da Educação e que, por essa razão, a decisão anterior da Justiça, "que suspendeu o cronograma do Sisu, por suposto problema nas correções de algo próximo a 6 mil provas de candidatos do Enem (erros nos cartões-resposta que correspondem a aproximadamente 0,15% do total de inscritos)" gera impactos também no 1Prouni e no Fies (financiamento estudantil).

Ainda segundo o governo, "o Sisu visa disponibilizar 237.128 vagas em 128 instituições públicas, com a média de 2,4 milhões de estudantes". O dano à ordem pública, sustentou a AGU, já ocorreria na medida em que "algumas universidades públicas decidiram por suspender o cronograma de ingresso pelo Sisu, justamente em virtude da insegurança criada pela decisão ver gastada quanto à validade das notas do Enem".

Noronha considerou que o dano é grave e de enorme potencialidade lesiva. Ao que parece, faltou diálogo. A DPU [Defensoria Pública da União] supõe (ou teme) que os estudantes possam ter sido prejudicados, seja porque os que reclamaram das notas não tiveram seus pleitos respondidos, seja porque a revisão das provas pode ter impactado a valoração das questões de acordo com a teoria da resposta ao item", escreveu o ministro.

"O MEC e o Inep [instituto que faz o Enem], pelo que se depreende, pecaram pela deficiente comunicação com a sociedade em geral e, em específico, com os órgãos encarregados da defesa dos interesses difusos e coletivos (MPF [Ministério Público Federal] e DPU)."

[topo](#)

MEIO NORTE - PI - NACIONAL

Inep divulga resultado do Sisu

Após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o Instituto Nacional de Estudos Educacionais (Inep) divulgou o resultado do Sistema Unificado de Seleção (Sisu), na noite de ontem. Alunos aprovados agora podem comemorar o resultado.

A estudante Rosana Beatriz Félix Silva, 20 anos, aprovada em primeiro Lugar no Curso de Direito da Universidade Estadual do Piauí (Uespi), disse que sua aprovação "foi a concretização de um trabalho árduo, construído com muita dedicação e com a certeza de que o bom Deus é fiel para cumprir suas promessas em minha vida. Sem Ele nada disso teria sido possível:

Rosana Beatriz espera que o ensino superior atenda aos anseios de todos alunos que conquistaram sua vaga na universidade, haja vista que em um país tão desigual como o Brasil, a aprovação é consequência de muitos anos de estudos, já que são poucas as

vagas ofertadas pelo ensino público superior no país. "É imprescindível que o MEC envie recursos para aparelhar as universidades públicas do Brasil. De modo a minimizar o sucateamento das instituições públicas de ensino superior", defende Rosana, acrescentando: "Espero que a Uespi ofereça um ensino de excelência e consiga contornar as adversidades do ensino público".

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, decidiu ontem, liberar a divulgação do resultado das inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). A divulgação pelo Ministério da Educação (MEC) estava prevista para ontem, mas foi suspensa por uma Liminar da Justiça de São Paulo, que também impediu o início das inscrições no Programa Universidade para Todos (Prouni).

A decisão do presidente foi motivada por um recurso protocolado na noite de anteontem pela Advocacia-Geral da União para derrubar a liminar proferida pela desembargadora Therezinha Cazerta, do Tribunal Regional Federal da 3 Região (TRF3), que decidiu manter em vigor outra liminar concedida pela primeira instância da Justiça Federal para suspender a divulgação, sob alegação de que o governo ainda precisa dar um posicionamento "seguro e transparente" sobre a correção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - NACIONAL

Justiça havia determinado a suspensão

Na sexta-feira (24), a Justiça Federal de São Paulo havia determinado a suspensão da divulgação dos resultados do Sisu até que o governo federal demonstrasse a correção das provas do Enem que foram apontadas com problemas por estudantes de todo o país. O tribunal deu prazo de cinco dias para o cumprimento da decisão, sob multa diária de R\$ 10 mil. A decisão foi motivada por um pedido da Defensoria Pública da União (DPU).

Na semana passada, o Ministério da Educação (MEC) informou que houve erros na atribuição de notas para cerca de 6 mil alunos. Segundo a pasta, a falha teria ocorrido na impressão das provas aplicadas em algumas cidades, sendo responsabilidade de uma gráfica. O MEC acrescentou que corrigiu o problema e não houve prejuízos para os estudantes.

Na decisão, o presidente do STJ diz ainda que os erros na correção das provas de 6 mil alunos, que foram resolvidos pelo MEC e pelo Inep, órgão responsável pelo Enem, não justificam a paralisação do todo o calendário universitário, que depende da divulgação das notas da prova.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDITORIAL

O perigo eleitoral

Há pelo menos cinco anos a tônica de qualquer administração pública tem sido a crise fiscal. De pires na mão, gestores recorrem a todos os meios possíveis para manter o equilíbrio atuarial, que por vezes parece uma utopia. Os últimos anos são marcados pela estabilização ou retração no sentido mais estrito, longe da pujança que se observou outrora. Apesar da perspectiva para crescimento em 2020, ele ainda parece ser ínfimo tamanho os desafios de cada gestão. Neste sentido, o ano eleitoral pode se constituir como uma armadilha para a saúde financeira dos entes e para o andamento dos projetos municipais. Articulações, convenções, duelo por indicações nos bastidores, chapas

majoritárias e proporcionais, a campanha em si.

Há uma preocupação iminente quanto aos rumos de cada administração no período, principalmente no sentido de que os projetos não sejam paralisados, ou tenham sua celeridade protelada. Em tal âmbito, a atenção para pautas de interesse da população tem que ser difundida, é imprescindível a atuação dos gestores, por exemplo, na manutenção do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb), ameaçado de ser extinto ao fim do contrato, que encerra-se neste ano.

No âmbito educacional há outra questão de virtual a tenção: o cumprimento do piso do magistério. O reajuste sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro impõe desafios aos prefeitos e governadores quanto à organização dos gastos com pessoal, assim, é preciso ter um cuidado redobrado com o fazer público, no intuito de evitar a ilegalidade nos limites definidos pela LRF e ao mesmo tempo dar a garantia do pagamento do aumento tão justo e indispensável aos professores.

Assim, deve-se valorizar qualquer visão pragmática dos líderes que conseguem manter o foco na gestão, e evitar tecer um olhar precipitado à corrida eleitoral. O jogo político não pode se sobressair ao interesse público. Nisso, torna-se relevante uma discussão em torno do comprometimento dos líderes seja em âmbito nacional, estadual, ou municipal, com a administração, e não somente com ações eleitoreiras.

Na situação fiscal calamitosa que alguns municípios se encontram, em dependência total da União, não cabe espaço para o menosprezo aos problemas dos municípios/Estados, para o fiel respeito às funções condizentes ao cargo. É a hora de acabar com a prática preguiçosa de paralisar os debates, a administração pública, em razão da campanha ou pré-campanha. Os problemas não param, o povo pede ação e ela deve ser contínua, estabelecendo-se durante os 365 dias do ano.

topo ↕

O ESTADO DO MARANHÃO - MA - GERAL

**Após polêmica e suspensão, STJ libera divulgação do resultado do Sisu
Decisão foi tomada após recurso da Advocacia Geral da União; na sexta-feira, a
Justiça Federal de São Paulo determinou a suspensão da divulgação dos resultados
do Sisu até que o governo demonstrasse a correção das provas do Enem**

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, decidiu hoje (28) liberar a divulgação do resultado das inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). A divulgação pelo Ministério da Educação (MEC) estava prevista para esta terça-feira, mas foi suspensa por uma liminar da Justiça de São Paulo, que também impediu o início das inscrições no Programa Universidade para Todos (Prouni).

A decisão do presidente foi motivada por um recurso protocolado na noite de ontem (27) pela Advocacia-Geral da União para derrubar a liminar proferida pela desembargadora Therezinha Cazerta, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), que decidiu manter em vigor outra liminar concedida pela primeira instância da Justiça Federal para suspender a divulgação, sob alegação de que o governo ainda precisa dar um posicionamento “seguro e transparente” sobre a correção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019. As notas no exame são usadas pelos estudantes para fazer inscrição no Sisu e concorrer a vagas em universidades públicas em todo o país.

Na sexta-feira (25), a Justiça Federal de São Paulo havia determinado a suspensão da divulgação dos resultados do Sisu até que o governo federal demonstrasse a correção das provas do Enem que foram apontadas com problemas por estudantes de todo o país. O tribunal deu prazo de cinco dias para o cumprimento da decisão, sob multa diária de R\$ 10 mil. A decisão foi motivada por um pedido da Defensoria Pública da União (DPU).

Na semana passada, o Ministério da Educação (MEC) informou que houve erros na atribuição de notas para cerca de 6 mil alunos. Segundo a pasta, a falha teria ocorrido na impressão das provas aplicadas em algumas cidades, sendo responsabilidade de uma gráfica. O MEC acrescentou que corrigiu o problema e não houve prejuízos para os estudantes.

topo ↕

O ESTADO - MS - PAINEL

Chapéu

Governadores querem aproveitar a tramitação das propostas de emendas constitucionais que envolvem estados e municípios no Senado para ter mais acesso a impostos hoje concentrados na União. A queixa ganhou novos contornos com o reajuste, pelo MEC, do piso do magistério em 12,84% —bem acima da inflação, de 4,31%.

topo ↕

O LIBERAL - PA - ECONOMIA

Proposta do governo não agrada

O presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz), Rafael Fonteles, afirmou ontem que a proposta do governo de transferir mais R\$ 400 bilhões aos estados e municípios em 15 anos por meio do chamado pacto federativo é uma medida "importante" mas "insuficiente" para atender às necessidades dos estados. As informações são do G1. Fonteles e secretários estaduais de Fazenda participaram ontem, em Brasília, de uma reunião para discutir a proposta do governo. Segundo ele, com esse dinheiro "difícilmente vai se encontrar uma equação" para compensar perdas de recursos de exportações (Lei Kandir), do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Sobre o Fundeb, que acaba neste ano e cuja prorrogação está sendo discutida no Congresso Nacional, Fonteles afirmou que todos os estados são favoráveis ao aumento da complementação da União - atualmente, a União participa com 10% adicionais. "Alguns [estados] querem até 40% [de aumento da complementação da União], gradativo, outros falam em 20%. Claro que esse é um debate que vai acontecer dentro do pacto federativo. Tem que ser algo gradativo. A União não pode aumentar de uma vez. Tem de ter a fonte definida para isso", declarou. O presidente do Comsefaz lembrou que os recursos do Fundeb são importantes para pagar o reajuste dos professores, de 12,84% neste ano, com base em lei de 2008. Com o reajuste, o piso salarial dos professores da educação básica em início de carreira passou de R\$ 2.557,74 para R\$ 2.888,24. Segundo Fonteles, a maioria dos secretários de Fazenda dos estados defendeu mudança na sistemática de reajuste para os próximos anos. "A ideia é criar um grupo de trabalho para rediscutir essa metodologia, mas dentro do âmbito dessa nova reformulação do Fundeb, sob pena de a maioria dos estados não conseguir dar esse reajuste, quando ele atinge esse valor muito elevado", declarou.

ICMS SOBRE COMBUSTÍVEIS

Rafael Fonteles afirmou ainda que os secretários de Fazenda dos estados se manifestaram contra a proposta do presidente Jair Bolsonaro de passar a cobrar o

Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis nas refinarias. Atualmente, esse imposto é cobrado nos postos de gasolina. Na explicação do presidente da República, isso ocorreria porque o valor do produto na refinaria é menor, gerando impacto nos preços cobrados ao consumidor. "Nós aprovamos por ampla maioria uma manifestação sobre esse tema, em que nos colocamos contrários à proposta [do presidente Bolsonaro] porque os estados não podem abrir mão da arrecadação, sendo que não foi mexido nas alíquotas [do ICMS] recentemente", afirmou. O ICMS é um imposto estadual, cobrado sobre a venda de produtos. As tarifas variam de acordo com as mercadorias. Alterações no modelo dependem de aprovação no Congresso. Segundo Fonteles, não foram as alíquotas do ICMS que causaram o aumento súbito do preço da gasolina no começo deste ano e nem a greve dos caminhoneiros. em 2018.

topo ↕

O LIBERAL - PA - ECONOMIA

FUNDEB - Pará recebe R\$ 888,7 mi da União

BRASÍLIA

Da Sucursal

Estados e municípios beneficiários da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) recebem, ao longo deste mês, dois repasses referentes a esta complementação. Essas transferências, somadas, chegam ao montante de R\$4,5 bilhões. Os recursos devem ser creditados no dia 31 de janeiro. O primeiro repasse é do resíduo da complementação ao Fundeb referente a 2019 e totaliza R\$ 2,2 bilhões. Já o segundo faz parte do primeiro repasse da complementação federal de 2020 e soma R\$ 2,3 bilhões. Essa situação ocorre somente no mês de janeiro, em razão de serem agregados o repasse normal para o mês e existir um resíduo do ano anterior a ser repassado. Isso acontece porque, ao longo de cada ano, a União repassa somente 85% do total do valor dessa complementação. Conforme o artigo 6º da Lei 11.494/2007, os 15% restantes devem ser pagos até o dia 31 de janeiro do ano seguinte. Os repasses serão realizados nas contas do Fundeb de Estados e Municípios do Amazonas, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí. Esses entes têm direito a esses recursos, pois recebem transferências federais do Fundeb a título de complementação. No caso do Pará, o recurso total estimado é de R\$ 888.731.597,55, sendo R\$ 264.265.074,45 do resíduo de complementação de 2019 e R\$ 29.362.786,05 de complementação ao piso. Do montante total, R\$ 634.093.436,80 será distribuído entre as prefeituras paraenses e R\$ 254.638.160,75 será destinado para o governo do Estado. Os valores constam nas portarias do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) nº 3 de 13/12/2019, e nº 4 de 27/12/2019, publicadas no Diário Oficial da União (DOU). Principal fonte de financiamento da educação básica pública, o Fundeb é formado por percentuais de diversos impostos e transferências constitucionais, a exemplo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Pelo menos 60% dos recursos do Fundeb devem ser usados na remuneração de profissionais do magistério em efetivo exercício, como professores, diretores e orientadores educacionais. O restante serve para despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, compreendendo, entre outras ações, o pagamento de outros profissionais ligados à educação, bem como a aquisição de equipamentos e a construção de escolas. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) emitiu nota aos gestores municipais com esclarecimentos importantes sobre essas transferências. A CNM ressalta que o resíduo de 2019 apresentou crescimento no valor do repasse.

topo ↕

O LIBERAL - PA - CIDADES

Justiça manda liberar resultado do Sisu 2020

DECISÃO- Relação de aprovados é liberada após STJ atender recurso do MEC em ação sobre erro no Enem

Os resultados do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) foram liberados no começo da noite de ontem. Para ver a classificação, os candidatos precisam acessar o site do Sisu. É possível verificar os resultados por meio do boletim do candidato ou diretamente nas listas de selecionados para cada curso (<https://sisu.mec.gov.br/#/selecionados>).

Nesta edição do Sisu estavam em disputa 237.128 vagas em 128 instituições de ensino superior públicas em todo o país.

A classificação dos estudantes no Sisu só ficou disponível depois de o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, atender um recurso do governo federal contra uma decisão da Justiça de São Paulo que vetava a divulgação dos dados. Antes de obter sucesso no STJ, um outro recurso do MEC junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) foi negado.

PROUNI

O MEC divulgou o novo cronograma para o Programa Universidade para Todos (Prouni), iniciativa do MEC que concede bolsas integrais e parciais em universidades privadas. As inscrições foram abertas ainda ontem. Elas estavam suspensas em decorrência do impasse com o Sisu e as notas do Enem.

"No cronograma inicial, o término para concorrer às bolsas seria na próxima sexta-feira, 31. O MEC decidiu prorrogar o prazo por mais um dia, sábado, 10 de fevereiro, para que os candidatos tenham tempo suficiente de se inscreverem", informou o MEC em nota.

A atual edição do Prouni vai selecionar estudantes para 251.139 bolsas parciais e integrais para faculdades privadas com base nas notas do Enem. A consulta das bolsas disponíveis já pode ser feita no site do programa com base em três critérios: o curso, a instituição ou o município desejado.

"SABOTAGEM"

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que o governo federal irá apurar a origem das falhas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O presidente não descartou "sabotagem" como causa dos erros em gabaritos.

"Se realmente foi uma falha nossa, se tem uma falha humana, sabotagem... seja lá o que for. Temos que chegar no final de linha e apurar isso aí", disse Bolsonaro, que afirmou estar "complicada" a situação do exame.

O presidente disse que "todas as cartas estão na mesa" para a investigação e que, por enquanto, mantém no cargo o ministro da Educação, Abraham Weintraub. "Sempre eu falo por enquanto para todo mundo. O único que não é por enquanto é o Mourão, vice-presidente. O resto é tudo por enquanto", disse.

Bolsonaro ponderou que não há certeza sobre sabotagem. "Não quer dizer que é isso

nem que a gente vai querer se eximir talvez de uma responsabilidade que seja nossa. Não sou dessa linha não", afirmou., afirmou. "Se for nossa a culpa, assume. Se for de outro, comprova-se o que houve", disse. (As informações são da Agência Estado).

Listões no Pará seguem sem previsão para sair

Mesmo com a decisão de o Superior Tribunal de Justiça (STJ), que autorizou o governo federal a divulgar o resultado do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), as maiores instituições de ensino superior do Pará seguem sem previsão para divulgação do listão dos calouros 2020. Até o início da noite de ontem, apenas a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), de Marabá, informou que existe a possibilidade do resultado do processo seletivo deste ano ser divulgado a qualquer momento a partir de hoje. "Estamos aguardando com o Centro de Registro e Controle Acadêmico (CRCA) e a informação é que a equipe está acompanhando a consolidação dos dados e pode sair a qualquer momento. A partir desta quarta-feira, a qualquer momento pode sair o resultado", comentou a Unifesspa. A Universidade Federal do Pará (UFPA), que suspendeu o resultado de Processo Seletivo 2020 (PS 2020), que seria divulgado ontem, garantiu que ainda não há data certa para o listão. "Até o momento, seguimos sem nova data definida para a divulgação do listão", informou a assessoria da instituição por volta das 18h de ontem.

A Universidade do Estado do Pará (Uepa) também teve o cronograma dos aprovados alterado por conta da ocorrência de dados inconsistentes divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A Uepa adiou a divulgação do resultado do processo seletivo Prosei, marcado inicialmente para o próximo dia 29 de janeiro, e informou, por meio da assessoria, no fim da tarde desta terça, que ainda está verificando um posicionamento mediante a decisão do STJ. Por enquanto, não há informação sobre nova data.

CRONOGRAMA

A Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), que oferta 100% das vagas para alunos ingressantes por meio do Sisu, segue aguardando o resultado e divulgou uma nota informando mudança no cronograma de matrícula. "Tendo em vista o lançamento do resultado do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/ MEC), a Ufra informa que a habilitação de matrícula dos aprovados na Chamada Regular será realizada nos dias 31 de janeiro e 3 e 4 de fevereiro".

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) tem dois processos seletivos em andamento para cursos de graduação: um com base nas notas do Enem de 2016, 2017 ou 2018. Já

o outro processo seletivo, que é realizado por meio do Sisu, segue suspenso e sem previsão de resultado.

"O IFPA só vai divulgar o listão depois que o MEC publicizar as informação no site oficial", informou a assessoria.

A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), de Santarém, esclareceu que o cronograma do processo seletivo está em estudo. "Considerando a decisão judicial que permite a divulgação dos resultados do Sisu e Prouni, pelo MEC, informamos que:a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proen) da Ufopa está estudando uma nova data para a divulgação do Processo Seletivo Regular PSR 2020, que deverá ser definida o

mais breve possível. A Proen informa, ainda, que todo o calendário do PSR 2020 deverá ser impactado pela nova data. A nova data de divulgação do resultado do PSR 2020 e o novo cronograma de habilitação dos candidatos serão divulgados em breve".

topo ↕

O LIBERAL - PA - CIDADES

Listões no Pará seguem sem previsão para sair

Mesmo com a decisão de o Superior Tribunal de Justiça (STJ), que autorizou o governo federal a divulgar o resultado do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), as maiores instituições de ensino superior do Pará seguem sem previsão para divulgação do listão dos calouros 2020. Até o início da noite de ontem, apenas a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), de Marabá, informou que existe a possibilidade do resultado do processo seletivo deste ano ser divulgado a qualquer momento a partir de hoje. "Estamos aguardando com o Centro de Registro e Controle Acadêmico (CRCA) e a informação é que a equipe está acompanhando a consolidação dos dados e pode sair a qualquer momento. A partir desta quarta-feira, a qualquer momento pode sair o resultado", comentou a Unifesspa. A Universidade Federal do Pará (UFPA), que suspendeu o resultado de Processo Seletivo 2020 (PS 2020), que seria divulgado ontem, garantiu que ainda não há data certa para o listão. "Até o momento, seguimos sem nova data definida para a divulgação do listão", informou a assessoria da instituição por volta das 18h de ontem.

A Universidade do Estado do Pará (Uepa) também teve o cronograma dos aprovados alterado por conta da ocorrência de dados inconsistentes divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A Uepa adiou a divulgação do resultado do processo seletivo Prosei, marcado inicialmente para o próximo dia 29 de janeiro, e informou, por meio da assessoria, no fim da tarde desta terça, que ainda está verificando um posicionamento mediante a decisão do STJ. Por enquanto, não há informação sobre nova data.

CRONOGRAMA

A Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), que oferta 100% das vagas para alunos ingressantes por meio do Sisu, segue aguardando o resultado e divulgou uma nota informando mudança no cronograma de matrícula. "Tendo em vista o lançamento do resultado do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/ MEC), a Ufra informa que a habilitação de matrícula dos aprovados na Chamada Regular será realizada nos dias 31 de janeiro e 3 e 4 de fevereiro".

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) tem dois processos seletivos em andamento para cursos de graduação: um com base nas notas do Enem de 2016, 2017 ou 2018. Já o outro processo seletivo, que é realizado por meio do Sisu, segue suspenso e sem previsão de resultado.

"O IFPA só vai divulgar o listão depois que o MEC publicizar as informações no site oficial", informou a assessoria.

A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), de Santarém, esclareceu que o cronograma do processo seletivo está em estudo. "Considerando a decisão judicial que permite a divulgação dos resultados do Sisu e Prouni, pelo MEC, informamos que a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proen) da Ufopa está estudando uma nova data para a divulgação do Processo Seletivo Regular PSR 2020, que deverá ser definida o mais breve possível. A Proen informa, ainda, que todo o calendário do PSR 2020 deverá

ser impactado pela nova data. A nova data de divulgação do resultado do PSR 2020 e o novo cronograma de habilitação dos candidatos serão divulgados em breve".

topo ↕

O LIBERAL - PA - CIDADES

Seduc abre prazo final para novas matrículas

A Secretaria de Estado de Educação (Seduc) abriu a última oportunidade de matrículas para alunos interessados em migrar da rede municipal e particular. O ano letivo inicia-se na segunda-feira (3) e eles tem até a véspera para garantir a oportunidade na rede estadual de ensino.

A documentação necessária para a matrícula consiste em original e cópia de certidão de nascimento/casamento; original e cópia do comprovante de residência; documento de escolaridade (ressalva, histórico ou certificado); duas fotos 3x4 recentes; carteira de vacinação; e CAD Único (se houver).

No ano passado, 27 escolas foram entregues após reformas e ampliações em mais de 30 municípios. Outras 105 passaram por manutenção com recuperação pontual dos prédios, além de receberem um conjunto de investimentos que perpassou por mobiliário e novos professores.

A rede estadual é composta por quase 600 mil alunos em mais de 900 escolas de Ensino Fundamental e Médio. A meta da Seduc é manter todos os alunos da rede em sala de aula em 2020. Em relação aos alunos que já pertencem à rede, a Seduc informa que as matrículas são automáticas e que a rematricula é apenas a confirmação do desejo do aluno de permanecer na escola, podendo ser feita na secretaria escolar no horário em que o aluno estuda.

Nos municípios a procura e a oferta de vagas estão equilibradas, mas na capital, Belém, há uma oferta maior em algumas áreas de corredor, como a Avenida Almirante Barroso.

topo ↕

O LIBERAL - PA - CIDADES

Semec ainda tem vagas nas escolas municipais

As aulas na rede pública municipal de ensino começaram na última terça-feira (21). Mas a Secretaria Municipal de Educação (Semec) ainda disponibiliza vagas nas escolas, para alunos da educação infantil, do ensino fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Até o momento, a rede municipal possui mais de 71.700 alunos matriculados, mas ainda estão sobrando vagas, pois a capacidade total é de 80 mil alunos estudando nas escolas de Belém. As matrículas estão abertas por tempo indeterminado. E para realizara inscrição basta acessar o site <http://prematricula.belem.pa.gov.br> e depois confirmar na escola selecionada com a entrega dos documentos do aluno. Somente este ano, foram disponibilizadas 21.865 novas vagas para matrículas.

INFANTIL

Para que mais crianças tivessem acesso às salas de aulas, outro investimento realizado na área da educação infantil foi a criação de mais unidades educacionais, que deram um salto de 40 para 89 instituições municipais de educação, em tempo integral no município, com disponibilidade de vagas em creches para crianças de zero a cinco anos. "Me sinto privilegiada em conseguir uma vaga numa escola da rede municipal. Considero uma boa escola para o meu filho estudar e crescer como cidadão", disse Nahiane Serrão, mãe do Oliver Benjamin, de 3 anos, que faz o Jardim I, na Escola

Municipal Gênese. Atualmente, 13 unidades de educação infantil estão sendo construídas, juntas, vão oferecer cerca de três mil vagas novas na rede municipal de educação.

EJA

Atualmente, estão sobrando vagas na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A Semec disponibilizou cerca de 6.200 vagas, mas até agora 3.805 alunos estão matriculados na rede. E para que houvesse um melhor rendimento dos alunos, a secretaria também reorganizou a modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA), em algumas unidades educacionais. Agora, o EJA passou a ser oferecido nas escolas com maior demanda para preenchimento de turmas e com uma equipe de profissionais completa para suprir as necessidades dos alunos. "Fiquei três anos parado, sem estudar. Hoje, vejo o quanto uma sala de aula é importante na minha vida. Gosto muito de aprender. Sem estudo não somos nada. A escola está muito presente na minha vida, me apoiando por meio de uma equipe que faz toda diferença no meu aprendizado", contou Radson Galvão, de 18 anos, aluno EJA da escola Maria Luiza Pinto Amaral, do bairro da Sacramento

ATENDIMENTO

Para os pais que sentirem dificuldade para fazer a inscrição de seus filhos, a Semec disponibiliza uma Central de Atendimento da Comissão de Matrícula, que funciona das 8h às 14h no prédio da secretaria, localizado na avenida Governador José Malcher, 1291, no bairro de Nazaré. A Central, que funciona desde a primeira etapa de matrículas, disponibiliza ainda contatos para mais informações no número (91)3075-5410.

topo ↕

O POPULAR - GO - CIDADES

Novo piso de professores tem impacto de R\$ 286 mi

PREFEITURAS Segundo a Federação Goiana dos Municípios, prefeitos não vão conseguir arcar com reajuste por falta de dinheiro ou para não ultrapassar limite de gasto com pessoal previsto na LRF

karla.araujo@opopular.com.br

O reajuste de 12,84% no piso salarial dos professores, determinado pelo governo federal no início deste ano, deve ter impacto de R\$ 286 milhões para as cidades goianas, segundo levantamento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Com o percentual, o piso do magistério brasileiro passa de R\$ 2.557,74 para R\$ 2.886,15. Apesar de entidades que representam prefeitos afirmarem que apoiam a valorização dos profissionais da educação, o anúncio do reajuste com dois dígitos causou reação negativa entre chefes do Executivo, que afirmam não ter dinheiro para arcar com o aumento. Goiás tem o 122 maior impacto entre os Estados brasileiros.

O reajuste anual do piso do magistério público da educação básica está previsto na Lei 11.738, de 2008. A norma está em vigor desde 2009, ano em que o salário da categoria foi de R\$ 950. A base para o cálculo é o valor mínimo por aluno dos dois anos anteriores, estipulado de acordo com as estimativas anuais das receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). De acordo com o Ministério da Educação, o valor foi de R\$ 3.440,29, em 2019, e de R\$ 3.048,73, em 2018.

O presidente da Federação Goiana dos Municípios (FGM), Haroldo Naves (MDB), afirma que a maior parte das cidades não poderá pagar o percentual. "As que conseguirem, vão ultrapassar o limite de gastos com a folha, determinado pela Lei de

Responsabilidade Fiscal, que é de 60%. Entendemos a importância da valorização dos professores, mas não temos de onde tirar mais dinheiro." Haroldo afirma que o cálculo do reajuste do magistério torna a situação inviável para os municípios. Haroldo defende que um indicador diferente seja utilizado para determinar o percentual ou que os próprios municípios sejam responsáveis por determinar o reajuste.

Outro argumento utilizado é que o Fundeb não tem o repasse corrigido na mesma proporção que o salário, encolhendo o valor disponível nas prefeituras para investimento em educação. Segundo Haroldo, o reajuste do fundo para 2020 foi de cerca de 5%. "O governo federal nos transfere uma série de responsabilidades e não nos repassa dinheiro para isso. Hoje, eu recebo R\$ 0,36 para comprar merenda escolar por aluno, o que é impraticável. A União dá cortesia com o chapéu alheio ao conceder o reajuste de 12,84% para os professores, e não disponibilizar dinheiro para isto".

CARREIRA

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Goiás (Sintego), Bia de Lima, afirma que esta reação dos prefeitos em relação ao reajuste dos professores é comum quando o percentual definido pelo governo federal é significativo. Bia diz ainda que os 12,84% incidem sobre a carreira e não delimita apenas o valor de R\$ 2.886,24 como o piso do magistério. "É desta forma que interpretamos a lei que regulamentou o piso salarial da nossa categoria. O valor precisa ser reajustado para todos e não apenas para quem ganha menos. Se não for assim, o piso é tratado como teto, o que desrespeita a nossa carreira", afirma a presidente.

Bia diz também ser fundamental que o Estado de Goiás pague o salário dos professores com o reajuste. Segundo a presidente, os municípios costumam replicar a atitude do governo estadual. Em entrevista ao jornal Valor Econômico, a secretária da Economia, Cristiane Schmidt, afirmou que o impacto econômico do pagamento do novo valor pode chegar a R\$ 500 milhões ao ano e anular a expectativa de economia de R\$ 400 milhões para 2020, consequência da reforma da Previdência.

A reportagem tentou contato com Cristiane, mas não houve retorno até o fechamento desta edição. O POPULAR também questionou a assessoria de imprensa da Secretaria da Economia sobre quando o reajuste começaria a ser pago e o impacto financeiro, mas foi informado que estudos sobre o assunto ainda estão em andamento. Segundo Bia, o governo de Goiás estuda pagar reajuste menor do que o determinado pelo Ministério da Educação. "Não vamos aceitar", diz a presidente.

Municípios descartam pagar novo valor de imediato

A Prefeitura de Santo Antônio do Descoberto, no Entorno do Distrito Federal, enfrenta dificuldades para finalizar o pagamento da folha de dezembro de 2019 de servidores da Educação. Com isso, não há previsão para reajustar o salário dos professores em 12,84%, conforme determinou o governo federal. No município, todo o valor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Servidores da Educação (Fundeb) é destinado à folha e mesmo assim a prefeitura precisa usar o caixa do município para este fim. "Não houve planejamento no passado e a arrecadação não é suficiente. Teremos que esperar para conseguir pagar o reajuste dos professores", afirma a secretária municipal de Educação, Helena Costa. Em Niquelândia, a situação é semelhante. O município está com uma folha atrasada desde quando o prefeito, Fernando Carneiro (PSD), assumiu o cargo, em junho de 2018, após

eleição suplementar. Segundo o secretário de Finanças, Francisco Ferreira da Silva, o reajuste dos professores aumentará a despesa do município em R\$ 250 mil por mês. "Não conseguiremos pagar agora. Vamos tentar negociar."

topo ↕

O POPULAR - GO - BÚSSOLA

STJ libera divulgação dos resultados do Sisu

Decisão atende pedido da AGU e abre caminho para que o Ministério da Educação retome cronograma de atividades

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), João Otávio de Noronha, decidiu ontem aceitar um recurso da Advocacia-Geral da União (AGU) e autorizou o governo federal a divulgar o resultado do Sistema de Seleção Unificada após falhas na correção de provas de alunos que participaram da última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O governo recorreu ao STJ, depois da presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), desembargadora Therezinha Cazerta, rejeitar um pedido da AGU para derrubar a decisão que suspende a divulgação do resultado do Sisu.

Na prática, a decisão de João Otávio de Noronha derruba a decisão do TRF-3, que impedia a divulgação dos resultados, e abre caminho para o Ministério da Educação (MEC) retornar o cronograma de atividades.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão responsável pelo Enem, foram identificados problemas em cerca de seis mil provas. Ao todo, 3,9 milhões de pessoas fizeram o Enem.

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que o governo federal irá apurar a origem das falhas. O presidente não descartou "sabotagem" como causa dos erros em gabaritos. "Se realmente foi uma falha nossa, se tem uma falha humana, sabotagem... seja lá o que for. Temos que chegar no final de linha e apurar isso aí", disse Bolsonaro.

O presidente disse que "todas as cartas estão na mesa" para a investigação e que, por enquanto, mantém no cargo o ministro da Educação, Abraham Weintraub. "Sempre eu falo por enquanto para todo mundo. O único que não é por enquanto é o Mourão vice-presidente. O resto é tudo por enquanto", disse.

topo ↕

O TEMPO - MG - BRASIL

STJ atende governo e libera divulgação do resultado do Sisu

Erros não justificam a paralisação de todo° calendário, disse João Otávio

BRASÍLIA. O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, decidiu ontem liberar a divulgação do resultado das inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). A divulgação pelo Ministério da Educação (MEC) estava prevista para esta terça-feira, mas foi suspensa por uma liminar da Justiça de São Paulo, que também impediu o início das inscrições no Programa Universidade para Todos (ProUni).

A decisão do STJ foi motivada por um recurso protocolado na última segunda-feira pela Advocacia-Geral da União para derrubar a liminar proferida pelo Tribunal Regional Federal da 32ª Região (TRF3), que decidiu manter em vigor outra liminar concedida pela primeira instância da Justiça Federal para suspender a divulgação, sob alegação de que o governo ainda precisa dar um posicionamento "seguro e transparente" sobre a correção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019. As notas no exame são usadas

pelos estudantes para fazer inscrição no Sisu e concorrer a vagas em universidades públicas em todo o país.

Na semana passada, o MEC informou que houve erros na atribuição de notas para cerca de 6.000 alunos. Segundo a pasta, a falha teria ocorrido na impressão das provas aplicadas em algumas cidades, sendo responsabilidade de uma gráfica. O MEC acrescentou que corrigiu o problema e não houve prejuízos para os estudantes.

Na decisão, o presidente do STJ disse ainda que os erros não justificam a paralisação do todo o calendário universitário, que depende da divulgação das notas da prova.

LISTA NÃO OFICIAL. Ontem, antes da decisão do presidente do STJ, candidatos se manifestaram, pelas redes sociais, informando que tinham tido acesso a uma lista de resultados do Sisu, no site do MEC. Em seguida, o ministério divulgou nota informando que as listas publicadas por alguns minutos em seu portal "não representam resultado oficial" e que, em razão de decisão judicial, a divulgação final "continuava suspensa".

topo ↕

O TEMPO - MG - BRASIL

Bolsonaro não descarta boicote

BRASÍLIA. O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que o governo federal irá apurar a origem das falhas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O presidente não descartou "sabotagem" como causa dos erros em gabaritos.

"Se realmente foi uma falha nossa, se tem uma falha humana, sabotagem... seja lá o que for. Ternos que chegar no final de linha e apurar isso aí", disse Bolsonaro, que afirmou estar "complicada" a situação do exame.

O presidente disse que "todas as cartas estão na mesa" para a investigação e que, por enquanto, mantém no cargo o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

"Sempre eu falo por enquanto para todo mundo. O único que não é por enquanto é o Mourão vice-presidente. O resto é tudo por enquanto", disse. Bolsonaro ponderou que não há certeza sobre sabotagem. "Não quer dizer que é isso nem que a gente vai querer se eximir talvez de uma responsabilidade que seja nossa. Não sou dessa linha não", afirmou. "Se for nossa a culpa, assume. Se for de outro, comprova-se o que houve", disse.

Mais tarde, Bolsonaro afirmou ainda ter se reunido com o ministro da Educação, Abraham Weintraub. "Tive com o Weintraub e por coincidência saiu a liminar do Sistema de Seleção Unificada (Sisu)", relatou. O presidente destacou que "prossegue a seleção" para as vagas de cursos superiores.

topo ↕

ZERO HORA - RS - GERAL

Resultado do Sisu é divulgado após a liberação da Justiça

Os resultados do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) foram liberados no começo da noite de ontem, após decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) favorável ao governo federal. O ministro João Otávio de Noronha, presidente do tribunal, permitiu que fossem dados os próximos passos no processo que seleciona estudantes para o Ensino Superior com base nas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019. Com isso, o Sisu segue o cronograma já previsto: quem não for contemplado

agora poderá participar da lista de espera da segunda chamada, entre 29 de janeiro e 4 de fevereiro.

É possível verificar os resultados por meio do boletim do candidato ou diretamente nas listas de selecionados para cada curso no site do Sisu. Nesta edição, estavam em disputa 237.128 vagas em 128 instituições de Ensino Superior públicas em todo o país.

A classificação dos estudantes no Sisu ficou disponível horas depois da decisão de Noronha, que acatou os argumentos do Ministério da Educação (MEC) e da Advocacia-Geral da União (AGU) afirmando que a correção dos erros em provas do Enem que afetaram cerca de 6 mil estudantes foi feita com lisura e ausência de qualquer prejuízo aos inscritos. O número de participantes afetados representa 0,15% do total, que foi de 3,9 milhões na última edição. Os órgãos também destacaram que foram adotadas todas as medidas administrativas necessárias para a solução dos problemas detectados.

O presidente do STJ afirmou que "não se pode negar que são evidentes e graves as consequências danosas que a decisão cujos efeitos os requerentes buscam suspender trará a todo o sistema de ensino superior brasileiro". Conforme João Otávio de Noronha, "já são milhares os estudantes apreensivos, sem saber para qual curso foram selecionados e em qual instituição de ensino ingressarão. Suas famílias, obviamente, também estão ansiosas sem saber para onde seus filhos irão".

"Se erros pontuais e individuais houve, certamente que devem ser sanados pelas vias próprias. Contudo, a simples possibilidade de rever nota específica não pode servir de substrato para impossibilitar o acesso de milhares a vagas já ofertadas e o início das atividades acadêmicas nas mais variadas entidades públicas e privadas", informou o ministro.

Histórico

A disputa judicial começou depois que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, e Alexandre Lopes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que organiza a aplicação do exame em todo o país, admitiram que houve "inconsistência" na correção dos gabaritos das provas aplicadas em 3 e 10 de novembro do ano passado.

Urna liminar concedida pela Justiça Federal de São Paulo na última sexta-feira (24) havia impedido que os resultados fossem divulgados ontem, data estimada pelo governo para a publicação dos resultados. Com isso, o MEC anunciou que suspenderia por tempo indeterminado a abertura de inscrições para o Prouni. Segundo a pasta, como a divulgação do Sisu estava suspensa pela Justiça Federal, não seria possível dar continuidade ao cronograma de outros programas do Ensino Superior.

O governo reagiu e a AGU recorreu ao STJ para tentar reverter decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), que manteve a suspensão da divulgação do resultado do Sisu. A decisão da desembargadora Therezinha Cazerta levou em consideração erros na correção da prova do Enem, admitidos pelo MEC e pelo Inep.

Ao menos 24 ações judiciais envolvendo o Enem 2019 foram ajuizadas desde o último 17 de janeiro, de acordo com um levantamento feito pela Advocacia-Geral da União (AGU). Destas, quatro tiveram o pedido de liminar concedido, três foram indeferidos e o

restante não tem informação sobre o andamento processual.

Prouni tem prazo estendido

Com a decisão, foi anunciado também um novo cronograma para o Programa Universidade para Todos (Prouni), iniciativa do MEC que concede bolsas integrais e parciais em universidades privadas. As inscrições tinham sido suspensas por causa do impasse com o Sisu. Ao fim da tarde de ontem, o ministério confirmou pequenas alterações no cronograma inicial: o término para concorrer às bolsas seria na próxima sexta-feira, 31, mas foi prorrogado para sábado, de maneira que os candidatos tenham tempo suficiente de se inscreverem para as 251.139 bolsas parciais e integrais.

Já o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) permanece com o cronograma já previsto pelo Ministério da Educação, com inscrições de 5 a 12 de fevereiro.

topo ↕

ZERO HORA - RS - GERAL

Advertência por quebra de decoro

Folhapress

A Comissão de Ética da Presidência da República concluiu que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, desrespeitou o decoro do cargo e aplicou a ele uma sanção de advertência.

Em reunião ontem, o órgão colegiado concluiu, por unanimidade, que o ministro infringiu o artigo terceiro do Código de Conduta da Alta Administração Federal, segundo o qual autoridades públicas devem se pautar por padrões da ética.

Em junho, o ministro comparou nas redes sociais os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff com substâncias entorpecentes. Ele tentou fazer uma piada ao associar os petistas à apreensão de 39 kg de cocaína em uma aeronave da comitiva do presidente Jair Bolsonaro.

Na época, ele escreveu que o avião presidencial já havia transportado "drogas em maior quantidade". Alguém sabe o peso do Lula ou da Dilma?", disse. A mensagem foi criticada por políticos de oposição.

- Foi votada a aplicação de penalidade de advertência ao denunciado de recomendação para que ele se atente aos padrões éticos em vigor — explicou o presidente da comissão federal, Paulo Henrique Lucon.

- É preciso observar em certa medida o decoro em suas manifestações — acrescentou.

Em seu voto, o relator do caso, conselheiro Erick Vidigal, ressalta que, na manifestação do ministro, é possível identificar o seu distanciamento à postura que se espera de um titular do Ministério da Educação.

- Ao externar a intimidade de seus pensamentos acerca dos ex-presidentes Lula e Dilma, a autoridade denunciada não buscou o bem comum nem tampouco praticou qualquer ato que tivesse, ainda que indireta e tangencialmente, qualquer associação com a educação brasileira - escreveu.

O órgão federal prevê como punições a autoridades a advertência pública, a censura ética, ou, em casos mais graves, a recomendação ao presidente para que ele exonere o servidor público, cabendo a ele seguir ou não a sugestão.

topo ↕

ZERO HORA - RS - RBS BRASÍLIA

Aproveita, Bolsonaro

Jair Bolsonaro deveria aproveitar a demissão do presidente do INSS, Renato Rodrigues Vieira, para aplicar a mesma medida ao Ministério da Educação. A incompetência no gerenciamento dos pedidos de aposentadorias e a falta de transparência resultaram em uma situação insustentável. Milhares de pessoas aguardam na fila e a resposta é de que em seis meses o sistema poderá estar organizado. Isso é deboche e prejudica a faixa da população que mais precisa. Nesse caso, o governo sentiu o desgaste e anunciou mudanças. Enquanto isso, no MEC, o erro nas provas do Enem virou caso de Justiça. Estudantes reclamam que não recebem respostas para suas dúvidas, os resultados do Sisu primeiro vazam e depois têm divulgação autorizada pelo STJ. O ministro Abraham Weintraub virou uma usina de polêmicas e não entrega resultados práticos. A Comissão de Ética concluiu que ele desrespeitou o decoro do cargo e lhe aplicou uma advertência. Em junho, o ministro tentou fazer piada ao associar os ex-presidentes Lula e Dilma à apreensão de cocaína em uma aeronave da comitiva presidencial. Os alunos que não sabem o que vai acontecer com as notas do Enem não estão achando graça de nada.

topo ↕

ZERO HORA - RS - POLÍTICA +

Fux autoriza corte de ponto

O governo do Estado reverteu no Supremo Tribunal Federal (STF) a decisão do Tribunal de Justiça que impedia o corte de ponto dos servidores ligados ao Sindicato dos Servidores de Nível Superior do Estado do RS (Sintergs). O ministro Luiz Fux acatou pedido da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Com a decisão do ministro, o Estado poderá descontar do salário dos servidores valor correspondente aos dias da paralisação contra o pacote de projetos que alteram as carreiras do funcionalismo, deflagrada entre 26 de novembro e 20 de dezembro do ano passado.

O presidente do Sintergs, Antônio Augusto Medeiros, diz que o sindicato vai recorrer.

topo ↕

BRASIL247 - NOTÍCIAS

Um país que avança rumo à pré-modernidade

Com isso, no Brasil governado por terraplanistas, criacionistas, o sistema educacional, científico e tecnológico avança a passos largos rumo à pré-modernidade

No dia 26 de janeiro, o Trilhas da Democracia recebeu duas professoras do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco para dialogarem sobre as relações de poder na modernidade capitalista: Maria do Socorro Ferraz e Maria do Socorro Abreu e Lima.

Alguns dias antes, mais exatamente no dia 24 de janeiro, o reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Benedito Guimarães Aguiar Neto, havia sido nomeado por Bolsonaro presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES**.

Em matéria do jornal O Globo, do mesmo dia 24, aparece transcrito um trecho de palestra dada pelo acima citado, no mês de outubro do ano passado, que, ao que tudo leva a crer, parece indicar que o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, estará

“muito bem acompanhado” nas definições relativas ao futuro da pós-graduação do país, enquanto não forem substituídos (um ou outro) por nomes que estejam mais afinados àquilo que a ciência moderna vem produzindo desde o Renascimento.

Disse o novo presidente da **CAPES**: “queremos colocar um contraponto à teoria da evolução e disseminar que a ideia de um design inteligente pode estar presente a partir da educação básica, de uma maneira que podemos, com argumentos científicos, discutir o criacionismo”.

Imediatamente, o Núcleo de Pesquisa sobre Evolução Biológica da Universidade de São Paulo manifestou-se em nota oficial repudiando as intenções de Benedito Guimarães de introduzir o criacionismo em disciplinas a partir da educação básica.

Parece inverossímil que algo do gênero esteja vindo dos principais dirigentes responsáveis pela construção de políticas públicas para a educação nacional nos próximos anos, mas é verdade - a mais dura e incrível verdade. Temos à frente do sistema educacional público federal, um conjunto de indivíduos responsáveis pela destruição daquilo que foi construído no Brasil nos últimos 50 anos. Como se não bastasse a existência de defensores do terraplanismo espalhados por vários ministérios (isso em um governo no qual o ministro da Ciência e Tecnologia teve a raríssima oportunidade de comprovar, na condição de astronauta, que a Terra é, de fato, redonda!), agora temos um criacionista encravado na instituição diretamente responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação no país – a **CAPES**.

Para quem vem acompanhando há décadas os acirradíssimos debates travados no mundo acadêmico em torno da pós-modernidade, parece absolutamente no sense dar-se conta de que precisamos (modernos e pós-modernos, discípulos de Habermas e Foucault, seguidores de Lukács e Boaventura de Sousa Santos) retornar às polêmicas envolvendo os dogmas construídos durante a Idade Média.

Com isso, no Brasil governado por terraplanistas, criacionistas (e astronautas que enveredaram pela venda de travesseiros da NASA – sic), o sistema educacional, científico e tecnológico avança a passos largos rumo à pré-modernidade.

[topo](#)

BRASIL247 - NOTÍCIAS

Jornal Nacional critica novo presidente da Capes, defensor do criacionismo
O Jornal Nacional, da TV Globo, reverberou nesta terça-feira (28) as críticas feitas por pesquisadores a Benedito Guimarães Aguiar Neto, o novo presidente da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Aguiar Neto defende o criacionismo

247 - O Jornal Nacional, da TV Globo, reverberou nesta terça-feira (28) as críticas feitas por pesquisadores a Benedito Guimarães Aguiar Neto, o novo presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**. Aguiar Neto defende o criacionismo.

A reportagem da revista Fórum destaca que "o telejornal reproduziu uma parte da nota divulgada pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa em Educação, Divulgação e Epistemologia da Evolução Charles Darwin (NAP EDEVO-Darwin) sobre Aguiar Neto. “Não existem dúvidas plausíveis de que o processo evolutivo seja a melhor explicação para os fenômenos da vida, uma conclusão aceita há mais de um século e atualmente endossada

inclusive por muitas instituições religiosas, como o Vaticano”, diz um dos trechos exibidos.”

A matéria ainda acrescenta que "a pesquisadora Natalia Pasternak, do Instituto Questão de Ciência da USP, foi convidada pelo telejornal e criticou duramente a teoria defendida por Aguiar Neto. “Design inteligente não é ciência. Mas, ao se travestir de ciência ele prioriza ‘pesquisas científicas’ que ‘comprovem’ que isso é ciência. Não estão comprovando coisa nenhuma, mas se gasta dinheiro – dinheiro público e dinheiro que poderia ser gasto em ciência de verdade”, declarou.”

topo ↕

BR POLÍTICO - TEMPO REAL

Mais um criacionista no governo

Menos de uma semana após ser nomeado novo presidente da **Capes**, Benedito Guimarães Aguiar Neto tem sido motivo de mais polêmica no MEC. Isso porque, o ex-reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie é defensor do criacionismo, teoria que se baseia na criação divina para explicar a origem da vida. A escolha de Aguiar para o governo foi feita na sexta-feira, 24.

No ano passado, num evento na universidade, ele defendeu o criacionismo: “Queremos colocar um contraponto à Teoria da Evolução e disseminar que a ideia da existência de um design inteligente pode estar presente a partir da educação básica, de uma maneira que podemos, com argumentos científicos, discutir o criacionismo”.

A comunidade científica e acadêmica refuta a tese. No último domingo, 26, a revista Science, uma das mais prestigiadas do mundo, disse que a nomeação de um defensor do criacionismo para comandar a agência que avalia os programas de estudo de graduação no Brasil “deixou cientistas preocupados sobre a interferência da religião na ciência e na política educacional”. A publicação destacou que Aguiar é a segunda pessoa que defende o criacionismo a ter lugar de destaque no governo. A outra, é a ministra Damares Alves.

Além do criacionismo do chefe, a **Capes** enfrentará um outro problema em 2020. O órgão terá apenas 67% dos recursos que teve em 2019. Os dados são da Lei Orçamentária Anual. Segundo a **Capes**, em 2019, o orçamento passou de R\$ 4 milhões. Para 2020, estão autorizados na lei R\$ 2,8 bilhões. No ano passado, as bolsas de fomento à pesquisa foram atingidas mais de uma vez por conta do contingenciamento de verbas no MEC.

topo ↕

CENÁRIO MT - TEMPO REAL

Novo presidente da Capes gera polêmica ao defender criacionismo

Na área de pós-graduação, o MEC enfrenta uma polêmica por causa da nomeação do novo presidente da **Capes**. É o órgão responsável pelas bolsas de mestrado e doutorado.

Benedito Guimarães Aguiar Neto foi reitor por quase nove anos da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo. Num evento na universidade, em 2019, ele defendeu o criacionismo dizendo: “Queremos colocar um contraponto à Teoria da Evolução e disseminar que a ideia da existência de um design inteligente pode estar presente a partir da educação básica, de uma maneira que podemos, com argumentos científicos, discutir o criacionismo”.

O jornal “Folha de S.Paulo” destacou a polêmica na sexta-feira (24), quando Benedito Aguiar foi nomeado presidente da **Capes**.

A teoria criacionista se baseia na fé na criação divina, ou seja, a tese de que Deus criou a vida. A teoria chamada de “design inteligente” concorda com essa origem divina, argumenta que há sistemas tão complexos que só poderiam ser fruto de um criador inteligente.

A comunidade científica refuta tanto o design inteligente quanto a teoria criacionista que o inspirou.

“É lamentável. O criacionismo é um dos aspectos mais retrógrados da atualidade. É equivalente a pensarmos, por exemplo, que a Terra é plana. Existe um tipo de criacionismo que acredita que a Terra é plana”, disse o professor Sandro José de Souza, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O Núcleo de Apoio à Pesquisa em Educação, Divulgação e Epistemologia da Evolução Charles Darwin, da Universidade de São Paulo, afirma que não há dúvida de que “o processo evolutivo seja a melhor explicação para os fenômenos da vida, uma conclusão aceita há mais de um século e atualmente endossada inclusive por muitas instituições religiosas, como o Vaticano”, e que, se a prática do criacionismo for consumada, “afrontará a própria Constituição, ao colocar o estado brasileiro a favorecer certas denominações religiosas, em detrimento de outras. E ainda condenará o Brasil a caminhar de maneira cada vez mais lenta na trilha da melhoria da educação pública”.

“Design inteligente não é ciência. Mas, ao se travestir de ciência, ele prioriza pesquisas científicas que comprovem que isso é ciência. Não estão comprovando coisa nenhuma, mas se gasta dinheiro — dinheiro público e dinheiro que poderia ser investido em ciência de verdade”, explicou Natalia Pasternak, professora do Instituto Questão de Ciência da USP.

A “Science”, uma das revistas acadêmicas mais prestigiadas do mundo, disse que a nomeação de um defensor do criacionismo para comandar a agência que avalia os programas de estudo de graduação no Brasil “deixou cientistas preocupados sobre a interferência da religião na ciência e na política educacional”.

A revista destacou que é a segunda pessoa que defende o criacionismo a ter lugar importante no governo Bolsonaro. Fez referência à ministra Damarens Alves, que já afirmou que a Igreja Evangélica perdeu espaço na ciência quando deixou a Teoria da Evolução entrar nas escolas.

A **Capes**, que atua na formação de professores da educação básica e financia bolsas de estudo de pós-graduação, vai ter em 2020 apenas 67% dos recursos que teve em 2019. Os dados são da Lei Orçamentária Anual. Segundo a **Capes**, em 2019, o orçamento passou de R\$ 4 bilhões. Para 2020, estão autorizados na lei R\$ 2,8 bilhões. O novo presidente da **Capes** não quis atender os pedidos de entrevista do Jornal Nacional para explicar se vai continuar defendendo design inteligente à frente de uma instituição pública.

topo ↕

CONTEXTO EXATO - TEMPO REAL

Moro e Guedes têm biografia anterior a Bolsonaro e não precisam de vassalagem

A semana que passou serviu para comprovar algumas características da Presidência de Jair Bolsonaro que já ficaram óbvias em seu primeiro ano de mandato e que terão profundas consequências para o saldo final deste período, numa perspectiva histórica.

Bolsonaro não quer auxiliares, mas súditos com lealdade cega e irrestrita. A paranoia com possíveis traições é total, e levada ao paroxismo quando envolve ameaças (reais ou virtuais) à sua reeleição em 2022.

VALE A PENA? – Alguns ministros terão sempre de analisar se vale a pena submeterem sua biografia a esse jugo, uma vez que têm uma história anterior ao bolsonarismo, diferentemente de outros. Mas isso também faz com que Bolsonaro não consiga apenas descartá-los ao primeiro sinal de “deslealdade”, como fez com Gustavo Bebianno e Santos Cruz. O que torna o jogo mais complexo e imprevisível.

Sérgio Moro passou a semana na frigideira presidencial, na qual já esteve em diversas ocasiões em 2019. Foi parar lá a despeito de ter declarado lealdade publicamente a Bolsonaro em rede nacional no Roda Viva, mas porque o presidente não o achou suficientemente enfático, viu alguns contrapontos indesejáveis entre a própria conduta e as ideias do ministro da Justiça e, principalmente, porque sentiu que Moro está mais político, mais solto e mais popular do que nunca.

Paulo Guedes, outro dos que têm um currículo que precede a associação com o bolsonarismo, foi a Davos sozinho. Ricardo Salles fugiu da raia, pois não seria possível enrolar no Fórum Econômico Mundial como faz nas entrevistas em série que dá para convencer a opinião pública do impossível: que sua política ambiental não é um fracasso, tanto que o próprio Bolsonaro colocou o vice-presidente, Hamilton Mourão, para intervir nela e tentar limpar a barra do Brasil no exterior.

GUEDES PROLIXO – Coube ao ministro da Economia falar sobre tudo em Davos, já que o próprio presidente também preferiu se ausentar para não responder pelas promessas que fez há um ano, mas não executou. Guedes aproveitou o ensejo para jogar a ideia do imposto sobre o “pecado”, e foi mais um a entrar na lista de desautorizados de Bolsonaro. De leve, com carinho, porque também aqui o presidente sabe que não pode prescindir do Posto Ipiranga.

Enquanto toureia os ministros que têm mais popularidade que ele, ou que têm uma vida própria quando resolverem sair, Bolsonaro pode ter o alento de contar com a vassalagem daqueles que só podem ser ministros em seu governo, pois não eram nada antes e voltarão a não ser nada depois.

Podem ser campeões na esperada lealdade, mas são candidatos a ser entaves no caminho da tão sonhada reeleição.

BIZARRICES – O “imprecionante” Abraham Weintraub, na semana de colapso do Sisu e do Enem, e enquanto a solução para o Fundeb segue longe de ser alcançada, entregou ao público mais performances bizarras nas redes sociais, se ocupando de atacar colunistas críticos ao seu chefe. Nota 10 na régua bolsonarista, pode respirar aliviado na cadeira, mesmo colocando a Educação do País de cabeça para baixo.

Idem quanto a Damares Alves e sua canhestra política de abstinência sexual para jovens, e a Ernesto Araújo indo à Índia pregar contra a globalização pela enésima vez. Agora até um criacionista apareceu para cuidar da **Capes**, ligada ao MEC do ministro “imprecionante” e responsável, vejam só, por pesquisa.

REGINA DUARTE – E é neste time que Regina Duarte se prepara para entrar. Ela tem um currículo brilhante, uma trajetória exitosa e uma coragem imensa, pois a chance de arriscar tudo isso num “namoro” furado com Bolsonaro é enorme.

Ainda assim, pode se juntar a Moro e Guedes no time dos que têm a perder, mas representam algum alento diante do resto do pessoal. Boa sorte para ela

topo ↕

DCM - NOTÍCIAS

Padilha: Bolsonaro ignora ciência ao promover campanha pela abstinência sexual

A gincana obscurantista do governo de Jair Bolsonaro avançou duas casas na última semana, colocando em risco a pesquisa no país e também a vida e os direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes e jovens no Brasil.

A primeira casa avançada foi a indicação de Benedito Guimarães Aguiar Neto para presidir a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, que é a principal agência de fomento à pesquisa no país. Ele já defendeu teses criacionistas em detrimento da tese da evolução das espécies.

A outra casa avançada é a campanha pela abstinência sexual como forma de educação sexual de adolescentes e jovens, liderada por Damares Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

O Ministério da Saúde repassou milhões de reais em recursos para essa estratégia. Há, no entanto, uma série de evidências científicas em revistas internacionais mostrando a ineficácia de programas nacionais e locais que se pautam pela promoção da abstinência sexual para adolescentes e jovens. Todas as revisões, que somam mais de 400 artigos, mostram que esses programas tem baixa eficácia em reduzir a gravidez na adolescência e reduzir o risco de infecções sexualmente transmissíveis, entre elas o HIV/Aids no público adolescente e no público jovem.

É gravíssimo que uma gincana do obscurantismo coloque em risco a vida das pessoas e que isso seja feito se utilizando de recursos públicos, ainda mais do Ministério da Saúde.

Já entramos com representações em órgãos de controle para que seja reavaliado o uso de recursos públicos em uma estratégia de promoção da abstinência. Inúmeras revistas internacionais mostram a falência desses programas, sejam iniciativas nacionais ou locais nos Estados Unidos; na Europa; e em países da América Latina e do continente africano.

Bolsonaro coloca em risco a vida de adolescentes e jovens e a pesquisa no país.

topo ↕

MACAÉ NEWS - NOTÍCIAS

Brexit pode trazer oportunidades para o Brasil, dizem autoridades

O Reino Unido deixará oficialmente a União Europeia no dia 31. A expectativa de autoridades brasileiras é que o chamado Brexit possa trazer oportunidades para o Brasil. Com o fim de benefícios para países europeus, outros mercados podem, de acordo com autoridades entrevistadas ganhar espaço na região.

“O Brexit tem riscos porque mudam as regras alfandegárias, mudam as regras tarifárias, mas tem também oportunidades potenciais porque se abrem espaços em áreas como a agrícola, na qual somos competitivos”, diz o ministro-conselheiro da Embaixada do Brasil no Reino Unido, Roberto Doring.

Apesar da saída da União Europeia, o Reino Unido passará por um período de transição até o final de 2020, no qual seguirão valendo as atuais regras de viagens, negócios e relações comerciais. Durante esse período, as duas regiões vão firmar novos acordos que passarão a reger a relação entre eles em diversos setores.

“O Reino Unido importa, para que se tenha ideia, 50% de tudo que consome em termos de alimentos e bebidas. Do que importam, 60% vêm da União Europeia. Um Brexit que signifique de fato uma redução dos fluxos de comércio entre União Europeia e Reino Unido abre espaços que podem ser ocupados por países como o Brasil, que são competitivos juntamente nessa área de alimentos e bebidas, no agronegócio em geral”, destaca.

De acordo com dados de 2018 do governo britânico, cerca de 4% dos alimentos consumidos pelo Reino Unido vieram da América do Sul. Os desafios de ampliar esse mercado, de acordo com Doring, são grandes e, em cenário pós-Brexit, exigirão o conhecimento de novos formulários, novas regras alfandegárias, entre outras questões logísticas.

Para ajudar o setor privado brasileiro, a embaixada lançou a plataforma Brazil Brexit Watch, em português, Observatório Brasileiro do Brexit que consolida informações sobre possíveis mudanças que possam afetar o setor privado brasileiro, especialmente os segmentos exportadores.

Educação

No ensino superior, o Brasil também pode ganhar espaço no Reino Unido, de acordo com o representante da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Patricio Marinho. “Acho que o Brexit fez com que as universidades britânicas olhassem para outros mercados, por assim dizer, além da Europa. Acho que abriu bastante os olhos das instituições do Reino Unido para a América Latina, para outros parceiros em potencial”, diz.

Marinho, que é coordenador de Parcerias Estratégicas no Norte Global e Oceania da Diretoria de Relações Internacionais da **Capes**, diz que o Brexit deve ser encarado como oportunidade. “Percebo que tem tendência muito forte de serem criadas novas parcerias graças ao Brexit, e o Brasil pode se beneficiar dessa abertura que o Reino Unido está dando além da Europa.”

No Reino Unido – que é formado por Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte – estão importantes universidades, como a Universidade de Oxford, Universidade de Cambridge e Universidade de Londres. A região é a segunda que mais recebe

estudantes no mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, de acordo com o Universities UK, organização que representa 137 universidades.

Cooperação em pesquisas

O chefe de Educação Transnacional do Universities UK, Eduardo Ramos, disse que a internacionalização é o coração das universidades britânicas. “As universidades têm relações internacionais com quase todos os países do mundo, em termos de pesquisa e educação. Na maior parte das vezes, a pesquisa é feita em colaboração com parceiros internacionais”, disse Ramos.

Segundo o Universities UK, dentre os países da América do Sul, o Brasil é líder em cooperação com as universidades britânicas. Entre 2015 e 2018 foram mais de 13 mil publicações assinadas em conjunto por pesquisadores do Reino Unido e brasileiros. A região é o sexto destino mais procurado por brasileiros que querem estudar fora, atrás de Estados Unidos, Argentina, Portugal, França e Alemanha.

Ramos destaca que os pesquisadores brasileiros são bem preparados e têm um alto nível acadêmico. “Brasileiros têm um lugar-chave para ajudar as universidades a diversificarem os cursos e os estudos. As universidades estão interessadas em colaborar com instituições brasileiras porque elas são chave em endereçar alguns desafios mais urgentes no mundo como mudança climática, pobreza, sustentabilidade. Brasileiros estão à frente em pesquisas desse tipo de desafio”.

Em relação aos estudantes europeus, Ramos diz que eles são importantes para as instituições de ensino e que espera que os acordos firmados entre Reino Unido e União Europeia mantenham a participação em programas de educação. “É interessante para ambas as partes chegar a um acordo em que haverá continuação na participação nos programas de pesquisa e de educação, como o Erasmus.”

A União Europeia é formada por 28 Estados-Membros. Fazer parte do grupo implica a existência de uma economia de mercado livre, de uma democracia estável e de um Estado de Direito, bem como a aceitação da legislação e regulamentação europeias.

› FONTE: Agência Brasil

topo ↕

MOSSORÓ HOJE - TEMPO REAL

Nomeação do novo presidente da Capes preocupa comunidade científica
Benedito Guimarães Aguiar Neto causou polêmica ao defender o criacionismo, em 2019, e dizer que pretende disseminar essa ideia na educação básica. O Núcleo de Apoio à Pesquisa em Educação, Divulgação e Epistemologia da Evolução Charles Darwin, da Universidade de São Paulo, afirma que se a prática do criacionismo for consumada, “afrontará a própria Constituição, ao colocar o estado brasileiro a favorecer certas denominações religiosas, em detrimento de outras. E ainda condenará o Brasil a caminhar de maneira cada vez mais lenta na trilha da melhoria da educação pública”.

O MEC está enfrentando uma nova polêmica, desta vez, na área de pós-graduação. A discussão gira em torno da nomeação do novo presidente da **Capes**, órgão responsável pelas bolsas de mestrado e doutorado.

Benedito Guimarães Aguiar Neto foi reitor por quase nove anos da Universidade

Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo. Em um evento na universidade, em 2019, ele defendeu o criacionismo.

“Queremos colocar um contraponto à Teoria da Evolução e disseminar que a ideia da existência de um design inteligente pode estar presente a partir da educação básica, de uma maneira que podemos, com argumentos científicos, discutir o criacionismo”.

O jornal “Folha de S.Paulo” destacou a polêmica na sexta-feira (24), quando Benedito Aguiar foi nomeado presidente da **Capes**.

A teoria criacionista se baseia na fé na criação divina, ou seja, a tese de que Deus criou a vida. A teoria chamada de “design inteligente” concorda com essa origem divina, argumenta que há sistemas tão complexos que só poderiam ser fruto de um criador inteligente.

A comunidade científica refuta tanto o design inteligente quanto a teoria criacionista que o inspirou.

“É lamentável. O criacionismo é um dos aspectos mais retrógrados da atualidade. É equivalente a pensarmos, por exemplo, que a Terra é plana. Existe um tipo de criacionismo que acredita que a Terra é plana”, disse o professor Sandro José de Souza, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O Núcleo de Apoio à Pesquisa em Educação, Divulgação e Epistemologia da Evolução Charles Darwin, da Universidade de São Paulo, afirma que não há dúvida de que “o processo evolutivo seja a melhor explicação para os fenômenos da vida, uma conclusão aceita há mais de um século e atualmente endossada inclusive por muitas instituições religiosas, como o Vaticano”.

O núcleo ainda afirma que se a prática do criacionismo for consumada, “afrontará a própria Constituição, ao colocar o estado brasileiro a favorecer certas denominações religiosas, em detrimento de outras. E ainda condenará o Brasil a caminhar de maneira cada vez mais lenta na trilha da melhoria da educação pública”.

“Design inteligente não é ciência. Mas, ao se travestir de ciência, ele prioriza pesquisas científicas que comprovem que isso é ciência. Não estão comprovando coisa nenhuma, mas se gasta dinheiro — dinheiro público e dinheiro que poderia ser investido em ciência de verdade”, explicou Natália Pasternak, professora do Instituto Questão de Ciência da USP.

A “Science”, uma das revistas acadêmicas mais prestigiadas do mundo, disse que a nomeação de um defensor do criacionismo para comandar a agência que avalia os programas de estudo de graduação no Brasil “deixou cientistas preocupados sobre a interferência da religião na ciência e na política educacional”.

A revista destacou que é a segunda pessoa que defende o criacionismo a ter lugar importante no governo Bolsonaro. Fez referência à ministra Damare Alves, que já afirmou que a Igreja Evangélica perdeu espaço na ciência quando deixou a Teoria da Evolução entrar nas escolas.

A **Capes**, que atua na formação de professores da educação básica e financia bolsas de estudo de pós-graduação, vai ter em 2020 apenas 67% dos recursos que teve em 2019.

Os dados são da Lei Orçamentária Anual. Segundo a **Capes**, em 2019, o orçamento passou de R\$ 4 bilhões. Para 2020, estão autorizados na lei R\$ 2,8 bilhões.

topo ↕

NEXO - TEMPO REAL

Qual o impacto das ideias criacionistas na produção científica

Na contramão da comunidade científica mundial, novo presidente da Capes é entusiasta do pensamento segundo o qual só um ser superior seria capaz de explicar a evolução humana

Benedito Aguiar fazendo discurso na tribuna do Senado, com bandeira do Brasil atrás. Benedito Aguiar, então reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em sessão especial do Senado Federal destinada a comemorar os 156 anos da Igreja Presbiteriana do Brasil e os 145 anos da instituição Mackenzie

Benedito Aguiar assumiu na segunda-feira (27) a presidência da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, órgão do Ministério da Educação que coordena pesquisas de mestrado e doutorado no Brasil. Aguiar é conhecido pela sua defesa do ensino do “design inteligente”, perspectiva teológica sobre a origem das espécies, “em contraponto” à teoria científica da evolução.

O novo presidente da **Capes**, engenheiro elétrico com pós-doutorado pela Universidade de Washington (Estados Unidos) e evangélico, era o reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Ele foi nomeado para substituir **Anderson Ribeiro Correia**, que deixou o posto para assumir a reitoria do ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica).

“Queremos colocar um contraponto à Teoria da Evolução e disseminar que a ideia da existência de um design inteligente pode estar presente a partir da educação básica, de uma maneira que podemos, com argumentos científicos, discutir o criacionismo”

Benedito Aguiar

Então reitor do Mackenzie, em congresso realizado em outubro de 2019

A **Capes** concede bolsas de pesquisa, avalia os cursos de pós-graduação e incentiva a formação de professores do ensino básico. Ela não decide, por exemplo, conteúdos dos cursos pós-graduação, mas pode, por meio de financiamentos, estimular determinadas linhas de pesquisa.

Segundo a Lei Orçamentária Anual, em 2020 o Ministério da Educação destinará à **Capes** R\$ 2,48 bilhões, R\$ 1,77 bilhão a menos do que o previsto no orçamento de 2019. Parte da redução foi compensada pelo Congresso, que destinou emendas parlamentares à instituição.

Outro ex-reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie nomeado pelo presidente Jair Bolsonaro para uma vaga no governo foi o pastor Milton Ribeiro. Ele se tornou conselheiro da Comissão de Ética da Presidência da República.

Antes disso, Bolsonaro já havia utilizado a pesquisa do Mackenzie sobre o grafeno como exemplo do potencial científico das universidades privadas. Em agosto de 2019, Bolsonaro teve de cancelar visita à universidade, em razão da convocação de protestos pelos estudantes.

A origem da ideia do design inteligente

Para o design inteligente, há um propósito inteligente por trás das complexas "máquinas" moleculares que constituem os seres vivos. Dessa forma, as mutações genéticas responsáveis pela variedade das espécies não se explicariam pelo acaso, como mostrou a teoria evolucionista de Charles Darwin, mas por uma inteligência superior à vida terrestre.

Concepções desse tipo são aventadas, segundo pesquisadores do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, por teólogos protestantes, como Joseph Butler (1691-1752), desde pelo menos o século 18. Apesar das contestações científicas que sofreu, esse gênero de ideias continua relevante sobretudo em comunidades evangélicas.

Dos Estados Unidos ao Brasil

Nos EUA, ideias que se opõem à Teoria da Evolução ganham força no atual governo de Donald Trump. Isso porque os discursos e medidas do presidente americano, que contesta, por exemplo, o papel humano no aquecimento global, frequentemente tentam desacreditar ou enfraquecer a autonomia da comunidade científica. O vice Mike Pence defende o ensino nas escolas do que chama de “controvérsia” entre criacionismo e evolucionismo.

No Brasil, em 2017, a Universidade Mackenzie, dirigida à época por Benedito Aguiar, criou o Discovery-Mackenzie, um núcleo de estudos em parceria com o Discovery Institute-USA, sobre o design inteligente. Os congressos organizados pelo grupo discutiram como o embate criacionismo versus evolucionismo poderia contribuir para o conhecimento.

Convidado do segundo congresso sobre design inteligente organizado pelo Discovery-Mackenzie, o bioquímico americano Michael Behe, considerado pioneiro no tema, afirmou que a Teoria da Evolução não seria capaz de justificar as razões dos processos realizados por uma célula, que só seriam explicáveis pela existência de uma inteligência que os teria planejado.

Por que o design inteligente não é ciência

Em resposta à nomeação de Aguiar, uma nota de pesquisadores de núcleo da USP especializado em evolução biológica (Núcleo de Apoio à Pesquisa em Educação, Divulgação e Epistemologia da Evolução “Charles Darwin”) afirma que o termo “intelligent design” (design inteligente) é um “simples eufemismo do dito ‘criacionismo científico’”, que “não é reconhecido pela comunidade científica de nenhum país”.

As ideias teológicas do design inteligente não são consideradas científicas porque não foram provadas segundo um método científico de teste e comprovação de hipóteses. Dessa forma, é praticamente consenso na comunidade científica que esses conceitos

podem ser ensinados em aulas de religião ou, no Ensino Superior, discutidos em programas de Teologia ou Filosofia, mas não podem ser conteúdo de aulas de Ciências Naturais.

No Reino Unido, por exemplo, o governo regulou o assunto em 2014, proibindo que escolas e universidades públicas do país ensinem o criacionismo como “teoria científica”.

O criacionismo, segundo a proibição, abrange “qualquer doutrina que sustente que processos biológicos naturais não são suficientes para justificar a história, a diversidade e a complexidade da vida na Terra e, portanto, rejeite a teoria científica da Evolução”. Isso inclui tanto interpretações literais da Bíblia, segundo as quais o mundo foi criado em seis dias, quanto certas ideias de design inteligente, que admitem um processo gradual de evolução, mas que não deixam de considerar a participação divina no processo.

“O criacionismo não tem respaldo no consenso científico ou no próprio grande corpo das evidências científicas estabelecidas; nem emprega o método científico precisa e consistentemente. Dessa forma, não deve ser apresentado aos alunos da Academia como uma teoria científica”

Departamento para Crianças, Educação e Escolas do Reino Unido

Determinação legal editada em 2014

O que é a Teoria da Evolução

A Teoria da Evolução explica cientificamente a variedade de espécies no planeta, desenvolvida a partir dos primeiros seres unicelulares. Publicada pelo naturalista inglês Charles Darwin, em “A Origem das Espécies” (1859), a teoria explica que as espécies evoluem a partir de mutações genéticas que ocorrem ao caso. Também explica que os indivíduos com mutações mais vantajosas para o ambiente em que vivem têm mais chances de sobreviver e, assim, passar essas características às próximas gerações.

Ao longo do tempo, essas proposições de Darwin foram sendo comprovadas ou aperfeiçoadas e, hoje, são o padrão das Ciências Biológicas e Naturais.

Desde 1950, durante o papado de Pio 12, a Igreja Católica reconhece a validade da Teoria da Evolução, que não seria, portanto, incompatível com a Bíblia. A Santa Sé, dessa forma, admite que o texto do Gênesis, no qual Deus cria o mundo em seis dias, pode ser lido como uma explicação simbólica do processo muito mais complexo que foi a formação das espécies.

O criacionismo na política brasileira

Em 2004, a Secretaria de Educação do estado do Rio de Janeiro definiu que o tema do ano para as aulas de religião nas escolas públicas seria “criação”: “Não vamos nos aprofundar no criacionismo, vamos tratar disso de maneira superficial, oferecendo a informação religiosa”, afirmou Suzana Viana, integrante da equipe de educação religiosa da secretaria.

A então governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, integrante da Igreja Presbiteriana Luz do Mundo, já havia afirmado à imprensa que era criacionista e que não acreditava na evolução das espécies.

Antes disso, uma lei estadual do ano 2000 instituiu nas escolas do Rio o ensino religioso confessional, isto é, com aulas separadas por credo. A lei foi sancionada pelo então governador Anthony Garotinho, com quem Rosinha Matheus era casada.

"Os evolucionistas estão preocupados em estudar a evolução, enquanto o foco dos criacionistas é contestar o evolucionismo. Nos EUA, há cursos de criacionismo [...] Essa briga política a gente perde por WO, porque não nos interessamos em contra-argumentar. Acho que a gente pode chegar rapidinho a uma situação como a dos Estados Unidos"

Cláudia Russo

Bióloga, então chefe do Departamento de Genética da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), ao jornal Folha de S.Paulo, em maio de 2004

Em 2017, o Supremo Tribunal Federal, por 6 votos a 5, afirmou que a Constituição brasileira estabelece a separação entre Estado e Igreja, mas não veda o ensino confessional (de uma ou mais religiões) em escolas públicas. A decisão determinou, porém, que eventuais aulas de religião não sejam de frequência obrigatória para os estudantes.

O impacto na produção científica brasileira

Sobre os impactos do criacionismo na ciência brasileira, o Nexo conversou com a bióloga Maria Isabel Landim, vice-coordenadora do NAP EDEVO-Darwin (Núcleo de Apoio à Pesquisa em Educação, Divulgação e Epistemologia da Evolução Biológica) da USP.

Como a senhora vê a indicação de Benedito Aguiar para a coordenação da pós-graduação no Brasil?

Maria Isabel Landim O fato de o novo presidente da **Capes** ter mencionado o desejo de introduzir o "design inteligente" em escolas do Brasil é o que menos nos assusta neste momento, porque sabemos que existe uma Constituição no país que proíbe esse tipo de ingerência. O que nos preocupa profundamente é termos uma pessoa com orientações criacionistas na gestão da educação superior, que diferentemente da educação básica, vem fazendo seu dever de casa.

Mesmo com todos os entraves, burocracia e salário pouco competitivo, a educação superior brasileira figura nos rankings internacionais de forma relativamente bem, se considerarmos que o Brasil é um país ainda em desenvolvimento. Conseguimos isso porque houve política de Estado (e não de governo), com projetos de longo prazo, como a concessão de bolsas e o financiamento de programas de pós-graduação em áreas estratégicas.

Qual o impacto para a ciência de um eventual financiamento público de pesquisas que negam a Teoria da Evolução?

Maria Isabel Landim Indicações ideológicas podem ser muito desastrosas para órgãos que dependem de pessoas com visão, para fazerem os ajustes necessários a políticas que estão indo bem, mas que precisam de algumas correções. Mudanças, mesmo que pequenas, nas políticas públicas para a educação superior têm impacto na ciência brasileira. Elas interferem na cadeia da produção do conhecimento e da formação de profissionais, o que gera reflexos também no ensino básico. E a **Capes** tem uma capacidade muito grande de alterar o rumo do ensino superior, porque detém a maior fatia dos recursos para isso.

Apesar dos bons resultados, a cadeia de infraestrutura para pesquisa já é deficitária, tendo sofrido cortes ao longo dos anos. Não podemos aceitar que temas que não são da esfera científica sejam colocados para competir com os recursos de pesquisa em ciência e de formação profissional. Seria um retrocesso que bolsas atualmente destinadas a pesquisadores de biotecnologia, por exemplo, sejam compartilhadas com projetos de cunho religioso.

É possível que a **Capes** passe a financiar pesquisas antievolucionistas?

Maria Isabel Landim Se olharmos o que aconteceu com a Secretaria Especial da Cultura, onde vimos uma direta ingerência ideológica nos projetos de fomento, podemos esperar, sim, que isso seja implementado na **Capes**.

Todo mundo que tem compromisso com a educação neste país está aguardando até agora que este governo ofereça pautas propositivas. Queremos continuar seguindo a marca para o século 21. Queremos nos mobilizar em torno de temas que sejam construtivos, e não ficar, a cada semana, mobilizados e estarecidos com esse jogo ideológico, que não cabe em um país que pretenda ingressar de forma sustentável na pesquisa do século 21.

Expresso Como o MEC incentiva a iniciativa privada na educação pública

Todos os conteúdos publicados no Nexo têm assinatura de seus autores. Para saber mais sobre eles e o processo de edição dos conteúdos do jornal, consulte as páginas Nossa Equipe e Padrões editoriais. Percebeu um erro no conteúdo? Entre em contato. O Nexo faz parte do Trust Project. Saiba mais.

topo ↕

PORTAL FATOR BRASIL - TEMPO REAL

Brexit pode trazer oportunidades para o Brasil, dizem autoridades Agronegócio e educação são as áreas com maior potencial.

O Reino Unido deixará oficialmente a União Europeia no dia 31 de janeiro (sexta-feira). A expectativa de autoridades brasileiras é que o chamado Brexit possa trazer oportunidades para o Brasil. Com o fim de benefícios para países europeus, outros mercados podem, de acordo com autoridades entrevistadas pela Agência Brasil, ganhar espaço na região.

“O Brexit tem riscos porque mudam as regras alfandegárias, mudam as regras tarifárias, mas tem também oportunidades potenciais porque se abrem espaços em áreas como a agrícola, na qual somos competitivos”, diz o ministro-conselheiro da Embaixada do Brasil no Reino Unido, Roberto Doring.

Apesar da saída da União Europeia, o Reino Unido passará por um período de transição até o final de 2020, no qual seguirão valendo as atuais regras de viagens, negócios e relações comerciais. Durante esse período, as duas regiões vão firmar novos acordos que passarão a reger a relação entre eles em diversos setores.

“O Reino Unido importa, para que se tenha ideia, 50% de tudo que consome em termos de alimentos e bebidas. Do que importam, 60% vêm da União Europeia. Um Brexit que signifique de fato uma redução dos fluxos de comércio entre União Europeia e Reino Unido abre espaços que podem ser ocupados por países como o Brasil, que são competitivos juntamente nessa área de alimentos e bebidas, no agronegócio em geral”, destaca.

De acordo com dados de 2018 do governo britânico, cerca de 4% dos alimentos consumidos pelo Reino Unido vieram da América do Sul. Os desafios de ampliar esse mercado, de acordo com Doring, são grandes e, em cenário pós-Brexit, exigirão o conhecimento de novos formulários, novas regras alfandegárias, entre outras questões logísticas.

Para ajudar o setor privado brasileiro, a embaixada lançou a plataforma Brazil Brexit Watch, em português, Observatório Brasileiro do Brexit que consolida informações sobre possíveis mudanças que possam afetar o setor privado brasileiro, especialmente os segmentos exportadores.

Educação — No ensino superior, o Brasil também pode ganhar espaço no Reino Unido, de acordo com o representante da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Patricio Marinho. “Acho que o Brexit fez com que as universidades britânicas olhassem para outros mercados, por assim dizer, além da Europa. Acho que abriu bastante os olhos das instituições do Reino Unido para a América Latina, para outros parceiros em potencial”, diz.

Marinho, que é coordenador de Parcerias Estratégicas no Norte Global e Oceania da Diretoria de Relações Internacionais da **Capes**, diz que o Brexit deve ser encarado como oportunidade. “Percebo que tem tendência muito forte de serem criadas novas parcerias graças ao Brexit, e o Brasil pode se beneficiar dessa abertura que o Reino Unido está dando além da Europa.”

No Reino Unido – que é formado por Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte – estão importantes universidades, como a Universidade de Oxford, Universidade de Cambridge e Universidade de Londres. A região é a segunda que mais recebe estudantes no mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, de acordo com o Universities UK, organização que representa 137 universidades.

Cooperação em pesquisas — O chefe de Educação Transnacional do Universities UK, Eduardo Ramos, disse que a internacionalização é o coração das universidades britânicas. “As universidades têm relações internacionais com quase todos os países do mundo, em termos de pesquisa e educação. Na maior parte das vezes, a pesquisa é feita em colaboração com parceiros internacionais”, disse Ramos.

Segundo o Universities UK, dentre os países da América do Sul, o Brasil é líder em cooperação com as universidades britânicas. Entre 2015 e 2018 foram mais de 13 mil

publicações assinadas em conjunto por pesquisadores do Reino Unido e brasileiros. A região é o sexto destino mais procurado por brasileiros que querem estudar fora, atrás de Estados Unidos, Argentina, Portugal, França e Alemanha.

Ramos destaca que os pesquisadores brasileiros são bem preparados e têm um alto nível acadêmico. “Brasileiros têm um lugar-chave para ajudar as universidades a diversificarem os cursos e os estudos. As universidades estão interessadas em colaborar com instituições brasileiras porque elas são chave em endereçar alguns desafios mais urgentes no mundo como mudança climática, pobreza, sustentabilidade. Brasileiros estão à frente em pesquisas desse tipo de desafio”.

Em relação aos estudantes europeus, Ramos diz que eles são importantes para as instituições de ensino e que espera que os acordos firmados entre Reino Unido e União Europeia mantenham a participação em programas de educação. “É interessante para ambas as partes chegar a um acordo em que haverá continuação na participação nos programas de pesquisa e de educação, como o Erasmus.”

A União Europeia é formada por 28 Estados-Membros. Fazer parte do grupo implica a existência de uma economia de mercado livre, de uma democracia estável e de um Estado de Direito, bem como a aceitação da legislação e regulamentação europeias.

topo ↕

REVISTA FÓRUM - TEMPO REAL

JN, da Globo, critica novo presidente da Capes, defensor do criacionismo

Benedito Guimarães Aguiar Neto foi nomeado na última sexta-feira e é partidário da teoria do "design inteligente"

O Jornal Nacional, da TV Globo, deu destaque nesta terça-feira (28) às críticas feitas pela comunidade científica a Benedito Guimarães Aguiar Neto, o novo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Nomeado na última sexta-feira (24), Aguiar Neto – ex-reitor da universidade Mackenzie – já foi alvo de críticas de diversas entidades de pesquisa e pesquisadores por defender a teoria criacionista do “design inteligente”.

O telejornal reproduziu uma parte da nota divulgada pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa em Educação, Divulgação e Epistemologia da Evolução Charles Darwin (NAP EDEVO-Darwin) sobre Aguiar Neto. “Não existem dúvidas plausíveis de que o processo evolutivo seja a melhor explicação para os fenômenos da vida, uma conclusão aceita há mais de um século e atualmente endossada inclusive por muitas instituições religiosas, como o Vaticano”, diz um dos trechos exibidos.

“Essa prática, se consumada, afrontará a própria Constituição Federal, ao colocar o estado brasileiro a favorecer certas denominações religiosas, em detrimento de outras. E ainda condenará o Brasil a caminhar de maneira cada vez mais lenta na trilha da melhoria da educação pública”, afirma o NAP EDEVO-Darwin em outro fragmento reproduzido pelo JN.

A pesquisadora Natalia Pasternak, do Instituto Questão de Ciência da USP, foi convidada pelo telejornal e criticou duramente a teoria defendida por Aguiar Neto. “Design inteligente não é ciência. Mas, ao se travestir de ciência ele prioriza ‘pesquisas científicas’ que ‘comprovem’ que isso é ciência. Não estão comprovando coisa nenhuma, mas se gasta dinheiro – dinheiro público e dinheiro que poderia ser gasto em

ciência de verdade”, declarou.

Sandro José de Souza, da UFRN, também comentou: “É lamentável. O criacionismo é uma dos aspectos mais retrógrados de atualidade. É equivalente a pensarmos que a Terra é plana. E existe um tipo de criacionismo que acredita que a Terra é plana”, disse.

O telejornal noticiou também que as críticas repercutiram internacionalmente na revista Science. Além da matéria sobre a **Capes**, o JN exibiu outras duas matérias criticando a gestão do ministro Abraham Weintraub à frente do Ministério da Educação.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Crise no Enem aumenta pressão sobre ministro Weintraub

Na cúpula do governo, avaliação é de que ele lidou com o problema de forma desastrosa, mas que decisão judicial favorável deu sobrevida ao ministro

SÃO PAULO - A repercussão da falha na correção das provas do Enem aumentou a pressão para que o presidente Jair Bolsonaro demita o ministro da Educação, Abraham Weintraub. Na cúpula do governo, a avaliação é de que a decisão favorável ao governo, obtida nesta terça-feira, 28, deu apenas uma "sobrevida" ao ministro.

O presidente teve uma conversa com Weintraub na tarde desta terça para que ele explicasse sua versão da falha na prova. A decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi divulgada durante o encontro dos dois. Bolsonaro chegou a dizer pela manhã que o exame poderia ter sido alvo de "sabotagem", sem, no entanto, apresentar qualquer evidência.

Apesar dos conselhos de aliados e pressão para a substituição, o presidente e os filhos, principalmente o deputado federal Eduardo Bolsonaro, gostam do ministro e de seu estilo "polêmico nas redes sociais". Em um evento oficial em outubro do ano passado, o deputado elogiou Weintraub por ter "inaugurado um novo estilo de ministro, que não se preocupa tanto com os modos e liturgia do cargo".

A pressão para que o presidente substitua o ministro vem em uma crescente nos últimos meses, mas ficou ainda maior na última semana por causa da falha no Enem, que levou à suspensão do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), a principal forma de acesso ao ensino superior público do País. Nos últimos dias, pedidos pela demissão de Weintraub ficaram entre os tópicos mais comentados das redes sociais.

Na terça, o Movimento Brasil Livre (MBL), que apoiou Bolsonaro durante a eleição, pediu a demissão do ministro. "A presença do ministro Weintraub é incompatível com um governo que, durante a campanha eleitoral, prometeu um ministério de notáveis", diz nota do grupo.

A avaliação de aliados do presidente é que a falha no Enem pode não ter sido tão grave, mas que a forma como o ministro conduziu a situação foi desastrosa e que a crise poderia ter sido contida. Um dos erros cometidos logo no início da crise foi que o Palácio do Planalto não foi informado oficialmente sobre os problemas na prova - os auxiliares do presidente só souberam do caso pela imprensa.

Também se avalia que a forma como Weintraub lidou com a crise do Enem foi inapropriada diante das graves consequências do problema, que interferiu na vida de 3,9

milhões de estudantes. O erro só foi identificado pelo ministério após reclamação dos alunos. Weintraub admitiu o erro depois de afirmar diversas vezes que a gestão Bolsonaro havia feito o "melhor Enem da história", e logo no primeiro dia em que foi confirmada a falha, o ministro já minimizou o problema dizendo que prejudicou um "número muito pequeno" de estudantes e que se tratava apenas de um "susto".

Poucos dias depois, após estudantes questionarem um possível erro no Sisu, o ministro acusou os autores dos relatos de erros de "serem ligados a um partido radical de esquerda" e disse que há "muita gente maldosa, que tem interesse em fazer terrorismo, espalhando mentira".

Insatisfação

Há meses os ministros mais próximos de Bolsonaro vem reforçando os pedidos para que Bolsonaro substitua o chefe do MEC. Em dezembro, os principais cargos do ministério ficaram vagos ao mesmo tempo e se acreditava que Weintraub não voltaria do recesso de fim de ano para o cargo. Há tempos ele é malvisto tanto pelas polêmicas, consideradas desnecessárias e prejudiciais ao governo, como pela falta de projetos e dificuldade de implementação de políticas públicas.

Desconhecido na área da Educação, Weintraub se isolou ainda mais ao longo dos meses que passou à frente do ministério. Com uma série de ataques contra organizações estudantis, de educadores e até mesmo contras as universidades federais, ele ficou conhecido como o "ministro da educação que não gosta de educação".

Programas e ações anunciados por Weintraub também desgastaram a relação dele com outros nomes do alto escalão do governo. Ele era malvisto, por exemplo, pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, por ter apresentado o Future-se, programa que previa a criação de fundos com bens da União, sem comunicar a área econômica. Também entrou em um embate com o ministro da Ciência, Marcos Pontes, para incorporar o CNPq ao MEC.

Em 23 de dezembro, uma decisão tomada por Weintraub também o colocou em atrito com Rodrigo Maia (DEM), presidente da Câmara dos Deputados. O ministro demitiu o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rodrigo Dias, que havia sido indicado por Maia.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

MEC nega prejuízo em notas do Enem por falha e indica que questões não foram pré-testadas

Defensoria Pública da União pede que explicação seja publicada nos canais oficiais do governo e comunicada aos participantes sob pena de multa diária de R\$ 10 mil

SÃO PAULO - O Ministério da Educação (MEC) deu explicações técnicas à Justiça para tentar comprovar que a falha na correção de 5.974 provas do Enem não teve "influência significativa" na nota de todos os candidatos. A justificativa resultou em decisão favorável à divulgação do resultado do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

A nota técnica também deixa claro que foram usadas questões que não haviam sido pré-testadas, algo que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), responsável pela prova, não tinha explicado até então e que pode prejudicar a margem de erro do exame. O órgão também não divulgou os parâmetros de correção de cada

questão, como solicitado pela Defensoria Pública da União (DPU), alegando se tratar de informações sigilosas.

Com a explicação do ministério, a Defensoria pediu a suspensão da liminar que barrava a continuidade do Sisu. No entanto, pediu em nova liminar que o MEC publique em seus sites oficiais, em até 24 horas, uma nota de esclarecimento com as justificativas apresentadas judicialmente, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil. Também pede que o ministério responda individualmente aos 172 mil participantes que pediram a correção de suas provas, mas que não tiveram nenhuma alteração nas notas.

A defensoria pedia que o MEC comprovasse "documentalmente" que a alteração das 5.974 provas não interferiu na nota das demais em razão da teoria da resposta ao item (TRI) - modelagem estatística usada no Enem e que atribui pesos diferentes para cada questão (são divididas em níveis de complexidade). O Inep disse que a calibragem é feita com uma amostragem de 100 mil participantes, número muito superior ao de provas com erros.

"Devido ao princípio da invariância e a pouca ocorrência de troca de gabarito da prova, não houve descaracterização da amostra, os parâmetros dos itens não sofreram influência significativa em sua calibração e as proficiências dos participantes continuam sendo estimadas com a mesma precisão", assegura a nota.

A nota técnica detalha ainda ter feito a correção de todas as 3,9 milhões para garantir que elas não tenham sofrido a mesma falha dos 5.974 candidatos. "A equipe de análise psicométrica da Cesgranrio também fez uma análise calculando a proficiência pela TRI para todos os participantes, considerando os 4 gabaritos possíveis".

Pré-teste

O fato de Inep ter mencionado que houve "calibragem" dos itens indica que houve questões na prova que não foram pré-testadas, algo que faz parte da TRI. O pré-teste é aplicado antes do exame verdadeiro a alunos de perfil semelhante para justamente identificar as características das questões, como por exemplo, se ela foi considerada fácil, média ou difícil. Segundo especialistas, o ideal é que uma prova feita por meio de TRI seja composta apenas dessas questões pré-testadas, para que depois seja calculada a nota do aluno com base nos parâmetros estabelecidos no pré-teste.

Para uma fonte do Ministério da Educação (MEC) ouvida pelo Estado, e que prefere não ter seu nome publicado, usar questões que não foram pré-testadas faz aumentar o erro padrão do exame. Dessa maneira, eles precisam ser calibrados na própria prova, ou seja, é necessário identificar a partir dos resultados dos alunos que participam do Enem se as questões foram consideradas fáceis ou difíceis. Ele afirma que quando há gabaritos com problemas, como aconteceu este ano, essa calibragem fica toda prejudicada, já que é feita a partir das respostas que os candidatos em cada questão. "E para o Sisu isso é muito importante, uma mínima diferença na nota pode fazer ou não o aluno entrar em um curso de Medicina", diz.

O Inep tem o costume de usar questões que não foram pré-testadas porque o banco de itens é muito pequeno, um problema que se arrasta desde que o Enem se tornou um vestibular, em 2009. As questões hoje são elaboradas por professores de universidades

federais, a pedido do governo, mas muitas não são consideradas boas suficientes para selecionar alunos ou tem outros tipos de problemas e precisam ser descartadas. A quantidade total de itens do banco é mantida em sigilo. Este ano, o governo Bolsonaro ainda criou uma comissão para identificar questões que tivessem “abordagens controversas com teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais” e acabou barrando 66 itens.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Portaria do MEC restringe número de viagens de cientistas

Ministério não entende como funcionam as pesquisas e os congressos acadêmicos, dizem especialistas; governo não se manifestou

RIO DE JANEIRO - Uma portaria do Ministério da Educação (MEC) publicada no último dia de 2019 restringe o número de participantes brasileiros em congressos nacionais e internacionais, mesmo que a despesa com a viagem não seja do governo. Cientistas dizem que a medida não tem precedente em nenhum lugar do mundo democrático e “impõe uma limitação ao desenvolvimento da ciência”. Procurada, a pasta não se manifestou.

Carta enviada ao ministério por duas das mais importantes entidades científicas do País, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC), pede a revogação urgente da portaria, lembrando que as reuniões científicas são cruciais para a troca de conhecimento e o estabelecimento de parcerias.

“A portaria foi feita claramente por alguém que não entende como funcionam a pesquisa e os congressos internacionais”, afirmou o presidente da ABC e professor de Física da Universidade Federal do Rio (UFRJ), Luiz Davidovich.

O artigo 55 da portaria 2.227, de 31 de dezembro do ano passado, estabelece o envio de “no máximo dois representantes para eventos no país e um representante para eventos no exterior, por unidade, órgão singular ou entidade vinculada”.

Caso mais pessoas queiram participar, prevê a medida, é necessário solicitar ao MEC autorização especial. E mais: o pedido só pode ser feito “em caráter excepcional e quando houver necessidade devidamente justificada, por meio de exposição de motivos dos dirigentes das unidades”.

A carta assinada pelos presidentes da ABC, Luiz Davidovich, e da SBPC, Ildeu Moreira, pede ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, que reveja a decisão. Segundo Davidovich, a carta explica “pedagogicamente” a importância dos congressos nas carreiras científicas.

“Devido ao crescimento exponencial do conhecimento científico, é comum ter, em uma mesma unidade ou grupo de pesquisa, cientistas que, embora reunidos em torno de um tema, trabalham em projetos e subáreas distintas”, sustenta o documento. “Por isso mesmo, é frequente, em reuniões nacionais e internacionais, a participação de (vários) membros de uma mesma unidade ou grupo de pesquisa.”

Além disso, dizem os pesquisadores, várias áreas da ciência se valem de colaborações internacionais para o desenvolvimento de pesquisas e publicações de maior impacto. “A limitação de participação de, no máximo, dois servidores em feiras, fóruns, seminários,

congressos, simpósios, grupos de trabalho e outros eventos no país, e de um representante para eventos no exterior, por unidade, órgão singular ou entidade vinculada, não se adequa à realidade do papel da universidade e das instituições de ensino, pesquisa, extensão, tecnológicas e de inovação no mundo globalizado”, aponta a carta.

O documento ainda destaca que congressos são importantes na formação dos jovens pesquisadores. “A restrição contribuirá para o empobrecimento da formação do jovem cientista brasileiro, fato que não ocorre em nenhum outro país que preze pela ciência e tecnologia. “Não dá para escolher um pesquisador; é um absurdo isso; falta compreensão por parte do ministério sobre como funciona a ciência”, disse Davidovich.

Segundo a portaria, ainda que as despesas da viagem não sejam pagas pelo governo, a restrição será mantida. “Se não é uma medida de economia, que medida é essa?”, questiona Davidovich. O MEC não respondeu ainda à demanda dos cientistas. A reportagem também procurou a pasta, mas ainda não obteve retorno.
Governo Bolsonaro vive relação turbulenta com universidades

Desde o ano passado, a gestão Jair Bolsonaro tem vivido uma relação tensa com as universidades públicas. Em abril, o anúncio do bloqueio de verbas pelo governo federal levou professores, pesquisadores e alunos a protestarem nas ruas contra o MEC.

Nos meses seguintes, Weintraub atacou suposto viés ideológico de docentes e estudantes e disse que as universidades são "madrassas" de doutrinação, em alusão às escolas islâmicas. O ministro também afirmou que há plantações de maconha nos câmpus das instituições e que seria necessário ir atrás das "zebras gordas", em referências a professores universitários que teriam altos salários.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Entenda a decisão que liberou a lista do Sisu

Sentença do Superior Tribunal de Justiça (STJ) saiu na tarde desta terça-feira; com isso, também houve liberação de inscrições para o Prouni

SÃO PAULO - O Ministério da Educação (MEC) divulgou, após a liberação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na noite desta terça-feira, 28, a lista dos aprovados na primeira chamada do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). A divulgação havia sido barrada pela Justiça Federal em São Paulo. Entenda como a decisão do STJ impactou o Sisu e o Programa Universidade para Todos (Prouni) e como ficam as datas desses programas.

Sim. O Ministério da Educação divulgou a lista na noite desta terça-feira, 28, após uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) liberar a divulgação. Os candidatos às 237 mil vagas podem acessar os resultados oficiais no portal oficial do sistema. O Sisu dá acesso a 128 instituições públicas de ensino no País.

Por que a divulgação estava suspensa?

O processo havia sido barrado pelo Justiça Federal, que exigia que o MEC comprovasse documentalmente que corrigiu todas as falhas nas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O MEC divulgou ter identificado erro na correção de 5.974 provas, de 3,9 milhões participantes da última edição da prova. E alega que esse problema não teve "influência significativa" nas notas de todos os candidatos.

Houve a divulgação da lista antes da noite de terça-feira?

Apesar da proibição judicial, o ministério confirmou que uma lista que "não representava o resultado oficial" ficou disponível e pôde ser visualizada por alguns candidatos "por alguns minutos" na manhã de terça. Mas o MEC não informou qual foi o erro que levou ao vazamento da lista e se está apurando responsabilidades por mais essa falha.

Quais os prazos para matrícula na chamada regular?

Com a divulgação do resultado, a matrícula pode acontecer entre 29 de janeiro a 4 de fevereiro, de acordo com o site do Sisu.

O Sisu tem uma lista de espera?

Sim, mas apenas o candidato não selecionado na chamada regular em nenhuma das suas duas opções de curso.

Qual o prazo para entrar nessa lista?

O prazo para participar também vai de 29 de janeiro a 4 de fevereiro. Como é possível acompanhar a convocação da lista de espera do Sisu?

Na lista de espera, a convocação dos candidatos para a matrícula cabe às próprias instituições de ensino. Com isso, os candidatos devem acompanhar as convocações da lista de espera junto à instituição na qual manifestaram interesse.

Já é possível fazer inscrição no Prouni?

Sim, as inscrições também foram abertas na noite desta terça-feira, 28. O MEC decidiu prorrogar o prazo por mais um dia, sábado, 1º de fevereiro, para que os candidatos tenham tempo suficiente de se inscreverem. O resultado da primeira chamada sai no dia 4 de fevereiro.

Por que o Prouni teve as inscrições suspensas?

O MEC havia decidido noite de segunda-feira, 27, suspender o processo nesse programa, justamente por causa da decisão que envolvia o Sisu. O governo alegava que não seria possível, com a decisão da Justiça Federal, que foi derrubada pelo STJ, dar continuidade ao cronograma de outros programas do ensino superior.

topo 

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Escola de redação tem como objetivo aprimorar a escrita para concursos e vestibular

RIO — Uma boa escrita pode ser determinante na hora de prestar vestibular e concursos. Organização de ideias, repertório sociocultural e estratégia de argumentação impactam positivamente na redação. A professora de língua portuguesa Elaine Antunes traçou as dificuldades de seus alunos para criar o modelo do Projeto Escreva, em Botafogo, voltado a aprimorar a escrita com foco em concursos. Os resultados em três anos de atividade a motivaram a abrir turmas para alunos do ensino fundamental que vão fazer provas para instituições de referência, como os colégios Pedro II e Militar.

— Nossa dinâmica é, num primeiro momento, fortalecer o aluno criando uma base sem deficiência, preenchendo lacunas. É como uma escola de redação — conta a

idealizadora. — As aulas têm o intuito de abordar técnicas de produção, estrutura, aspectos linguísticos e construção de argumentos. A maioria aparece com déficit de leitura por não ler jornal ou não buscar informações.

Alguns encontros incluem professores convidados de disciplinas como geografia, história e filosofia, numa forma de aumentar o repertório. Cada aula semanal conta com produção de novo texto e correção individual.

O vestibulando Caio Simeão, de 17 anos, buscou o Escreva a fim de se aprimorar. No ano passado, ele tentou uma vaga para Medicina. O reforço com as aulas rendeu nota 980 na redação do Enem.

— Como a redação tem um peso muito grande, e preciso de uma nota alta, resolvi entrar para melhorar. Fui vendo meus erros e corrigindo cada vez mais. O tema extra para discutir ajudou a argumentar — diz.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Cursos técnicos ajudam a entrar no mercado de trabalho

RIO — Um estudo feito pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) com alunos que concluíram cursos técnicos em 2017 revelou uma média de 72,6% de empregabilidade. Houve setores que de cada dez formados oito conseguiram uma colocação de acordo com sua qualificação. Allain Fonseca, gerente de Cursos e Recursos Educacionais da Firjan Senai, afirma que muitos jovens têm se interessado pela graduação.

— Eles concluem um curso técnico e resolvem dar continuidade aos estudos. É o caso de muitos alunos que fazem Automação e vão cursar Engenharia. Em muitas vagas, os cursos técnicos também são um dos pré-requisitos. Há ainda aqueles que já estão no mercado de trabalho, mas buscam uma especialização. O curso técnico não substitui o ensino superior, mas ajuda o aluno a ter um melhor desempenho acadêmico na faculdade — afirma.

Eduarda Varela, gerente de produtos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), afirma que hoje a instituição oferece 15 cursos técnicos que podem ser feitos por quem está terminando o ensino médio ou já terminou. As opções têm uma carga horária que vai de 800 a 1.200 horas.

— Os cursos técnicos são uma excelente opção para quem quer entrar no mercado de trabalho. Em 2019 tivemos cerca de cinco mil alunos a mais do que em 2018. Acreditamos que a procura aumentou porque o técnico prepara para o mercado formal, que vem se aquecendo nos últimos anos — explica ela.

Eduarda acrescenta que há cursos voltados para quem já sabe a profissão que deseja seguir, os vocacionais, e os mais amplos.

— Os vocacionais são bem “nichados” e são procurados por quem já conhece o mercado — diz.

A gerente ainda detalha o motivo da alta taxa de empregabilidade dos cursos técnicos:

— No Senac, trabalhamos com a metodologia do aprender fazendo e refletir sobre o aprendido. Os cursos são práticos. Muitos laboratórios simulam a realidade do mercado de trabalho. Também temos convênios que facilitam a entrada no mercado. Entregamos o profissional pronto porque trabalhamos em cima dos desafios atuais.

O jovem Bruno Marchese Chrispim, de 19 anos, optou por fazer um curso técnico em vez de cursar faculdade. Antes de finalizar a profissionalização de bartender, ele já estava contratado.

— Não tinha muita certeza do que eu queria fazer, e a profissão de bartender me chama a atenção. Resolvi fazer o curso para ver o que eu ia achar e acabei encontrando uma oportunidade. Durou seis meses, e entrei relativamente rápido no mercado. Meu primeiro emprego foi no Aconchego Carioca e agora estou no Vizinho Gastrobar, onde tenho aprendido muito — diz Chrispim.

topo ↕

CONGRESSO EM FOCO - TEMPO REAL

#FicaWeintraub: Tag cresce após MBL pedir demissão do ministro

Por Congresso Em Foco

A internet presencia nesta quarta-feira (29) mais uma briga entre aliados e ex-aliados do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Dessa vez, o Movimento Brasil Livre (MBL) contra o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

A discussão começou ainda ontem, quando o perfil oficial do MBL publicou uma série de mensagens criticando Weintraub e lembrando os erros de português cometidos pelo ministro.

De acordo com o MBL, Weintraub é um "fanfarrão irresponsável que só sabe brincar em redes sociais". No fim das publicações, o movimento pede a demissão do ministro. "Que o presidente coloque uma pessoa séria - com curriculum e histórico de entregas no setor -, para transformar este ministério que, hoje, mais parece um manicômio", publicou.

Estamos falando do futuro do Brasil. Weintraub é um fanfarrão irresponsável que só sabe brincar em redes sociais e não tem projeto algum para milhões de estudantes que não encontram um horizonte transformador em nosso sistema educacional.

As críticas dos ex-aliados provocou um movimento, aparentemente, de resposta, com o crescimento da hashtag #FicaWeintraub, que está em primeiro lugar nos Trending Topics nacionais. Um dos que participa dessa iniciativa contrária ao MBL foi o irmão do ministro, Arthur Weintraub, assessor especial do presidente Bolsonaro.

Entre os que comentam a tag, no entanto, há também pessoas criticando o ministro e questionando a pertinência do movimento, no momento em que Weintraub passa por uma crise no seu ministério, após o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) apresentar problemas.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Creches de Boituva têm aulas suspensas nesta quarta-feira

Segundo a Secretaria de Educação municipal, atividades estão suspensas para a formação dos profissionais. Atividades voltam na quinta-feira (30).

As aulas nas 11 creches municipais de Boituva (SP) estão suspensas nesta quarta-feira (29).

Segundo a Secretaria de Educação municipal, as atividades estão suspensas para a formação dos profissionais.

Ainda conforme a pasta, as aulas voltam normalmente na quinta-feira (30). A secretaria também informa que as unidades estão funcionando em sistema de plantão nesta semana, pois as aulas na rede pública de ensino começam oficialmente no dia 3 de fevereiro.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Projeto de universidade para idosos abre 60 novas vagas em Poços de Caldas, MG. Aulas começam no dia 12 de fevereiro e acontecem todas as quarta-feiras. Idosos com mais de 60 anos podem se inscrever.

O projeto da Universidade Aberta para a Maturidade (Unabem) abriu 60 novas vagas para Poços de Caldas (MG). As aulas são organizadas pela Universidade Estadual de Minas Gerais (Uemg), no campus da cidade, e são gratuitas.

Duas novas turmas foram abertas para o primeiro semestre de 2020. Os encontros acontecem todas as quartas-feiras, com início no dia 12 de fevereiro, das 14h às 16h30.

Entre as atividades, estão aulas de arte, literatura e cidadania, patrimônio e diversidade, sustentabilidade e vivências musicais. As atividades são abertas a qualquer pessoa com mais de 60 anos. Asilos da cidade também podem inscrever idosos interessados.

As inscrições podem ser feitas até esta sexta-feira (31) direto no campus da Uemg, na Padre Cletus Francis Cox, número 300. O telefone para mais informações é (35) 3114-7732.

Unabem

A Universidade Aberta para a Maturidade é um projeto de extensão do curso de Pedagogia e já existe no campus da Universidade Estadual de Minas Gerais (Uemg) em Passos (MG) desde 2006.

Em Poços de Caldas, o projeto teve início em um trabalho da disciplina “Pedagogia e sua multidimensionalidade”, ministrada pela professora Adriana Gavião Bastos de Oliveira.

Em 2019, o projeto atendeu 50 idosos, divididos em duas turmas que reúnem os participantes que fizeram as inscrições no processo seletivo e aqueles que viviam em três asilos da cidade.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Paraibano é primeiro lugar em medicina na USP: o principal foi entender quem eu era

Gabriel Araújo foi aprovado na Faculdade de Bauru, na USP, em São Paulo. Além do foco, conhecer a si mesmo foi essencial para a conquista.

O paraibano Gabriel Araújo Medeiros, de 19 anos, reuniu três anos de experiências com o Enem para conseguir uma média de 845,19 e ser aprovado em primeiro lugar para o curso de medicina, na Universidade de São Paulo (USP), na Faculdade de Bauru, por meio do Sisu 2020. Foram três anos de crescimento, notas aumentando e também anos de definição sobre quem era e o que queria fazer. "O que foi determinante não foi o estudo, o principal foi entender quem eu era, porque você tem maior clareza para onde quer ir e como ir", explicou Gabriel.

Vai ser a primeira vez que o jovem vai sair do Nordeste. Por isso, até gostou que a aprovação tenha sido na cidade de Bauru. Também tentou no campus de Pinheiros, mas o município no interior de São Paulo pareceu deixá-lo mais à vontade e próximo da cidade onde nasceu e mora atualmente: Campina Grande, na Paraíba.

"Meu objetivo era UFCG e, no máximo, eu pensava na UFPE, mas sempre pensando em medicina. USP eu não esperava mesmo", declara.

Quando percebeu que o resultado foi além do esperado, foi tentando as opções que o Sisu oferecia. Agora é o novo aluno de medicina da USP. Não tem família na região, mas apoio parece que não vai faltar. Já tem se articulado com amigos da igreja que devem dar o apoio que precisa. "Essa nota não é maior do que o que Jesus sofreu na cruz", enfatiza Gabriel, lembrando da gratidão que sente com a aprovação.

Três anos de tentativas

O primeiro lugar no curso de medicina da USP veio na terceira vez que Gabriel tentou passar em medicina. Só descobriu que era isso mesmo que queria no terceiro ano do ensino médio, então, no momento do Enem, não estava tão preparado para fazer uma nota tão alta capaz de ser aprovado no curso. "Com experiências pessoais e a sensibilidade que eu tinha para socorrer pessoas, estar perto, confortar, fui percebendo que era medicina", relata Gabriel.

No terceiro ano do ensino médio fez o Enem, tentou medicina, mas a nota não foi o suficiente. Então escolheu engenharia elétrica, na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). cursou durante uma semana e logo percebeu que deveria persistir no sonho que queria.

No ano seguinte, já começou o cursinho. Assistiu muitas aulas, tanto presenciais quanto virtuais, e buscava sempre o apoio de amigos para tirar dúvidas. Além disso, fazia resumos, olhava os módulos dos livros e aproveitava a base que já tinha para investir tudo que tinha nos estudos. Fez o Enem e, para muitos uma infelicidade: bateu na trave. Fez boa média, mas não foi aprovado. Foi quando voltou a ingressar novamente no cursinho. "Não troco esse ano de cursinho por nada, porque foram anos de crescimento para mim", enfatiza.

No segundo ano, passou a exercitar cada vez mais o conhecimento que já tinha aprofundado no ano anterior. O momento foi de definir estratégias e aprimorar as dúvidas que iam surgindo. "O foco era entender as questões, o formato do Enem, definir estratégias para prova e fazer um preparo psicológico", conta Gabriel sobre sua linha de

estudos.

No Enem 2019 pontuou 815,08. Em algumas universidade talvez não fosse aprovado em primeiro lugar no curso de medicina, mas como a USP leva em consideração o peso das questões, sua nota subiu para 845,19. Foi o primeiro colocado de sete aprovados.

Agora é preparar as malas e levar do Nordeste toda a bagagem de conhecimento que adquiriu, a solidariedade, o afeto e o acolhimento que caracteriza Gabriel enquanto pessoa e enquanto nordestino. Vai chegar no Sudeste, junto com a mãe - que vai ajudá-lo a se instalar na cidade de Bauru - como um campinense orgulhoso de levar para USP o nome da Paraíba.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Pesquisa indica farinha de besouro e barata para alimentar peixes na Amazônia. Estudo feito na UFRR usa insetos criados em viveiros para alimentar criações de tambaqui e matrinxã. Rica em proteínas, dieta de insetos também barateia custos de produção.

Ricos em nutrientes, insetos como o besouro e a barata estão sendo estudados por pesquisadores da Universidade Federal de Roraima (UFRR) como alternativa para alimentar peixes. A receita é feita com 10 espécies diferentes e pode ser uma opção para baratear a dieta de peixes criados em viveiros.

A ração de peixe mais comum é composta por resíduos de milho, soja e e uma farinha de restos de peixe. Mas a proposta da pesquisa, desenvolvida há um ano, é usar larvas e insetos em substituição à farinha de peixe, ingrediente mais caro da ração comum.

Coordenada pelo especialista em recursos naturais e professor de zootecnia da UFRR, Rodrigo de Barros Feltran, a pesquisa usa insetos criados em cativeiro, na própria universidade.

"Toda ração que compramos para animais onívoros tem a farinha de peixe, que é a parte mais importante da ração. Dá pra usar resíduos de soja e milho e ao invés de usar farinha de peixe, que é o produto mais caro, vamos usar os insetos e larvas", afirmou Feltran.

Os pesquisadores trazem a larva de fora do estado e a partir daí são feitos os testes (veja abaixo quais são). Para se ter uma ideia da qualidade nutricional, Feltran explicou que insetos como baratas possuem 67% de proteína bruta, enquanto que em besouros chega a 53%.

"Não são quaisquer insetos, pegos no meio do mato, são criados", pontuou o professor. "No nosso caso, estamos pegando desde filhotes, criando e fazendo várias gerações. Assim isentamos o aparecimento de patologias".

As larvas foram compradas para que os pesquisadores formassem uma "fazenda de insetos" a fim de ter muitas amostras de cada espécie para etapa de análise de nutrientes.

"Nosso próximo passo é moer esses animais e analisar quanto eles têm de proteína, gordura e sais minerais. Precisamos entender a potencialidade desta alternativa e depois fazer um protocolo de criação destes bichos para o estado", disse Feltran.

Ainda conforme o pesquisador, a ração a base insetos pode ser usada em criações de peixes como o tambaqui e a matrinxã, espécies comuns de serem encontradas em criadouros da região amazônica.

Análise de nutrientes

Cada bicho tem um valor nutricional e para descobrir esses percentuais os pesquisadores precisam moer os insetos para se chegar ao que é fonte de proteína com alta qualidade.

"O que o animal e a gente absorve na alimentação não é o inseto. Esse bicho vai ser quebrado por bactérias e ações químicas do nosso intestino e o que se aproveita são as moléculas que formam aquele composto. Não é sujeira, o corpo processa", explicou Feltran.

Outro passo da pesquisa deve ser entender como os peixes vão digerir a ração. Alguns dos insetos estudados possuem exoesqueleto, que é a casca mais rígida que encobre os insetos - como é o caso da barata - o que pode dificultar absorção de nutrientes.

De acordo com o pesquisador, a proteína disponível por grama nos insetos é maior do que a de carne de vaca. A diferença é o tamanho de espaço que cada animal ocupa.

A maioria dos bichos escolhidos para pesquisa são pragas de armazenamento e se alimentam de milho e soja. No entanto, os pesquisadores optaram por alimentar os usados na pesquisa com ração de postura para frango. Segundo Feltran, são usadas 300 gramas por mês.

"Dura muito tempo, então só trocamos a fonte de água, que pode ser uma laranja ou a metade de uma maçã, para dar uma hidratação, mas eles praticamente não precisam de água", pontuou o professor da UFRR.

Conforme os bichos se alimentam, eles colocam ovos que se transformam em larvas. Os pesquisadores optaram por fazer a separação dos adultos para que eles procriem novamente e ajudem a "fazenda de insetos" a crescer mais rápido.

Espécies de insetos escolhidas

Barata de Madagascar - *Gromphadorhina portentosa*
Barata Red Runner ou Baratas do Turquestão - *Blatta lateralis*
Barata Argentina - *Blaptica dúbia*
Barata cinéria - *Nauphoeta cinérea*
Barata da Caverna - *Eublaberus distante*
Barata doméstica - *Periplaneta americana*
Tenébrio Gigante - *Zophobas morio*
Tenébrio médio - *Tenebrio molitor*
Tenébrio pequeno - *Palembus dermestoides*
Barata gigante - *Blaberus giganteus*

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Uepa confirma que resultado do Prosel 2020 será divulgado nesta quinta-feira, 30

A decisão foi tomada nesta quarta (29), após STJ liberar a divulgação dos resultados do SisU. De acordo com a Uepa, a divulgação do resultado começa a partir das 10h.

Por G1 PA — Belém

A relação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo 2020 (Prosel) da Universidade do Estado do Pará (Uepa) será divulgada nesta quinta-feira (30). A decisão foi confirmada nesta quarta (29) pela própria universidade, após o Superior Tribunal de Justiça (STJ) liberar a divulgação dos resultados do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). De acordo com a Uepa, os resultados do Prosel serão publicados a partir das 10h.

Os candidatos poderão ter acesso ao listão dos aprovados em painéis que ficarão expostos em frente ao prédio da Uepa, no bairro do Telégrafo, ou no site da universidade. Antes da divulgação de todos os aprovados, o reitor da Uepa vai divulgar os três primeiros lugares gerais.

Para 2020, a Uepa ofertou 3.656 vagas, distribuídas em 28 cursos de graduação. No total, o Prosel reforça a presença de cursos da Uepa em 16 municípios, sendo 1.532 vagas ofertadas na capital e 2.124 vagas no interior.

Suspensão do primeiro listão

Na segunda-feira (27), um dia antes da primeira data prevista para a divulgação do listão, a Uepa informou que o anúncio dos candidatos aprovados estava suspenso. Devido as inconsistências dos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a universidade solicitou o reenvio das notas dos inscritos no Prosel 2020 para as devidas correções.

Devido a essas inconsistências, a Justiça de São Paulo determinou a suspensão do SisU. A Universidade Federal do Pará (UFPA) também suspendeu a divulgação da lista dos aprovados no vestibular 2019.

Na ocasião, a Uepa informou que, em função do contexto atual, e para que não haja prejuízo aos candidatos, a direção da instituição de ensino decidiu adiar a divulgação do resultado do Prosel.

Matrícula

Apesar das mudanças na data de divulgação do listão, o período de matrícula dos aprovados não sofreu alteração. Os calouros deverão comparecer ao Campus da universidade no qual realizará o curso entre os dias 4 e 7 de fevereiro para realizar a habilitação. O candidato deve levar para a matrícula os seguintes documentos: RG, CPF, certidão de nascimento ou casamento; certificado de alistamento militar (candidatos do sexo masculino); uma foto 3 x 4; título de eleitor, histórico escolar do Ensino Médio; certificado de conclusão do Ensino Médio.

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC tem de ser

Do UOL, em São Paulo

O general Augusto Heleno, ministro-chefe do GSI (Gabinete de Segurança

Institucional), disse hoje que o MEC (Ministério da Educação) acabou "extremamente contaminado" por diferentes "ideologias" e, por isso, precisa agora ser "descontaminado dos dois lados". As declarações foram dadas em entrevista à rádio CBN.

Questionado sobre os erros no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e a disputa judicial que chegou a impedir a divulgação dos resultados do Sisu (Sistema de Seleção Unificada), Heleno disse que a prova foi "impecável, sem conotação ideológica", mas afirmou que "inegavelmente, o Ministério da Educação foi um ministério extremamente contaminado [ideologicamente]"

Agora, tem que ser descontaminado dos dois lados. Não pode ter conotação ideológica na educação

Augusto Heleno, ministro-chefe do GSI

Heleno defendeu, ainda, que a educação deve ser "neutra ideologicamente" para "tratar dos assuntos que realmente significam a formação da mão-de-obra brasileira".

O ministro classificou a disputa judicial em torno da liberação dos resultados do Sisu como algo "lamentável" por afetar "uma juventude que se esforça para vencer todos os problemas".

Heleno disse ainda que, com a decisão da Justiça, a solução está "bem encaminhada" e afirmou que eventuais responsáveis pelo erro no Enem serão punidos.

"Se houver nomes responsáveis pelo erro, é óbvio que tem que ter punição. Por enquanto, está tendo uma investigação e há indícios de que tenha sido uma falha mecânica", declarou.

Problemas no MEC

Desde abril do ano passado, o MEC é comandado por Abraham Weintraub, discípulo do "guru" bolsonarista Olavo de Carvalho.

Usuário assíduo do Twitter, o ministro não deixou a rede social de lado mesmo em meio à crise no Sisu, mas não se ateu apenas ao tema da educação: ele postou críticas ao comentarista Marco Antonio Villa, espalhou fake news e acusou quem apontava erros no sistema de ser de esquerda.

Sob sua gestão, o MEC virou centro de uma série de polêmicas: o ministro acusou universidades federais de promoverem "balbúrdia", contingenciou recursos e viu a chefia do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), responsável pelo Enem, ser trocada três vezes.

Desde o fim do ano passado, circulam rumores de que Weintraub seria demitido por Jair Bolsonaro (sem partido). O presidente, no entanto, tem dito que irá mantê-lo no cargo.

Os problemas em parte dos resultados do Enem foram admitidos pelo MEC há pouco mais de uma semana, um dia após a divulgação das notas —na ocasião, Weintraub chegou a afirmar que havia realizado o "melhor Enem de todos os tempos". Segundo o ministério, o erro aconteceu devido a um problema na gráfica responsável pela impressão do Enem: por isso, gabaritos de uma cor teriam sido lidos como se fossem de

outra. O MEC sustenta que o erro já foi corrigido.

Ontem, após um imbróglio na Justiça envolvendo o Sisu, que usa as notas do Enem para selecionar candidatos a vagas no ensino superior público em todo o país, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) liberou a divulgação dos resultados.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC indica que questões do Enem não foram pré-testadas

São Paulo

O Ministério da Educação (MEC) deu explicações técnicas à Justiça para tentar comprovar que a falha em cerca de 6 mil gabaritos do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) não teve "influência significativa" na nota de todos os 3,9 milhões de candidatos.

A nota técnica enviada pelo MEC deixa claro que foram usadas questões no Enem que não haviam sido pré-testadas, algo que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do MEC responsável pela prova, não tinha explicado até então e que pode prejudicar a margem de erro do exame. O órgão também não divulgou os parâmetros de correção de cada questão, como solicitado pela Defensoria Pública da União (DPU), alegando que são informações sigilosas.

A DPU pedia que o MEC comprovasse "documentalmente" que a alteração das correções de 5.974 provas não interferiu na nota das demais em razão da Teoria da Resposta ao Item (TRI) - modelagem estatística usada no Enem e que atribui pesos diferentes para cada questão, divididas em níveis de complexidade. O Inep disse que a calibragem é feita com amostragem de 100 mil participantes, número superior ao de provas com erros. "Não houve descaracterização da amostra, os parâmetros dos itens não sofreram influência significativa em sua calibração e as proficiências dos participantes continuam sendo estimadas com a mesma precisão", diz a nota.

O fato de Inep ter mencionado que houve "calibragem" dos itens indica que houve questões que não foram pré-testadas, algo que faz parte da TRI. Segundo especialistas, o ideal é que a prova feita por meio de TRI seja composta apenas por essas questões pré-testadas.

O Inep tem o costume de usar questões sem pré-teste porque o banco de itens é muito pequeno, problema que se arrasta desde que o Enem se tornou vestibular, em 2009. As questões hoje são elaboradas por professores de universidades federais, a pedido do governo, mas muitas não são consideradas suficientemente boas para selecionar alunos ou têm outros tipos de problemas e precisam ser descartadas. A quantidade total de itens do banco é mantida em sigilo. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.